



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LEANDRO PATRICIO DA SILVA

**“PERNAMBUCANIDADE NA SUA EXPRESSÃO
REPRESENTATIVAMENTE POLÍTICA”:
A FABRICAÇÃO DA
CULTURA POLÍTICA DA PERNAMBUCANIDADE (1964-1988)**

Salvador, 2019.

LEANDRO PATRICIO DA SILVA

**“PERNAMBUCANIDADE NA SUA EXPRESSÃO
REPRESENTATIVAMENTE POLÍTICA”: A FABRICAÇÃO DA
CULTURA POLÍTICA DA PERNAMBUCANIDADE (1964-1988)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Milton Araújo Moura

Salvador, 2019.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva, Leandro Patricio da
"Pernambucanidade na sua expressão
representativamente política": a fabricação da
cultura política da pernambucanidade (1964-1988) /
Leandro Patricio da Silva. -- Salvador, 2019.
259 f. : il

Orientador: Milton Araújo Moura.
Tese (Doutorado - Doutorado em História Social) --
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas, 2019.

1. Cultura política. 2. Identidade pernambucana. 3.
Cultura pernambucana. 4. Pernambucanidade. 5. Batalha
dos Guararapes. I. Moura, Milton Araújo. II. Título.

FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE DIPLOMA OU CERTIFICADO



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

| | | | |
|---|--------------------------------------|-------------|----------------|
| NOME DO ALUNO | | MATRÍCULA | NÍVEL DO CURSO |
| Leandro Patrício da Silva | | 215117248 | Doutorado |
| TÍTULO DO TRABALHO | | | |
| "Pernambucanidade na sua expressão representativamente política": a fabricação da cultura política da pernambucanidade (1964-1988) | | | |
| EXAMINADORES | ASSINATURA | CPF | |
| Milton Araújo Moura (UFBA) - Orientador | <i>Milton Araújo Moura</i> | 11273275500 | |
| Pablo Antônio Iglesias Magalhães (UFOB) | <i>Pablo A. I. Magalhães</i> | 83589325534 | |
| Lina Maria Brandão de Aras (UFBA) | <i>Lina Maria</i> | 25414542520 | |
| Gilmário Moreira Brito (UNEB) | <i>Gilmário Moreira Brito</i> | 14635054500 | |
| Wellington Castellucci Júnior (UFRB) | <i>Wellington Castellucci Júnior</i> | 51487047568 | |

ATA

No dia 16 de dezembro do ano de 2019, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia - UFBA, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Leandro Patrício da Silva, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o Professor Milton Araújo Moura, Orientador e Presidente da Banca Julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao Autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da Banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do Examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAR o Aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A Banca considera o trabalho aprovado, levando em conta a seriedade e competência com que buscou, levantar e tratar as fontes, bem como a maturidade e originalidade com que enfrentou questões tão polêmicas. Observa que, tendo em vista a abrangência do objeto, nem todos os aspectos foram tratados com a mesma acuidade. Recomenda que o texto seja examinado para publicação.

Salvador, 16/12/2019. Assinatura do Aluno: *Leandro Patrício da Silva*

Salvador, 16/12/2019. Assinatura do Orientador: *Milton Araújo Moura*

À minha companheira Evilane Alves e meu
filho de coração, João Carlos

AGRADECIMENTOS

O período do doutorado foi o mais difícil de toda a minha vida, no sentido emocional. Nutri a ilusão de que a devastadora crise religiosa pela qual passei aos 18 anos, ao ser liberto pela ciência e tomar a decisão de sair da igreja, perdendo o chão em que eu pisava como um evangélico fundamentalista, e a traumatizante perda da minha amada prima Adriana em 2003, houvessem sido as maiores dores que uma pessoa poderia sentir na vida. Estava enganado. Meu doutorado foi marcado por profundas, difíceis e dolorosas mudanças já no primeiro ano, cujo processo de adaptação - lento, dilacerante, mas, paradoxalmente, marcado por momentos de intensa felicidade - se estendeu até o final do curso.

Antes e durante esse período, muitas pessoas importantes passaram pela minha vida. Outras já faziam parte dela, algumas ainda fazem. Algumas dessas pessoas não estão listadas aqui, não porque não sejam importantes, mas apenas porque não puderam, por razões comuns diversas e adversas, contribuir com a pesquisa que levou a esta tese (contribuíram com outras coisas), critério que utilizo para discriminar alguns nomes. Acredito que todas elas contribuiriam, não fossem as atividades cotidianas que precisam realizar para levar o pão para suas casas ou levar a cabo seus projetos de vida.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais Severino Patricio e Maria Patricio, que criaram todas as condições possíveis, muitas delas inconsciente, para que eu chegasse até aqui. Apesar de se tratar de uma contribuição indireta, não poderia deixar de mencioná-los.

À minha companheira Evilane Alves, que me ajudou ativamente em vários momentos, estando sempre ao meu lado em toda a jornada da pesquisa, desde o ingresso no doutorado. Ela pesquisou comigo em alguns locais, como na Academia Pernambucana de Letras e no Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, inclusive indo algumas vezes, em ocasiões em que não pude, para fotografar Livros de Atas do IAHGP, além de ter ajudado na digitação de algumas importantes leis da época e ter tido uma grande sobrecarga de tarefas domésticas, recusando muitas vezes minha ajuda, para me permitir dedicar mais tempo a escrita.

À João Carlos, meu pequeno filho de coração de apenas 9 anos, que sempre olhava o meu cronograma, afixado no mural, por trás do meu computador, juntamente com outros itens da minha pesquisa, dizendo que eu estava atrasado nas minhas metas e me exortando para escrever e cumprir essas metas.

Ao meu orientador, Milton Moura, da UFBA, uma das pessoas mais maravilhosas que já conheci e das que mais admiro, pelo calor humano, pela simplicidade, pela humildade,

características muitas vezes incomuns em uma pessoa com um alto nível de intelectualidade como a dele.

À Thiago Nunes, colega da graduação que virou um grande amigo. Ele quase me puxava pela mão, me incentivando a estudarmos juntos para nos prepararmos para o ingresso no doutorado e, já no curso, sempre me incentivou de todas as formas possíveis, ajudando a trazer de volta o ânimo e o foco quando eu me sentia perdido.

À professora Angelita, do grupo Isead, onde também trabalho, e ao seu esposo Marcos, militar do Comando Militar do Nordeste. Ambos me ajudaram a conseguir informações não oficiais sobre todos os comandantes que estiveram à frente do antigo IV Exército, sediado no Recife, durante a ditadura, e alguns materiais sobre o Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

À professora Lina Maria Brandão de Aras, da UFBA e ao professor Gilmário Moreira Brito, da UNEB, que aceitaram participar da minha Qualificação e também da banca de defesa. Na Qualificação deram importantes orientações para melhorar meu trabalho. Ao professor Pablo Iglesias Magalhães, da UFOB e professor Wellington Castellucci da UFRB, que também aceitaram prontamente o convite para minha banca de defesa.

Aos professores da UFBA com os quais cursei disciplinas importantes, como Gino (Metodologia da Pesquisa em História), Iraneidson (Igrejas e ditaduras na América Latina) e Zamparoni (História Social).

Aos professores Antônio Paulo Rezende e Regina Beatriz, do programa de pós em História da UFPE, com os quais cursei, respectivamente, importantes disciplinas como aluno especial, como “Tópicos especiais em História e Cultura: história, cultura e (pós) modernidade – as seduções do efêmero” e “História, política e poder”.

Ao Gilvan e ao professor Evergton, respectivamente secretário e coordenador do programa de pós em História da UFBA, sempre muito atenciosos para resolver os problemas dos alunos.

Ao meu colega de turma, Daniel Rebouças, ser humano sensível, sem a ajuda do qual eu não teria conseguido resolver uma pendência burocrática da liberação da bolsa da CAPES.

À Bernadete, atenciosa bibliotecária da Academia Pernambucana de Letras que me doou uma cópia impressa de todas as revistas da Academia, publicadas na época da ditadura.

Ao Galvão, atencioso sócio do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, que me ajudou a pesquisar nos Livros de Atas das reuniões do Instituto referente ao período da ditadura, tendo me fornecido também as revistas do instituto neste período na sua versão digital.

A Cíntia Barreto, Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, da Assembleia Legislativa de Pernambuco, que me recebeu, me orientou e me encaminhou a pesquisar nas Atas dos Anais da Assembleia.

Ao Fernando, do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e ao Hélio, que trabalha no anexo do Arquivo, na rua Imperial. Hélio me possibilitou, de maneira muito atenciosa, a dividir com ele a experiência de ser o primeiro a ter acesso aos arquivos do setor do cerimonial da antiga Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado Pernambuco.

E, claro, como não poderia deixar de ser, a UFBA que me proporcionou realizar um curso de qualidade, a UFPE, onde cursei importantes disciplinas como aluno especial, e a CAPES, que me possibilitou realizar praticamente todo o curso com o apoio da bolsa doutoral, além da APL, IAHGP e ALEPE.

“Guararapes é mais do que símbolo; é apanágio da pernambucanidade”

Fragmento do discurso do Governador Roberto Magalhães
na concessão da Comenda da Ordem do Mérito dos Guararapes. Diário Oficial do Estado de
Pernambuco, 26/04/1986, capa.

RESUMO

O objetivo desta tese é discutir o processo histórico de fabricação da pernambucanidade entre os anos 1964-1988. Especificamente, discute a criação das condições de produção, o início do processo de construção, a hegemonia e dissolução da pernambucanidade ao longo desses anos, apropriando-se da mesma a partir do conceito historiográfico de cultura política, entre outros, fundamentado nos trabalhos de autores como Serge Berstein, Odile Rudele, Jean-François Sirinelli, Rodrigo Patto de Sá Motta, entre outros autores. O corpus da pesquisa foi constituído por fontes, como o Diário Oficial do Estado de Pernambuco, alguns editoriais do Diário Oficial União, pelas Revistas e os Livro de Atas do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, as Revistas da Academia Pernambucana de Letras, alguns editoriais da revista Veja e do Boletim SHPHAN/Pró-Memória, algumas obras da Coleção Pernambucana, várias Atas dos Anais da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, inúmeros editoriais do Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, entre outros, bem como pelo filme “Batalha dos Guararapes”, de 1978, e a música “Recife, minha cidade”, de 1984, entre outras fontes. Após um trabalho de compilação, foi dado a este corpus um tratamento crítico, não se tomando as informações das fontes como verdades, mas cruzando-as com as de outros documentos, naquilo que foi possível, para problematiza-las. O trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro discute a criação das condições de fabricação da pernambucanidade; no segundo, discute a configuração que levou ao início do processo de construção da mesma; no terceiro, a configuração que levou a pernambucanidade a se tornar uma cultura hegemônica em Pernambuco; e, por fim, no quarto, discute os seus múltiplos sentidos e o processo que levou a sua dissolução, enquanto cultura política, no governo estadual. A tese defendida, como resultado da compilação, análise e interpretação dos dados coletados, sob as grades conceituais dos autores citados, é a de que a pernambucanidade foi uma cultura política fabricada e sustentada por intelectuais e políticos conservadores ligados a Academia Pernambucana de Letras e ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, liderados por Gilberto Freyre, que estiveram à frente dos órgãos responsáveis pelas políticas culturais do governo do Estado de Pernambuco e do governo federal durante praticamente todo o período da ditadura civil-militar e que tinham na memória idealizada das Batalhas dos Guararapes o seu mito-fundador. Esta tese pretende contribuir para a ampliação do conhecimento historiográfico acerca da colaboração de sujeitos e instituições da sociedade civil com o regime ditatorial, bem como para o melhor conhecimento da história do Brasil e, particularmente, da história de Pernambuco. Pretende, ainda, poder ser usada por indivíduos e grupos que desejem aprender a desvelar os dispositivos e mecanismos de racionalidade que fazem funcionar culturas políticas no presente.

Palavras-chave: cultura política, identidade pernambucana, pernambucanidade, batalhas dos Guararapes.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to discuss the historical process of the manufacture of Pernambucan identity between 1964-1988. Specifically, it discusses the emergence, hegemony and decline of pernambucan identity over these years, appropriating it from the historiographic concept of political culture, among others, based on the works of authors such as Serge Berstein, Odile Rudele, Jean-François Sirinelli, Rodrigo Patto de Sá Motta, among other authors. The corpus of the research was constituted by numerous sources, such as the editorials of the Official Gazette of the State of Pernambuco, some editorials of the Official Gazette Union, the Magazines and the Book of Minutes of the Pernambuco Historical and Geographical Archaeological Institute, the Magazines of the Pernambuco Academy of Letters. , some editorials from *Veja* magazine and *SHPHAN / Pro-Memory Bulletin*, some works from the Pernambucana Collection, several minutes of the Proceedings of the Pernambuco State Legislative Assembly, numerous editorials from the Pernambuco *Diário*, *Jornal do Commercio*, among others, as well as by “Batalha dos Guararapes”, 1978, and the song “Recife, my city”, 1984. After a compilation work, this corpus was given a critical treatment, not taking the source information as truths, but crossing it with those of other documents, as far as possible, to problematize them. The work is organized into four chapters. The first discusses the historical configuration in which the emergence of Pernambuco identity emerged as an official concern for the state government of Pernambuco; in the second, it discusses the configuration that led to the consolidation of this identity as pernambucan identity; in the third, the configuration that led Pernambuco to become a hegemonic culture in Pernambuco; and finally, in the fourth, it discusses its multiple meanings and the process that led to its decline as a political culture in the state government. The thesis defended, as a result of the analysis and interpretation of the collected data, under the conceptual frameworks of the authors cited, is that Pernambucan identity was a political culture manufactured and sustained by conservative intellectuals and politicians linked to the Pernambuco Academy of Letters and the Archaeological Institute. , Historical and Geographic Pernambucano, led by Gilberto Freyre, who were at the head of the cultural policy bodies of the Pernambuco state government and the federal government during virtually the entire civil-military dictatorship and who had in the idealized memory of the Battles of Guararapes its main identity referential. This thesis intends to contribute to the expansion of the historiographical knowledge about the collaboration of civil society subjects and institutions with the dictatorial regime, as well as for the better knowledge of the history of Brazil and, particularly, the history of Pernambuco. It also aims to help individuals and groups learn to unveil the rationality devices and mechanisms that make political cultures work in the present.

Keywords: political culture, Pernambuco identity, Pernambucan identity, Guararapes battles.

RESÚMEN

El objetivo de esta tesis es discutir el proceso histórico de la fabricación de la pernambucanidad entre 1964-1988. Específicamente, discute la creación de condiciones de fabricación, el comienzo del proceso de fabricación, la hegemonía y la disolución de la pernambucanidad a lo largo de los años, apropiándose del concepto historiográfico de la cultura política, entre otros, basado en los trabajos de autores como Serge Bernstein, Odile Rudele, Jean-François Sirinelli, Rodrigo Patto de Sá Motta, entre otros. El corpus de la investigación consistió en fuentes como la Periódico Oficial del Estado de Pernambuco, algunos editoriales del Periódico Oficial de la Gobierno Federal, las Revistas y Libros de Actas del Instituto Arqueológico Histórico y Geográfico de Pernambuco, las Revistas de la Academia de Letras de Pernambuco, Revista SHPHAN / Pro-Memoria, algunas obras de la Colección Pernambucana, las Actas de la Asamblea Legislativa del Estado de Pernambuco, numerosos editoriales del Periódico de Diario de Pernambuco, Periódico Jornal do Commercio, entre otros, así como la película "Batalha dos Guararapes ", 1978, y la canción " Recife, mi ciudad ", 1984, entre otras fuentes. Después de un trabajo de compilación, este corpus recibió un tratamiento crítico, no tomando la información de las fuentes como verdades, sino cruzándola con la de otros documentos, cuando sea posible, para problematizarlos. El trabajo está organizado en cuatro capítulos. En el primero, analiza la creación de las condiciones para la fabricación de la pernambucanidad; El segundo discute la configuración que condujo al comienzo del proceso de fabricación; en el tercero, la configuración que llevó a convertirse en una cultura hegemónica en Pernambuco; y finalmente, en el cuarto, analiza sus múltiples significados y el proceso que condujo a su disolución como cultura política en el gobierno. La tesis defendida, como resultado del análisis e interpretación de los datos recopilados, con los marcos conceptuales de los autores citados, es que la pernambucanidad fue una cultura política fabricada y sostenida por intelectuales conservadores y políticos vinculados a la Academia de Letras de Pernambuco y al Instituto Arqueológico Histórico y Geográfico de Pernambuco, llevados por Gilberto Freyre, quien estuvo a cargo de los órganos responsables de las políticas culturales del gobierno del estado de Pernambuco y el gobierno federal durante prácticamente todo el período de la dictadura civil-militar y tuvo en su memoria idealizada las Batallas de la Guararapes su principal referencia de identidad. Esta tesis tiene como objetivo contribuir a la expansión del conocimiento historiográfico sobre la colaboración de los sujetos e instituciones de la sociedad civil con el régimen dictatorial, así como a un mejor conocimiento de la historia de Brasil y, en particular, la historia de Pernambuco. También está destinado a ser utilizado por individuos y grupos que deseen aprender a desvelar los dispositivos y mecanismos de racionalidad que hacen que las culturas políticas funcionen en el presente.

Palabras clave: cultura política, identidad de Pernambuco, pernambucanidad, batallas de Guararapes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABL – Academia Brasileira de Letras
ACD – Análise Crítica do Discurso
AD – Análise do Discurso
ALEPE – Assembleia Legislativa de Pernambuco
APEJE - Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
APL – Academia Pernambucana de Letras
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASTA – Sociedade Americana de Agências de Viagens
BANDEPE - Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CEBRADE - Centro Brasil Democrático
CEC – Conselho Estadual de Cultura
CECON - Centro de convenções, Feiras e Exposições S/A
CEE – Conselho Estadual de Educação
CELPE - Companhia de Eletricidade de Pernambuco
CEPE – Companhia Editora de Pernambuco
CFC – Conselho Federal de Cultura
CMNE - Comando Militar do Nordeste
CNTUR - Conselho Nacional de Turismo
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONDEPE - Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco
CONTUR – Conselho de Turismo de Pernambuco
DATELPE - Departamento de Telecomunicações de Pernambuco
DEC – Departamento de Cultura
DECA - Departamento de Extensão Cultural e Artística
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DOE – Diário Oficial do Estado
DOU – Diário Oficial da União
DP – Diarrio de Pernambuco

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DRF – Distrito Rodoviário Federal

ECD – Estudos Críticos do Discurso

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

EMETUR - Empresa Metropolitana de Turismo

EMPETUR – Empresa de Turismo de Pernambuco

FD – Formação Discursiva

FEB – Força Expedicionária Brasileira

FESP - Federação do Ensino Superior de Pernambuco

FIAM - Instituiu a Fundação de Desenvolvimento Municipal de Pernambuco

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPHAPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IAGP - Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano

IAHG- Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

ICM - Imposto Estadual de Circulação de Mercadorias

IEPE – Instituto dos Economistas de Pernambuco

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IJNPS – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JC – Jornal do Commercio

LAFEPE - Laboratório Farmacêutico de Pernambuco

MCP – Movimento de Cultura Popular

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MINIPLAN - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral

MPB – Música Popular Brasileira

MPP – Música Popular Pernambucana

OPA – Operação Pan-Americana

PCH - Programa de Recuperação de Cidades Históricas do Nordeste

PDS – Partido Democrático Social
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PFL - Partido da Frente Liberal
PHNG – Parque Histórico Nacional dos Guararapes
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP- Partido Popular
PRAC - Programa de Ação Coordenada
PSD - Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RAPL – Revista da Academia Pernambucana de Letras
RIAHGP – Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SENEC - Secretaria dos Negócios de Educação e Cultura
SINE – Sistema Nacional de Emprego
STM - Superior Tribunal Militar
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPE – Universidade de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Fotografia do momento da ordem de prisão do governador Miguel Arraes em 1964, no Palácio do Campo das Princesas. **DP**, 02/04/1964, p. 3.....36
- Figura 2** – Fotografia do momento da repressão militar aos estudantes na avenida Dantas Barreto, no Recife, em 1964. **DP**, 02/04/1964, capa.....37
- Figura 3** – Fotografia do momento da condução coercitiva de Arraes até o 14º Regimento de Infantaria. **DP**, 02/04/1964, capa.....38
- Figura 4** – Fotografia do momento da leitura do documento de doação da sede definitiva da APL, pelo Secretário Francisco Perazzo. **DOE**, 20/07/1973, capa.....62
- Figura 5** – Fotografia do momento da assinatura, pelo governador Eraldo Gueiros, do Ato de doação da sede da APL em caráter definitivo. **DOE**, 20/07/1973, capa.....63
- Figura 6** - Fotografia do Casarão onde funciona a APL, na Av. Rui Barbosa, doada em caráter definitivo pelo governador Eraldo Gueiros, em 1973. Fonte: www.aplpe.org.br, Acesso em: 30/10/2019.....63
- Figura 7** - Fotografia da sede do IAHG, na rua do Hospício, desde 1918, quando foi doada pelo governador Manoel Borba. Fonte: <https://visit.recife.br/>, acesso em: 30/10/2019.....66
- Figura 8** - Fotografia da Revista Manchete do Rio de Janeiro de 1970. Revista **Manchete**, Rio de Janeiro, Edição 937/1970, p.92-95.....105
- Figura 9** - Fotografia da Revista Manchete do Rio de Janeiro de 1973. **Manchete**, Rio de Janeiro, Edição 1103/1973, p.38-43.....106
- Figura 10** – Quadro de Victor Meireles (1832-1903) - Batalha dos Guararapes, 1879. Óleo sobre tela, 494,5 x 923 cm. Rio de Janeiro, **Museu Nacional de Belas Artes**.....114
- Figura 11** - Mapa de localização do PHNG na cidade de Jaboatão dos Guararapes. Fonte: Gonçalves, 2008, p. 66.....119
- Figura 12** - Mapa de localização dos montes dos Guararapes. Mapa do Google Earth, acesso em 2.jun.2019. Edição do autor.....120
- Figura 13** - Fotografia da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Guararapes. **DP**, 18/04/1971, p.15.....126
- Figura 14** - Fotografia da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. MONTENEGRO, 2014....127
- Figura 15** - Vista panorâmica da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes (2009)128
- Figura 16** - Fotografia do momento da leitura, pelo presidente da APL, então Secretário de Governo, Marcos Vilaça, do texto do Ato Governamental de concessão da Medalha Pernambucana do Mérito ao presidente Médici. **DOE**, 20/04/1971, p.2296.....129

| | |
|---|-----|
| Figura 17 - Fotografia do momento das revistas das tropas. Inauguração do PHNG. DP , 20/04/1971, p. 5..... | 131 |
| Figura 18 - Fotografia do momento em que Mé dici desata a fita de inauguração. Inauguração do PHNG. DP , 20/04/1971, p. 5..... | 132 |
| Figura 19 - Fotografia dos soldados do XIV Regimento de Infantaria, conservando os trajes e a aparência presumida dos restauradores pernambucanos das Batalhas dos Guararapes. JC , 20/04/1971, capa..... | 132 |
| Figura 20 – Fotografia da cena do filme Batalha dos Guararapes. Jornal do Brasil , 24/09/1978, Cad. B, p.2..... | 159 |
| Figura 21 - Detalhe do escudo da insígnia da Ordem. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes. DOE , 10/04/1980, p.6..... | 167 |
| Figura 22 - Insígnias da Ordem. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes. DOE , 10/04/1980, p.6..... | 168 |
| Figura 23 – Insígnias da Grã-Cruz. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes. DOE , 10/04/1980, p.7..... | 169 |
| Figura 24 - Insígnias de Comendador. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes. Fonte: DOE , 10/04/1980, p.7..... | 170 |
| Figura 25 – Insígnias de Grande Oficial. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes. DOE , 10/04/1980, p.7..... | 171 |
| Figura 26 – Insígnia de Oficial. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes. DOE , 10/04/1980, p.7..... | 172 |
| Figura 27 - Insígnias de Cavaleiro. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes. DOE , 10/04/1980, p.7..... | 172 |
| Figura 28 - Fotografias das insígnias capturada do site de Antônio Ferreira, leiloeiro público. Fonte: https://www.antonioferreira.lel.br/ , acesso em 30/10/2019..... | 173 |
| Figura 29 - Fotografia da condecoração do presidente da Venezuela Luiz Herreira Campins, no Palácio do Campo das Princesas. DP , 14/08/1981, p. A3..... | 178 |
| Figura 30 - Fotografia da comemoração de aniversário da 1ª Batalha dos Guararapes e Condecoração da Ordem do Mérito Guararapes, no Monte Guararapes. DP , 20/04/1981, p. A8..... | 179 |
| Figura 31 - Fotografia da capa do Boletim SPHAN/Pró-memória sobre a conquista do título de Patrimônio da Humanidade por Olinda. Sphan/Pró-memória, nº 21, nov./dez., 1982, p.2..... | 191 |
| Figura 32 - Fotografia do Mosteiro de São Bento, sede dos primeiros cursos jurídicos do país. Foto de Fernando Bizerra, Boletim Sphan/Pró-memória , nº21, nov./dez., 1982, p.2..... | 195 |

Figura 33 - Fotografia da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, terceiro hospital do Brasil. Foto de Fernando Bizerra, Boletim **Sphan/Pró-memória**, nº 21, nov./dez., 1982, p.2.....195

Figura 34 - Fotografia da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Foto de Fernando Bizerra, Boletim **Sphan/Pró-memória**, nº 21, nov./dez., 1982, p.2.....196

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 - Ocorrência da expressão "turismo" nos editoriais do Diário Oficial do Estado - Décadas de 50 a 80. Gráfico elaborado pelo autor.....86

Gráfico 2 - Ocorrência da expressão "turismo" nos editoriais do Diário Oficial do Estado - 1960 a 1989. Gráfico elaborado pelo autor.....86

Gráfico 3 - Ocorrência da expressão "turismo" nos editoriais do Diário de Pernambuco - Décadas de 50 a 70. Gráfico elaborado pelo autor.....87

Gráfico 4 - Diário Oficial do Estado: ocorrência da expressão "pernambucanidade" nos editoriais das décadas de 50 a 80 do século XX. Gráfico elaborado pelo autor.....102

Gráfico 5 - Diário Oficial do Estado: ocorrência da expressão "pernambucanidade" por ano - 1960 a 1989. Gráfico elaborado pelo autor.....103

Gráfico 6 - Diário Pernambuco: ocorrência da expressão "pernambucanidade" - décadas de 50 a 70 e os três primeiros anos da de 80 do século XX. Gráfico elaborado pelo autor.....103

Gráfico 7 - Diário de Pernambuco: ocorrência da expressão "pernambucanidade" por ano - 1960 a 1983. Gráfico elaborado pelo autor.....104

Gráfico 8 - Diário Oficial do Estado - ocorrência de "batalha dos Guararapes" nas décadas 50 a 90. Gráfico elaborado pelo autor.....137

Gráfico 9 - Diário de Pernambuco - ocorrência de "batalha dos Guararapes" nas décadas de 50 a 70 e nos três primeiros anos da de 80. Gráfico elaborado pelo autor.....138

Gráfico 10 - Pedidos de tombamento por ano 1979-2010. SANTOS, 2015.p.179.....184

Tabela 1 - Conselheiros do CEC nomeados em 1967 e sua participação na APL, IAHGP e outras academias de letras e institutos históricos. Tabela elaborada pelo autor.....53

Tabela 2 - Algumas características da pernambucanidade enquanto cultura política e enquanto cultura popular.....241

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 20 |
| 1. UMA GUINADA CONSERVADORA: a criação das condições para a fabricação da pernambucanidade (1964-1969) | 33 |
| 1.1. O golpe, a desarticulação do MCP e o declínio da participação dos intelectuais progressistas no governo de Pernambuco..... | 35 |
| 1.2. A criação do CEC e a ascensão dos intelectuais conservadores no Governo de Pernambuco..... | 42 |
| 1.3. Entre o IAHGP e a APL: a filiação intelectual dos conselheiros do CEC..... | 55 |
| 1.4. A criação das indústrias da cultura: o CONTUR, a EMPETUR e o Sistema Estadual de Turismo..... | 74 |
| 2. “O PERNAMBUCO GUERREIRO DE GUARARAPES”: o processo de fabricação da pernambucanidade (1970-1974) | 89 |
| 2.1. O debate sobre a pernambucanidade no campo político e cultural..... | 91 |
| 2.2. Matéria-prima da memória: as batalhas dos Guararapes entre o Exército e a elite pernambucana..... | 107 |
| 2.3. A criação do PNGH pelo governo Médici como mola propulsora da pernambucanidade..... | 118 |
| 2.4. A criação da FUNDARPE e a catalogação dos monumentos históricos e artísticos de Pernambuco..... | 142 |
| 3. “QUANDO A PERNAMBUCANIDADE ESTÁ NA MODA”: a hegemonia da pernambucanidade (1979-1986) | 150 |
| 3.1. A gestão Moura Cavalcanti, o projeto de pernambucanidade da rede Globo Nordeste e o lançamento de “A Batalha dos Guararapes”, o filme..... | 152 |
| 3.2. A fabricação de uma tradição: a instituição e funcionamento da Ordem do Mérito dos Guararapes..... | 160 |
| 3.3. A gestão Marco Maciel, a criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte e do Sistema Estadual de Tombamento..... | 175 |
| 3.4. A gestão Roberto Magalhães, a obra Pernambucanidade, de Nilo Pereira, e a transformação de Olinda em Patrimônio Cultural da Humanidade..... | 185 |
| 4. “NÃO EXISTE CULTURA PERNAMBUCANA”: os sentidos da pernambucanidade e a sua dissolução enquanto cultura política (1979-1988) | 201 |
| 4.1. “Pernambucanidade na sua expressão representativamente política: a pernambucanidade entre os políticos e intelectuais conservadores..... | 202 |
| 4.2. Um emblema da Pernambucanidade: a obra Pernambucanidade do conselheiro e acadêmico Nilo Pereira..... | 212 |
| 4.3. “As muitas faces da pernambucanidade política”: a cultura política da pernambucanidade..... | 222 |

| | |
|---|------------|
| 4.4. Entre a redemocratização, a morte de lideranças e a cultura popular: a dissolução da cultura política da pernambucanidade..... | 233 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 243 |
| REFERÊNCIAS E FONTES..... | 247 |
| APÊNDICE..... | 255 |

INTRODUÇÃO

Que é Pernambucanidade? Pode-se entender por essa expressão um estado de espírito. Uma vivência histórica. Um modo de ser. O pernambucano, talvez mais do que qualquer outro brasileiro, tem a sua singularidade, um estilo próprio de vida. Um comportamento específico, **notadamente na política**. (PEREIRA, 1983, v.1, p. 167)¹

Correntemente, a expressão “pernambucanidade” costuma acionar e/ou designar elementos históricos e culturais regionalistas que remetem à cultura popular presentes no Estado de Pernambuco, especialmente aqueles que fazem o Carnaval de Recife e Olinda, o frevo, o maracatu, o caboclinho e a ciranda, entre outros. Relação semelhante a esta em Pernambuco, entre pernambucanidade e carnaval, encontramos também em Salvador, tal como é tratada no trabalho do historiador Milton Araújo Moura (2001), que aponta a relação entre baianidade e carnaval. Mas nem sempre foi assim. Durante o período da ditadura civil-militar em Pernambuco, tal expressão evocava outros referenciais, outras crenças e valores, outras tradições, outras histórias, outras memórias, outras identidades. Ela estava, cotidianamente, na boca dos políticos e de intelectuais pernambucanos, sobretudo aqueles ligados, direta ou indiretamente, a dadas instituições conservadoras do Estado. É do estudo desta pernambucanidade, ligada à ditadura civil-militar, que me ocupo aqui. Citarei três elementos que me inquietaram e levaram a formular o problema da pesquisa que deu origem a esta tese: 1) um Seminário organizado pela empresa TGI Consultoria em Gestão em 1996; 2) uma comunicação do historiador Denis Bernardes, em 1988; e 3) um artigo do **Jornal do Commercio** de 1982.

Entre 1990 e 1996, a empresa TGI Consultoria em Gestão realizou uma pesquisa, no âmbito Pesquisa Empresas & Empresários, em que entrevistou cerca de mil empresários e executivos ligados a diversos segmentos empresariais no Estado de Pernambuco, com destaque em suas áreas de atuação. Várias perguntas foram feitas aos entrevistados, mas as respostas dadas a duas delas inquietou os dirigentes da empresa. Ao serem indagados sobre a economia do Estado, os entrevistados alegaram que Pernambuco se encontrava num processo de estagnação ou decadência econômica. E quando lhes foi perguntado sobre o que o Estado poderia fazer para sair daquela situação, muitos responderam que a solução seria “resgatar” a pernambucanidade que ele tinha no passado. Com base nisso, em 1996, a TGI organizou um

¹ Grifo meu.

Seminário no Recife, com a presença de vários intelectuais e empresários pernambucanos, intitulado “Resgate da Pernambucanidade. Ao ter contato com o livro resultante do Seminário, passei a refletir sobre que, ao reunir pessoas para discutir o “resgate da pernambucanidade”, o Seminário reuniu, na verdade, pessoas para discutir, a “perda” da pernambucanidade.

Oito anos antes, em 1988, um dos participantes deste Seminário, o historiador Denis Bernardes, fez uma comunicação na Semana da Cultura Pernambucana, em 1988, na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, localizada no centro do Recife. Teceu críticas à ideia da existência de uma “cultura pernambucana”. A ideia de uma “cultura pernambucana” estaria, segundo ele, associada ao ciclo histórico iniciado em 1964, com a intervenção militar na vida política do país. De acordo com uma periodização que estabeleceu naquela ocasião, essa cultura teria sido forjada e maturada no Estado Novo em Pernambuco (1937-1945), passado por uma fase de esmaecimento no período democrático (1945-1964) e voltado com vigor durante a ditadura civil-militar, desta vez sob o rótulo de “pernambucanidade”. E teria sido, de acordo com Bernardes, uma cultura oficial que existiu apenas porque contou com o apoio, a proteção e o financiamento do Governo do Estado. Esta comunicação mais tarde, em 1993, foi transformada em artigo e publicada na revista **Pasárgada** com o mesmo título “Não existe cultura pernambucana” (**Pasárgada**, FUNDARPE, ano 2, nº 2 e 3, set. 1993, p. 18-20). Apesar de fazer um apontamento importante ao relacionar pernambucanidade e ditadura, Bernardes não aprofundou as informações.

Alguns anos antes, em 1982, uma matéria do **Jornal do Commercio - JC**, de 1982, em homenagem ao nonagenário de nascimento de Ulysses Pernambucano de Melo, escrito pela jornalista Isnar Moura em 1982, sugeria que, naquele período, a pernambucanidade “estava na moda”. Moura inicia a redação dizendo: “Quando a pernambucanidade está na moda, no sentido que lhe atribui Gilberto Freyre, parece-me que criador desse neologismo...” e continua: “atreve-se esta ex-colunista do **JC** a acordar a intelectualidade nativa para o nonagenário de nascimento de um filho da terra que tem até no seu nome o selo de sua naturalidade” (**JC**, 07/02/1982, p.21).

Uma afirmação isolada assim não deveria ser tomada como verdade, sem problematizações. Poderia refletir apenas uma interpretação individual dos acontecimentos de uma época, mas também poderia refletir uma leitura coletiva, baseada num referente concreto. Tomei como hipótese esta segunda opção, que foi reforçada, por alguns trabalhos que li de outras áreas do conhecimento, como a dissertação de Rudson Pinheiro Gonçalves (2007), na

área de Comunicação, e a de Amanda Marques de Carvalho Gondim (2011), na área de Educação. No primeiro, foi defendido que a rede Globo Nordeste se consolidou, a partir da segunda metade dos anos 70 em Pernambuco, em diálogo com o que foi chamado de “mito da pernambucanidade”; e no segundo, que os discursos sobre as Batalhas dos Guararapes – que está atrelado à pernambucanidade – dominaram o sistema educacional pernambucano nas décadas de 60 e 70.

Os elementos já descritos até o momento me permitiram considerar três questões: 1) a ideia de que uma cultura pernambucana, sob o rótulo de pernambucanidade, poderia ter tido lugar “a partir do ciclo histórico iniciado em 1964”; 2) que poderia ter havido um momento, dentro desse período da ditadura civil-militar, em que a pernambucanidade esteve “na moda” e, 3) que a partir dos anos 1990 era possível dizer, ao menos para os sujeitos entrevistados pela TGI, que o Estado havia “perdido” a pernambucanidade que tinha no passado. Estes elementos sugerem que a pernambucanidade foi fabricada e que houve um período de fabricação, hegemonia e declínio da mesma. A inquietação desencadeada por essas considerações me permitiu formular o seguinte problema: Como se deu o processo histórico de fabricação da pernambucanidade em Pernambuco, entre os anos 1964 e 1988? E, mais especificamente, como foram criadas as condições para a sua fabricação, como se deu o início desse processo, sua hegemonia e declínio? Diante desta questão, o objetivo principal da pesquisa que levou a esta tese foi investigar o processo histórico de fabricação da pernambucanidade, entre os anos 1964 e 1988, e, especificamente, investigar, a criação da condições de fabricação, o início desse processo de fabricação, sua hegemonia e declínio ao longo desses anos.

Este objetivo me levou a uma pesquisa documental. Quatro anos foram dedicados a escarafunchar arquivos físicos e virtuais. Pesquisei em cinco instituições: 1) o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE, onde consultei o **Diário Oficial do Governo do Estado de Pernambuco**, o **Diário de Pernambuco**, o **Jornal do Commercio** e **Diário da Manhã**; 2) o Arquivo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco - ALEPE, onde consultei diversas atas das sessões realizadas registradas nos Anais daquela Casa; 3) a Biblioteca do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano -IAHGP, onde consultei os Livros de Ata das sessões do Instituto durante o período, bem como vários números da revista **RIAHGP**; 4) a Biblioteca da Academia Pernambucana de Letras - APL, onde consultei inúmeras revistas da Academia deste período e; 5) Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, onde consultei várias obras da Coleção Pernambucana, resultando dos

programas editoriais dos governos deste período. Todas essas instituições estão localizadas nos bairros centrais da cidade do Recife. Ao descobrir o acervo digital do **Diário Oficial do Estado**, disponível no site da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, e do **Diário de Pernambuco**, disponível na hemeroteca digital do site da Biblioteca Nacional, pude otimizar o meu tempo de pesquisa, fazendo o levantamento de dados não apenas qualitativos, mas quantitativos, além de resolver alguns problemas de alergia. Nem sempre o fato de estar munido de luvas e máscara nas visitas aos arquivos e bibliotecas, além de câmera fotográfica, caderno de pesquisa e uma caneta, evitaram minhas crises de sinusite e rinite alérgica resultantes do contato com os documentos.

O documento mais utilizado para esta pesquisa foi o **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Suas edições são divididas em três cadernos: Executivo, Legislativo e Judiciário. Debrucei-me sobretudo sobre o Caderno Executivo, onde são registrados os decretos, regulamentos, projetos de lei e leis, e demais atos do governo do Estado, como nomeações, exonerações, reconduções, entre outros. A partir de 1967, esse periódico oficial passou a assumir uma diagramação próxima a dos periódicos não oficiais, especialmente o seu Caderno Executivo. Nesse ano foi criada, pelo governo, a Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, que passou a editar o **Diário Oficial do Estado**, o que faz até o presente. As fontes dos textos passam a ser mais legíveis; o espaçamento entre linhas, mais adequado; a inserção de vários títulos na capa passou a permitir a identificação dos diferentes tipos de destaque que se pretendia dar às notícias oficiais; e toda a diagramação e a linguagem passam a ser mais sofisticadas. A partir de maio de 1970, o periódico passou a trazer uma outra inovação importante: a presença de ilustrações. Atualmente, o **Diário Oficial** pode ser encontrado na sua versão digital no site da CEPE, desde 1936 até o presente.²

O periódico mais consultado para saber o que se passava nesta época e confrontar com informações oficiais foi o **Diário de Pernambuco**. É o mais antigo jornal da América Latina, fundado em 1825. No período que se estendeu entre 1964 e 1968, deu ampla cobertura aos governos militares. Por essa época, não teve problemas com a censura, devido a sua proximidade e apoio explícito ao regime. No plano estadual, apoiou o governo de Paulo Guerra no imediato pós-Golpe. Com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, o **Diário de Pernambuco**, como toda a grande imprensa nacional, sofreu os efeitos da censura. Alguns jornalistas foram presos e, após serem soltos, não mais retornaram à redação. No início dos anos 1970, ocorreram algumas das alterações mais significativas no

² Cf. Acervo digital do **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**: <https://www.cepe.com.br>

processo de editoração e produção do jornal, que passou a circular de segunda a sexta com 64 páginas, divididas em quatro cadernos específicos³. As colunas de política receberam mais atenção da minha parte devido ao fato de praticamente todos os elementos associados ao que então se chamava de pernambucanidade estarem aí presentes.

Também consultei, em menor proporção, na hemeroteca digital do site da Biblioteca Nacional, editoriais de alguns anos do **Jornal do Commercio de Pernambuco**, **Jornal do Commercio do Rio de Janeiro**, **Folha da Manhã**, **Jornal do Brasil**, **Jornal Pequeno**, **Diário da Última Hora**, **Diário do Paraná**, **Diário de Natal**, **Diário da Paraíba**, **Correio Braziliense**, **Diário Oficial da União**, entre outros. Ao analisar as informações dos periódicos, seja do Caderno Executivo do **Diário Oficial do Estado**, seja desses periódicos, atentei para os diferentes tipos de enfoque dado às notícias, como os títulos principais, os títulos secundários, as matérias que continham fotografias, entre outros elementos, com o intuito de identificar a hierarquia de importância que era dada ao que se noticiava. Preocupei-me também em identificar os colunistas, a relação que possuíam com dados sujeitos, grupos e instituições, partindo do pressuposto de que não existe imprensa neutra. Observei outras questões, apontadas pelos historiadores clássicos, e como orienta Tania Regina Luca (2011), em seu ensaio sobre fontes impressas “história do, nos e por meio dos periódicos”, presente na obra organizada por Carla Bassanezi Pinsky (2011) sobre fontes históricas.

Consultei também as **Atas dos Anais** da ALEPE, que são catalogadas por legislaturas e referentes às sessões realizadas pela câmara dos deputados estaduais. O Caderno Legislativo do **Diário Oficial do Estado** não substitui essas atas, pois aí é possível ter acesso não apenas à apresentação e defesa de projetos de lei, como também aos debates, aos discursos em geral proferidos em sessões normais e aos discursos proferidos em sessões solenes, em datas consideradas especiais, entre outras atividades parlamentares. Debrucei-me, na medida do possível, sobre as atas editoradas do período de 1979 a 1986. Infelizmente há uma lacuna na documentação de boa parte deste período, pois vários arquivos foram violados durante a ditadura. Fichas funcionais de deputados, atas de reuniões e outros documentos referentes à época foram retirados nos anos seguintes ao golpe de 64 e “sumiram”. Além disso, centenas de documentos, resultantes, entre outras coisas, de reuniões secretas realizadas durante as décadas de 1960 e 1970, são declarados como “sigilosos”, não podendo ser pesquisados⁴.

³ BEZERRA, Ricardo Lima. **Diário de Pernambuco**. Centro de Pesquisa e Documentação Histórica - CPDOC. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 04/07/2017.

⁴ Para mais informações sobre os arquivos violados, Cf. **Arquivos da ditadura violados** em: <http://www.alepe.pe.gov.br/clipping/arquivos-da-ditadura-violados/> acesso em 01/06/2018.

Procurei identificar nestas atas como os deputados de várias legendas tratavam a temática da pernambucanidade e quais as suas relações com dados sujeitos, grupos e instituições.

Consultei ainda as atas das sessões do IAHGP, presentes nos **Livros de Atas** do período. Estes livros agrupam períodos de 5 a 6 anos de atas manuscritas com caligrafias nem sempre de fácil compreensão. A princípio tentei fazer a leitura na própria Biblioteca do Instituto, mas o fato de que esta está disponível apenas nas manhãs de sábado me forçou a fotografar todas as atas presentes em todos os livros do período para posterior análise. Não consegui ler todas; foquei-me em ler aquelas com datas imediatamente anteriores e posteriores aos principais acontecimentos traçados em minha cronologia de marcos históricos. Ao analisar estas atas, procurei identificar os sócios que mais faziam uso da palavra, os principais assuntos discutidos, os sócios mais frequentes nas sessões, as relações que o Instituto possuía com outras instituições, entre outros elementos. Também consultei as revistas do Instituto do período, **RIAHGP**, que haviam sofrido uma interrupção de 1962 a 1974 e só tinha publicações a partir de 1975, e da APL, a **RAPL**, que iniciou a sua quarta fase no primeiro semestre de 1964, sendo publicada irregularmente em termos de periodicidade durante esse período, ao ponto de que aquela que seria referente ao ano 1971 nunca ter sido publicada. Ao analisar estas revistas, que possuíam diferentes diagramações, procurei traçar o seu corpo editorial, os seus principais colabores, os principais temas tratados, os seus patrocinadores, e como tratavam o tema da pernambucanidade entre outros elementos.

Também consultei editoriais dos anos 1979, 1981, 1982, 1983 do **Boletim Sphan/Pró-memória**, da Secretaria de Cultura, do Ministério da Educação e Cultura. O boletim, que teve sua primeira edição em 1979, trazia textos, informações, entrevistas com profissionais e fotografias, tudo relacionado ao patrimônio cultural. Outros periódicos consultados, numa menor proporção, foram a revista **Veja** do período, disponível em seu acervo digital e a **Revista Manchete**. Busquei editoriais que se referissem a acontecimentos do Estado de Pernambuco, tendo encontrado alguns. Procurei empreender o mesmo tratamento crítico dado aos outros documentos ao analisar estas revistas. Consultei, ainda, alguns livros da **Coleção Pernambucana**, na Biblioteca Pública Estadual. Ao ler alguns destes, procurei analisar as representações regionalistas dos autores, traçando relações de semelhanças e diferenças quando possível e buscando entender por que era importante para o governo estadual publicar aquela obra. Consultei também o filme **Batalha dos Guararapes**, disponível completo no **YouTube**, e procurei analisar sua narrativa sobre o episódio, atentando para a relação entre a maneira como os fatos foram tratados e a fala dos personagens com os discursos correntes em

Pernambuco a memória do episódio. Preocupe-me em identificar quem estava por trás da direção, da produção e do roteiro, entre outros elementos. Quanto a outras fontes que consultei e utilizei, numa menor proporção, procurei também dar o mesmo tratamento crítico que dei àquelas que consultei e usei em maior proporção.

A princípio, agrupei essas fontes de acordo com os objetivos específicos da pesquisa, separando as que tratavam do período de início do processo de fabricação daquelas que tratavam do período de hegemonia e do período de declínio da pernambucanidade. Essa compilação foi positiva, pois me permitiu estabelecer com segurança uma cronologia com os principais marcos históricos de cada um desses momentos. Além dessa cronologia, criei quadros com a relação dos presidentes da APL e do IAHGP do período, com os nomes dos principais políticos e intelectuais destas instituições que ocuparam cargos no governo estadual e federal, quadros com a relação de comandantes do Comando Militar do Nordeste – CMNE, antigo IV Exército, com a relação de governadores, presidentes militares e prefeitos da cidade do Recife da época, com o período de seus mandatos. Criei também gráficos com o número de ocorrência do uso, nos editoriais do **Diário Oficial do Estado de Pernambuco** e **Diário de Pernambuco**, das principais palavras-chave relacionadas ao meu objeto de pesquisa, consultados no acervo digital desses periódicos. Tudo isto ficou por estes anos afixado no quadro de avisos, situado na parede atrás do meu computador, em que já constavam afixados os objetivos do meu projeto de pesquisa.

As fontes que aparecem citadas aqui são a ponta de um iceberg correspondente àquelas que foram consultadas, resultantes de uma operação de seleção e corte na fase da escrita. Não tive a pretensão de abarcar todos os acontecimentos da época. Primeiro porque isto não é possível, seja por causa da imensurável quantidade de acontecimentos e de documentos históricos, seja por causa das minhas limitações como ser humano e como pesquisador. E segundo porque fiz, determinado pelas minhas possibilidades e limites, escolhas metodológicas que acreditei serem apropriadas e pertinentes. Não ficou diferente a minha escrita da escrita de qualquer historiador, no que tange a ela ser marcada, como aponta Albuquerque Junior (2007), por lacunas, costuras, chuleados, nós e laçadas para encadear fatos, pessoas, grupos e instituições. No processo de análise e interpretação, esforcei-me para não tomar as informações das fontes como verdades. Busquei, sempre que possível, outras fontes para confrontá-las, embora não tenha conseguido fazer isso com pequenos detalhes presentes em várias delas. Espero ter conseguido expressar essa criticidade em minha narrativa histórica.

Durante a pesquisa, identifiquei que a expressão pernambucanidade e as expressões associadas quase nunca ocorriam nas colunas de cultura dos jornais. Normalmente, ocorria nas colunas de política. Além disso, dentre os diversos segmentos da sociedade em Pernambuco, aquele que mais se referia a uma pernambucanidade era o formado pelos políticos, como deputados e governadores, e intelectuais, ligados sobretudo à APL e ao IAHG. Isso, somado a outros elementos como aqueles constitutivos do que seria a própria pernambucanidade, me levou ao conceito historiográfico de cultura política, no sentido que é utilizado pelos historiadores Serge Berstein, Jean-François Sirinelli (1998) e Rodrigo Patto de Sá Motta (2009). Este conceito permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados ao poder. Em uma sociedade, coexistem várias culturas políticas, que não possuem fronteiras fixas; interagem entre si, mantendo relações de convergência e divergência e, por vezes, de conflitos com outras culturas políticas, dependendo da situação e exercendo, por vezes, certa hegemonia. Inscrevem-se na temporalidade da longa e da média duração e fazem parte da cultura global de uma sociedade, mas não se confundem com ela, porque são múltiplas e seu campo de aplicação incide sobre o político. Embora influenciem a formação de partidos políticos, elas transcendem às instituições partidárias.

Em **Le Modèle Républicain**, obra que operacionaliza o conceito de cultura política, percebi várias possibilidades de analisar a pernambucanidade. Berstein e Rudelle (1998) estudaram aí a “cultura política republicana”. Os autores identificaram que essa cultura se inscrevia na linhagem filosófica do iluminismo e do positivismo, que reclamava a herança histórica idealizada da Revolução Francesa, a partir da qual justificava a existência de um regime de tipo parlamentar, preconizava uma sociedade de progresso gradual no seio da qual a ação do Estado, combinada com o mérito dos indivíduos, devia levar à criação de um mundo de pequenos proprietários, ou a uma promoção de que a escola seria motor, encontrando finalmente, para se exprimir, um vocabulário do qual os termos “cidadãos”, “grandes antepassados”, “princípios imortais” ou “progresso” constituíssem palavras-chave, enquanto o barrete frígio, a bandeira tricolor, o hino da Marselhesa, a representação da Mariana, estabeleciam uma linguagem simbólica adequada aos dados importantes desta cultura política. A partir dessa operacionalização do conceito levada a cabo por estes autores, Motta (2009) sintetizou que uma definição adequada de cultura política poderia ser “o conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.

Além da adoção do conceito de cultura política, opto pelo termo ditadura civil-militar não por modismo ou tendência corrente, resultante do revisionismo, desencadeado pelos trabalhos do historiador Daniel Aarão Reis (2000), mas pela particularidade do objeto de pesquisa que levou a esta tese, que me permitiu identificar a colaboração de sujeitos, grupos e instituições da sociedade civil no golpe de 64 na manutenção dos governos autoritários que o sucederam até 1985. Tomo ainda, emprestado de Peter Burke (1994), em **A Fabricação do Rei** – onde o mesmo estuda a construção da imagem pública de Luís XIV - o conceito de “fabricação” para designar a trajetória da pernambucanidade. Afastando-me de uma das postulações de Bernardes, para quem a cultura pernambucana, que mais tarde se chamaria de pernambucanidade, teria sido forjada e maturada no Estado Novo em Pernambuco, e “retomada” durante o ciclo histórico instaurado com o golpe de 64, defendo a tese de que a pernambucanidade foi uma cultura política conservadora fabricada durante a ditadura civil-militar, evidentemente a partir da matéria-prima disponível da memória e das tradições. O conceito de fabricação não supõe uma criação a partir do nada; ele sugere um processo, etapas ou uma trajetória e o uso elementos pré-existentes como a matéria-prima disponível, com a qual se fabrica qualquer produto.

Ao referir-me aos “intelectuais” que atuaram neste processo de fabricação da pernambucanidade, estou tomando por “intelectual” aqueles que eram reconhecidos e respeitados como tal neste período, por diversos segmentos da sociedade, tendo sido a maior parte deles presidentes, vice-presidentes ou ocupantes de cargo de destaque na APL e IAHP, como Luiz Delgado, Marcos Vilaça, Mauro Mota, Nilo Pereira, José Antônio Gonçalves de Mello Neto, entre outros, sendo, dentre todos eles, Gilberto Freyre o mais influente e respeitado como tal, ao conseguir agregar ao seu redor – ao assumir a presidência do CEC e figurar como conselheiro do CFC - a intelectualidade conservadora do Estado. Esses intelectuais ocuparam cargos de destaque na administração pública, seja do governo do Estado de Pernambuco, seja da Prefeitura Municipal do Recife, seja do governo federal. Para aplicar o adjetivo “conservador”, porém, utilizo como critério o fato de que eles, assim como as instituições de que faziam parte, terem apoiado aberta ou implicitamente a ditadura civil-militar, estando satisfeitos com a sua manutenção.

Esta tese está dividida em quatro capítulos.

No primeiro, discuto a criação das condições que levariam, posteriormente, ao início do processo de fabricação da pernambucanidade. Neste período, que vai de 64-69, apesar de já existente, a expressão pernambucanidade não era usada para designar esta identidade, mas foi

aos poucos assumindo características de uma cultura política, influenciando, paulatinamente, as políticas culturais do governo do Estado. Discuto aí como a desarticulação do Movimento de Cultura Popular - MCP, resultante do golpe de 64, levou ao declínio da participação dos intelectuais progressistas no governo de Pernambuco, deixando um espaço vazio na cena cultural, e como o Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco – CEC, criado em 1967, passou a ocupar este espaço, trazendo para o seu interior intelectuais e políticos conservadores ligados à Academia Pernambucana de Letras – APL e Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP, sob a presidência de Gilberto Freyre. Trago também alguns elementos históricos a respeito dessas duas instituições, de seu funcionamento e dos seus integrantes que mais colaboraram com o governo estadual durante a ditadura. Além disso, discuto também sobre como o Conselho Estadual de Turismo - CONTUR, a Empresa Pernambucana de Turismo – EMPETUR e o Sistema Estadual de Turismo, também criados em 1967, fomentaram discursos e práticas sobre uma identidade pernambucana, a ser explorada turisticamente.

No segundo capítulo, discuto o início do processo de fabricação da pernambucanidade. Neste período, que vai de 1970 a 1974, discuto como o surgimento do “movimento pernambucanidade”, já no início de 1970, a reivindicação da liderança do mesmo por Gilberto Freyre, e a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes - PHNG, estimularam a produção e reprodução de crenças, valores, tradições, discursos e práticas sobre uma pernambucanidade. Discuto também os aspectos históricos, culturais e políticos que levaram a memória das Batalhas dos Guararapes a se tornar o principal referencial identificador da pernambucanidade nas práticas e discursos dos intelectuais e políticos conservadores, destacando como a mesma era apropriada simultaneamente por segmentos do Exército, então no comando do poder central, e por segmentos da elite política e intelectual pernambucana, então no Governo do Estado, como mito fundador da pátria, do Exército e da índole psicossocial dos pernambucanos. Finalizo este capítulo discutindo como a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Histórico de Pernambuco – FUNDARPE, que se tornaria, anos mais tarde, órgão central nas políticas culturais do governo do Estado e que tinha entre os seus objetivos promover a exploração turístico-cultural do Estado, contou, desde o seu início, com integrantes do IAHGP em posições de liderança.

No terceiro capítulo, discuto a hegemonia da pernambucanidade. Neste período, que vai de 1974 a 1986, discuto alguns aspectos da gestão Moura Cavalcanti que fortaleceram a cultura e o turismo no Estado, bem como o diálogo da Rede Globo Nordeste, em sua fase de

consolidação, com a pernambucanidade e o filme “Batalha dos Guararapes”, uma superprodução cinematográfica que estreou em 250 cinemas de todo o Brasil, em 1978. Destaco também a criação, o funcionamento e o significado da Ordem do Mérito dos Guararapes, que passou a ser a mais elevada e importante condecoração do Estado de Pernambuco e o mais alto símbolo da pernambucanidade no campo político. Discuto, ainda alguns aspectos da gestão dos governadores Marco Maciel e Roberto Magalhães. Na gestão do primeiro, discuto como o mesmo soube explorar a simbologia da Ordem do Mérito dos Guararapes e como a criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes e do Sistema Estadual de Tombamento fortaleceram as políticas culturais em torno da pernambucanidade, ao unir o CEC e a FUNDARPE, ambos liderados por integrantes da APL e IAHGP. Na gestão do segundo, discuto as expectativas e as repercussões em torno da obra **Pernambucanidade**, de Nilo Pereira, que era vice-presidente da APL, sócio efetivo do IAHGP e conselheiro do CEC. Finalizo o capítulo discutindo o processo que levou a cidade de Olinda receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1982, num contexto em que a Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura e a presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN estavam nas mãos de pernambucanos, sendo um deles acadêmico da APL que já havia sido, inclusive, seu presidente.

No quarto e último capítulo, faço uma análise da pernambucanidade enquanto cultura política, discutindo suas características, tais como os seus valores, tradições e representações, e seus múltiplos sentidos em diferentes contextos, nas práticas e discursos de intelectuais e políticos, como governadores e deputados, especialmente, nas formulações de Gilberto Freyre e na obra **Pernambucanidade** de Nilo Pereira, encomendada pelo governador Marco Maciel. Defendo que houve um lento, gradual e discreto processo que levou ao declínio da pernambucanidade, provocado por uma série de acontecimentos, entre os quais a morte dos seus representantes, como Mauro Mota e Gilberto Freyre, bem como o retorno à cena de importantes políticos e intelectuais pernambucanos de esquerda ligados ao antigo MCP, que haviam sido perseguidos, presos ou exilados, como o ex-governador Miguel Arraes – que se tornaria governador do Estado novamente em 1987 – o educador Paulo Freire e outros; e o próprio processo de redemocratização, iniciado em 1979, com a Anistia e que culminou na Constituinte de 1988 e que diminuía consideravelmente a participação em cena, em nível federal, da instituição interessada na memória das Batalhas dos Guararapes, qual seja, o Exército, e em nível estadual, os políticos e intelectuais do IAHGP e APL, dissolvendo a aliança que unia segmentos da elite pernambucana ao governo federal; a vulgarização da

expressão pernambucanidade, que passou a identificá-la sobretudo com a cultura popular; enfim, trata-se dos acontecimentos que levaram a dissolução da pernambucanidade. Defendendo, por fim, a tese de que ela não foi “retomada”, como pretendia Bernardes, sugerindo um período de criação anterior e interrupção, mas fabricada com matéria-prima disponível, durante a ditadura civil-militar.

O resultado do trabalho de compilação, cruzamento, confronto, análise e interpretação dos dados coletados através das fontes, expresso em quatro capítulos, influenciado por esses autores, me possibilitou defender a tese de que a pernambucanidade foi uma cultura política conservadora fabricada e sustentada por intelectuais e políticos conservadores pernambucanos, ligados a APL e ao IAHGP, liderados por Gilberto Freyre, que estiveram à frente dos órgãos de cultura do governo do Estado, como CEC, a FUNDARPE e o CONTUR, e do governo federal, como o Conselho Federal de Cultura, a Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, durante o período da ditadura civil-militar em Pernambuco. Foi possível identificar, confirmando minha hipótese, baseada em elementos da comunicação do historiador Denis Bernardes, que houve uma trajetória, um período de “criação das condições”, de início do processo de fabricação, hegemonia e declínio da pernambucanidade, entendendo-a como cultura política, e que ela estava imbricada com a ditadura civil-militar, de modo que só fazia sentido porque estava alinhada com os interesses, valores, crenças e tradições da instituição que estava à frente do governo federal: o Exército. Além disso, ela possuía, como principal referencial identificador dos seus valores, tradições, práticas e representações políticas, a memória idealizada das Batalhas dos Guararapes

Do ponto de vista historiográfico, esta tese lança a luz sobre um aspecto da história do Brasil República pouco conhecido e, mais particularmente, da história de Pernambuco. Além disso, ele contribui para ampliar o conhecimento acerca da participação de sujeitos, grupos e instituições da sociedade civil que colaboraram direta ou indiretamente com a ditadura. Do ponto de vista social, este trabalho pode trazer reflexões que ajudam a solucionar problemas do presente. Preocupar-se em que seu trabalho possa aportar soluções para o presente é uma responsabilidade do historiador. Mas muitos historiadores, de acordo com Foucault (apud FARGES, 2001), “procuram a todo custo apagar aquilo que lhes pode trair, em seu saber, o lugar de onde olham, o momento em que estão, o partido que tomam, o incontornável de sua paixão”. Assumir um compromisso com o presente, como destacou Arlette Farges, é “escolher ser de um momento, de um lugar, de uma paixão”. E fiz essa escolha. Explicando,

pois, os dispositivos e os mecanismos de racionalidade que fizeram funcionar a cultura política da pernambucanidade nesse dado momento em Pernambuco, pretendo contribuir para desvelar os dispositivos e os mecanismos de racionalidade que fazem funcionar as culturas políticas no presente. Nem sempre as culturas políticas que estão por trás das ações dos governos são alinhadas com os valores da democracia, por mais que tentem aparentar que estão. E entender como são criadas, como funcionam e se sustentam pode ser uma maneira eficaz de combatê-las.

1. UMA GUINADA CONSERVADORA: a criação das condições para a fabricação da pernambucanidade (1964-1969)

[...] uma retomada da ideia de uma cultura pernambucana, parece-me, encontrar-se significativamente associada ao ciclo histórico iniciado em 1964, com a intervenção militar na vida política (BERNARDES, 1993)

Na epígrafe acima, referente a um fragmento da fala do historiador pernambucano Denis Bernardes proferido em 1988, mas publicado apenas em 1993, é dito que a ideia de uma cultura pernambucana está associada à ditadura civil-militar e que ela não foi produzida neste período, mas “retomada”. Discuto aqui se, e até que ponto Bernardes tinha razão. Neste capítulo exponho e discuto a configuração histórica na qual a cultura e identidade pernambucana tornam-se objeto de atenção oficial do governo do Estado de Pernambuco, engendradas, entre outras coisas, pela instauração da ditadura civil-militar e seus desdobramentos nos campos da política e da cultura, criando condições para o posterior processo de fabricação da pernambucanidade que se desenrolará a partir de 1970. Embora mencione alguns eventos dos anos 70 e 80, dedico-me aqui a acontecimentos que tiveram lugar, predominantemente, entre 1964 e 1969.

Esse período se inscreve na gestão Paulo Guerra (1964-1967), instaurado após o golpe de 64 que depôs o governador Miguel Arraes, e Nilo Coelho (1967-1971), em nível estadual, e de Castello Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969), em nível federal. Alguns decretos e decretos-lei federais, sobretudo do governo Castello Branco, em 1966, tiveram uma enorme influência nesse processo, pois demandavam a replicação, em nível estadual, das políticas nacionais. Assim, a criação do Conselho Federal de Cultura – CFC, levou a criação do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco – CEC, a criação do Conselho Nacional de Turismo – CNTUR e da Empresa Nacional de Turismo –EMBRATUR, levou à criação do Conselho de Turismo de Pernambuco – CONTUR e da Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR, bem como ao recrutamento de intelectuais da Academia Brasileira de Letras – ABL e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, pelo governo federal, para órgãos de cultura, como o CFC, levou o governo de Pernambuco a recrutar intelectuais da Academia Pernambucana de Letras - APL e do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGP para integrar o CEC.

O corte cronológico 64-69, para este capítulo, decorre também de eu ter identificado que, a partir de 1970, o “movimento pernambucanidade”, bem como a repercussão de um eufórico discurso do intelectual pernambucano Gilberto Freyre, então membro do CFC e presidente do CEC, em homenagem ao poeta pernambucano Mauro Mota, também membro do CEC, por este ter se tornado acadêmico da ABL, e a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes – PHNG, em Pernambuco, pelo presidente Garrastazu Médici, em 1971 colocaram em marcha um processo de fabricação da pernambucanidade. Esses itens farão surgir um debate sobre uma identidade pernambucana no âmbito do governo estadual, sob a denominação de pernambucanidade. No discurso de homenagem a Mauro Mota, Freyre fez um intenso e caloroso uso da expressão pernambucanidade, termo que ele mesmo inventou e se gabava por isso. Um ano depois, em 1971, a expressão seria apropriada e disseminada orgulhosamente por diversos setores da sociedade em Pernambuco. Naquele contexto, o Exército, enquanto instituição à frente do governo federal, se apropriava do episódio histórico considerado mais importante, e que será o principal referente da pernambucanidade, por segmentos da elite política e intelectual pernambucana, como sendo o momento simbólico de sua fundação: as batalhas dos Guararapes. Tratava-se de um momento de inegável projeção de elementos da cultura e história pernambucana no cenário nacional.

Para melhor estruturar a discussão deste capítulo, dividi o mesmo em quatro tópicos. No primeiro, 1.1, discuto como o declínio da participação de intelectuais progressistas nos órgãos de promoção da cultura no governo do Estado, com o golpe civil-militar de 1964 e a desarticulação do Movimento de Cultura Popular – MCP deixaram um espaço vazio na cena cultural. No 1.2, trato de como a ascensão de intelectuais conservadores no CEC, criado em setembro de 1967 para regular as políticas culturais do Estado, ocupou o espaço vazio deixado pelo MCP. Na seção 1.3, discuto como as culturas das duas principais instituições de onde partiam os intelectuais conservadores, o IAHGP e APL influenciaram a atuação do governo do Estado, trazendo reflexos nas políticas culturais do CEC. Finalmente, na 1.4, trato de como o CONTUR, a EMPETUR e o Sistema Estadual de Turismo, criados em novembro e dezembro de 1967, levaram à produção de discursos e práticas sobre uma identidade pernambucana, transformando-a em um produto comercial.

1.1. O golpe, a desarticulação do MCP e o declínio da participação dos intelectuais progressistas no governo de Pernambuco

De acordo com Thomas Skidmore (1988), no que tange ao golpe de 64, a repressão foi especialmente severa no Nordeste. O autor atribui a isto o fato de nesta região terem atuado os líderes considerados mais perigosos, como o governador de Pernambuco Miguel Arraes, o superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, Celso Furtado, o especialista em alfabetização Paulo Freire, o advogado Francisco Julião, das Ligas Camponesas, e o velho ativista do Partido Comunista, Gregório Bezerra. Ainda de acordo com Skidmore, Pernambuco serviu, antes do golpe, de abrigo para um dos maiores centros de atividade do Partido Comunista no Brasil e a G-2 (Inteligência) do Comando Militar do IV Exército, cuja denominação mudaria para Comando Militar do Nordeste – CMNE em 1985, responsável pelo Nordeste, vinha há muito observando de perto o trabalho dos organizadores das Ligas Camponesas e os ativistas políticos de esquerda.

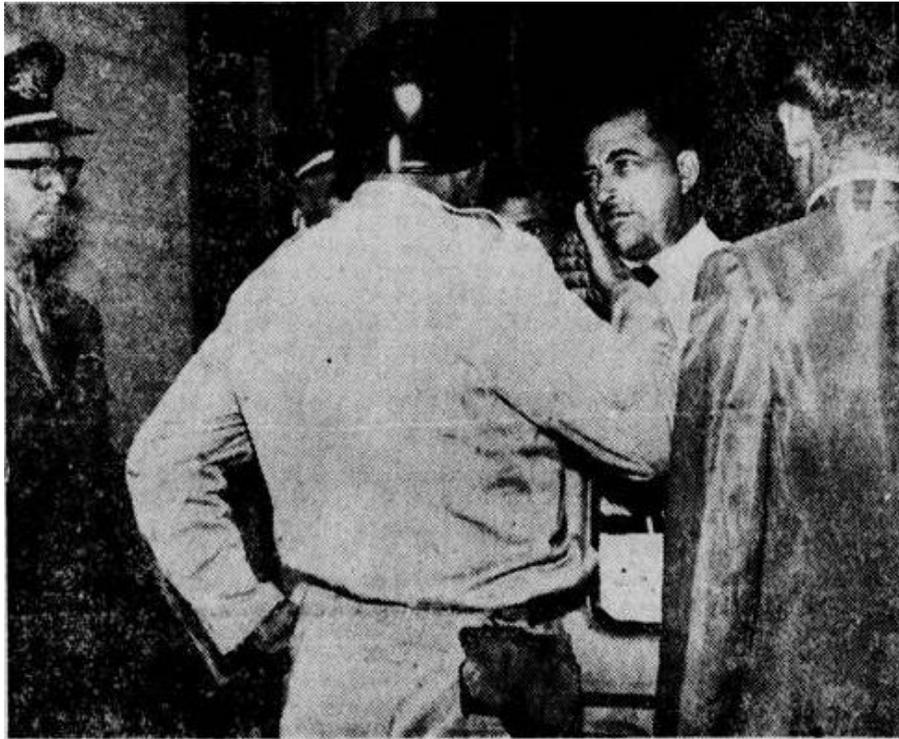
Em Pernambuco, o golpe foi marcado pela deposição, por militares do IV Exército, do governador do Estado Miguel Arraes (1963-1964). Arraes era primo de Castello Branco. Acusado por suas posições políticas, entendidas como sendo de esquerda radical, e de estar conluio com os comunistas, pela oposição e pela imprensa local, Arraes foi preso e deposto às 15h do dia 1º de abril pelo coronel João Dutra de Castilho e pelo tenente-coronel Ivan Rui Andrade de Oliveira, sendo conduzido para o 14º Regimento de Infantaria, sediado no centro do Recife, de onde foi posteriormente levado para a ilha de Fernando de Noronha. À frente do IV Exército, na ocasião, estava o general Justino Alves de Bastos, que cultivava uma relação arranhada com Arraes desde 1963. Em outubro desse ano, através de movimentações das suas tropas, Bastos impediu a realização de uma marcha camponesa na cidade do Recife, que mobilizaria cerca de trinta mil trabalhadores rurais, alegando que essa medida visava a segurança dos moradores da cidade⁵. De acordo com Elio Gaspari (2002), em 1º de abril de 1964, o comandante o teria aprisionado, agindo por conta própria. O jornal **Diário de Pernambuco - DP** publicou, no dia 02 de abril, a deposição do governador, trazendo três fotos que ilustravam dois momentos distintos. Abaixo, uma das fotos que ilustra a ordem de

⁵ A informação é de um documento, organizado como um livro, mas não publicado oficialmente, dos antigos comandantes do Comando Militar do Nordeste - CMNE que tive acesso graças ao contato Marcos, um dos militares deste Comando.

prisão de Arraes, realizada no jardim no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do Estado, localizado no centro de Recife.

Figura 1

Fotografia do momento da ordem de prisão do governador Miguel Arraes em 1964, no Palácio do Campo das Princesas.



Fonte: **DP**, 02/04/1964, p. 3.

Na fotografia, é possível perceber o semblante pesado de Arraes ao receber a ordem de prisão. Já em 31 de março, quando eclodiu o golpe que deporia o presidente João Goulart, o general Justino Alves Basto, à frente do IV Exército desde 4 de setembro de 1963, se colocou de prontidão em Pernambuco. A realização de manifestações públicas foi proibida. Além disso, o IV Exército colocou o Palácio do Campo das Princesas sob vigilância, cercado-o de tropas. A deposição e prisão do governador na tarde de 1º de abril foi precedida por uma passeata estudantil, realizada pela manhã, que partiu da Escola de Engenharia, onde, ao som dos gritos de “abaixo o golpe” e “viva Miguel Arraes” pelos estudantes, militares abriram fogo contra os manifestantes, resultando na morte de dois estudantes secundaristas. A notícia foi veiculada com destaque na capa do **DP**. Segundo a matéria, os militares atiraram após terem sido alvejados de pedras, atiradas pelos estudantes. O confronto se deu na avenida Dantas Barretos, à altura do edifício JK, no centro do Recife.

Figura 2

Fotografia do momento da repressão militar aos estudantes na avenida Dantas Barreto, no Recife, em 1964.



Fonte: **DP**, 02/04/1964, capa.

O jornal **DP**, trouxe como título principal de capa, em negrito e caixa alta, na matéria no dia 02 de abril de 1964: “Jango sai de Brasília Rumo a Porto Alegre ou exterior: posse de Mazzili”. Raniere Mazilli, do qual pouco se fala na historiografia, foi apenas um presidente protocolar, talvez pelo fato de o poder real ter sido efetivamente conduzido por uma junta militar até 15 de abril, quando foi eleito pelo Congresso o Marechal Castello Branco. O segundo título de destaque, tão importante quanto o primeiro, dizia: “Arraes deposto pelo Exército: Paulo Guerra à frente do governo”. A fotografia principal da capa era, porém, a do governador sendo conduzido, coercitivamente, num carro, por oficiais do Exército, para o 14º Regimento de Infantaria, o Regimento Guararapes, como pode ser visto abaixo.

Figura 3

Fotografia do momento da condução coercitiva de Arraes até o 14º Regimento de Infantaria.



Fonte: **DP**, 02/04/1964, capa.

O prefeito da cidade do Recife, aliado de Arraes, Pelópidas Silveira (1963-1964), reeleito em 1963, também foi deposto em 1964, só que no dia 2 de abril, quando foi levado para o IV Exército (**DP**, 03/04/1964, p.3). Na ocasião, em que estava detido pelo chefe do Estado Maior do Exército, general Isaac Nahon, este lhe pediu a renúncia, recebendo resposta negativa de Pelópidas. Nesse mesmo dia, a “Casa de José Mariano”, como era e é chamada a Câmara Municipal do Recife, votou seu impedimento do cargo de prefeito, por vinte votos contra um – o do vereador Jarbas Holanda que, posteriormente, também foi preso – deixando o cargo vago para, dias depois, se ocupado pelo vice, Augusto Lucena (1964-1969). No caso de Arraes, a “Casa de Joaquim Nabuco”, como era e é chamada a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE o declarou impedido do cargo de governador por 45 votos contra 16, deixando vago o cargo que seria ocupado pelo seu vice, Paulo Guerra (1964-1967).

O **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – DOE** trouxe, na edição de 03 de abril, vários atos do novo governador e ex-vice de Arraes, Paulo Guerra, em que publicava desonerações em massa e nomeações de novos integrantes para compor a equipe do governo (**DOE**, 03/04/1964, capa). A apropriação do Executivo Estadual pelos protagonistas do golpe se deu com muita rapidez. Considerando que Paulo Guerra provocou uma cisão no seu partido, o Partido Social Democrático – PSD, quando se candidatou a vice na chapa com

Miguel Arraes (indicado pelo Partido Social Trabalhista – PST, com apoio do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e Frente do Recife), pondo em dúvida sua posição conservadora, é possível que o mesmo tenha sido poupado da onda de cassações devido ao fato de ter procurado, já no início de 1964, o general Castello Branco que, na ocasião, era chefe do Estado Maior do Exército, para delatar o governador Miguel Arraes por seu suposto radicalismo. O encontro foi realizado no Hotel Serrador, no Rio de Janeiro, onde Paulo Guerra deixou evidentes suas divergências com relação a Arraes.

Não é objetivo aqui discorrer sobre o governo Arraes – sobre isto já existem muitos trabalhos – mas apenas situar o contexto no qual o declínio das políticas de esquerda levou a uma guinada nas políticas de direita, nos campos político e cultural. Durante o período em que esteve no governo, por exemplo, parte da maquinaria do Estado, até então a serviço dos grandes proprietários, foi confiada por Arraes aos sindicatos rurais e às Ligas Camponesas. Uma das suas primeiras medidas adotadas logo após assumir o governo, em 31 de janeiro de 1963, foi assegurar o pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais. Contando com o apoio de parte significativa da Igreja e dos comunistas, Arraes deu início a um amplo processo de sindicalização rural, criando uma equipe de advogados para prestar assistência jurídica aos trabalhadores que se organizavam em órgãos de classe. Como uma das medidas tomadas para criar condições de entendimento em casos de litígio, Arraes enviou delegados de polícia ao interior com a missão de desarmar usineiros e proprietários de terras. A resistência mais organizada contra seu governo provinha dos usineiros, em geral grandes proprietários, refletindo-se nos dois maiores partidos do Estado, a UDN e o PSD. Seu governo contava com o apoio sobretudo do PCB, do PSB e com parcelas do PTB e da Igreja.

Uma das realizações mais marcantes da atuação de Arraes no campo da política cultural foi o MCP, criado quando ainda era prefeito da cidade do Recife (1960-1962). A princípio, o MCP restringiu-se à alfabetização de adolescentes e adultos em salas aproveitadas de associações de bairro, entidades esportivas e templos religiosos. Logo depois, o movimento passou a promover também a discussão sobre questões políticas e a alfabetização e informação entre as camadas mais pobres da população, promovendo para tanto a instalação de galerias de arte, cinemas, teatros, parques de recreação, oficinas de artes plásticas e teleclubes, além da realização de mesas redondas sobre cultura popular e da valorização do artesanato e de festas tradicionais. Nos meses que precederam o golpe, ao mesmo tempo que o MCP era definido pelos conservadores como um movimento esquerdista e que seus dirigentes

eram acusados de ser infiltrados do PCB, Arrais era apontado como adepto do comunismo, devido às posições que assumia em defesa dos trabalhadores rurais e urbanos.

Embora o MCP fosse uma instituição apolítica, no discurso de alguns dos seus membros dirigentes, suas práticas iam no sentido contrário. Havia os que os defendiam o processo de “conscientização” como instrumento de libertação, mas havia também os que defendiam a neutralidade. O teatrólogo Ariano Suassuna é um exemplo deste subgrupo defensor da neutralidade. Foi um dos fundadores do MCP, tendo posteriormente se afastado do Movimento para, depois, integrar o panteão de intelectuais conservadores que irão dominar a cena durante a ditadura. Contra a neutralidade defendida por poucos, o processo de alfabetização empregada pelos professores, na metodologia do MCP, era essencialmente político e era entendido pelos conservadores de direita como uma subversão, uma vez que o cotidiano dos estudantes era discutido politicamente no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, considerando que só os alfabetizados podiam votar, alfabetizar, para esses conservadores, implicava em formar eleitores de esquerda. Isso resultou em inúmeras acusações a Arraes, desde quando era prefeito, tanto vindas dos vereadores quanto dos deputados, de que ele estaria criando um curral eleitoral na cidade com os programas de alfabetização do MCP.

Em 2010, Bianca Nogueira da Silva defendeu a dissertação **Os intelectuais e o povo no Recife dos anos 60(1960-1964)**, tomando a experiência da criação e funcionamento do MCP como principal objeto de estudo. Partindo de discursos jornalísticos da época, bem como de documentos oficiais da Câmara Municipal do Recife, da Assembleia Legislativa do Estado e do Estatuto do MCP, ela traça o pensamento dos seus principais idealizadores tais como Germano Coelho, Abelardo da Hora, Paulo Freire, Silke Weber e Norma Coelho, dentre outros. Antes, porém, de tratar do MCP, da criação, funcionamento, atividades, pensamento dos seus membros e reações, Silva faz uma discussão teórica acerca do conceito de intelectuais, povo e populismo. Sua discussão põe em diálogo alguns conceitos de Gramsci, Michel Löwy, Norberto Bobbio e Daniel Pécault. Realiza também uma análise do cenário da cidade do Recife na primeira metade dos anos 60, buscando historicizá-la. Para Silva o MCP era: 1) a organização civil, criada por intelectuais, de maior expressividade no Recife dos anos 60 no âmbito cultural e educacional; 2) que reuniria entre seus sócios/fundadores boa parte dos chamados “intelectuais” da cidade, amalgamados pela crença de terem a missão e serem capazes de promover “a elevação cultural do povo”; 3) era a organização que alcançava mais resultados diante dos objetivos estabelecidos; 4) foi o movimento que mais voluntários teria

recrutado em torno de suas atividades, o que indicava, para ela, uma grande aprovação pública; 5) era o movimento que mais adesão conseguia da população, o que indicava, para a autora, o sucesso de suas atividades e; 6) era o projeto que mais atividades e serviços oferecia ao público, embora tivesse na alfabetização o maior foco de sua atenção.

Silva também analisa do Estatuto do MCP, que definia os seus principais objetivos como sendo: 1) promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos; 2) atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a constituição, o ensino religioso facultativo; 3) proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho; 4) colaborar para a melhoria do nível material do povo através de educação especializada; 5) formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular. No Estatuto, a cultura popular era cuidadosamente pensada e lotada no Departamento de Formação da Cultura, cujo objetivo era: “1- interpretar, desenvolver e sistematizar a cultura popular; 2- criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular; 3- Formar pessoal habilitado a transmitir a cultura ao povo”. Uma análise crítica desses objetivos é possível permite perceber uma arraigada crença na superioridade dos intelectuais em relação ao povo.

Por todas as questões apontadas pelos seus opositores, o MCP foi, de acordo com Silva completamente desarticulado. No dia 1º de abril, dois tanques do IV Exército invadiram o gramado do Sítio da Trindade, onde ficava a sede do MCP, e o fecharam, impedindo qualquer movimentação de alunos e professores. Figurinos, livros, cartilhas de alfabetização, vitrolas e alguns discos foram apreendidos, sendo destruída boa parte desse material. Os prédios em que funcionavam as escolinhas de alfabetização, cedidos à Prefeitura, organizações privadas entre outras, foram, um a um, tomados e incorporados à nova gestão golpista. Vários dos intelectuais engajados no MCP tiveram o mesmo destino da maior parte dos esquerdistas a partir do golpe: a acusação de envolvimento com o comunismo, prisão, exílio e, para alguns, a morte. Cerceados de sua liberdade de expressão e atuação, esses intelectuais viram subitamente seus projetos e ideologias serem interrompidos e proibidos no espaço público da cidade, dando lugar à nova ordem constituída.

Em homenagem ao acontecimento histórico considerado de maior relevo pela historiografia local e segmentos da elite pernambucana, as batalhas dos Guararapes, o MCP será transformado, posteriormente, na “Fundação Guararapes”. Em fevereiro de 1965, o **DP**

trazia numa matéria a informação de que a Fundação Guararapes, antigo MCP, estaria sendo alvo de uma “recuperação”, levada a cabo por Gustavo Sá Barreto, seu diretor (DP, 05/02/1965, p.6). Uma outra matéria, dizia que a nova Fundação, um dos pontos altos do governo Lucena, nada tinha a ver com o MCP, que era infiltrado de agitadores (DP, 09/03/1965, p.8). A Fundação, no entanto, só foi inaugurada oficialmente por iniciativa do prefeito Augusto Lucena, numa solenidade realizada no Sítio da Trindade, em 19 de abril de 1965, data de comemoração do 317º aniversário da primeira batalha dos Guararapes (DP, 20/04/1965, p.3).

O culto à memória das batalhas dos Guararapes – item a ser aprofundado a partir do próximo capítulo – será a marca de boa parte dos novos agentes de cultura do Estado de Pernambuco e da cidade do Recife. Conservadora, a Fundação Guararapes se focará no campo educacional, deixando vazio o espaço cultural que outrora fora ocupado pelo MCP. Este espaço vazio será preenchido mais sistematicamente, a partir de 1967, pelo CEC, criado pelo governo do Estado. No interior deste Conselho, intelectuais de duas instituições civis tradicionais, dominada por conservadores, passarão a influenciar fortemente o campo político e cultural. São elas a Academia Pernambucana de Letras – APL e o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP, ambas situadas na cidade do Recife. Mas antes de discutir a colaboração dessas instituições com os governos autoritários, tratarei da criação do CEC e da ascensão dos seus intelectuais no governo do Estado.

1.2 A criação do CEC e a ascensão dos intelectuais conservadores no Governo de Pernambuco

O Governo Paulo Guerra (1964-1967), que fora vice de Arraes e assumiu o governo após o golpe, deu início a uma aproximação com intelectuais conservadores que configuraria posteriormente expressivas mudanças no interior do governo, com impactos nas políticas culturais. Sua trajetória política é entrelaçada com a política conservadora e autoritária. Quando ocorreu a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional – Arena, de orientação governista. Ligado ao interventor pernambucano Agamenon Magalhães durante o Estado Novo, desde a sua graduação, foi nomeado por este para assumir a prefeitura de Orobó, em Pernambuco, em 1938. Em 1941, mais uma vez por indicação de

Agamenon a Getúlio Vargas, assumiu a delegacia regional do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP do 2º Distrito de Recife, mantendo-se nesse cargo até o ano seguinte. Em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto e, no pleito realizado em dezembro seguinte, Paulo Guerra elegeu-se deputado por Pernambuco à Assembleia Nacional Constituinte na legenda PSD, continuando sob a tutela de Agamenon durante anos na política.

No governo de Pernambuco, Paulo Guerra procurou manter uma infraestrutura de estímulo à industrialização do Estado, construindo rodovias, implementando a eletrificação rural e o abastecimento de água. Além disso, ampliou a rede escolar, criando a Federação do Ensino Superior de Pernambuco – FESP, atualmente Universidade de Pernambuco – UPE, desde 1991, e mandou construir o novo hospital de pronto-socorro, em Recife, que mais tarde, em 1971, seria nomeado de Hospital da Restauração, em homenagem à restauração pernambucana. Entretanto, foi durante o governo Nilo Coelho (1967-1971) que vários intelectuais conservadores passaram ser efetivamente integrados ao governo estadual. Nilo participou do Bloco Parlamentar Revolucionário que deu origem à Arena. Foi nomeado governador de Pernambuco pelo presidente Castello Branco, para o quadriênio 1967-1971. À frente da prefeitura do Recife, estava Augusto Lucena (1964-1969), que fora vice de Pelópidas Silveira, tendo assumido o cargo deste quando o mesmo foi deposto pelos militares. Com a instauração do bipartidarismo, Lucena seria vice-presidente do diretório regional da legenda em Pernambuco.

No seu governo, Nilo Coelho deu continuidade aos projetos do governo Paulo Guerra, promoveu a eletrificação de mais de 200 distritos, vilas e localidades da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão e concluiu a construção da barragem de Tabocas. Instituiu a Fundação de Desenvolvimento Municipal de Pernambuco – FIAM, órgão responsável pela integração dos programas municipais e estaduais, que era vinculado à Secretaria do Interior e Justiça. Criou a Companhia de Mecanização Agrícola e os Distritos Industriais de Pernambuco S/A, instituiu ainda o Laboratório Farmacêutico de Pernambuco – LAFEPE, o Instituto de Pesos e Medidas, a Comissão Estadual de Controle da Poluição das Águas, o Departamento de Trânsito de Pernambuco e substituiu a imprensa oficial por uma empresa de economia mista, a Companhia Editora de Pernambuco – CEPE. Nilo criou também o Projeto Massangano, posteriormente denominado de Projeto Senador Nilo Coelho, formado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, com mais de 20 mil hectares, considerado o maior projeto público de irrigação do país. Seu empenho pela construção de estradas conferiu a ele o rótulo de ‘Governador Estradeiro’ (DP, 11/09/1971, p.3).

O governo Nilo Coelho foi, sem dúvida, aquele que deu início ao processo organizado de aparelhamento dos órgãos de educação e cultura do Estado por intelectuais conservadores, através da criação do CEC. Dentre todos os órgãos do governo, este foi o que maior composição tinha dos intelectuais ligados a APL e IAHGP e que levou para dentro do governo do Estado as leituras históricas do Instituto sobre o passado de Pernambuco e a noção de cultura pernambucana da Academia, possibilitando a criação do que, um pouco mais tarde, ficaria conhecida como pernambucanidade. Criado através da Lei 6003 de 27 de setembro de 1967 e publicada no **DOE**, no dia seguinte (**DOE**, 28/09/1967, capa), a compreensão da criação e funcionamento do não pode ser desvinculado do Decreto-Lei nº 74 de 21 de novembro de 1966, de criação do CFC, por Castello Branco, pois este levou à criação de Conselhos Estaduais de Cultura em quase todos os Estados brasileiros (**DOU**, Seç.1, 22/11/1966, p.13529). O CFC era responsável, entre outros itens, pela elaboração da política cultural nacional e os CECs, incluindo o de Pernambuco. Salvo as suas particularidades, este nada mais era do que sua expressão a nível estadual, inclusive previstas no Decreto-Lei de criação do CFC, no seu artigo 2º, alínea k, que dizia o seguinte, entre os seus objetivos:

estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura e propor convênios com esses órgãos, visando ao levantamento das necessidades regionais e locais, nos diferentes ramos profissionais, e ao desenvolvimento e integração da cultura no país (**DOU**, 22/11/1966, Seç.1, p.13529).⁶

Além da elaboração da política cultural nacional e do estímulo a criação de Conselhos Estaduais, o CFC detinha uma série de outras atribuições, dentre as quais: a) elaborar o Plano Nacional da Cultura, com os recursos oriundos do Fundo Nacional da Educação, ou de outras fontes, orçamentárias ou não, colocadas ao seu alcance; b) promover campanhas nacionais que visassem o desenvolvimento cultural e artístico; c) promover a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional; d) decidir sobre o reconhecimento das instituições culturais, mediante a aprovação de seus estatutos; e) reconhecer, para efeito de assistência e amparo através do Plano Nacional de Cultura, as instituições culturais do país, cujo reconhecimento se dava mediante solicitação da instituição interessada; f) articular-se com os órgãos federais, estaduais e municipais, bem como as Universidades e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução dos programas culturais; g) emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhe fossem submetidos pelo MEC; h)

⁶ Grifo meu.

promover sindicâncias, por meio de comissões especiais, nas instituições culturais oficiais ou particulares, estas últimas deste que incluídas no Plano Nacional da Cultura, e sempre tendo em vista o bom emprego dos recursos recebidos (DOU, 22/11/1966, Seç.1, p.13529).

Constava ainda da esfera de competência do CFC: a) promover, articulando-se com os Conselhos Estaduais de Cultura, exposições, espetáculos, conferências e debates, projeções cinematográficas e toda qualquer outra atividade, dando, também, especial atenção ao meio de proporcionar melhor conhecimento cultural das diversas regiões brasileiras; b) conceder auxílios e subvenções às instituições culturais oficiais e particulares de utilidade pública, tendo em vista a conservação de seu patrimônio artístico e a execução de projetos específicos para a difusão da cultura científica, literária e artística c) manter atualizado o registro das instituições culturais e oficiais e particulares e dos professores e artistas que militassem no campo das ciências, das letras e das artes; d) promover intercâmbio com entidades estrangeiras, mediante convênios que possibilitassem exposições, festivais de cultura artística e congressos de caráter científico, artístico e literário; e) superintender, ouvido o Ministério das Relações Exteriores, cursos e exposições de cultura brasileira no exterior; f) informar sobre a situação das instituições particulares de caráter cultural com vistas ao recebimento de subvenções concedidas pelo Governo Federal; g) apreciar os planos parciais de trabalho elaborados pelos órgãos culturais do MEC, com vistas à sua incorporação a um programa anual do MEC, a ser aprovado pelo Ministro de Estado, dentre outras competências (DOU, 22/11/1966, Seç.1, p.13529).

O CFC era constituído por vinte e quatro membros nomeados pelo presidente da República, por seis anos, dentre personalidades eminentes da cultura brasileira e de reconhecida idoneidade. Na escolha dos membros do Conselho, o presidente levava em consideração a necessidade de estarem aí devidamente representadas as diversas artes, as letras e as ciências. De dois em dois anos, cessava o mandato de um terço dos membros do Conselho, permitida a recondução por apenas só uma vez. Ao ser constituído o Conselho, um terço de seus membros teria mandato, apenas, de dois anos e um terço de quatro anos. Em caso de vaga, o Decreto-Lei previa que a nomeação do substituto era para complementar o prazo do mandato do substituído. O CFC era constituído em câmaras para deliberar sobre assuntos pertinentes às artes, às letras e às ciências, e se reunia em sessões para decidir sobre a matéria de caráter geral. Além das câmaras, havia uma, especialmente destinada aos assuntos do patrimônio histórico e artístico nacional. As funções de conselheiro eram consideradas de

relevante interesse nacional, e o seu exercício tinha prioridade sobre o de cargos públicos de que fossem titulares os conselheiros.

Em **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar (1967-1975)**, Tatyana de Amaral Maia (2012) realiza um estudo do papel e atuação desse Conselho durante o período. A obra é resultado da análise de relatórios técnicos, atas, anteprojeto de lei, pareceres, publicações do CFC, tais como as revistas *Cultura*, *Revista Brasileira de Cultura* e *Conselho Federal de Cultura*, e sobre o estudo da rede sociabilidades dos conselheiros. A autora buscou recortar o período de efervescência do Conselho – que fora criado graças a articulação de Josué de Souza Montello, acadêmico da ABL, junto ao ministro da Educação e Cultura, Raymundo Moniz de Aragão (1965-1966) – ter se estendido entre 1967 e 1975, caracterizado pela relativa autonomia dos intelectuais que atuavam no interior do MEC sob os ministros Tarso Dutra (1967) e Jarbas Passarinho (1969-1974). Para Maia, o esgotamento do CFC pode ser apontado quando Ney Braga assume o MEC, em 1974. Outro órgão do MEC, o Departamento de Assuntos Culturais – DAC, vai elaborar a Política Nacional de Cultura e trazer para dentro da burocracia do MEC outra perspectiva de lidar com a cultura e de gerenciar as políticas culturais. A partir daí, a ideologia tradicionalista dos “velhinhos” do CFC se torna desnecessária ao desenvolvimento do capitalismo, que tem no Estado seu motor.

Maya estuda a rede de sociabilidade intelectual existente na concretização do CFC, traçando a trajetória dos seus conselheiros que, excetuando-se o teatrólogo pernambucano Ariano Suassuna, remonta a década de 20. Destaca que os projetos do CFC incorporaram debates sobre a nação e o culto ao civismo que foram forjados no Estado Novo. Na análise da trajetória desses intelectuais, que inclui outro pernambucano, o sociólogo Gilberto Freyre, Maya identificou que praticamente todos os integrantes do CFC eram ligados a academias de letras e institutos históricos, notadamente a ABL e IHGB, sendo que muitos deles desde as décadas de 30 e 40. Aqueles que não integravam essas instituições até o período do recorte da sua pesquisa vieram a fazê-lo posteriormente. Além dos seus projetos em torno da cultura nacional, esses intelectuais levaram, para o interior do Conselho, práticas dessas instituições. O hábito de homenagem aos pares e de comemoração de efemérides, por meio de discursos previamente elaborados por um conselheiro, bem como a recepção de um novo integrante, por exemplo, seguiam os rituais da ABL (MAIA, 2012, p.67)

A autora discute ainda a construção da rotina burocrática do CFC, incluindo seu orçamento, o processo de institucionalização do Conselho, suas linhas de ação, as regras de

financiamento estipuladas e a divisão das verbas orçamentárias. Analisa também os periódicos do Conselho “Boletim do Conselho Federal de Cultura” e “Revista Brasileira de Cultura”, bem como explora a relação do CFC com os CECs. Segundo afirma, os conselhos estaduais também eram convocados para colaborar com alguns projetos do CFC, como o Calendário Cultural, a comemoração de efemérides e a obra História da Cultura Brasileira, o que indicava a uma relação de proximidade entre o CFC e os CECs. Menciona uma reunião, convocada em 1968, pelo Decreto nº 62.256, de 12 de fevereiro de 1968, assinado por Costa e Silva, convocando a Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura em que, na sua abertura, o ministro de Educação e Cultura, Tarso Dutra, teria reforçado a ideia de criação do CFC, por Castello Branco, como uma demonstração a todo o país de uma das funções da “Revolução de 1964” (MAIA, 2012, p. 106).

Maia analisa também as posturas político-ideológicas adotadas pelo CFC. Avalia a presença do pensamento modernista e conservador no interior do MEC e sustenta que a criação do Conselho responde, observando as especificidades do período, ao projeto modernista iniciado nos anos 20 e vitorioso no interior do aparelho estatal nos anos 30. Tratava-se de uma continuidade não linear, cujo ponto de inflexão foi a radicalização do civismo alicerçado no ideário otimista adotado na ditadura civil-militar. De acordo com a autora, os intelectuais que integraram o CFC entre 1967 e 1975, cuja atuação no campo político e cultural remonta aos anos 20, são representantes do pensamento conservador no Brasil e, por isso, mostram-se tão identificados com os projetos nacionalistas autoritários – antiliberais e anticomunistas – e o ideário cívico, considerado expressão máxima da consciência nacional, presentes na ditadura civil-militar (MAIA, 2012, p. 155).

A autora analisa ainda os principais projetos executados pelo CFC, suas limitações e o processo de esgotamento político vivenciado pelos “cardeais da cultura nacional”, maneira como Gilberto Freyre chegou a se referir aos conselheiros, nos anos 70. Discute sobre como a criação de novas instituições e agências dedicadas ao setor cultural possibilitou o aparecimento de novos grupos no MEC, durante a gestão de Ney Braga, reduzindo a centralidade do Conselho. Argumenta que o CFC e seu projeto modernista-conservador já não eram capazes de absorver as demandas existentes no setor, o que fez com que o Conselho fosse perdendo legitimidade e força política com a criação do Departamento de Ações Culturais (1970), do Programa de Ação Cultural (1973), e, finalmente, com a Política Nacional de Cultura, em 1975. Apesar de permanecer funcionando até 1990, o CFC já não

teria mais a expressividade observada nesses tempos. Apesar das suas particularidades, o CEC apresenta uma trajetória semelhante.

O CEC foi criado através da Lei 6.003 de 27 de setembro de 1967, vinculado à Secretaria Estadual de Educação e Cultura, como um desdobramento local do CFC, devendo ser responsável pela elaboração das políticas culturais a nível estadual (art. 8º, II), bem como do Plano Estadual de Cultura (Art. 8º, X), além de fomentar também a criação de departamentos municipais de cultura, conforme o item VIII do artigo 8º. Apesar de criado em 1967, o CEC só terá sede própria em 1971. O crédito especial de 5 mil cruzeiros novos, previsto no artigo 9º da lei de criação, destinado as despesas com a instalação do Conselho não foram suficientes para a aquisição de uma sede. Até lá, lá o Conselho se reuniu no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – IJNPS, futura Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, e Conselho Estadual de Educação – CEE. De acordo com o item IV do artigo 8º, o CEC deveria, ainda, articular-se com os órgãos federais, estaduais e municipais, com as universidades e instituições culturais de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais, e emitir parecer sobre as solicitações, colocadas pelas instituições culturais, de assistência e amparo através do Plano Nacional de Cultura, bem como sobre as subvenções a serem concedidas pelo governo do Estado, de acordo com item VII. O item XIV do artigo 8º é ainda mais específico na relação que o CEC deveria manter com CFC:

Exercer atribuições que lhe sejam delegadas pelo Conselho Federal de Cultura ou órgãos outros da União relacionados com assuntos culturais, sempre com prévia e expressa autorização do Governador do Estado (Lei 6003/67, DOE, 28/09/1967, capa e p.7324)⁷.

Ao Conselho, competia também promover iniciativas e sugerir à Secretaria de Educação e Cultura a adoção de medidas tendentes ao cumprimento dos artigos 96, 97, 98, 99 e 101 da Lei n. 5.695, que estabelecia o sistema estadual de educação, ensino e cultura; promover a defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico estadual, e campanhas estaduais que visassem ao desenvolvimento cultural e artístico, apreciar os planos parciais de trabalho, elaborados pelos órgãos culturais da Secretaria de Educação e Cultura, com vistas à sua incorporação ao programa anual da Secretaria. Era responsável também por emitir pareceres sobre assuntos e questões de natureza cultural que lhe eram submetidos pelo Secretário de Educação e Cultura. Além disso, mantinha intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação, a quem competia elaborar o Plano Estadual de Educação, de modo a evitar duplicidade de

⁷ Grifo meu.

atividades e serviços na elaboração do Plano Estadual de Cultura, e assegurar que ambos se harmonizem no plano geral de ação da Secretaria de Educação e Cultura, nos dois setores de suas atividades básicas.

Apesar de criado em setembro de 1967, o CEC só veio ter um Regimento Interno em janeiro de 1968, através do Decreto nº 1478 de 18 de janeiro de 1968 (DOE, 18/01/1968, p. 598), que traçou o seu modo de trabalho. O Conselho se reunia em sessões plenárias e sessões de comissões, num total mínimo de quatro e máximo de doze por mês. Na última reunião plenária de cada mês, era estabelecido o calendário das reuniões do mês seguinte. Caberia ao Presidente do Conselho, por iniciativa própria, por solicitação do Secretário de Estado de Educação e Cultura ou a requerimento de uma Comissão ou de dois Conselheiros, convocar reuniões além do calendário fixado. As atividades eram efetivadas sob as seguintes modalidades: a) execução direta, utilizando, sempre que possível, a colaboração do Departamento de Cultura da Secretaria de Estado de Educação e Cultura; b) coordenação das atividades de organismos oficiais sobretudo para ampliar a sua ação a todo o Estado; c) apoio a iniciativas privadas cujo mérito o justifique e sob condições que as integrem em planos de interesse geral e; d) realização de convênios com entidades públicas ou privadas, para o desenvolvimento de atividades comuns. A coordenação das atividades de organismos oficiais era feita mediante projetos elaborados pelas comissões permanentes e pela direção dos organismos interessados, sendo submetidos à aprovação do Plenário e oferecidos à Secretaria de Estado de Educação e Cultura.

Os trabalhos do Conselho eram divididos entre Comissões Permanentes (Câmaras) e Comissões especiais. As comissões permanentes (Câmaras) eram constituídas de três conselheiros nomeados pelo Presidente com aprovação do Plenário e eram em número de cinco, incumbindo-lhes o estudo das matérias abrangidas em sua designação. As Comissões Permanentes eram: a) Artes; b) Letras; c) Patrimônio Histórico e Artístico; d) Ciências Humanas e; e) Contas e Orçamento. Cabia às Comissões Permanentes emitir parecer sobre os assuntos e processos que lhes fossem submetidos a elaborar estudos e projetos para conhecimento e deliberação do Plenário. A Comissão de Contas e Orçamento é quem apresentava proposta do plano de aplicação dos recursos financeiros atribuídos ao Conselho, acompanhando a sua execução e promovendo junto à Presidência ou ao Plenário o que se fizesse necessário para seu exato cumprimento. Cabia-lhe, ainda, emitir parecer anual sobre a execução do orçamento do Conselho, ao fim de cada exercício financeiro. Para o estudo de assuntos que não se enquadravam nos objetivos das Comissões Permanentes, eram criadas

Comissões Especiais, funcionando pelo prazo que se fizesse necessário à obtenção dos seus fins. Excepcionalmente, poderiam alguns assuntos ser submetidos ao parecer de um relator individual, designado pela Presidência. Cada Comissão escolhia seu Presidente, sendo de um ano o mandato nas Comissões Permanentes.

Cabia ao Plenário as deliberações referentes aos objetivos do Conselho, bem como: a) estabelecer normas complementares ao Regimento, à maneira que se fizerem necessárias, submetendo-as à aprovação do governo do Estado; b) decidir sobre o emprego das verbas orçamentárias e dos recursos financeiros que fossem atribuídos ao Conselho; c) tomar conhecimento de propostas que lhe fossem apresentadas por escrito pelos conselheiros, diretamente ou através das Comissões, deliberando sobre elas; d) tomar conhecimento das comunicações apresentadas pelos Conselheiros, promovendo, quando justo e oportuno, a sua publicação; e) apresentar à Secretaria de Estado de Educação e Cultura propostas de atividades a serem desenvolvidas no âmbito das atribuições do Conselho; f) solicitar por ofício do Presidente ao Secretariado de Estado de Educação e Cultura o comparecimento dos chefes de serviços culturais da administração pública para estudo de problemas e debates de planos de trabalho; g) acompanhar as atividades culturais desenvolvidas no Estado ou no país, quando estas interessassem a seus objetivos e; h) representar ao presidente para o bom andamento dos serviços administrativos do Conselho.

O Plenário não podia deliberar sobre votos de cortesia pessoal como louvor, pesar, congratulações, etc. As deliberações do Plenário eram tomadas por maioria simples dos Conselheiros presentes, salvo quando se tratasse de complementação do Regimento, de aprovação de planos e campanhas culturais e da revisão de pareceres já aprovados, casos em que era exigido um mínimo de cinco votos favoráveis. A ordem das reuniões do Plenário obedecia à seguinte programação: 1º) leitura e discussão da ata da sessão anterior; 2º) expediente para registro de fatos ou comentários de ordem geral; 3º) ordem do dia para deliberação sobre os projetos em pauta; 4º) apresentação de noções, requerimentos e quaisquer outras iniciativas dos Conselheiros ou das Comissões; 5º) encerramento, com designação do dia para a próxima sessão.

A presidência do Conselho funcionava em caráter permanente. Cabiam ao presidente as seguintes atribuições: a) convocar reuniões mediante comunicação da pauta mensal ou de convites; b) dirigir os trabalhos do Plenário, conduzindo os debates e resolvendo as questões de ordem; c) designar Conselheiros para realização de projetos e de estudos ou desempenho de comissões; d) executar as decisões do Conselho e promover o bom funcionamento de todos

os seus serviços; e) superintender as atividades da Secretaria e administração; f) autorizar despesas e pagamentos; g) assinar o expediente oficial; h) despachar processos para encaminhamento no intervalo das sessões; i) apresentar no início de cada sessão uma relação dos processos a que tenha dado andamento; j) propor ao Governo os nomes dos funcionários a serem nomeados ou providenciar de outra maneira o preenchimento dos postos necessários aos serviços; k) convidar, em nome do Conselho, diretores de serviços, especialistas e outras pessoas competentes para apresentar estudos e sugestões ao Conselho. Na primeira sessão do mês de outubro de cada ano de número ímpar, deveriam ser eleitos pela maioria absoluta o Presidente e o Vice-Presidente. Caso qualquer um dos dois cargos ficasse vago, deveria ser feito, de acordo com o Regimento, eleição para completção do mandato.

Os serviços administrativos ou técnicos do Conselho eram realizados por um corpo de funcionários cujo quadro, constituindo a Secretaria do Conselho, era proposto oportunamente ao governo do Estado pelo Presidente, ouvido o Plenário. Enquanto não se organizava o quadro, a Presidência do Conselho solicitava à Secretaria de Estado de Educação e Cultura que fossem postos à sua disposição os servidores necessários ou autorizada a contratação de pessoas que desempenhassem as tarefas imprescindíveis. A secretaria do Conselho, tinha os seguintes deveres: a) cumprir as diligências que lhe fossem determinadas ou decorrem das decisões do Conselho; b) organizar um cadastro das instituições culturais existentes em Pernambuco e de outras cujo trabalho pudessem interessar ao Conselho e; c) documentar em registro próprio as atividades culturais que se desenvolvessem na região e cujo conhecimento fosse útil aos planejamentos do Conselho. À frente da Secretaria do Conselho estava um Secretário, entre cujas atribuições incluíam-se: a) dirigir os serviços administrativos; b) preparar o despacho do Presidente e o expediente do Conselho; c) propor ao Presidente o que fosse necessário para o bom desempenho administrativo das funções do Conselho; d) encaminhar os entendimentos do Conselho com a Secretaria de Estado de Educação e Cultura e demais órgãos do Serviço Público e; e) Secretariar as sessões plenárias do Conselho.

De acordo com o artigo 7º, as funções de conselheiros eram consideradas de relevante interesse público e o seu exercício tinha prioridade com relação ao de cargos públicos estaduais de que já era titulares os seus conselheiros. O Conselho era composto por 9 membros, nomeados pelo governador do Estado, dentre as “personalidades eminentes” da cultura pernambucana. O governador deveria levar em consideração, de acordo com a lei, a necessidade de nele serem devidamente representadas as diversas artes, letras e as ciências humanas. Um terço dos seus membros tinha mandato de dois anos e outro terço, mandado de

quatro anos, de modo que de dois em dois anos cessava o mandato de um terço dos membros do Conselho. Se ocorresse vaga no Conselho, o nomeado para preenchê-la deveria completar o mandato. Os membros do Conselho eram responsáveis por eleger, em escrutínio secreto, o presidente e o vice-presidente, com mandato de dois anos, devendo a escolha ser feita por maioria absoluta, podendo os eleitos serem reconduzidos uma vez. Porém, o primeiro presidente e vice-presidente do Conselho foram nomeados pelo governador do Estado. O secretário de Educação e Cultura presidia as reuniões todas as vezes que comparecia, não tendo, porém, direito a voto.

Os primeiros conselheiros foram nomeados através do Ato 4983 de 26 de outubro de 1967. A publicação foi divulgada no Diário Oficial do Estado do dia seguinte (DOE, 27/10/1967, capa). O governador nomeou: 1) o sociólogo Gilberto Freyre, sócio do IHGB desde 1954, sócio do IAHGP desde 1952, membro-fundador do CFC como presidente do CEC; 2) Luiz Maria de Souza Delgado, sócio efetivo do IAHGP desde 1931, presidente da APL desde 1964 e ocupante da cadeira de nº 6, desde 1940, como vice-presidente; 3) Nilo Pereira, sócio efetivo do IAHGP desde 1950, vice-presidente da APL, desde 1964, ocupante da cadeira de nº 16, desde 1951; 4) Mauro Ramos da Mota e Albuquerque, acadêmico da APL, ocupante da cadeira de nº 20, desde 1954; 5) José Antônio Gonsalves de Melo Neto, presidente do IAHGP desde 1965, sócio efetivo do Instituto desde 1943 e acadêmico da APL, ocupante da cadeira de nº 37, do qual foi fundador, no ano de 1967; 6) Flavio da Mota Guerra, sócio do IAHGP, acadêmico da APL, ocupante da cadeira de nº 19, desde 1961; 7) Francisco de Paula Coimbra de Almeida Brennand, artista, autor do famoso painel **Batalha dos Guararapes**, em 1961, na rua das Flores, no Recife; 8) Ariano Vilar Suassuna, dramaturgo, escritor e poeta, membro-fundador do CFC e; 9) Cussy de Almeida Netto, maestro e violinista. Freyre, que foi designado para presidir o conselho, tendo como vice Luiz Delgado, fora aclamado, em 1952, para ocupar a cadeira de nº 23 da APL, mas nunca quis tomar posse, qualificando-se, ele próprio como “sócio correspondente”. Só em 1986 ocuparia a cadeira de nº 14. Ariano Suassuna também seria acadêmico da APL, mas só em 1993, ocupando a cadeira de nº 18. Vejamos, no quadro baixo, a relação dos primeiros conselheiros com academias de letras e institutos históricos:

| Tabela 1 CONSELHEIROS DO CEC NOMEADOS EM 1967 E SUA PARTICIPAÇÃO NA APL, IAHP E OUTRAS ACADEMIAS DE LETRAS E INSTITUTOS HISTÓRICOS. | |
|--|---|
| Conselheiro | Participação nas academias de letras e institutos históricos |
| Gilberto Freyre (Presidente do Conselho) | Membro fundador do CFC, sócio do IHGB desde 1954, sócio do IAHP desde 1952. Fora aclamado, em 1952, para ocupar a cadeira de nº 23 da APL, mas nunca quis tomar posse, qualificando-se, ele próprio, como “sócio correspondente”. Só em 1986 ocuparia a cadeira de nº 14. |
| Luiz Delgado (Vice-presidente do Conselho) | Sócio efetivo do IAHP desde 1931, presidente da APL desde 1964 até 1970 e ocupante da cadeira de nº 6, desde 1940. |
| Nilo Pereira | Sócio efetivo do IAHP desde 1950, vice-presidente da APL, desde 1964, ocupante da cadeira de nº 16, desde 1951. |
| Mauro Mota | Acadêmico da APL, ocupante da cadeira de nº 20, desde 1954, tendo sido seu presidente de 1972 a 1982. Em 1970 se tornaria acadêmico da ABL ocupando a cadeira de nº 26. |
| José Antônio Gonsalves de Melo Neto | Presidente do IAHP desde 1965 até 2000, sócio do Instituto desde 1943, sócio correspondente do IHGB, eleito em 1967, e acadêmico da APL, ocupante da cadeira de nº 37, do qual foi fundador, no ano de 1967 |
| Flavio da Mota Guerra | Sócio do IAHP, acadêmico da APL, ocupante da cadeira de nº 19, desde 1961. |
| Francisco de Paula Coimbra de Almeida Brennand | Artista, autor do famoso painel “batalha dos Guararapes”, em 1961, na rua das Flores, no Recife que, mais tarde integrará o Movimento Armorial. |
| Ariano Vilar Suassuna | Membro fundador do CFC, seria acadêmico da ABL, em 1989, ocupando a cadeira de nº 32, e da APL, em 1993, ocupando a cadeira de nº 18. Criará mais tarde o Movimento Armorial. |
| Cussy de Almeida Netto | Maestro e violinista, foi diretor do Conservatório Pernambucano de Música, de 1967 a 1979. Criaria, mais tarde a Orquestra Armorial da Câmara de Pernambuco. |

Fonte: tabela elaborada pelo autor

Apesar de ter sido criado em 1967, o CEC só terá uma ação mais clara e efetiva a partir do início dos anos 70. Várias razões podem ser apontadas para tanto, inclusive o fato de que, com pouco mais de um ano de sua criação, foi baixado o Ato Institucional de nº 5, que endurecera ainda mais o regime, tirando um pouco mais a atenção das questões culturais,

mesmo aquelas de interesse do próprio governo civil-militar. Outra razão é que apenas em 1971 o CEC terá uma sede própria. Além desse, outro órgão estratégico relacionado a cultura será ocupado por um membro da APL no mesmo período, o Departamento de Cultura – DEC. O nomeado para administrá-lo, em substituição a Marcos Antônio da Silva Caneca, foi Orlando Parahym, acadêmico da APL, ocupante da cadeira de nº 14, desde janeiro de 1967. Nomeado através do ato 4900 (DOE, 20/10/1967, p. 7875), era médico e o início de sua carreira pública coincide com o Estado Novo. Em abril de 1937, foi nomeado técnico de saúde para o Serviço Público Estadual, em Salgueiro, onde também chefiou o Posto de Higiene e foi Inspetor Sanitário. Além disso, foi secretário de Saúde entre 1951 e 1952, a convite de Agamenon Magalhães, chegando também a ser deputado estadual por dois mandatos consecutivos (1955 e 1962). O DEC, antigo Departamento de Extensão Cultural e Artística – DECA foi criado pelo Projeto de Lei nº 2125 (DOE, 17/09/1965, p. 1599) e integrava a antiga Secretaria dos Negócios de Educação e Cultura – SENECA, que se encontrava em processo de organização. Objeto de controvérsias entre a Assembleia Legislativa de Pernambuco e o governo do Estado, o projeto seria aprovado através da Lei 5.785 de 27 de dezembro de 1965, deixando de fora o item VI, do artigo 2º, que só seria incluído, através de uma emenda, a Lei 5.975 de 30 de maio de 1967 (DOE, 31/05/1967, p. 4424).

Ao longo dos governos civil-militar, outros acadêmicos da APL e sócios do IAHGP seriam nomeados para ocupar cargos públicos estratégicos, sobretudo relacionados às questões culturais como DEC e, sobretudo, no CEC. Assim como aconteceria no âmbito da relação entre o governo federal e ABL e IHGB, essa relação se verificaria entre o governo estadual e a academia e instituto locais. Haveria também uma alternância nesses cargos nos órgãos públicos, por esses intelectuais pernambucanos, que levariam suas convicções sobre a ‘cultura pernambucana’ e sobre a ‘história pernambucana’, partilhadas nos círculos institucionais dos quais fazem parte, para o interior do governo, influenciando e mesmo definindo em boa medida, suas políticas. É essa presença de intelectuais da APL e do IAHGP, sobretudo no CEC, que iria configurar uma cultura que, anos depois, ficará conhecida como pernambucanidade. Mas o que eram e qual era a função da APL e do IAHGP? Como se processava a relação dessas instituições com os governos? De que modo contribuíram com as políticas culturais do regime?

1.3. Entre a APL e o IAHGP: a filiação intelectual dos conselheiros do CEC

Vimos que, assim como os conselheiros do CFC estavam ligados à ABL e ao IHGB, os conselheiros do CEC estavam ligados à APL e ao IAHGP. Vários trabalhos já inseriam no debate historiográfico sobre a ditadura e a colaboração da ABL e do IHGB com o regime. Apesar de a ABL, o IHGB e o CFC já terem sido objeto de estudos desde os anos 80, como atesta Maria Madalena Diégues Quintella em **Estado e cultura no Brasil** (QUINTELLA, In: MICELLI, 1984), em que autora apontava os integrantes destas instituições como os que constituíam uma elite cultural, as abordagens e trabalhos completos sobre a sua relação com a ditadura civil-militar é mais recente. Entretanto, já contamos hoje com vários outros trabalhos. Destaco quatro, dos mais recentes com os quais tive contato, e que me pareceram ir mais direto ao ponto: **Les intellectuels conservateurs entre le culturel et le politique: l'Académie Brésilienne des Lettres pendant la dictature militaire (1964-1979)**, de Diogo Arruda Carneiro da Cunha, **O Conselho Federal de Cultura e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um estudo de caso da política de financiamento à cultura (1966-1974)**, de Jéssica Suzano Luzes, **Os generais ditadores (1964-1985) como presidentes de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, de Ivan Rodrigo Trevisan e **O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira**, de Daniela de Miranda dos Santos.

Na tese **Les intellectuels conservateurs entre le culturel et le politique: l'Académie Brésilienne des Lettres pendant la dictature militaire (1964-1979)**, Diogo Arruda Carneiro da Cunha, estuda a atuação da Academia Brasileira de Letras (ABL) durante a ditadura, no período de 1964 a 1979. Analisa em que medida a Casa de Machado de Assis, como era e é chamada a ABL, uma instituição oficialmente "apolítica", legitimou a ditadura civil-militar. Embora tivesse entre os seus acadêmicos, o que classificou de intelectuais progressistas, como Fernando de Azevedo, Hermes Lima, José Honório Rodrigues, Antônio Houaiss e João Cabral de Melo Neto, eleitos entre 1967 e 1971, teria nesse período, juntamente com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e o Conselho Federal de Cultura – CFC, formado uma "estrutura cultural conservadora", um lugar de sociabilidade para as elites intelectuais e políticas da direita. Seus acadêmicos teriam, de acordo com Cunha, se comprometido com o regime de diversas formas, sobretudo através da elaboração e disseminação de um discurso de legitimação baseado nas grandes interpretações do Brasil na década de 30, em particular a de Gilberto Freyre.

Na dissertação **O Conselho Federal de Cultura e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um estudo de caso da política de financiamento à cultura (1966-1974)**, Jéssica Suzano Luzes, a partir das publicações da Revista Cultura e Boletim do Conselho Federal de Cultura, analisa a política de financiamento do CFC. Luzes discute como o Conselho estabeleceu convênios com diversas instituições culturais e, entre elas, com o IHGB. Aponta que, no período entre 1966 a 1974, o CFC atuou com exclusividade, o que permitia estabelecer regras para requisição e repasse de recursos às instituições culturais. Embora a autora foque no financiamento de obras de infraestrutura e atividade cultural do Instituto pelo CFC, deixa evidente a aproximação do mesmo com a ditadura.

Em **Os generais ditadores (1964-1985) como presidentes de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, dissertação defendida por Ivan Rodrigo Trevisan, se analisam as relações estabelecidas entre o IHGB e os chefes de Estado da ditadura civil militar (1964-1985), sobretudo através do título de “Presidentes Honorários” da instituição, concedido aos chefes de Estado quando no exercício dos seus mandados, conforme previa os estatutos do Instituto. O outro ponto estudado por Trevisan é a relação entre o Instituto e a ditadura, através do financiamento estatal do Instituto, por meio do repasse de verbas e auxílios financeiros feitos por cada chefe de Estado à instituição. Ao longo do trabalho, o autor vai apontando como a presença de autoridades políticas do regime no Instituto revela a aproximação a aproximação entre estes.

Na dissertação **O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira**, Daniela de Miranda dos Santos investiga o IHGB no período de 1964 a 1979. Através da abordagem prosopográfica, traça a biografia e as trajetórias dos sócios que foram membros da administração do Instituto ao longo desses anos e o modo como o IHGB se relacionou com a ditadura logo após o golpe e nos anos posteriores. Santos utiliza como fonte privilegiada a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – RIHGB, para estudar as sessões ordinárias, pareceres, notícias referentes à instituição, atos administrativos, quadro dos sócios e outras informações, e dicionários biobibliográficos, a partir dos quais estudada as biografias e trajetórias dos membros da administração do IHGB com o foco em desvendar os indivíduos e analisar o perfil coletivo desses sujeitos.

No que tange à relação dos conselheiros do CEC com a APL e o IAHGP, e mesmo a colaboração dessas instituições civis com a ditadura no âmbito do Estado de Pernambuco, desconheço trabalhos completos que tenham inserido esta questão no debate historiográfico. Uma observação sobre esse quesito, mas sem aprofundamento no debate, foi realizado na

dissertação de Diego Santos Gomes, **Patrimônio: herança ou interesses? um estudo sobre a política cultural aplicada ao patrimônio cultural em Pernambuco (1979-2010)**. Ao abordar a estrutura do CEC, traça a filiação dos conselheiros a essas instituições. Por enquanto, foi visto que o CEC passou a ser o órgão responsável pelas políticas culturais do governo de Pernambuco durante o regime civil-militar e que seus conselheiros eram, em sua maioria, ligados à APL e ao IAHP. Resta discutir, neste ponto, a dinâmica de funcionamento destas instituições e como elas colaboraram com a ditadura.

1.3.1. A APL

A APL foi fundada por Carneiro Vilela, após inicial recusa do convite para tanto, sob a alegação de que a agremiação seria uma forma vaidosa e imoral de busca de prestígio e distinção, bem como outros escritores, em 26 de janeiro de 1901, na cidade do Recife, sob a inspiração da ABL, por sua vez fundada em 1897 por Machado de Assis, no Rio de Janeiro. Ambas tomaram como referência a Academia Francesa, criada em 1635 por Luiz XIII, a pedido do cardeal Richelieu. Na solenidade de sua fundação, que aconteceu no salão nobre do IAHP, com quem a academia sempre manteve uma relação muito estreita, e que contou com a presença do governador Gonçalves Ferreira, Vilela definiu a APL como uma agremiação que deveria ser “forte, consciente e compacta, solidaria e compenetrada da utilidade e da nobreza do seu ideal”, que “resumissem em si o pensamento e as aspirações – como que a alma – da colectividade intellectual”.

Como as demais academias, a APL é constituída por “cadeiras”, sendo cada uma delas dedicada a homenagear uma personalidade, que é chamada de “patrono”. Cada cadeira tem também o seu “fundador”, que é o seu primeiro ocupante. Após a morte do fundador, a cadeira é ocupada pelos “sucessores”. Apesar de haver eleição para a sucessão das cadeiras, a APL, como as academias de um modo geral, é um círculo intelectual muito fechado e conservador, predominando nela a indicação. Teve inicialmente vinte cadeiras, sendo várias delas ocupadas por integrantes do IAHP e alguma delas em homenagem a sócios fundadores desse Instituto. Isso se observa também durante a ditadura, onde alguns intelectuais eram membros das duas agremiações. Entre 1911 e 1919, a APL enfrentou problemas que levaram à paralisação de suas atividades. Após a demolição do prédio do IAHP em 1911, onde funcionava, ficou inativa. Apenas em 1920 retornaria às suas atividades, aprovando, no ano

seguinte sua nova Lei Orgânica, aumentando para trinta o número de suas cadeiras que, em 1960 foram elevadas e passaram a ser quarenta.

A APL é definida no parágrafo 2º, artigo 8º, do seu Regimento Interno, como uma agremiação “apolítica”. No entanto, a atuação da instituição, sobretudo durante a ditadura civil-militar, aponta numa direção diferente. Este artigo do Regimento já foi motivo de desentendimento entre os seus acadêmicos. Em 2012, a edição especial de 111 anos da APL, edição nº 41, organizada por Rostand Paraíso, publicou um atrito, que teve lugar em 1994, entre os acadêmicos José Wamberto e Olímpio Bonald, intitulado “sobre o affair envolvendo José Wamberto x Olímpio Bonald”. O conflito se deu em torno da redação de um parecer, elaborado por Olímpio Bonald Neto, sobre a concessão de um prêmio literário pela APL, onde o mesmo fez o uso da expressão “golpe de 1964”, o que causou o protesto de José Wamberto, que já fora secretário de imprensa e amigo do general Castello Branco. Seu protesto, que deveria ter ficado na Academia, foi publicado em 17 de novembro de 1994, no Diário de Pernambuco, onde ele afirmava que sua visão de 64 era “inteiramente oposta”. Olímpio Bonald respondeu a nota, com outro artigo, no mesmo jornal, publicado em 26 de novembro, onde ratificava e defendia o uso da expressão (RAPL, n.41, 2012, p. 252-258).

Apesar de Bonald ter sido eleito para a APL em 1980, tendo tomado posse na cadeira de nº 1, em 1981, já no contexto da abertura política, sua defesa do uso da expressão “golpe de 64”, que foi justificado na edição da revista por ser ele “um homem de esquerda”, isso se deu em 1994 e, portanto, numa data posterior a ditadura. O uso ou mesmo a recusa do uso da expressão “golpe” para referir-se a 1964 define claramente uma posição política, mas não para traçar, necessariamente, as posições de esquerda e direita, dado que a APL estava ligada a instituições, grupos e sujeitos de ambas as posições que lutaram, lado a lado, pela redemocratização do país. Mas não há como fugir do fato de que o uso da expressão “golpe” denota uma crítica à ditadura, termo não utilizado por parte dos acadêmicos da APL nesse período autoritário. Pelo contrário, boa parte dos seus acadêmicos ocuparam vários cargos públicos estratégicos no governo federal, do Estado ou no município de Recife, ao longo de todo o regime, colaborando assim com ele, seja através do consentimento, do apoio e até mesmo da defesa aberta do regime, nas suas mais variadas esferas.

Embora ao longo da história alguns acadêmicos da APL sempre tivessem tido, desde a criação da academia, certa aproximação com os governantes, o golpe em Pernambuco possibilitou um estreitamento visivelmente incomum em outros momentos históricos. Esse estreitamento da academia com o governo do Estado e com a Assembleia Legislativa de

Pernambuco - ALEPE, inclusive com generais do IV Exército, se dá logo nos primeiros anos da ditadura, sob a presidência de Luiz Delgado (1964-1970). Em julho de 1964 a, APL conseguiu um despacho favorável do governador para a impressão da edição de sua revista, na sua nova fase. Em 1965, tem seus interesses defendidos na Assembleia Legislativa do Estado, onde o deputado estadual Antônio Corrêa de Oliveira Andrade Filho, que se tornaria acadêmico em 1978, defendia um projeto de abertura de crédito de 50 mil cruzeiros para a construção da nova sede da APL, o que acabou não sendo necessário, pois a aproximação com o governador do Estado, Paulo Guerra, garantiu que o mesmo cedesse, em regime de comodato, a sede onde a Academia funciona até hoje. Em outubro de 1966, na presença do presidente Castello Branco, Paulo Guerra assinou a lei que autorizava o pagamento da aquisição e entrega do prédio. Ainda no mesmo mês, a APL concedeu a Paulo Guerra o diploma, em pergaminho, de “sócio benemérito a título excepcional”. Dois meses antes, por sugestão da APL, através de Luiz Delgado, o governador Paulo Guerra havia assinado decreto considerando Joaquim Nabuco o Patrono das Letras Pernambucanas.

Em outubro de 1965, a APL sinaliza que não se incomoda com o regime civil-militar, homenageando o general Aurélio de Lyra Tavares, comandante do Comando Militar do IV Exército, que deixava o cargo para Francisco Damasceno Ferreira Portugal. O general homenageado, que em 1970 seria eleito para ocupar a Cadeira de nº 20 da ABL e protagonizaria um processo de barganha a favor desta Academia nos bastidores, recebeu a homenagem da Academia Pernambucana por suas qualidades “como intelectual” e “como historiador” (RAPL, n. 14, 1965, p.85-93). De acordo com Diogo Arruda Carneiro da Cunha (2014), a vitória de Lyra Tavares na eleição para ocupar uma cadeira da ABL recebeu uma ajuda, não assumida oficialmente, do presidente desta Academia, o então pernambucano Austregésilo de Athayde, que visava “usá-lo” para mediar a relação com Castello Branco e conseguir a doação de um edifício para a Academia, cujas tentativas anteriores de consegui-lo, sem sucesso, remontavam aos governos Kubitscheck e Jânio Quadros. Em junho de 1972, a APL concedeu a Medalha Carneiro Vilela, na classe prata, ao major Luiz Vidal Duarte.

Em 1969, quando a ditadura comemorava o 5º aniversário do que chamava oficialmente então “revolução democrática” de 31 de março de 1964, acadêmicos da APL estavam engajados no programa de comemorações. O governo de Pernambuco anunciou a programação para a comemoração do aniversário no **DOE** já no dia 20 de março, atualizando-a no dia 23. A abertura das comemorações ocorreu no dia 24 de março, às 21h no canal 2, numa comunicação intitulada “o sentido da revolução de março”, com o governador Nilo

Coelho falando sobre o significado das comemorações. No dia 25, Orlando Parahym, ocupante da cadeira de nº 14 da APL, desde 1966 – e que dirigia o Departamento de Cultura - DEC do Estado – ministrou uma palestra, veiculada na TV e rádio, intitulada “A revolução e a organização da vida nacional no setor de transportes”. No dia 28, Waldemar Oliveira, ocupante da cadeira de nº 25 da Academia, desde 1936, ministrou a palestra “A Revolução: cirurgia reparadora do Brasil” e Nilo Pereira, ocupante da cadeira de nº 16, desde 1950, e então vice-presidente da APL – que mais tarde escreveria a trilogia **Pernambucanidade: alguns aspectos históricos** – ministrou a palestra “A Revolução como realidade brasileira no campo educacional” (DOE, 23/03/1969, capa). Todos esses acadêmicos foram também integrantes do CEC.

Durante toda a ditadura, a APL foi presidida por quatro acadêmicos e pelo menos os três primeiros deles – que juntos, geririam a academia por maior tempo, 1964-1982 – ocuparam cargos de relevo no governo do Estado. Foram eles Luiz Delgado (1964-1970), Marcos Vilaça (1970-1972), Mauro Mota (1972-1982) e Waldemir Miranda (1982-1992). Vimos como, já nos primeiros anos da ditadura, na segunda metade dos anos 60, o governo de Pernambuco nomeou o seu então presidente, Luiz Delgado, como vice-presidente do CEC, em 1967, cargo que ocupou até sua morte, em 1974. Em 1971, o governador Nilo Coelho nomeou Marcos Vilaça, Secretário de Estado de Governo, cargo público ocupou até 1973. Vilaça já havia sido, inclusive, chefe da Casa Civil do governo Paulo Guerra. Era, inclusive, seu amigo pessoal e havia apoiado o golpe de 1964, tendo sido em 1966 um dos organizadores da Arena em Pernambuco, além de secretário do seu diretório municipal em Recife. E Mauro Mota, que já havia sido nomeado conselheiro do CEC em 1967, juntamente com Luiz Delgado, foi nomeado, também em 1972, diretor do Arquivo Público Estadual – atual Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE – em substituição ao falecido Jordão Emerenciano. Permaneceu nesse cargo até sua morte, em 1984. Destes presidentes da APL, Vilaça e Mota, alcançariam projeção nacional. Ambos se tornariam membros da ABL e Mota, também do CFC. O ingresso de Mauro Mota na ABL em 1970 foi, sem dúvida, um marco na história da APL e também do que a partir daí passou se chamar de “pernambucanidade”.

Vilaça havia sido também, de 1966 a 1972, conselheiro do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – IJNPS, que era vinculado ao MEC, hoje Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. Ao longo dos anos 70, Vilaça foi assessor jurídico da ALEPE. Com o fim do bipartidarismo em 1979 e a consequente reformulação partidária, participou, em 1980, da fundação do Partido Democrático Social - PDS, sucessor da Aliança Renovadora Nacional -

Arena. Durante o governo do presidente João Figueiredo (1979-1985), ocupou, entre março de 1983 e março de 1985, o cargo de Secretário de Cultura do MEC. Em 1985, foi nomeado secretário particular do presidente José Sarney. No mesmo ano foi membro fundador do Partido da Frente Liberal – PFL e eleito para ocupar a cadeira de Mauro Mota na ABL, após o seu falecimento.

Outros acadêmicos, que não passaram pela presidência da APL, mas eram membros da Casa de Carneiro Vilela também tiveram cargos de relevo no governo do Estado, tendo sido também conselheiros do CEC: Orlando Parayhm e Waldemar de Oliveira, já mencionados; Fernando Pio, ocupante da cadeira de nº 9, a partir de 1970; Gilberto Osório de Andrade, ocupante da cadeira de nº 23, desde 1949; Monsenhor Severino Nogueira, ocupante da cadeira de nº 22, desde 1973; e Nilo Pereira, que fora vice-presidente da APL por vários anos e assumira a presidência do CEC após a morte de Freyre. Francisco Bandeira de Melo, que seria Secretário de Turismo, Cultura e Esportes no governo Marco Maciel, ocuparia, mais tarde, a cadeira de nº 9, a antiga cadeira de Fernando Pio, vaga desde sua morte em 1987. Costa Porto, acadêmico ocupante da cadeira de nº 5, desde 1954, ocupou também um cargo bastante estratégico, a partir de 1979: a presidência da CEPE, responsável pela edição do **DOE**.

Em 25 de janeiro de 1971, o aniversário de 70 anos da APL no Gabinete Português de Leitura, contaria com a presença do governador Nilo Coelho, com discurso do então presidente da APL e Secretário de Governo, Marcos Vilaça; do Ministro de Educação e Cultura, Jarbas Passarinho; e do orador oficial da APL, Nilo Pereira. Ainda em 1971, a Academia foi homenageada pela ALEPE, recebendo a Medalha Joaquim Nabuco, por iniciativa do deputado Barreto Guimarães e pela prefeitura do Recife, tendo recebido do prefeito Augusto Lucena, na pessoa de seu presidente, Marcos Vilaça, a Medalha da Cidade do Recife, classe ouro. Meses depois, a APL concederia a Medalha Carneiro Vilela à prefeitura do Recife. Em janeiro de 1972, Vilaça concedeu a mesma medalha ao CEC, ao IAHG, à Academia Olindense de Letras, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, seção Pernambuco; aos seus colegas acadêmicos da APL Luiz Delgado e Nilo Pereira; e aos acadêmicos pernambucanos da ABL – de quem recebera também a Medalha Machado de Assis – Austregésilo de Athayde, que era seu presidente; Barbosa Lima Sobrinho, que já fora governador de Pernambuco de 1948 a 1952; e João Cabral de Melo Neto. Neste mesmo ano, outubro de 1972, a APL entrega memorial ao governador Eraldo Gueiros sugerindo a criação de um órgão destinado a preservar os bens culturais do Estado. Um ano depois o BANDEPE criaria a FUNDARPE.

Em julho de 1973, a APL viveria um momento especial, pois receberia como doação, do governador Eraldo Gueiros, em caráter definitivo, o solar do antigo barão Rodrigues Mendes, situado à Av. Rui Barbosa, 1596, no Recife, onde a academia já funcionava em regime de comodato, concedido pelo ex-governador Paulo Guerra. A doação se deu mediante a Lei nº 6.532 de 19 de julho de 1973 e teve grande repercussão na imprensa local. A solenidade de inauguração contou com o discurso do presidente Vilaça e do orador oficial Luiz Delgado, na presença do ministro Mário Gibson e Ivan Lins, da ABL, do governador Eraldo Gueiros, do ex-governador Paulo Guerra e de inúmeros convidados. Na ocasião, também ocorreu a entrega da Medalha Carneiro Vilela aos estadistas Eraldo Gueiros e Paulo Guerra, ao chanceler Mário Gibson, à ABL e ao acadêmico Ivan Lins.

Figura 4

Fotografia do momento da leitura do documento de doação da sede definitiva da APL, pelo Secretário Francisco Perazzo.



Fonte: DOE, 20/07/1973, capa.

A visibilidade que a APL conquistaria a partir dos anos 70 causaria também a reação de alguns críticos. Um exemplo é o artigo da jornalista carioca Marisa Raja Gabaglia, publicado em 18 de março de 1974, no **Diário Última Hora**, da Guanabara, intitulado “Os beletistas da academia de Pernambuco”, em que tece críticas à academia pernambucana. Os acadêmicos tomaram conhecimento e manifestaram repúdio ao artigo da jornalista. Em 25 do mesmo mês, num novo artigo, Gabaglia tentou se explicar dizendo que as informações a que teve acesso foram de pessoa de cargo de destaque no Recife. Dias depois, em 30 de março, a poetisa Maria do Carmo Barreto Campelo de Mello, em resposta a Gabaglia, escreveu um artigo no

DP, tendo sido por isso elogiada por Mauro Mota, intitulado “A hora e vez de Pernambuco”, em que tecia elogios a academia e a projeção dos seus acadêmicos. Ainda em 1974, a APL aprovou a concessão do título de Protetor das Letras ao governador Eraldo Gueiros Leite, que efetivou a doação do prédio da sede da APL.

Figura 5

Fotografia do momento da assinatura, pelo governador Eraldo Gueiros, do Ato de doação da sede da APL em caráter definitivo.



Fonte: DOE, 20/07/1973, capa.

Figura 6

Fotografia do Casarão onde funciona a APL, na Av. Rui Barbosa, doada em caráter definitivo pelo governador Eraldo Gueiros, em 1973.



Fonte: www.aplpe.org.br

Em 1981, o professor Aurélio Buarque de Holanda fez entrega da Medalha Machado de Assis, da ABL, a APL. Nesse mesmo ano, em que se comemorava o 80º aniversário da APL, a APL concede a Medalha Frei Caneca ao governador Marco Maciel – que, por sugestão da APL, através de Luiz Delgado, já havia assinado um decreto, em 1979, definindo 19 de agosto, data de nascimento de Nabuco, o Dia da Cultura Pernambucana –; ao IAHGP; ao Secretário de Educação, Joel Holanda Cordeiro; ao prefeito do Recife, Gustavo Krause; pela manutenção dos jardins da APL, a Ayrton de Almeida Carvalho e José Ferrão Castello Branco; ao diretor e assistente técnico do Instituto Histórico Nacional; à Fundação Joaquim Nabuco, através de seu presidente, Fernando Freyre, pela organização do museu da APL; à ABL e outros. Em 1983, entrega-se a medalha Frei Caneca ao prefeito do Recife, Jorge Cavalcanti por haver restaurado as calçadas e iluminado a sede da APL sem ônus para a entidade.

Ao longo da ditadura, a APL recebeu várias doações e benefícios de órgãos públicos, empresas e políticos, a maior parte destas em dinheiro. Em 5 de maio de 1970, o presidente Vilaça se dirigia à Assembleia Legislativa de Pernambuco para proferir uma conferência em que falava da necessidade e da APL de receber apoio financeiro. Essa atuação de Vilaça e outros acadêmicos sem dúvida deslocou a atenção para a academia, levando a conquista de sua sede de melhorias na sua estrutura. Em 22 de outubro de 1974, o presidente Mauro Mota informava aos acadêmicos, numa reunião, que o senador Wilson Campos conseguiu 5 mil cruzeiros para a APL, para o exercício de 1975. Que conseguira 3 mil cruzeiros da Cia. de Produtos Pilar, 5 mil cruzeiros do Banco Nacional do Norte, 5 mil da Companhia de Eletricidade de Pernambuco - CELPE, 3 mil do Banco do Estado de Pernambuco, um mil cruzeiros da Casa Mário de Andrade e 300 cruzeiros das casas C&A para a edição da revista. Em 1975, é dado conhecimento ao plenário de um telegrama do CEC, comunicando a liberação de 150 mil cruzeiros para construção da biblioteca e auditório da APL, através de convenio com a academia (p.22). No mesmo ano, a prefeitura do Recife fez uma doação de 12 mil cruzeiros. No ano de 1976, em 26 de outubro, o senador e ex-governador do Estado, Paulo Guerra, comunica em telegrama a destinação de 4 mil cruzeiros para a instituição. Em março de 1977, o acadêmico Fernando Pio dos Santos, alegando dificuldade financeira da APL, propôs que cada sócio contribuísse com a importância mensal de 100 cruzeiros. No mesmo ano, em 8 de junho, o deputado Marco Maciel, que seria governador entre 1979 e 1982, expede um ofício comunicando a autorização do pagamento de 3 mil cruzeiros a APL. Em outubro de 1979, o deputado Roberto Freire conseguiu 10 mil cruzeiros para a academia.

Entre 1980 e 1985, especialmente em 1981, 1982 e 1985, a APL recebeu doações ainda mais vultosas. Em 1981, um ofício do deputado Roberto Freire comunicava ter consignado do orçamento deste ano 10 mil cruzeiros em benefício da APL. Em 10 de março do mesmo ano, Walter Carvalho visitou a APL falando sobre a finalidade da sua ida aquela casa, que era ter sido autorizado pelo Dr. Walfrido Salmito, superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a informar oficialmente que esse órgão contribuiria com 1 milhão de cruzeiros para a compra dos equipamentos da biblioteca da academia. Em outubro, o deputado Augusto Lucena, que fora prefeito do Recife entre 1964 e 1969, e entre 1971 e 1975, conseguiu do orçamento da união para a APL, 20 mil cruzeiros e o deputado Roberto Freire conseguiu mais 20 mil. Em 1982, o acadêmico Marcos Vilaça, então no cargo de ministro da Educação e Cultura, consignou verba de um milhão e duzentos mil cruzeiros para a academia, Arnaldo Maciel, representando o Colégio Notarial de Pernambuco, doou 50 mil e o deputado Augusto Lucena conseguiu mais 50 mil do orçamento da União. Em 1985, o presidente da APL agradeceu, numa reunião, ao acadêmico Aderbal Jurema, sócios do IAHGPP desde 1950, ocupante da cadeira de nº 21, desde 1967, por sua interferência junto ao Ministro da Cultura, para a liberação de 20 milhões de cruzeiros para a academia.

Ao não manifestar críticas ao regime, homenagear ministros do governo federal, governadores biônicos do Estado e generais do IV Exército, receber vultosos recursos do governo, além do fato de que quase todos os seus presidentes e demais acadêmicos ocuparam cargos de relevo no governo do Estado, alguns dos quais realizando palestras em defesa da “Revolução de 1964”, resulta evidente a complacência, não só dos seus acadêmicos, mas da própria APL, enquanto instituição civil, com a ditadura. A APL colaborou com a ditadura transpondo a concepção conservadora de cultura pernambucana – marcada pelo elitismo, pelo culto ao erudito, aos “imortais” e pela distância da cultura popular, entendida como folclore, na sua acepção tradicional – partilhada por vários de seus acadêmicos, para o interior do governo do Estado. O IAHGPP e muitos dos seus sócios seguirão um caminho semelhante.

1.3.2. O IAHGPP

O Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano – IAGP, denominação que, mais tarde, seria modificada para Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, foi fundado em 28 de janeiro de 1862 sob inspiração do IHGB. Fomentado por Joaquim Pires Machado Portela, Antônio Rangel Torres Bandeira, Salvador Henrique de

Albuquerque, Antônio Vitrúvio Pinto Bandeira e Acioli de Vasconcelos e José Soares de Azevedo, foi o segundo instituto histórico do Brasil e o primeiro do que seria, mais tarde, a região Nordeste. A sessão de instalação do instituto contou com a presença de 27 fundadores e teve como primeiro presidente, em caráter provisório, Joaquim Pires Machado Portela. Seu primeiro presidente estatutário, Francisco Muniz Tavares, fora escolhido por ter participado da Revolução Pernambucana de 1817. Os estudos históricos no Instituto contaram com uma grande colaboração de Francisco Augusto Pereira da Costa e transformou-se, posteriormente, numa referência graças aos esforços de José Hygino.

Figura 7

Fotografia da sede do IAHG, na rua do Hospício, desde 1918, quando foi doada pelo governador Manoel Borba.



Fonte: <https://visit.recife.br/>

A crença de que a história de Pernambuco foi determinante para a definição dos rumos do Brasil marcou a historiografia do instituto. Em sua obra **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 -1930**, Lília Moritz Schwarcz (1993), ao tratar das questões raciais no país durante o período, aborda, no capítulo em que discute sobre os institutos históricos e geográficos, alguns aspectos da história do IAHG. De acordo com a autora, os discursos proferidos na sessão solene de inauguração do instituto, que contou com a reunião de boa parte da elite política e intelectual da região, e que pronunciaram sua historiografia comemorativa e patriótica, sublinhavam duas funções primordiais da agremiação: “de um lado, a recuperação da história da pátria, de outro, a comprovação da relevância da história pernambucana nos destinos do país” (SCHWARCZ, 1993, p.117).

Outro elemento que marcaria, de maneira indelével, a historiografia do instituto, de acordo com Schwarcz, foi a ocupação holandesa da capitania de Pernambuco. Segundo o estudo realizado pela autora, das edições da revista do instituto no período de 1870 a 1930, 67% dos textos publicados eram destinados a tratar da história regional. Além disso, 83% dos seus trinta primeiros volumes versavam sobre Pernambuco. A revista teve, segundo Schwarcz, periodicidade trimestral até 1894, quando passou a ser anual, e foi basicamente preenchida por atas e discursos históricos cuja função era sobretudo comemorativa, restando pouco espaço para ensaios que se dedicassem com originalidade a estudos de história ou geografia. Chama a atenção o interesse pelo tema da invasão holandesa, nas edições da revista. Segundo Schwarcz, no total das publicações do período, 51% se voltavam para a invasão holandesa e a interpretação do episódio era sempre a mesma: de um lado “o ignominioso julgo estrangeiro”; de outro, a heroica resposta do povo pernambucano “valente e patriota”. O evento da expulsão dos holandeses foi transformado, segundo a autora, numa espécie de mito de formação de uma identidade pernambucana e seus personagens principais surgem unguídos como heróis da terra. (SCHWARCZ, 1993).

Para Schwarcz, a agremiação para a qual a religião, a valentia, a abnegação e o patriotismo apareciam como elementos fundamentais na representação dos pernambucanos, e que foi responsável pela alcunha de Pernambuco como “Leão do Norte”, era basicamente composta por grandes proprietários locais, acompanhados de elementos da Igreja e de poucos profissionais liberais, em grande parte egressos da Faculdade de Direito do Recife. O instituto era ainda, para a autora, fruto de uma elite rural tradicional decadente que, diante da insegurança da nova situação econômica, entre outras, desejava, com seus romantismos culturais, preservar o passado para se proteger do futuro. Para o historiador Evaldo Cabral de Mello (que se tornou sócio correspondente do Instituto em 1973), em **Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana**, o Instituto é resultante do esgotamento do nativismo como força política que, após a definitiva integração da província à ordem imperial, foi reduzido ao seu aspecto histórico.

Ainda de acordo com Mello (2008, p.57), cabia “aos historiadores provinciais, seus respectivos campos de investigação; aos do Rio, a concatenação dessas histórias setoriais, como os únicos autorizados a desvendar-lhes o sentido, que era o que realmente importava ao poder”. Mas isso não se deu sem conflitos. De acordo com Schwarcz, a visita do imperador, em 1859, e a passagem de Varnhagen por Recife, em 1861, deixaram evidentes o abandono e a ignorância entre os pernambucanos com relação aos vestígios do seu passado e isso

embaraçou os brios provinciais. A criação do Instituto estava também ligada, portanto, ao concernimento no sentido de que a história da província não fosse escrita a partir de critérios estranhos, como os que haviam sido sugeridos por Varnhagen em sua **História Geral do Brasil**. Deste modo, segundo a autora, quando Muniz Tavares propõe a criação de uma agremiação em Pernambuco, já estava clara a meta de graduar a hegemonia historiográfica pretendida pelo IHGB, originando uma disputa em torno da narrativa oficial da nação.

No que tange especificamente ao período da ditadura civil-militar, durante praticamente todo este período, o Instituto foi presidido por José Antônio Gonsalves de Mello Neto, que se mostrou também um dos mais atuantes conselheiros do CEC de Pernambuco, no período entre 1967 e 1978. Tendo se associado ao Instituto em 1943, passou 36 anos no cargo de presidente, ao qual foi reconduzido, em assembleia geral de sócios, sucessivas vezes, a partir de 1964, ainda antes do golpe, em substituição a Dom Carlos Coelho. Durante sua gestão, o IAHP não só influenciou o governo do Estado de Pernambuco, levando através do seu presidente as leituras históricas do Instituto sobre o passado pernambucano, mas também o governo federal. Pois em 1965, o Instituto entregou em mãos, ao presidente militar, general Castello Branco, por ocasião de uma de suas vindas a Pernambuco, um memorial sobre os montes dos Guararapes, visando influenciá-lo no sentido de desapropriar as ocupações irregulares que estavam ocorrendo na região onde ocorreram as Batalhas dos Guararapes.

Não pretendo traçar uma biografia ou prosopografia de José Antônio, como também ele era chamado pelos seus “confrades” do Instituto, mas creio ser importante destacar alguns elementos de atuação e as relações que mantinha com alguns intelectuais e políticos. José Antônio possuía familiares e parentes de prestígio em Pernambuco. Filho de Ulysses Pernambucano, primo de João Cabral de Melo Neto e de Gilberto Freyre, José Antônio foi presidente do IAHP de 1965 até o ano 2000, período classificado pela historiografia do Instituto como “era José Antônio Gonsalves de Mello”. De acordo com Leonardo Dantas da Silva, editor por 27 anos das suas obras, José Antônio foi o maior estudioso do período holandês em Pernambuco, chamado por ele de “historiador maior”, tendo se apoiado em extensa bibliografia e na documentação reunida por José Hygino Duarte Pereira na segunda metade do século XIX em arquivos dos Países Baixos. Sua obra **Tempos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil** é, de acordo com Dantas, o mais completo estudo sobre o período holandês. A obra, publicada originalmente em 1947 e republicada em 1978, como volume 16 da Coleção Pernambucana, transformou-se num clássico da historiografia regional.

O interesse de José Antônio pelo estudo do período holandês recebeu uma influência decisiva de Freyre, primeiro ao ter aceito o convite, enquanto ainda era estudante de Direito, para realizar pesquisa histórica nos arquivos que levaria a escrita de **Casa Grande & Senzala**, em 1933, e segundo por ele ter acatado a sugestão de dedicar-se ao estudo da língua holandesa. A obra **Tempos flamengos** foi publicada um ano antes das comemorações do tricentenário das batalhas dos Guararapes, em 1948, e segundo Lúcia Gaspar (1995, p.57), mesmo após essa obra, José Antônio, continuou suas investigações em arquivos portugueses, ingleses e espanhóis (Simancas, Sevilha e Canárias). Como resultado de suas pesquisas nos arquivos portugueses, entre 1951 e 1952, José Antônio publica uma série biográfica dos mais importantes restauradores de Pernambuco para as comemorações do tricentenário da restauração pernambucana, em 1954. A biografia de João Fernandes Vieira, porém, só seria publicada dois anos depois, em 1956.

José Antônio era reconhecido e respeitado pelas autoridades políticas e militares locais. Em 30 de janeiro de 1963, chegou a receber a Medalha Pernambucana de Mérito, concedida pelo governo do Estado de Pernambuco, na época a medalha mais importante do Estado. Foi condecorado, em 21 de novembro de 1966, com a Medalha Naval de Serviços Distintos pelo Ministério da Marinha do Brasil. Em 28 de janeiro de 1972, foi condecorado pela Rainha dos da Holanda, como Oficial da Ordem de Orange Nassau. Recebeu, em 15 de outubro de 1974, a Medalha do Mérito Educacional do Estado de Pernambuco. Em 8 de maio de 1984, recebeu a Medalha da Ordem do Mérito dos Guararapes, concedida pelo Governo de Pernambuco; e em 18 de dezembro de 1985, aquela que foi criada em 1978 como a mais alta e importante condecoração do Estado de Pernambuco, e a do Mérito Capibaribe, da Cidade do Recife, concedida pela Prefeitura da Cidade do Recife.

Foi o primeiro diretor, a convite de seu primo Gilberto Freyre, do IJNPS, no período de 1949 a 1951, não podendo permanecer no cargo devido ao fato de ser funcionário de Autarquia. Tornou-se encarregado, a partir de 1950, das pesquisas históricas da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN). Atuou também como professor universitário, entre 1953 a 1977, na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Em 1964, foi nomeado Diretor do Instituto de Ciências do Homem, depois Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, cargo que exerceu até 1969. Nesse período, ministrou, na pós-graduação, a disciplina que criou de História do Nordeste. Em 1967, se tornaria sócio correspondente do IHGB. Entre 1979 e 1983, atuaria também como membro do Conselho Deliberativo da Fundação de

Cultura da Cidade do Recife e, no período de 1983 a 1985, viria a se encarregar da elaboração dos aditamentos e correções à segunda edição da obra **Anais Pernambucanos**, de Pereira da Costa, editada por Leonardo Dantas, como item da Coleção Pernambucana, na sua segunda fase, sob o patrocínio do governo do Estado, através da FUNDARPE.

Ao longo da ditadura, vários sócios do IAHGP eram ou se tornaram também acadêmicos da APL ou o inverso. Isso acontece, como já foi visto, desde a criação da APL. Os intelectuais de maior prestígio e que ocuparam cargos de relevo no governo do Estado, estando vinculado as duas instituições, ou se vinculando a ambas posteriormente, foram, além do próprio José Antônio – eleito pela APL, em 1967, para fundar a cadeira de nº 37, na qual tomou posse em 1971 –: Luiz Delgado, que foi vice-presidente do CEC por vários anos, presidente da APL, de 1964 até 1970, e ocupante da cadeira de nº 6, desde 1940, sócio efetivo do IAHGP desde 1931; e Nilo Pereira, conselheiro do CEC, que seria seu presidente após a morte de Gilberto Freyre, vice-presidente da APL por vários mandatos desde 1964, ocupante da cadeira de nº 16, desde 1951, sócio efetivo do IAHGP desde 1950. Gilberto Freyre, foi, sem dúvida, aquele que ocupou cargos mais elevados e de maior prestígio dentre todos os intelectuais pernambucanos no período da ditadura, como o de membro fundador do CFC e presidente do CEC de Pernambuco. Era sócio do IAHGP desde 1952, tendo sido aclamado, em 1952, para ocupar a cadeira de nº 23 da APL, mas nunca chegando a tomar posse, qualificando-se, como “sócio correspondente”, assumindo, apenas em 1986 a cadeira de nº 14.

Destaco ainda Aderbal Jurema, deputado federal pela ARENA de 1967 a 1971, 1971 a 1975 e 1975 a 1979, ocupante da cadeira de nº 21, desde 1967, sendo sócio do Instituto desde 1950; José Wamberto, que foi secretário de imprensa de Castello Branco de 1964 a 1967, tendo ocupado a cadeira de nº 31 da APL a partir de 1975 e tornando-se sócio correspondente do IAHGP a partir de 1983 e; Marcus Vinicius Vilaça, que, como foi visto, era acadêmico da cadeira de nº 35 desde 1966, tendo sido presidente da APL entre 1970 e 1972, ocupando vários cargos públicos nos governos estadual e federal, tendo se tornado sócio benfeitor do Instituto a partir de 1984. Podem ser destacados ainda: Antônio de Andrade Lima Filho, ocupante da cadeira de nº 30 da APL, desde 1956 e sócio do IAHGP desde 1950; Nelson Nogueira Saldanha, ocupante da cadeira de nº 12, desde 1971 e sócio do Instituto a partir de 1973; Vamireh Chacon de Albuquerque, ocupante da cadeira de nº 28, a partir de 1981 e sócio do Instituto a partir de 1985, dentre outros. Embora não estivessem institucionalmente ligados à APL, Roberto Magalhães, que ocupou vários cargos no governo do Estado, tendo

sido governador, de 1983 a 1986, e Joaquim Francisco, que foi prefeito da cidade do Recife, de 1983 a 1985, também se tornaram sócios do Instituto em 1973.

A importância que o IAHGP detinha, nesse período da ditadura, para o governo do Estado, que levava os governadores a confiar cargos aos sócios do Instituto, se pode observar de diversos outros modos, inclusive no texto da Constituição Estadual de 1967. Nesse ano, o governo civil-militar impôs uma nova Constituição Federal ao país, e no seu artigo 188, do título V, que tratava das disposições gerais transitórias, determinava que os Estados deveriam reformar suas Constituições num prazo de sessenta dias, para adaptá-las, no que coubesse, às normas da nova Constituição Federal. Findado esse prazo, a Constituição Federal consideraria-se incorporada automaticamente às Cartas estaduais. O governo de Pernambuco promulgou a sua dentro do prazo, e previa no seu artigo 181, no título VIII, que tratava das disposições gerais, que não se podia dar nome de pessoas vivas a quaisquer localidades ou logradouros do Estado, devendo ser ouvido o IAHGP a respeito de toda a denominação que se quisesse atribuir ou modificar.

Art. 181 - Não se dará nomes de pessoas vivas a quaisquer localidades ou logradouros dos Estado, **devendo ser ouvido o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano** ⁸a respeito de toda denominação que se queira atribuir ou modificar (Constituição Estadual de 1967, **DOE**, 18/04/1967, p. 154)

Durante minhas pesquisas no Instituto, ouvi do sr. Galvão (Tácito Cordeiro Galvão), um dos sócios que atende os pesquisadores, que José Antônio Gonsalves de Mello Neto e Castello Branco se tornaram próximos durante o período em que este esteve à frente do Comando do IV Exército (de setembro de 1962 a agosto de 1963), cuja sede era o Recife, próximo ao IAHGP, no período. O Comando Militar do IV Exército passaria a se chamar, em 1985, Comando Militar do Nordeste – CMNE. Segundo Galvão, Castello Branco frequentava o Instituto quase diariamente. Isso poderia tê-lo influenciado, no período em que esteve na presidência, a baixar o decreto de nº 57.273 de 16 de novembro de 1965, que declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos onde foram travadas as duas Batalhas dos Guararapes. Como em minha pesquisa na documentação do Instituto me dediquei apenas aos Livros de Atas e Revistas a partir de janeiro de 1964, não cheguei a confirmar essa informação através de outras fontes. Seja como for, o planejamento da entrega

⁸ Grifo meu.

do memorial pode ser encontrado na ata da sessão de 30 de maio de 1964, já sob a presidência de José Antônio Gonsalves de Mello Neto, conforme se pode ver abaixo:

O presidente fala sobre a área das batalhas dos montes Guararapes. Lembra que por iniciativa do instituto o local foi em 1948 convertido em monumento nacional. Em 1961 foi apresentado projeto à Câmara Federal mandando declarar de utilidade pública a desapropriar os terrenos considerados de valor histórico naqueles montes. O projeto depois de aprovado foi remetido ao Senado. Já está feita a avaliação, que importa em duzentos milhões de cruzeiros e conta do orçamento da República a primeira parcela para o respectivo pagamento. O presidente sugere memorial às duas casas do Congresso, pedindo urgência para o projeto, pois está informado de que continuam as invasões e recuperação do terreno por terceiros, de que pode, além do mais, resultar em descaracterização total dos pontos históricos. **O sr. José Maria propôs a redação de um memorial a ser entregue ao próprio presidente da República na sua próxima vinda a Pernambuco** (Livro de Ata do IAHP, 30/05/1964, p. 2).⁹

De acordo com a ata, o IAHP não só planejava a elaboração do memorial para a desapropriação daquelas áreas dos Montes Guararapes, como possuía uma trajetória de engajamento na preservação deste lugar, tendo desempenhado papel importante na conversão dos montes dos Guararapes em monumento nacional, em 1948, e no projeto que visava transformá-los em terreno de utilidade pública, em 1961. A preocupação com as invasões no terreno eram a justificativa para o pedido formal de urgência a ser realizado junto com a entrega do memorial. Tentei, sem sucesso, conseguir encontrar no Instituto alguma cópia ou mesmo mais informações sobre o memorial. Encontrei apenas, em outra ata de 1965, a informação de que o memorial já havia sido entregue pessoalmente ao presidente Castello Branco. Embora o texto da ata citada abaixo se refira à instituição dos montes em parque histórico, isso só vai ocorrer efetivamente, como será visto no capítulo seguinte, em 1971, durante o governo Médici. O decreto presidencial de Castello Branco apenas tornou de utilidade pública os terrenos, para fins de desapropriação, com o objetivo de posterior construção de um parque histórico. De todo modo, o Instituto considerou o decreto uma vitória para a instituição, conforme se pode ver na redação da ata:

Lembra que o instituto, por uma comissão especial, **entregara pessoalmente ao presidente Castello Branco**, numa de suas visitas a Pernambuco, **fundamentado memorial sobre o assunto**, agora o presidente assina decreto instituindo os montes Guararapes em parque histórico, o que

⁹ Grifos meus.

representa uma legítima vitória do nosso instituto. (Livro de Ata do IAHGP, 20/11/1965, p. 76).¹⁰

O decreto de nº 57.273 de 16 de novembro de 1965, composto por 6 artigos, declara, no seu artigo 1º, de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos onde foram travadas, em 19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649, no Município de Jaboatão, Estado de Pernambuco, as duas Batalhas dos Guararapes. No seu artigo 2º, incumbe o MEC de promover, por intermédio do órgão competente, a desapropriação dos terrenos, pertencentes ao Mosteiro da Vila de Olinda do Patriarca São Bento, assim como aqueles que o referido Mosteiro possa ter adquirido na mesma área. No seu artigo 4º, exclui da desapropriação, como forma de cumprir a cláusula de doação feita por Francisco Barreto de Menezes no período colonial, o Santuário de Nossa Senhora dos Prazeres, assim como a área circundante de 10 hectares doada originariamente pelo mesmo Barreto de Menezes, mantendo assim a propriedade e uso pleno pelo Mosteiro de São Bento de Olinda. No artigo 3º é onde trata especificamente da futura construção de um parque histórico:

Art. 3º- Os terrenos ora declarados de utilidade pública destinar-se-ão à constituição de um parque público, incumbido à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a guarda e a conservação do conjunto paisagístico e arquitetônico dos Guararapes (DOU, Seq.1, 19/11/1965, p.11811).

Enfim, o parque público a que se refere o artigo 3º só seria inaugurado em 1971, durante o governo do presidente Médici, como desdobramento deste decreto, atendendo, de um lado, aos interesses do Instituto e dos segmentos da elite política e intelectual pernambucana a ele ligado, que desejavam impor a narrativa da nação presente na historiografia local e, de outro, a segmentos do Exército lotado em Pernambuco, que reivindicavam, dentro da instituição, uma maior atenção às batalhas dos Guararapes como momento de fundação simbólica do Exército. Esses elementos da história e da cultura pernambucanas tomados a partir das noções conservadoras de cultura da APL culminarão, como veremos no próximo capítulo, em práticas e discursos em torno de uma pernambucanidade. Antes, porém, outros acontecimentos colocarão em pauta o debate sobre a cultura e identidade pernambucana: a criação do CONTUR, da EMPETUR e do Sistema Estadual de Turismo.

¹⁰ Grifos meus.

1.4. A criação das indústrias de cultura: o CONTUR, a EMPETUR e o Sistema Estadual de Turismo

A literatura acadêmica sobre o turismo em Pernambuco não é abundante. Por outro lado, há vários trabalhos que tratam do turismo, a nível nacional. Poucos desses trabalhos abordam o turismo durante a ditadura, mas colocam em evidência o interesse e ações do regime em prol do turismo, destacando o seu papel no impulsionamento deste setor. Tive contato com alguns. Na tese **Os estereótipos turísticos como forma de manipulação da ditadura militar brasileira**, por exemplo, Patrícia Mariana Fino trata das mídias e controle social, estudando o uso dos meios de comunicação da usados pelos militares na ditadura, sobretudo a partir da Revista Veja. Discute também as imagens e estereótipos turísticos do Brasil. Há bastante ênfase na análise do discurso e a tese é muito teórica, o que talvez se explique pelo fato de que a mesma se propôs a tratar do turismo na área de concentração de ecologia aplicada, de uma Escola Superior de Agricultura, de um Centro de Energia Nuclear de Agricultura.

Cléa Aguiar Leite, na dissertação **A representação da mulher brasileira construída pela Embratur entre 1966 e 1985**, estuda a gestão de cada um dos seis presidentes da EMBRATUR durante todo o regime civil-militar. Ela adota uma periodização que divide a história do turismo em três fases: 1) da “pré-história” jurídico-institucional das políticas nacionais de turismo, que iria de 1938 a 1966; 2) da definição da primeira política nacional de turismo às bases jurídicas que deram origem à sua reformulação, de 1966 a 1991, e; 3) da reformulação da EMBRATUR, em 1991, à política nacional de turismo. Ao tratar da segunda fase Leite, põe em evidência o papel dos governos civil-militares, através da EMBRATUR, no processo de fortalecimento do turismo no Brasil, destacando como determinadas representações da mulher brasileira eram utilizadas como objeto de atração de turistas.

Apenas o trabalho de Tamisa Ramos Vicente trata do turismo em Pernambuco. Na dissertação **Vamos cirandar - políticas públicas de turismo e cultura popular: festivais de ciranda em Pernambuco (1960-1980)**, Vicente aborda as políticas públicas de turismo de Pernambuco, falando da EMPETUR e da Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR). Há muitas conclusões generalizantes baseadas em macroanálises das políticas da EMBRATUR e pouca discussão sobre as políticas de turismo no Estado, como a autora propõe. Uma consideração importante, resultante de suas análises sobre o fomento à participação nos festivais de ciranda por turistas, é de como cultura e turismo vão andar de mãos dadas em

Pernambuco, o que de fato pude observar ao tomar contato com a legislação sobre o setor de turismo e cultura neste período. Apesar de acrescentar pouco em termos de informações sobre o turismo no Estado de Pernambuco, esses trabalhos reforçaram que o turismo era importante para o regime civil-militar.

Em 3 de outubro de 1967, o Diário Oficial do Estado (p.718), no seu caderno legislativo, publicou o projeto de Lei nº 153, apresentado pelo governador Nilo Coelho, para apreciação e aprovação da Assembleia Legislativa do Estado. O projeto foi acompanhado por uma carta em que o governador explicitava a importância do projeto proposto. Aí se pode ler que “Pernambuco não tinha tradição administrativa no setor do turismo”, mas as tentativas que se concretizaram na criação do Departamento Estadual de Turismo fizeram com que o Governo se preocupasse com o fenômeno, e procurasse integrá-lo no planejamento global da atividade da administração. A ausência de maior experiência nesse campo, de acordo com Nilo Coelho, evidenciou a necessidade de que fosse criado o Conselho de Turismo de Pernambuco, que seria composto de representantes do poder executivo e da iniciativa privada. Na carta, o governador argumentava ainda que Pernambuco possuía um potencial turístico “dos mais apreciáveis” em vista do “valioso patrimônio histórico, cultural, artístico e natural” que caracterizava essa região do país. E acrescentava:

O turismo prospera mais, como as outras atividades econômicas, quando se integra em um conjunto de políticas e programas gerais idealizadas para alcançar o crescimento ótimo do conjunto econômico. Daí o projeto de Lei prever no Capítulo I a definição da política estadual de turismo. É uma definição de atitude. A atitude do governo do Estado de encarar o fenômeno turístico, não como um conjunto de fatos proporcionais, mas e principalmente, como um fenômeno econômico mensurável, rentável, proporcionador de comercialização e estimulador de receitas (DOE, 30/10/1967, p.718)

A indústria do turismo constituía, segundo Nilo Coelho, além de expressivo intercâmbio de experiências, uma forma “sui generis” de realizar exportações, embora modificasse, de acordo com ele, o tradicional sistema de comercialização. Para o governador, junto a esta imóvel matéria-prima, “constituída pelo sol, praias, paisagem, monumentos, tradição histórica, hábitos, costumes, etc.” nasce e coexiste uma autêntica exportação. Após aprovação pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, Nilo Coelho criou, em 3 de novembro de 1967, a lei 6.030, que definia a Política Estadual de Turismo, criava o CONTUR, a EMPETUR e anunciava outras posturas (DOE, 04/11/1967, capa até p.8212). A Lei, constituída por 8 capítulos e 37 artigos, definia assim definia a Política Estadual de Turismo:

Capítulo I – Da Política Estadual de Turismo

Art. 1º - Compreende-se como Política Estadual de Turismo o conjunto das diretrizes e normas, integrados no planejamento de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco.

Previa-se que o Poder Executivo deveria orientar a Política Estadual de modo compatível com a Política Nacional do Turismo, coordenando as iniciativas que se propusessem a dinamizá-la para adaptá-la às reais necessidades do desenvolvimento econômico e cultural. Ao poder executivo competia também, através dos órgãos criados na lei, coordenar os programas oficiais e os da iniciativa privada, garantindo um desenvolvimento uniforme e orgânico com relação à atividade turística estadual. Deveria, ainda, atuar através de financiamentos e incentivos fiscais no sentido de canalizar para as diversas regiões do Estado de Pernambuco as iniciativas que trouxessem condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo. Além disso, a lei também criava o Conselho de Turismo de Pernambuco, para cuja instalação estava previsto um investimento de NCr\$ 30.000 (trina mil cruzeiros novos).

Capítulo II – Do Conselho de Turismo de Pernambuco

Art. 3º Fica instituído o Conselho de Turismo de Pernambuco (CONTUR), órgão normativo que terá atribuições de formular e coordenar a política estadual de turismo.

De acordo com a lei, cabia ao CONTUR, sob a presidência do Secretário Extraordinário para a Coordenação e Fiscalização dos Serviços Públicos, ser composto por: a) pelo presidente EMPETUR; b) por um delegado da ALEPE; c) por um delegado da Prefeitura Municipal do Recife; d) por um representante da Associação Brasileira dos Agentes de Viagem - ABAV; e) por um representante do Sindicato da Indústria Hoteleira; f) por um representante das Empresas Transportadoras; g) por um delegado da Prefeitura Municipal de Olinda e; h) por um delegado da Prefeitura Municipal de Garanhuns. Nas faltas e impedimentos do presidente do CONTUR, era previsto que ele fosse substituído pelo presidente da EMPETUR e, nas faltas deste, por um presidente “ad hoc” escolhido entre os presentes na reunião. Os representantes da iniciativa privada tinham mandato de dois anos e eram escolhidos e designados pelo Governador do Estado entre os nomes constantes em listas tríplices apresentadas pelas organizações representadas, sendo designados, no mesmo ato, os

suplentes. Os delegados tinham mandato de dois anos. As funções de Conselheiro eram consideradas na lei, como sendo de relevante interesse público e o seu exercício era prioritário com relação aos de cargos públicos estaduais dos quais fossem titulares. Muitas coisas competiam ao Conselho, entre as quais:

Art 5º - Compete ao Conselho:

- a) Formular as diretrizes básicas a serem obedecidas na Política Estadual de Turismo;
- b) Baixar resoluções, atos ou instruções regulamentares desta Lei;
- c) Opinar, na esfera do Poder Executivo, ou quando consultado pela Assembleia Legislativa, sobre ante-projetos e projetos de Lei que se relacionem com o turismo ou adotem medidas que neste possam ter implicações;
- d) Estabelecer os procedimentos a serem adotados para a concessão de estímulos fiscais e financeiros, bem como subvenções às empresas e atividades turísticas privadas;
- e) Declarar os Centros, Áreas, Rotas e Pontos de interesse turístico;
- f) Aprovar o projeto dos Estatutos da Empresa de Turismo de Pernambuco e suas eventuais alterações, submetendo-as à homologação do Governador do Estado mediante Decreto;
- g) Aprovar os aumentos de Capital da Empresa de Turismo de Pernambuco;
- h) Editar as instruções normativas para as atividades e empresas turísticas privadas;
- i) Conceder registro as atividades e empresas turísticas privadas;
- j) Remeter ao Conselho Nacional de Turismo os planos e calendários turísticos elaborados para cada exercício, afim de que sejam incluídos no plano turístico nacional;
- l) Apreciar, em última instância, os recursos originários de decisões da Empresa de Turismo de Pernambuco sobre a aplicação de multa por infração às instruções normativas que tenha expedido;
- m) Elaborar e votar seu regimento interno para aprovação pelo Governador do Estado.

No que se refere a alínea “e” do art. 5º, o governo do Estado poderia desapropriar áreas desde que fosse verificado o interesse respectivo para o desenvolvimento das atividades turísticas. Ao presidente do Conselho, por sua vez, competia: a) presidir as reuniões e dirigir os demais trabalhos do CONTUR; b) indicar os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Pernambuco e os respectivos suplentes para designação pelo Governador do Estado; c) recorrer, com efeito suspensivo, das decisões do Conselho, para o Governador do Estado; d) representar o Conselho e suas relações com terceiros; e) promover a execução das decisões do Conselho e; f) convocar reuniões extraordinárias. Era previsto que o Conselho se reunisse mensalmente um mínimo de duas e máximo de quatro vezes em sessões ordinárias e os seus membros recebiam uma remuneração por comparecimento a cada uma dessas reuniões. O valor era fixado anualmente pelo Governador. Havia a possibilidade de o Conselho se reunir

extraordinariamente, se houvesse necessidade, mas essas reuniões deveriam ser convocadas pelo presidente ou pela maioria absoluta e não dava direito à remuneração. Além do CONTUR, a lei 6.030 também estabelecia a criação da EMPETUR.

Capítulo III – Da Empresa de Turismo de Pernambuco

Art. 10 – É criada a Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR), vinculada ao Secretário Extraordinário para a Coordenação e Fiscalização dos Serviços Públicos, com a natureza de Empresa Pública e a finalidade de executar a política estadual de turismo.

Após a reforma administrativa do governo do Estado, um mês depois, a empresa ficará vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio. A EMPETUR, que tinha personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, com sede na cidade do Recife, mas que podia instalar escritórios, agentes e representantes em qualquer parte do território brasileiro, teve o capital de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos) constituído integralmente pelo Estado de Pernambuco, mediante as dotações orçamentárias e créditos especiais, cuja previsão era de que fosse integralizado até o exercício de 1971, sendo NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos) no exercício financeiro de 1967 e os restantes NCr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros novos) em quatro parcelas de NCr\$ (quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros novos), consignados no orçamento do Estado nos exercícios financeiros de 1968 a 1971. A lei previa que o capital da empresa, uma vez integralizado, poderia ser aumentado em face das dotações que lhe fossem deferidas pelo Estado, reavaliação do ativo e incorporação de reservas. Mas esse aumento só poderia realizado mediante a aprovação do CONTUR.

Competia a EMPETUR: a) executar as diretrizes estabelecidas pelo CONTUR a serem obedecidas pela Política Estadual de Turismo; b) baixar as instruções que fossem necessárias ao pleno exercício de suas atribuições; c) fomenta as iniciativas, planos, programas e projetos que visassem ao desenvolvimento da indústria do turismo; d) coordenar e controlar a execução de projetos e planos que tivessem recebido parecer favorável do CONTUR; e) estudar de forma sistemática e permanente, o mercado turístico a fim de dispor dos dados necessários a um adequado controle técnico; f) organizar, promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo; g) manter o Cadastro Estadual as Empresas e atividades turísticas; h) promover e incentivar a criação e o desenvolvimento do ensino técnico profissional de atividades e profissões vinculadas ao turismo; i) classificar as empresas e atividades turísticas em harmonia com a legislação federal; j) estimular, promover e administrar bens e estabelecimentos públicos que constituam motivo de atração turística; l) fiscalizar as

atividades das empresas turísticas privadas, em quaisquer aspectos que se relacionassem com o turismo; m) estimular a criação, nos municípios, de órgãos incumbidos do desenvolvimento do turismo e; n) manter, com a DPHAN, intercâmbio destinado a recuperação, conservação e exploração do Patrimônio Histórico e Artístico existente no Estado de Pernambuco.

Além dessas incumbências, competia também à EMPETUR colaborar com a DPHAN no tombamento de bens móveis imóveis e dos bens a estes equiparados, tais como monumentos naturais, sítios e paisagens, cuja proteção e conservação fossem considerados de interesse turístico e estimular, promover, organizar e coordenar a realização de certames, feiras, e exposições de atividades da indústria e comércio. Estas atividades da empresa em particular, previstas na lei, e que serão colocadas em prática, irão se insinuar fortemente nas questões culturais, que deveriam ser de competência do CEC. Competia ainda à EMPETUR: a) participar de entidades internacionais de turismo; b) promover a apuração das responsabilidades pelas infrações de instruções normativas do CONTUR e submeter os autos lavrados ao julgamento do Conselho; c) manter o CONTUR informado sobre as atividades das empresas, elaborando relatórios trimestrais, acompanhados de boletins estatísticos e balancetes e; d) participar, financeiramente, de forma temporária ou permanente em empreendimentos turísticos.

A administração da EMPETUR deveria ser exercida, de acordo com a lei, por uma diretoria constituída de um Presidente e um Diretor, ambos com mandato de dois anos, facultada a recondução designados pelo Governador do Estado. Os vencimentos dos titulares dos cargos não poderiam ser superiores àqueles atribuídos aos presidentes de autarquias estaduais. A EMPETUR possuía, ainda, um Conselho Fiscal, composto de três membros e respectivos suplentes, com mandado de dois anos, e era vedada recondução. Os membros do Conselho Fiscal não poderiam ter relação de parentesco, até o 2º grau, com quaisquer dos membros da Diretoria e os honorários dos membros em exercício do Conselho Fiscal eram fixados, anualmente, pelo Governador, por proposta do CONTUR. O Presidente e Diretores da EMPETUR poderiam pertencer aos quadros da administração centralizada ou descentralizada, caso em que deveriam optar sobre a remuneração que iriam receber, sem prejuízo dos demais direitos e vantagens.

A lei previa também que EMPETUR poderia contar com diferentes recursos, como o de créditos especiais e suplementares, de contribuições de qualquer natureza que fossem públicas ou privadas, dos recursos decorrentes da exploração da atividade turística, das multas decorrentes de infração às instruções normativas editadas pelo CONTUR e de outros recursos

de qualquer natureza que lhe fossem destinados. As receitas procedentes de quaisquer fontes, porém, bem como os demais recursos previstos, deveriam ser depositadas em banco oficial, preferentemente no Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – BANDEPE, em conta especial, em nome da EMPETUR. Um outro aspecto importante também do qual a lei trata é o Zoneamento Turístico, pois ele permitirá definição da identidade de Pernambuco que será comercializada entre os turistas.

Capítulo V- Do zoneamento turístico do Estado

Art. 18 – O Conselho de Turismo de Pernambuco estabelecerá o zoneamento turístico do Estado, considerando os centros, áreas, rotas e pontos de interesse turístico, a fim de possibilitar a atuação coordenada da administração pública, bem como a concessão de estímulos fiscais e financeiros às atividades e empresas turísticas privadas situadas nas áreas delimitadas.

O CONTUR, através de instruções normativas, estabelecia os critérios para as declarações que reconheciam os centros, áreas, rotas e pontos de interesse turísticos. Os estímulos fiscais e financeiros, bem como as subvenções, a que as empresas dessas áreas zoneadas tinham direito por até cinco anos, devendo extinguir-se, obrigatoriamente, em 31 de dezembro de 1978, somente eram liberados pelo órgão competente após a aprovação pelo CONTUR, do plano de aplicação dos recursos encaminhado pela entidade beneficiária. O governo de Pernambuco estava autorizado pela lei a depositar no BANDEPE até NCr\$ 500.000.00 (quinhentos mil cruzeiros novos) para financiamentos e outras operações de crédito às empresas turísticas privadas, priorizando aquelas que já usufruíssem de isenções concedidas pelo município pela sua atividade turística. Se fosse verificado, em qualquer tempo que o beneficiário não estava utilizando os recursos recebidos de conformidade com o plano de aplicação aprovado pelo CONTUR, ficaria sujeito ao pagamento, em dobro, da ajuda recebida, sem prejuízo da multa cabível nas condições estabelecidas em instruções normativas do Conselho.

Eram concedidos pelo menos três tipos de incentivos às atividades e empresas turísticas privadas os seguintes incentivos: a) compensação financeira de isenção de tributos estaduais de que se beneficiavam a 31 de dezembro de 1966; b) dedução de quantia correspondente ao percentual máximo de sessenta por cento sobre o valor do imposto estadual de Circulação de Mercadorias efetivamente recolhido, destinada a investimento ou reinvestimento no ramo turístico e; c) utilização do crédito fiscal decorrente do Imposto Estadual de Circulação de Mercadorias – ICM recolhido no ato de aquisição de máquinas, aparelhos ou equipamentos destinados a integrar o ativo fixo das suas despesas. Esses incentivos, porém, podiam ser

cancelados caso a empresa beneficiária deixasse de se dedicar ao ramo do turismo, caso não atendesse ao compromisso assumido no ato da concessão do incentivo, ou tratando-se de incentivos destinados à construção, ampliação ou reforma de novos hotéis, no caso de a empresa dar destino diverso ao prédio, antes de decorridos dez anos de sua efetiva utilização como tal.

As “atividades e empresas turísticas privadas”, previstas na lei, que poderiam usufruir dos incentivos financeiros e fiscais, eram muito amplas. Incluíam todas aquelas que de modo direto ou indireto se relacionassem com o turismo, ou que realizassem prestação de serviços a um turista, tais como, as de venda de produtos típicos de artesanato, espetáculos festivos, desportos, manifestações artísticas, culturais, folclóricas e recreativas. Caso houvesse infração das instruções normativas do CONTUR, as atividades e empresas turísticas privadas ficariam sujeitas a multas de um quinto até duzentas vezes o valor do salário mínimo vigente na região, aplicáveis pela EMPETUR, com base em um auto de infração e aplicáveis em dobro na reincidência. A primeira infração, quando não fosse de natureza grave, era punida com a pena de advertência. O artigo 27 definia por empresas privadas as entidades que, segundo critérios fixados pelo CONTUR, atendessem a:

- a) hotelaria e alimentação;
- b) alojamento turístico de caráter não hoteleiro;
- c) agenciamento de viagens e de turistas;
- d) transportes para fins turísticos;
- e) produção de filmes cinematográficos que divulguem, direta ou indiretamente, aspectos socioculturais do Estado de Pernambuco;
- f) quaisquer outros serviços diretamente relacionados com o turismo e que, por instruções normativas do CONTUR, sejam considerados como tais.

Além de ter recebido do governo, para integrar seu patrimônio, os hotéis, hortos florestais e jardins zoobotânicos de propriedade do Estado e de poder se utilizar dos serviços dos Escritórios do governo do Estado de Pernambuco para as tarefas de divulgação, informação e assistência turísticas, a EMPETUR gozava de isenção de tributos estaduais e dos privilégios e prerrogativas inerentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Além do seu pessoal próprio, sujeito à legislação trabalhista, poderia ter a seu serviço funcionários públicos federais, estaduais ou municipais postos à disposição. Os servidores públicos do Estado ou das Autarquias Estaduais postos à sua disposição tinham assegurada a contagem do tempo de serviço como de efetivo exercício do cargo ou função.

Um mês após ter criado a lei 6.030 de 03 de novembro de 1967, o governo Nilo Coelho baixou o Decreto nº 1464 de 13 de dezembro de 1967, com o objetivo de regulamentá-la.

Apesar de repetir vários artigos da lei 6.030, o Decreto traz densos capítulos tratando de questões financeiras e fiscais. Faz alguns ajustes na lei e traça, ainda, as incumbências do presidente, da diretoria, do diretor e funcionários da EMPETUR. O principal ponto inovador do Decreto é a criação do Sistema Estadual de Turismo e sua constituição, conceito inexistente até então, definindo em seu artigo 2º que a formulação da Política Estadual de Turismo deveria ser formulada e executada por esse sistema, conforme podemos ver:

Art. 2º - A Política Estadual de Turismo será formulada e executada pelo Sistema Estadual de Turismo, constituída de:

- a) Conselho de Turismo de Pernambuco (CONTUR), como órgão formulador;
- b) Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR), como órgão executor da política estadual de Turismo;
- c) Escritórios de representação do governo do Estado de Pernambuco, para as tarefas da divulgação, informação e assistência turística.

Mediante delegação ou integração, a lei previa que o Sistema Estadual de Turismo também poderia incluir prefeituras municipais, através dos Departamentos de Turismo ou órgãos equivalentes, e outros órgãos e entidades públicas e privadas credenciadas através de contratos, convênios, ajustes e acordos. Os órgãos do Sistema Estadual de Turismo, de um modo geral, tinham como objetivos: a) coordenar a ação de todos os organismos que se dedicassem ao turismo com vistas ao fomento da atividade e o estímulo à formação de fluxos turísticos internos e externos; b) fornecer informações precisas sobre as condições turísticas do Estado; c) propiciar a formação profissional adequada para o pessoal das empresas e atividades turísticas e; d) diligenciar para que os serviços turísticos se revestissem de qualidade de bom atendimento. As atividades do CONTUR e da EMPETUR deveriam se reger, por sua vez, no sentido de: a) promover junto aos órgãos competentes a programação e a execução das obras de infraestrutura tendo em vista o aproveitamento do potencial turístico do Estado; b) estabelecer as características das empresas e atividades turísticas e os critérios de homogeneidade da terminologia; c) proporcionar a regulamentação adequada do exercício das atividades vinculadas ao turismo; d) estudar a dinâmica do fenômeno turístico para servir de base ao desenvolvimento das atividades que lhe sejam inerentes bem como de outras de relevância econômica e; e) criar condições de melhoria dos recursos turísticos mediante a concessão de incentivos fiscais e estímulos financeiros de iniciativas a eles relacionadas.

Outra novidade é que a presidência do Conselho deixará de ser feita pelo Secretário Extraordinário para a Coordenação e Fiscalização dos Serviços Públicos para ser feita pelo

Secretário de Indústria e Comércio, cargo criado pela art. 16, alínea “a” da lei nº 6.064 de 29 de novembro 1967, que realizou uma reforma na estrutura administrativa do poder executivo estadual (DOE, 30/11/1967, p. 8848). Foi incluído que o presidente do CONTUR poderia propor ao governador do Estado que colocasse à disposição do Conselho os servidores estaduais necessários aos serviços do Conselho. Um outro ponto ainda era a criação da Secretaria Executiva do Conselho, que deveria ser composta de servidores públicos estaduais, de Autarquias e de Sociedades de Economia Mista, colocados à disposição pelo governador, por proposta do presidente do CONTUR, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens.

Com relação à EMPETUR, foram definidas também as competências do Conselho Fiscal, que deveria: a) examinar e julgar os balancetes e balanços financeiros e patrimoniais da EMPETUR; b) examinar e dar parecer sobre a prestação anual das contas da EMPETUR e; c) examinar em qualquer tempo os livros e papeis da EMPETUR, devendo a Diretoria fornecer as informações solicitadas. O Decreto também traçou as incumbências da diretoria da empresa, que tinha como função: a) administrar a Empresa e tomar as providências para a execução das deliberações da CONTUR; b) manter o CONTUR informado sobre as atividades da Empresa, elaborando relatórios trimestrais, acompanhados de boletins estatísticos e balancetes; c) criar órgãos técnicos e administrativos necessários ao funcionamento da Empresa; d) elaborar as normas e critérios gerais de análise de projetos decorrentes da aplicação da legislação de incentivos fiscais e financeiros vinculados ao turismo; e) resolver todos os assuntos da direção executiva da EMPETUR.

Ao diretor da empresa competia: a) coordenar e dirigir as atividades ligadas ao turismo, ao registro e ao controle das pessoas e entidades que explorassem atividades turísticas; b) coordenar o intercâmbio com entidades nacionais e internacionais, visando o desenvolvimento da industrial turística; c) coordenar os planos e os calendários turísticos municipais para fins de inclusão no plano turístico nacional; d) coordenar a formação e o ensino técnico de profissionais para o exercício das atividades vinculadas ao turismo; e) estudar e propor medidas de amparo ao artesanato e ao folclore; f) propor ao presidente da empresa o tombamento de bens móveis e imóveis e dos bens a estes equiparados cuja proteção e conservação fossem considerados de interesses turísticos; g) participar das reuniões do CONTUR sem direito a voto; h) superintender a fiscalização das atividades e empresas turísticas privadas e o Cadastro Estadual das Empresas e Atividades Turísticas; i) executar os atos referidos a esse Cadastro e encaminhar os autos lavrados ao presidente da empresa, para

que fossem remetidos ao CONTUR para julgamento; j) substituir o Presidente em seus impedimentos.

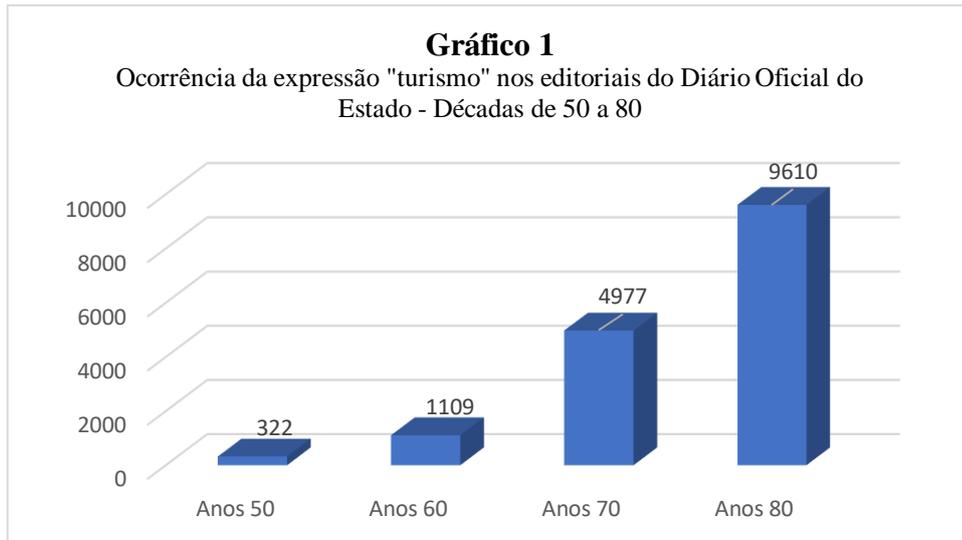
Ao presidente da EMPETUR, o Decreto atribuiu a responsabilidade de: a) representar a Empresa em suas relações com terceiros, em juízo ou fora dele, podendo nomear procuradores, prepostos ou mandatários; b) participar das reuniões do CONTUR na qualidade de membro nato; c) superintender e coordenar o trabalho dos diferentes setores da Empresa e velar pelo cumprimento das decisões do CONTUR; d) nomear, promover, transferir, licenciar, punir e demitir os servidores da Empresa, observando o regulamento próprio e a legislação pertinente; e) movimentar os recursos da EMPETUR em conjunto com o Diretor; f) delegar a servidores credenciados, na forma dos Estatutos da Empresa a faculdade de movimentação de quantias em limites prefixados pela Diretoria, toda vez que assim o exigir a conveniência dos serviços; g) firmar declaração às atividades e empresas turísticas privadas quanto à satisfação das condições exigidas para fazer jus a estímulos fiscais e financeiros, bem como subvenções segundo as normas aprovadas pelo CONTUR; h) planejar, orientar e coordenar atividades ligadas ao fomento e financiamento da indústria turística; i) examinar os pedidos de concessão de incentivos fiscais e financeiros, bem como as subvenções; j) orientar e coordenar a elaboração de projetos que visem a obtenção de estímulos fiscais ou financeiros vinculados ao turismo; l) assinar contratos, ajustes, acordos e convênios em nome da Empresa; m) exercer todos os atos da administração geral inclusive superintender as demais atividades da Diretoria, podendo delegar competência.

O Decreto definiu, ainda, que os cargos da EMPETUR somente poderiam ser preenchidos mediante concurso de provas e de títulos quando coubesse, salvo os de direção e dos casos de contratação, por prazo determinado, de profissionais especializados, nacionais ou estrangeiros, cujos critérios de contratação eram estabelecidos pela Diretoria da empresa. Competia ao presidente a admissão de empregados e sua demissão na forma que determinasse o Regulamento do Pessoal. O presidente poderia solicitar ao governo do Estado que fossem postos à disposição da empresa servidores do serviço público estadual, de Autarquias estaduais e Sociedades de Economia Mista controladas pelo Estado, sem perda de vencimentos e vantagens inerentes aos cargos que ocupam. Previa-se que os direitos, subvenções e deveres dos servidores da EMPETUR fossem fixados em regulamento próprio, proposto pela Diretoria e aprovado pelo CONTUR, de acordo a legislação vigente.

Para a presidência da EMPETUR, foi nomeado Eduardo Vasconcelos e para diretor, Alceu Pandolfi. Figurava na Secretaria de Indústria e Comércio, nessa fase de implantação, o

arquiteto Paulo Gustavo, que deu posse aos membros do CONTUR e do Conselho Fiscal da EMPETUR. Para conselheiros do CONTUR, foram nomeados Eduardo Vasconcelos, representando o governo do Estado; Esdras Bispo, representando o município do Recife; Abílio de Castro, representando o município de Olinda; Souto Dourado, representando o município de Garanhuns; Hans Walter Luck, representando as empresas de Agentes de Viagens, tendo Nelson Martins como suplente; José Juventino de Souza, representando as empresas Transportadoras, tendo Nicolino Ratacaso como suplente; e Paulo Tavares Correia, representando o setor hoteleiro, tendo Cristovão Bezerra de Melo como suplente. Para o Conselho Fiscal, foram nomeados Geraldo de Oliveira Santos Neves, Jorge Vinícius da Silva Reis e Fernando Pio dos Santos. Este se tornaria acadêmico da APL, ocupando a cadeira de nº 9, a partir de 1970. As nomeações foram publicadas nos dias cinco de abril, oito de maio e oito e oito de julho de 1968 no **DOE**.

Apesar de a criação de uma lei ou decreto não significar, necessariamente, o seu cumprimento, há indícios razoáveis de que essa burocracia, pelo menos no que tange os seus objetivos principais, foi colocada em prática. A partir de 1968, o **DOE** passará a ter uma coluna no seu caderno executivo, intitulada “agenda turística” que ficará até 1969. Um programa intitulado “tempo de turismo” chegou a ser criado na TV universitária, no canal 11. Ainda em 1968, a EMPETUR elaborará o calendário estadual de festividades, lançará o primeiro guia turístico de Olinda e, depois, do Recife, promovendo cursos técnicos de turismo em nível médio, entre outras atividades. Houve uma efervescência indiscutível nesse segmento, já nos primeiros anos, como produto dessas políticas estaduais, em harmonia com a política federal. Isto viria a crescer entre os anos 70 e 80 no Estado, ao longo dos quais, várias leis e Decretos seriam criados para aperfeiçoar a lei original, sobretudo a partir da criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes em 1979. Um dado quantitativo interessante sobre como o turismo passou a fazer parte do repertório dos editoriais do **DOE** é o expressivo uso da própria palavra “turismo”, como ilustra o gráfico abaixo:



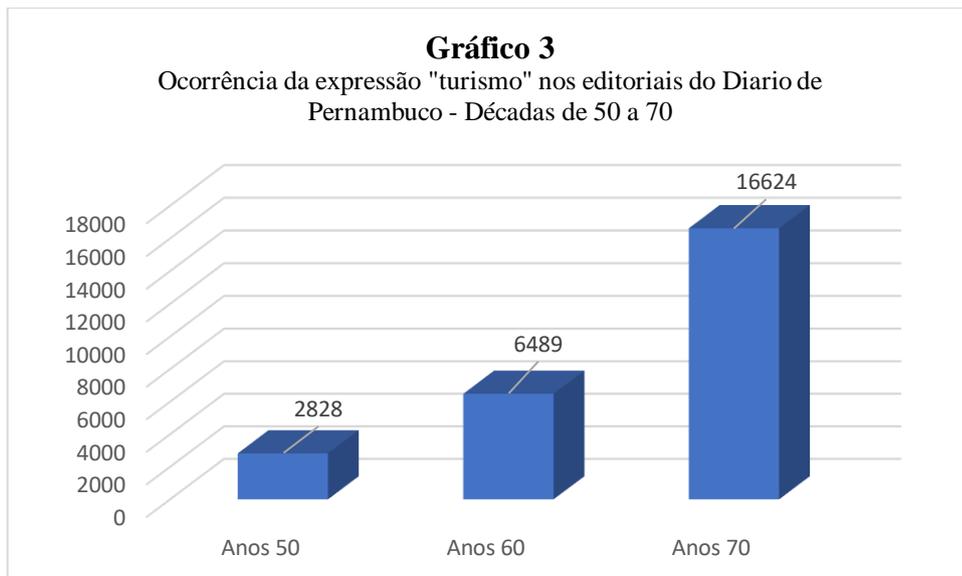
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

O **DOE** está disponível na sua versão digital, com editoriais para consulta desde 1930 até o corrente, que podem ser acessados a partir do site da CEPE, empresa que é responsável, entre outras coisas, pelo próprio **DOE**. O Sistema do acervo digital permite a busca por palavras-chave e, apesar de não ser inteiramente seguro, pois há casos – muito raros, para ser justo – em que não há correspondência, mas um equívoco por semelhança entre as palavras. Apesar disso, é possível afirmar que o sistema é razoavelmente seguro. A comparação entre décadas mostra como o uso da expressão “turismo” mais que triplicou entre os anos 60 e os anos 70, ao passo que quase duplicou entre a década de 70 e 80. A ocorrência do uso da expressão, por ano, nos editoriais é ainda mais revelativa, conforme podemos observar no próximo gráfico:



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

A efervescência em torno do uso da expressão não foi uma particularidade dos editoriais do **DOE**. Também se faz presente nos editoriais de periódicos não oficiais. O **Diário de Pernambuco - DP** é um deles. Este periódico está disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, que permite, assim como no acervo da CEPE, a busca por palavras-chave de modo razoavelmente seguro. E como se pode observar no gráfico abaixo, a partir dos anos 60, houve um expressivo crescimento do uso da expressão “turismo” em seus editoriais, que mais que dobrou nos anos 60 em relação à década anterior e quase triplicou nos anos 70 em relação década anterior. Omiti, propositalmente, as ocorrências da década de 80 devido ao fato de que os jornais disponíveis do **DP** disponíveis vão até o ano de 1983. Ainda assim, entre 1980 e 1983, houve 10.686 ocorrências. Se de 1985 a 1989 houvesse o mesmo padrão, isto corresponderia a mais de 20 mil ocorrências. Vejamos o gráfico:



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Ao colaborar com a DPHAN e, mais tarde, com a FUNDARPE, no tombamento de bens móveis imóveis e dos bens a estes equiparados, tais como monumentos naturais, sítios e paisagens, cuja proteção e conservação fossem considerados de interesse turístico, e estimular, promover, organizar e coordenar a realização de certames, feiras, e exposições ligadas às festas culturais do Estado, a EMPETUR irá se insinuar nas competências do CEC. A princípio, a empresa tomaria isoladamente a iniciativa no que concerne a estas questões, passando, a partir dos anos 70, a trabalhar em conjunto com o CEC e FUNDARPE. Por isso, em 1979, com a criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes pelo governador Marco

Maciel, o CEC deixará de pertencer a Secretaria de Educação e Cultura – que se transformará apenas em Secretaria de Educação – para integrar a nova secretaria.

Ao criar esses órgãos sob a égide do governo federal, cada qual com as suas burocracias, o governo de Pernambuco estará criando as suas próprias indústrias culturais, no sentido empregado por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer (2002) em **Dialética do Esclarecimento**. E ao começarem a produzir, gradualmente, discursos e práticas sobre o turismo cultural, os dirigentes dessas indústrias irão criarão condições para um posterior processo intencional e ordenado de comercialização da cultura dita pernambucana. Porém, ao tomar como massa os indivíduos e grupos para quem se produzia e se comercializava essa cultura, pressupondo neles uma identificação homogeneizadora, elas irão disseminar as concepções culturais dos segmentos da elite política e intelectual do Estado ligados ao IAHGP e APL, mesmo que não tenha havido, nos primeiros anos de funcionamento destes órgãos, uma articulação clara entre eles.

Apesar de já existir há vários anos, a expressão pernambucanidade não costumava ser acionada para designar elementos de uma identidade pernambucana, nem antes do golpe, nem depois. Porém, todas essas mudanças destacadas até aqui, juntamente com outros elementos, criarão as condições para que isso aconteça já início dos anos 70. Ao definir os Centros, as Áreas, as Rotas e os Pontos de interesse turístico do Estado, em parceria com CEC, conselho onde se encontravam os mais atuantes intelectuais do IAHGP e APL, a EMPETUR, o CONTUR e o Sistema Estadual de Turismo, criarão as condições para um posterior debate sobre uma identidade pernambucana. Retomando a postulação de Bernardes (1993) na epígrafe do início do capítulo acerca de que a identidade pernambucana está associada à ditadura civil-militar, pode-se dizer, até o momento, que as mudanças decorrentes do golpe de 64 caminharam nesta direção. Restaria saber se ela foi “retomada”. A partir de 1970, a expressão pernambucanidade – tratada como um neologismo - passará a integrar o cotidiano linguístico dos campos político e cultural, se estendendo por todo o período da ditadura no Estado. Mas além dessas questões que tratei aqui, o mais que teria acontecido?

2. “O PERNAMBUCO GUERREIRO DE GUARARAPES”¹¹: o processo de fabricação da pernambucanidade (1970-1974)

[...] existe nas batalhas dos Guararapes, a começar pela qualidade poética da palavra mesmo, algo do inefável, do indefinível, que tem o dom de transformar em símbolos, certos acontecimentos históricos, certos homens, certas coisas (...)
(João Cabral de Melo Neto, 1980)

Na epígrafe acima, referente a um fragmento da fala do pernambucano João Cabral de Melo Neto, na ocasião em que discursava após ter recebido do governador Marco Maciel a comenda da Ordem do Mérito dos Guararapes, destaca-se a maneira emotiva e sentimental como o poeta se refere à memória das batalhas. Analiso aqui por que e como esta memória, que não era só do poeta, ficou inseparavelmente associada a pernambucanidade. No capítulo anterior, discuti como a criação do CEC e do Sistema Estadual de Turismo pelo governo do Estado de Pernambuco criaram condições para que a pernambucanidade pudesse ser fabricada, refletindo uma preocupação oficial com a definição das particularidades da região que deveriam ser exaltadas e exploradas turisticamente. Discuti também como o início desse debate foi conduzido por intelectuais conservadores ligados ao IAHGP e APL, nomeados para ocupar quase todas as vagas de conselheiro do CEC, além de outros órgãos importantes do governo, preenchendo o cenário que outrora pertencera ao MCP. Neste capítulo, irei discutir a configuração histórica que colocou em marcha o processo de fabricação da pernambucanidade. Embora recorra a outros momentos históricos para fundamentar alguns pontos da discussão, dedico-me aqui a acontecimentos que tiveram lugar entre 1970 e 1974, tomando como ponto de partida o debate iniciado em Pernambuco, já no primeiro ano desta década, acerca do significado da pernambucanidade, e indo até 1974.

O período em que se inicia o processo de fabricação da pernambucanidade se inscreve, a nível estadual, no final da gestão do governador Nilo Coelho (1967-1971) e naquela do governador Eraldo Gueiros (1971-1975) e, a nível federal, no governo Garrastazu Médici (1969-1974). À frente da prefeitura do Recife estava Augusto Lucena (1971-1975). No início de 1970, ainda durante o governo Nilo Coelho (1967-1971), emergiu entre políticos, intelectuais, artistas, empresários, jornalistas e representantes de outros segmentos da

¹¹ Trecho do discurso de Gilberto Freyre em homenagem ao ingresso de Mauro Mota na Academia Brasileira de Letras (ABL). **DP**, 11/10/1970, p. 4

sociedade pernambucana um caloroso debate em torno da identidade estadual. Esse “movimento”, como também foi chamado, que angariou o apoio de uns e a crítica de outros, ficou conhecido como “pernambucanidade” e, no bojo do destaque nacional que Pernambuco recebeu com a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes - PHNG, em 1971, pelo presidente Médici, aliado a vários outros elementos, como a criação FUNDARPE – resultante do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas - PCH que tinha foco no turismo – que irá agregar intelectuais de peso ligados ao IAHGP, se estenderia por todo o período da ditadura.

O corte cronológico 1970-74, para este capítulo, é também por eu ter identificado que, a partir da gestão Moura Cavalcanti (1975-1979), a FUNDARPE, cuja criação pelo BANDEPE em 1973 é um marco, perderá a relativa autonomia administrava que possuía, passando a ser vinculada, pela lei nº 6.873 de abril de 1975, à Secretaria de Educação e Cultura, se fortalecendo, a partir daí, como fundação central nas políticas culturais do Estado. Além disso, na segunda metade dos anos 70, mais precisamente a partir dos últimos anos do mandato de Moura Cavalcanti, a afirmação da pernambucanidade por diversos segmentos alcançará certa hegemonia, tendo sua maior expressão nos governos Marco Maciel (1979-1982) e Roberto Magalhães (1982-1985). Vários fatores irão contribuir para isso, como veremos no próximo capítulo, entre eles a criação da Ordem do Mérito dos Guararapes, em 1978, por Moura Cavalcanti (mesmo ano da produção do filme **Batalha dos Guararapes** pela Sagitarius Filmes), a criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes e do Sistema Estadual de Tombamento, em 1979 no governo Maciel – que integrarão os trabalhos do CEC e da FUNDARPE – e a declaração de Olinda como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, em 1982, entre outros elementos. Além disso, teremos a partir da segunda metade dos anos 70 a inserção de elementos da pernambucanidade como slogan na imprensa televisiva, como no da Rede Globo Nordeste.

Para melhor estruturar a discussão deste capítulo, dividi o mesmo em quatro tópicos: Em 2.1, discuto o surgimento do “movimento pernambucanidade” e da pernambucanidade como um projeto político-cultural capitaneado por Gilberto Freyre, presidente do CEC de Pernambuco, que tinha como principal referencial identificador as batalhas dos Guararapes, tendo ganhado força com a inauguração do PHNG, e que reuniu intelectuais e políticos ligados a APL e IAHGP, ao seu redor; Em 2.2, discuto como a importância dada historicamente em Pernambuco, por segmentos da sua elite política e intelectual, bem como

por segmentos do Exército lotados no Estado, à memória social das batalhas dos Guararapes, revestiu de um sentido todo especial a inauguração do PHNG; Na seção 2.3. discuto como o processo de criação e inauguração do PHNG significou a celebração da aliança entre segmentos da elite ligadas ao movimento da pernambucanidade, que se apropriava das batalhas dos Guararapes como “mito fundador do Brasil” ou narrativa da nação de visibilidade nacional, e a ditadura; e, por fim, em 2.4, discuto a criação da fundação que, composta por integrantes do IAHGP desde a fundação, seria incumbida de fazer o levantamento e a catalogação dos monumentos históricos de Pernambuco com o propósito, entre outros, de promover a exploração turística do Estado e a pernambucanidade.

2.1. O debate sobre a pernambucanidade no campo político e cultural

Na primeira metade dos anos 70, ainda durante o governo Nilo Coelho (1967-1971), emergiu entre políticos, intelectuais, artistas, empresários, jornalistas e representantes de alguns outros segmentos da sociedade pernambucana um caloroso debate em torno da identidade estadual. Esse “movimento”, como também foi chamado, e que angariou o apoio de uns e a crítica de outros, ficou conhecido como “pernambucanidade”. Outros movimentos, com semelhanças e diferenças, mas que não serão objeto de análise aqui também estavam em construção neste período. O maior exemplo é o Movimento Armorial, encabeçado por Ariano Suassuna, que também integrou o CEC de Pernambuco e, por um curto período de tempo, o CFC. Esse movimento, diferentemente do movimento de pernambucanidade, buscou fundamentar a arte brasileira, como destacou Maria Thereza Didier (2000) em **Emblemas da Sagração Armorial**, nas raízes da cultura popular, não enfatizando o recorte estadual, mas no universo nordestino e nas influências ibéricas e medievais, moura, negra, índia, defendendo a ideia de um “ser castanho”, que seria a mistura destes vários elementos representando o verdadeiro “ser brasileiro”

Durante a maior parte desse período (primeiro par da década de 70) esteve à frente do governo do Estado de Pernambuco Eraldo Gueiros (1971-1975). Gueiros teve seu nome homologado na convenção regional da Arena para o governo de Pernambuco já em agosto de 1970, no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Foi eleito pela Assembleia Legislativa em outubro de 1970 e empossado em março de 1971, ocasião em que

deixou seu cargo de ministro no Superior Tribunal Militar (STM) para o qual fora nomeado em 1968 por Costa e Silva (1967-1969).

A sucessão de Nilo Coelho realizou-se sob grande expectativa, incluindo uma série de contatos visando esta questão. Paulo Guerra (primeiro governador da ditadura em Pernambuco após queda de Arraes), João Cleofas, Ivan Rui, José de Moura Cavalcanti (que seria o próximo governador, sucedendo Gueiros), Geraldo Magalhães (que estava como prefeito do Recife e era irmão de Roberto Magalhães; foi Secretário de Educação do governo Nilo Coelho e seria governador no início dos anos 80), Cid Sampaio e Augusto Lucena (que foi prefeito do Recife de 1964 a 1969 e seria novamente entre 1971 e 1975) tiveram seus nomes ventilados para suceder o governador Nilo Coelho. Em suas declarações públicas iniciais, Eraldo Gueiros afirmava não ter interesse em ser governador. Mas já em 23 de março, o ministro Gueiros foi recebido pelo presidente Médici no Palácio do Planalto, tornando-se candidato pela ARENA. A notícia repercutiu em Pernambuco e logo surgiram especulações sobre quem seria o vice, até o surgimento do nome de Barreto Guimarães. O ano de 1970 terminou sob a expectativa do secretariado do governo, que só seria anunciado em janeiro de 1971.

Pernambucano de Canhotinho, Gueiros integrava a geração de intelectuais e políticos que estiveram engajados nos projetos do Estado Novo em Pernambuco. Em 1935, foi consultor jurídico do delegado executor do Estado de Sítio em Pernambuco, general Aurélio de Sousa Ferreira. Entre 1942 e 1943, serviu, junto ao Conselho de Justiça Militar, a convite do general Eurico Gaspar Dutra (que seria presidente do Brasil entre 1946 e 1951) no destacamento misto instalado na ilha de Fernando de Noronha, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em julho de 1947, já no governo Dutra, foi aprovado em concurso do Superior Tribunal Militar (STM), habilitando-se ao cargo de promotor de auditoria da 7ª RM, sediada em Recife. Após o golpe, transferiu-se para o Rio de Janeiro para assumir a Procuradoria Geral da Justiça Militar, a convite do presidente Castello Branco. Em fevereiro de 1968, já no governo do marechal Artur da Costa e Silva, Eraldo Gueiros foi nomeado ministro do STM, sendo empossado em março seguinte.

No período em que esteve no governo de Pernambuco, Gueiros orientou as ações político-administrativas do seu governo pelo Programa de Ação Coordenada - PRAC, formulado pelo Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco - CONDEPE, órgão de planejamento criado em 1952. Com base no PRAC, realizou obras em diversos setores. Ampliou os serviços da Secretaria de Saúde, com a criação da Fundação de Saúde Amauri de

Medeiros (FUSAM), responsável pela execução do plano estadual de saúde, e inovou o sistema penitenciário, com a construção de penitenciárias agrícolas, entre as quais a de Itamaracá, funcionando em regime semiaberto, e o fechamento da Casa de Detenção do Recife, cujo prédio hospedaria, mais tarde, a Casa da Cultura. Durante o seu governo, foi iniciada também a construção de viadutos e barragens, como o sistema Tapacurá. Através da CELPE, antiga Tramways – onde Gueiros trabalhou por vários anos – e do Departamento de Telecomunicações de Pernambuco - DETELPE, foram realizadas obras no setor das comunicações, sendo promovido também o fornecimento de energia a diversas áreas do Estado.

Cumprir lembrar que é no início do seu governo, precisamente em 1971, que o CEC, composto quase exclusivamente por sócios do IAHGP e acadêmicos da APL, passará a ter uma sede própria, pois até então funcionava no IJNPS e também passará a ficar responsável por parte do planejamento da Educação no Estado. O presidente da APL, Marcos Vilaça, será Secretário de Governo na sua gestão, o que também pode explicar o fato de o governo do Estado ter doado, em 1973, em caráter definitivo, a sede da APL, onde a agremiação já funcionava, em regime de comodato concedido pelo ex-governador Paulo Guerra (de quem Vilaça também era amigo pessoal), desde 1966. Gueiros chegou a receber a Medalha Carneiro Vilela, em 1973, e o título de “Protetor das Letras”, em 1974, da academia pernambucana.

Em 08 de janeiro de 1970, em meio as expectativas da sucessão do governo estadual, Marco Aurélio de Alcântara, colunista do **DP**, publicou um texto em sua coluna intitulado “Renovar para restaurar” (**DP**, 08/01/1970, p. 5). No texto, Alcântara dizia que os leitores não se surpreendessem com a organização e atividade, em breve, de uma sociedade civil destinada a reivindicar “Pernambuco para os pernambucanos”. Seria a “Sociedade Restauradora de Pernambuco”, cujo lema seria “Renovar para Restaurar”. A ideia teria entusiasmado o banqueiro Jorge Baptista da Silva e os seus executivos do Banco Nacional do Norte e da Credinorte, além do então presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Rubens Costa. No dia seguinte, Ernani Régis, também colunista do **DP**, comentou a ideia da criação da organização civil, em sua coluna “O assunto é política”. Em seu artigo, cujo trecho se pode ler abaixo, Régis ironiza a iniciativa, criticando os seus supostos idealizadores.

Por outro lado, se informou também que o nosso Estado estava perdendo seu prestígio, não conseguindo nomear um simples diretor do Banco do Brasil. E que as classes empresariais estariam dispostas a influir na sucessão do Estado, reclamando a presença de gente nova. **Não se conhece ainda para que virá a nova sociedade.** Parece que para substituir os políticos, que

teriam fracassado na condução de nossas reivindicações, inclusive para nomear um simples diretor do Banco do Brasil (DP, 09/01/1970)¹².

Talvez a razão principal da crítica fosse o fato de que, no entender de Régis, a sociedade que seria criada estivesse sendo capitaneada por empresários que, outrora, apoiaram Miguel Arraes. Ele diz ainda que à véspera de todos os pleitos – não se pode esquecer que havia grande expectativa com a sucessão de Nilo Coelho no governo estadual – surgem movimentos desta natureza, mas que não prosperam porque os empresários não queriam trocar o mundo dos negócios pelo mundo da política. A crença de Régis de que o movimento fosse se limitar ao período do pleito foi, como veremos, desconstruída pela prática, mas continuava suscitando críticas. Outra publicação do DP, de 25 de janeiro, intitulada “Pontos nos ii”, cujo autor da coluna não consegui identificar, por não haver nome, foi ainda mais dura com o movimento, classificando a ideia de defender “Pernambuco para os pernambucanos” como infeliz, mesquinha e não alinhada com “a melhor pernambucanidade”, conforme se pode ler abaixo:

Noticiou-se estaria sendo articulado um movimento cujas finalidades derradeiras estariam sintetizadas no slogan “Pernambuco para os pernambucanos”. Se esta ideia infeliz e mesquinha passou alguma vez pela cabeça de seus idealizadores, corramos a dizer-lhes e redizer-lhes estão danadamente errados, tomando caminhos que não se coaduna com as nossas melhores tradições. Podemos, sem nenhum desaire, **falar em “pernambucanidade”**, sim, mas como filosofia de ação, em cujo bojo caiba outro dístico muito mais nobre e mais afinado com a linha **da melhor pernambucanidade**: “Pernambuco para os brasileiros, para a América, para o Mundo” (DP, 25/01/1970, p. 4).¹³

A noção de “pernambucanidade” foi introduzida no debate com a indicação de que haveria uma “melhor pernambucanidade”, que seria aquela de defender Pernambuco para o Brasil e para o mundo, sugerindo a existência de uma pernambucanidade que não fosse boa, por ser bairrista, exclusivista, isolacionista. No dia 18 de janeiro, o colunista Marcio Neves Baptista, em sua coluna, num texto intitulado “Mais uma manobra”, também fez menção a este “movimento” liderado por um grupo que pretendia lançar um candidato a sucessão do Estado com o slogan “Pernambuco para os pernambucanos”. De acordo com Baptista, já reinava uma confusão na situação da sucessão de Nilo Coelho e com este movimento havia piorado (DP, 18/01/1970, p. 20).

¹² Grifos meus.

¹³ Grifos meus.

Alguns dias depois, em 29 de janeiro, o **DP** publicaria novo artigo, também sem autoria definida, intitulado “Os miseráveis”. Nesse texto, bem mais extenso que os anteriores, o editorial defende que Pernambuco sempre teve participações modestas na composição de cargos do governo federal, mas procura evitar generalizações, destacando que também já participou ocupando cargos elevados em diferentes momentos. O texto inicia fazendo um retrospecto histórico, a partir da República Velha, afirmando haver existido no Brasil os “grandes Estados”, “dos homens que riam”, e “os pequenos”, “os miseráveis”, a quem restava, consolo supremo, o “direito” de sufragar os candidatos escolhidos pelos “primos ricos” da Nação, aos quais se distribuía “o melhor do bolo”, abrindo mão somente das migalhas, o que se jogava fora, como “resto de mesa”. O texto chega a mencionar um pernambucano, sem citar o nome, que viveu anos no Rio de Janeiro – meio pelo qual os pernambucanos conseguiam alguma atenção do governo federal, de acordo com alguns críticos da época –, chegando a determinado posto do governo e pedindo, sem ousar indicar um nome, que fosse indicado algum filho do seu Estado de origem para ocupar um cargo mais elevado – que a coluna critica dizendo ser apenas o de simples diretor de um departamento –, enquanto outros, “os mais felizes”, brigavam por ministérios, presidências de grandes autarquias e sociedades de economia mista. Ao concordar, em parte, com o movimento da pernambucanidade, o texto finaliza dizendo:

Sob este ângulo, a pernambucanidade, o esforço para que Pernambuco retome suas melhores tradições, é válida. Não podem, enquanto signifique algum novo e estranho “mata marinheiro”, algum chauvinismo tacanho e calhorda, na bobagem de “Pernambuco para os pernambucanos”. Não. Pernambuco para o Brasil e reclamando o privilégio de atuar, como sempre fez, não apenas em seu benefício exclusivo, mas pelo Nordeste e sobretudo pela Nação (**DP**, 29/01/1970, p4)

De modo oportunista ou não – afinal a expressão “pernambucanidade” de fato foi inventada por ele – o debate ganha visibilidade, inclusive nacional, quando Gilberto Freyre ingressa na discussão. Em 01 de fevereiro de 1970, o **DP** publicou um texto de Freyre, intitulado “Pernambucanidade: o que é?”. No texto, Freyre não apenas reivindica de forma sutil a autoria da expressão, como desenvolve, em linhas gerais, o seu significado, posicionando-se ainda sobre o movimento que já teria adquirido o nome de “movimento da pernambucanidade”. Assim, Freyre inicia a discussão dizendo:

Está em foco entre nós um assunto interessantíssimo: **o que a palavra ‘pernambucanidade’ vem sugerindo de diferentes maneiras**. Como a

expressão usei-a, creio eu, antes de qualquer outro escritor ou jornalista, ao mesmo tempo que, em conferência proferida na capital da Bahia, em 1943, o termo ‘baianidade’ e, em conferência pronunciada em Belo Horizonte, em 1946, o termo ‘mineiridade’, sinto-me, por esse e por outros motivos, no dever de me manifestar sobre o assunto. Por que baianidade? Por que mineiridade? Por que pernambucanidade? (DP, 01/02/1970, p.4).¹⁴

De acordo com Freyre, neste artigo, cada uma dessas expressões corresponde a um conteúdo sociológico, que “transbordaria” uns nos outros e que enriqueceria, em vez de comprometer, quer o sentido de “brasilidade” quer o de “nordestinidade”, sem que cada um deles deixe de ter o seu sentido necessário, específico e intransferível, sendo, por isso, positivos, e não negativos, do ponto de vista da convivência nacional que, segundo ele, é a máxima. Com relação a “nordestinidade” – objeto explorado pelo historiador Albuquerque Junior (1996) –, ele diz “e quem mais do que eu vem se batendo por uma justa nordestinidade?”. Mas, focando-se no debate da pernambucanidade, Freyre alega que compreende bem “alguns líderes do movimento que vai se definindo como pernambucanidade” e, opondo-se aos críticos do movimento, afirma acreditar que o mesmo não pretende se fechar num modo exclusivo, intolerante, mesquinho de serem pernambucanos, e finaliza seu artigo afirmando:

Aos líderes **do movimento já conhecido como pernambucanidade** não me parece que anime o menor afã de repudiar tradição tão castiçamente pernambucana; e a qual Pernambuco deve parte de seu esplendor. O que a alguns deles suponho que inquieta é a crescente tendência, entre nós, para as posições de liderança máxima e média no Estado – nas secretarias de governo, na direção de jornais, nas cátedras, na direção da Arquidiocese de Olinda (que falta nos vêm fazendo pernambucanos como Dom Vital e como Cardoso Ayes!) – virem sendo ocupadas em tal número e de tal modo sistemático por não-pernambucanos que já se tornou ostensivo esse processo ecológico de substituição de pernambucanos por não pernambucanos dentro de Pernambuco. Pelo que, os atuais animadores do **movimento de pernambucanidade** não deixam de ter, senão inteira razão, suas razões. Suas boas razões (DP, 01/02/1970, p.4).¹⁵

É claro o apoio do famoso autor de **Casa Grande & Senzala** ao movimento da pernambucanidade, ao dizer que as suas lideranças têm boas razões para erguer esta bandeira. Irei tratar de outro discurso de Freyre em que ele demonstra defender os ideais desse movimento, ao mesmo tempo em que traça, em linhas gerais, o significado da

¹⁴ Grifos meus.

¹⁵ Grifos meus.

pernambucanidade. Antes, porém, sem nenhuma ambição de adentrar em sua controversa biografia ou prosopografia, como tratada em **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos** de Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, quero destacar brevemente alguns aspectos importantes da sua relação com a ditadura. Gilberto Freyre apoiou abertamente o golpe e a ditadura civil-militar e isso pode ser visto em vários textos seus publicados em jornais e revistas da época. Esse apoio pode ser observado mais abertamente num editorial da revista **Veja**, no qual ele foi capa da edição de junho de 1972. No editorial, intitulado “A política, segundo Gilberto Freyre” (**Veja**, jun.1972, p.40-52)., Freyre fala de vários aspectos da sua vida, da política e da relação que tinha com políticos importantes da ditadura.

Numa matéria publicada no **DP**, pouco tempo após o golpe, sob o título “O caso da Universidade do Recife” em 3 de maio de 1964 (**DP**, 03/05/1964, p. 4), Freyre se expressou sobre a verdadeira cruzada que protagonizou contra o reitor da Universidade do Recife (atual UFPE), João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, sugerindo o seu afastamento por suposta complacência do mesmo com a infiltração comunista no Brasil e por não caber mais no novo momento pelo qual o país passava. Recebeu vários convites para desempenhar cargos de destaque no governo civil-militar, inclusive o de ministro da Educação e Cultura e de embaixador do Brasil junto à UNESCO, tendo rejeitado todos sob a alegação de que queria se dedicar melhor à atividade de escritor. Assim como o seu primo, José Antônio Gonçalves de Melo Neto, que presidiu o IAHGP por todo o período da ditadura, Freyre também era amigo pessoal de Castello Branco, tendo recebido o mesmo várias vezes em sua própria residência em Apipucos, no Recife, no período em que Castello esteve à frente do IV Exército (1962-1963). Esses e outros fatos também são tratados na edição de 1972 da **Veja**.

No I Encontro Nacional de Cultura, realizado em Salvador durante o mês de julho, Gilberto Freyre mostrou-se favorável à vigência do AI 5 por considerá-lo uma necessidade de autodefesa do regime contra os reflexos de uma situação internacional de conflito entre as superpotências. Em fevereiro de 1977, por ocasião da entrega do manifesto dos intelectuais contra a censura ao ministro da Justiça Armando Falcão, Freyre, que não assinou o documento, declarou que assinaria o manifesto, mas com muitas restrições, principalmente porque teria faltado, segundo ele, “representatividade ao documento para expressar os pontos de vista da intelectualidade brasileira” devido à ausência de nomes de relevo. Durante o governo Geisel, em 1976, ele passou a aparecer com mais frequência em vários jornais do país, sendo interpelado, quase sempre, a opinar sobre a política nacional do período inaugurado em março de 1964. Suas opiniões eram com frequência controvertidas, dando

margem, às vezes, a legitimar apoiadores e críticos da ditadura. Quando completou 80 anos de idade, em março de 1980, Freyre foi homenageado pelo CFC, em sessão presidida pelo ministro da Educação, Eduardo Portela, pela ALEPE e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. Na ocasião, emitiu sua opinião sobre algumas pessoas públicas, incluindo o presidente Figueiredo, dizendo: “o que me encanta é a sua espontaneidade. É o fato de dizer coisas que o político convencional não diria”.

Voltando, agora, à relação entre Freyre e a pernambucanidade, é preciso considerar que ele foi o intelectual de maior prestígio no Estado de Pernambuco durante a ditadura, tendo recebido vários prêmios e títulos nacionais e internacionais – inclusive antes e depois do regime – e não à toa nomeado e reconduzido ao cargo de presidente do CEC diversas vezes até sua morte, além de ser um dos membros fundadores de grande influência no CFC. Reunia em torno de si e das suas ideias e projetos vários intelectuais e políticos locais ligados ao IAHGP, de quem era sócio desde 1952, e da APL, para qual fora aclamado, como foi visto, em 1952, para ocupar a cadeira de nº 23 da APL, nunca tendo tomado posse, mas qualificando-se, como “sócio correspondente”, assumindo apenas em 1986 a cadeira de nº 14. Também era sócio do IHGB desde 1954. Entrar no debate apoiando o “movimento da pernambucanidade”, movimento que carrega uma palavra que ele mesmo inventou, e por isso o mesmo se considera autoridade para falar do assunto, teve uma forte influência sobre a elite política e intelectual do Estado neste período, se refletindo nos embates políticos e no repertório dos editoriais de toda imprensa local por um longo período que ultrapassou o período da ditadura.

O discurso de Freyre no jantar de comemoração da posse de Mauro Mota na ABL, publicado em vários jornais dos Estados do eixo Sul-Sudeste, além do Nordeste – que posteriormente, junto com a resposta de Mauro Mota, se tornaria o livro **Pernambucanidade, nordestinidade, brasileiridade**, conferiu um destaque nacional à expressão pernambucanidade. Mauro Mota, cumpre lembrar, como foi visto no capítulo anterior, também era acadêmico da APL, ocupante da cadeira de nº 20, desde 1954. Foi seu presidente por um período de 10 anos, de 1972 a 1982 e também conselheiro do CEC, tendo sido, como Freyre, reconduzido ao cargo sucessivas vezes até sua morte, em 1984. Apesar de a ABL ter sido presidida, de 1959 até 1993 (o que inclui todo o período da ditadura) por um pernambucano da cidade de Caruaru – Austregésilo de Athayde –, foi a posse de Mauro Mota, para ocupar a cadeira de nº 26 entre “os imortais” da Casa de Machado de Assis, que amaciou

o ego de segmentos da elite política e intelectual do Estado. Fazia sentido, afinal Athayde não passou sua vida em Pernambuco como o poeta Mauro Mota.

O uso da expressão pernambucanidade por Freyre já repercutia em vários jornais do país, como o **Jornal do Brasil**, **Correio da Manhã** e **Jornal do Commercio**, do Rio de Janeiro, **Correio Brasiliense**, do Distrito Federal, **Diário do Paraná, do Paraná, Diário de Natal**, do Rio Grande do Norte, entre outros. O discurso proferido no jantar, no entanto, foi publicado na íntegra em alguns deles. O **DP** publicou com o título “Saudação a Mauro Mota no jantar de 24 de setembro”, em duas partes, uma em 4 de outubro (p.4) e outra em 11 de outubro de 1970 (p.4). O **Jornal do Commercio - JC**, por sua vez, também publicou, em duas partes, intitulado “A vitória de um provinciano” (**JC**, 06/11/1970, p10). Nesse discurso, marcado também por um forte apelo político, mais do que uma homenagem, Freyre acabou por delinear alguns referenciais históricos constitutivos da memória social do que seria a pernambucanidade da qual tantos passaram a falar a partir daquele ano.

O mestre de Apipucos, como também era chamado, iniciou sua fala dizendo que o jantar era marcado pelo brio provinciano animado pela vibração de uma “justa pernambucanidade” e que seria um erro ver na posse de Mauro Mota na ABL apenas um triunfo individual, pois se tratava da vitória de um provinciano, brasileiro, nordestino e, particularmente, pernambucano. Sendo esta última, uma das suas mais expressivas significações. Freyre destaca ainda que o provincianismo estaria sob ameaça e que Mota seria um exemplo de provinciano, pernambucano, que se conservava como tal, não tendo feito no Rio “estágio de desprovincianização” ou “metropolinização”, não tendo se deixado descaracterizar na sua “pernambucanidade de carne e osso” para ser consagrado numa brasileiridade apenas abstrata. O poeta autor de **Elegias** teria chegado a ABL, de acordo com Freyre, sem ter feito “corte à Corte”, sem ter bajulado ninguém e sem ter recebido o apoio de nenhum poder oficial, dos “grandes da metrópole” ou da “potência jornalística” instalada no Rio, mas pela superioridade do próprio trabalho.

De acordo com Freyre, a posse de Mauro Mota na ABL, nessas condições, era importante porque Pernambuco passava por um momento de desprestígio, necessitando de afirmações dessa espécie, não apenas para destacar-se, mas para sobreviver digna e altivamente no próprio conjunto regional a que pertencia, depois de ter sido a base, a matriz, o começo “desse conjunto brasileiríssimo”. O discurso possui também, em geral, um forte apelo político. Para Freyre, Pernambuco já não era aquele que, “com a grandeza do seu nome e as sugestões do seu símbolo, o de leão majestoso e altivo” protegia os pernambucanos. Era um

Pernambuco que precisava de que “os grandes pernambucanos” o protegessem. Os grandes e os “apenas pernambucanos”. De acordo com ele, ser alguém pernambucano, mesmo sem ser “homem superior ou de gênio”, era uma nobreza que obrigava a superiores responsabilidades cívicas para com Pernambuco e para com o Brasil, pois os pernambucanos “amanheceram no século XVI, desempenhando tais responsabilidades, não podendo rejeitá-las”.

Em seu discurso, Freyre disse ainda que os pernambucanos não deveriam se deixar vencer pelo mito da modéstia e menos ainda pelo da humildade, continuando a tolerar que de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo, os tratassem por vezes como gentes conquistadas, ou como brasileiros inexperientes que precisassem sempre de guias ou de tutores, “somos os brasileiros mais experimentados em política, nas letras, nas artes, sem revoluções, em guerras”, disse. Para ele, os pernambucanos também não deveriam deixar se dissolver num excesso de outro mito, o de nordestinidade difusa, do qual, segundo ele, se estavam usando e abusando para anular no Nordeste o valor especificamente pernambucano, a fim de contra ele se afirmarem interesses, apenas estaduais, de outros Estados, disfarçados em afirmações regionais. Em suas palavras:

Mais do que nunca é **preciso que Pernambuco valorize pernambucanos superiores e pernambucanos essenciais**. Não podemos admitir o absurdo de que a primeira condição para se ser líder de Pernambuco seja, agora, nascer-se, formar-se, fazer-se noutro Estado; vir-se de fora de Pernambuco; residir-se quase a vida inteira longe de Pernambuco; ou ser-se a vida inteira longe de Pernambuco; ou ser-se menos pernambucano que brasileiro de outro Estado; ou mais ex-pernambucano que pernambucano vivente e convivente. É o pernambucano vivente e convivente que, mesmo nascido noutra parte do mundo, mas deve orientar, dirigir, governar Pernambuco (DP, 11/10/1970, p. 4).¹⁶

A defesa de que os cargos de liderança no Estado deveriam ser ocupados por “pernambucanos superiores” e “pernambucanos essenciais” que nasceram e passaram suas vidas em Pernambuco foi incisiva. Embora não apareça no discurso de Freyre o local, em Pernambuco, onde seria possível encontrar os “pernambucanos superiores” e os “pernambucanos essenciais”, a julgar pelos nomes a quem Freyre exaltava em Pernambuco, em situações diversas, e da roda de intelectuais que o circulada, é possível inferir que a APL e o IAHPG seriam os redutos de pernambucanos dessa envergadura ou dessa empresa, pois eram as instituições que mais exaltavam o Estado, seja nas letras ou na historiografia e que congregava aqueles que, na política, defendiam o que se considerava “os interesses do

¹⁶ Grifos meus.

Estado” nessas áreas. O jantar em que esse discurso foi proferido, em 15 de agosto de 1970, promovido pelo Hotel São Domingos, contou com a presença dos mais ativos confrades do IAHP e acadêmicos da APL. Nesse jantar, Freyre encerrou seu discurso dizendo:

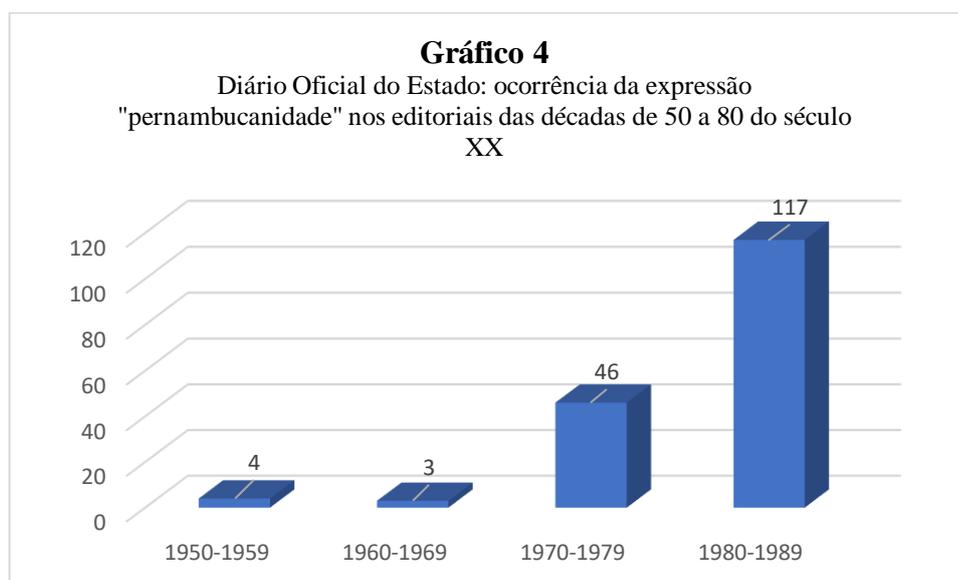
Outrora um só Pernambuco, hoje uma constelação de Pernambucos jovens. Pernambucos jovens que se desenvolvem em torno do sempre nuclear e nunca esgotado de ânimo ou de energia, que é aquele em que madrugou o próprio Brasil nos seus começos mais decisivos de nação. De nação e de cultura. O Pernambuco da Prosopopeia. O Pernambuco do Bispado de Olinda. O Pernambuco dos primeiros grandes engenhos patriarcais. O Pernambuco do Curso Jurídico de Olinda e da Faculdade de Direito do Recife, **depois de ter sido o Pernambuco guerreiro dos Guararapes** e de 1817. O Pernambuco onde se escreveu a sangue o destino nacional do Brasil: um só Brasil e não dois ou três. **Esse espírito – o de generosa pernambucanidade** transbordante na melhor das nordestinidades e nas mais pura das brasileiridades – ninguém, nos nossos dias, o vem representando de modo mais expressivo do que Mauro Mota (DP, 11/10/1970, p. 4)¹⁷

Freyre traçou uma seleção de elementos pelos quais Pernambuco deveria ser exaltado que incluía um poema – a **Prosopopeia**, poema épico de Bento Teixeira que narra as aventuras de Jorge D’Albuquerque Coelho, governador da Capitania de Pernambuco –, instituições – o Bispado de Olinda, os primeiros engenhos patriarcais, o curso jurídico de Olinda e a Faculdade de Direito – e episódios históricos – as batalhas dos Guararapes e a Revolução Pernambucana de 1817 –, subordinando todos eles, em virtude dos quais o Estado seria detentor de um brio, em ordem de importância, às batalhas dos Guararapes. Ele reforça a tese, partilhada historicamente por segmentos da elite política e intelectual de Pernambuco, de que o destino nacional foi escrito em Guararapes, evitando a fragmentação do território brasileiro em vários países, possibilitando a unidade territorial nacional. Uma maneira de dizer que a nação possuía um débito com os pernambucanos. Classifica todas essas coisas como sendo o “espírito de generosa pernambucanidade” que transbordava “na melhor” das nordestinidades e na “mais pura” das brasileiridades. Ou seja, Pernambuco era o melhor Estado do Nordeste e o mais puro Estado do país, no que tange a expressar respectivamente as identidades regional e nacional.

O uso da expressão pernambucanidade virou uma febre nos editoriais dos periódicos locais a partir dos anos 70. Várias razões podem explicar isso, além do fato de o intelectual de maior prestígio do Estado, presidente do CEC, conselheiro fundador do CFC, que agregava a elite cultural do país ou os “cardeais da cultura nacional” fazer uso recorrente dela. Outra

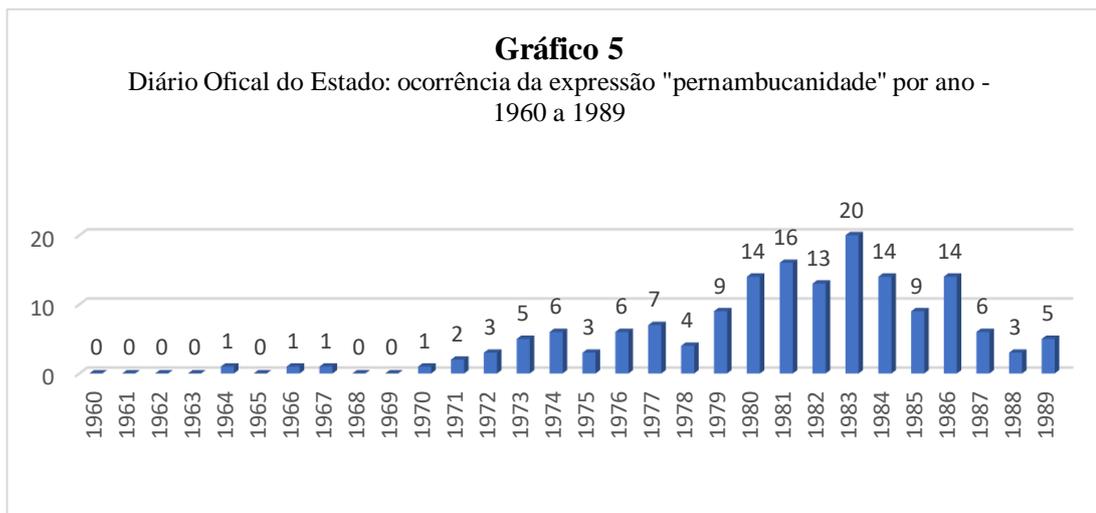
¹⁷ Grifos meus

razão expressiva, como veremos, será criação, pelo presidente Médici, de um parque em homenagem as batalhas dos Guararapes, principal referencial identificador da pernambucanidade. Uma busca no acervo digital do **DOE** pela palavra-chave “pernambucanidade”, no site da CEPE permite identificar que a expressão foi incorporada definitivamente pelos editoriais deste periódico durante a década de 70, representando um salto bastante expressivo, em relação à década anterior, para a qual pulou de 3 ocorrências para 46 ocorrências, um aumento de 1.533%.



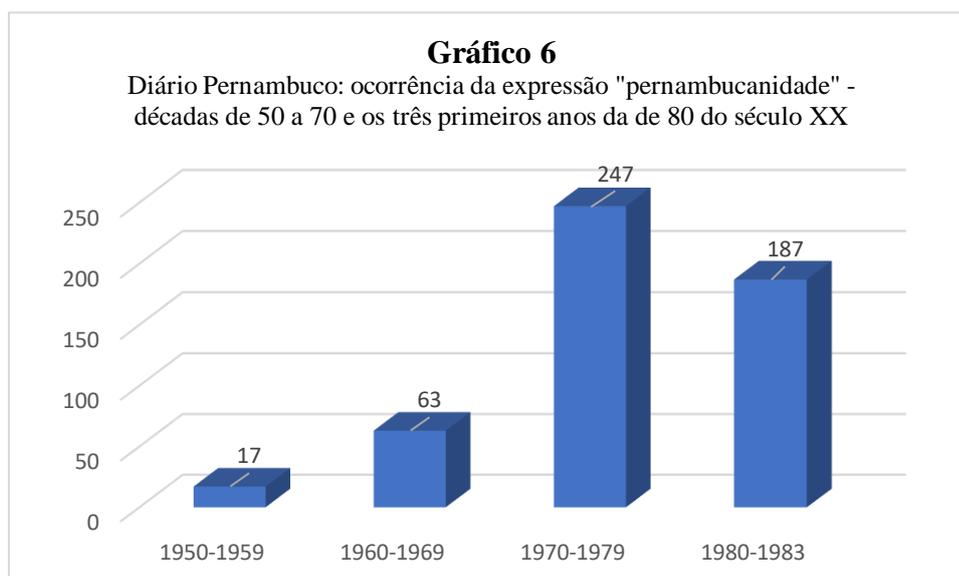
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

É possível observar ainda um expressivo aumento do uso na década de 80, onde há um salto de 46 ocorrência da década anterior para 117, um aumento de 254% ou o dobro e meio de toda a década anterior. Se comparada às ocorrências dos anos 80 com aquelas dos anos 60, o aumento de 3.900% ou 39 vezes mais. Quando se observa o uso da expressão por ano nesses editoriais, apesar das ocorrências únicas nos anos 1964 (primeira ocorrência na década de 60), 1966 e 1967, é que se percebe com mais clareza como o ano de 1970 foi o marco a partir do qual se pode perceber um padrão de crescimento do uso, que alcança o pico em 1983 e começa a declinar a partir de 1984 até o final dos anos 80.



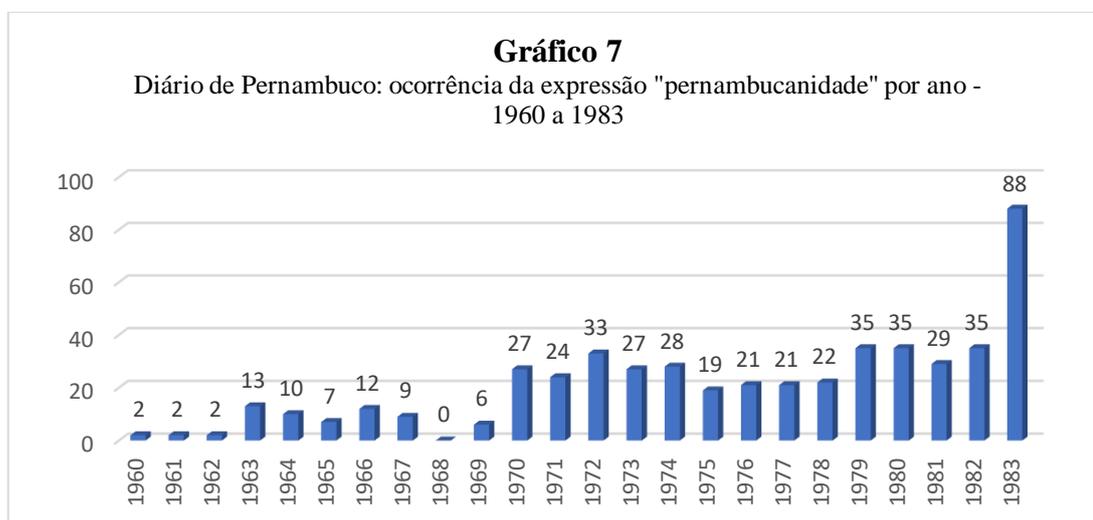
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

O uso da expressão não ficou limitado, como foi dito, apenas aos editoriais do **DOE**. Uma busca pela palavra-chave “pernambucanidade” no acervo da hemeroteca digital presente no site da Biblioteca Nacional, pelas décadas de 50 a 80 também evidenciam a incorporação do uso da expressão. Como os jornais do **DP** digitalizados no acervo vão apenas até o ano de 1983, infelizmente não foi possível traçar a ocorrência ao longo de toda a década de 80, contemplando os seis anos restantes, que vão de 1984 a 1989. Porém, se considerarmos que de 1980 a 1983 o uso da expressão ultrapassou a metade das ocorrências de toda a década de 70, o padrão de crescimento do uso da década de 80 em relação a década anterior deve ter sido muito expressivo, mesmo que apresentasse uma queda a partir da segunda metade, como no **DOE**.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Quando se observa o uso da expressão por ano nesses editoriais, percebe-se com mais clareza, assim como no **DOE**, como o ano de 1970 foi um marco a partir do qual se pode perceber um padrão de crescimento do uso, que, curiosamente, também apresenta um salto no ano de 1983 em relação aos anos anteriores.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

A pernambucanidade despertou, como disse há pouco, a atenção e o interesse nacional, a partir de 1970. Gostaria de destacar, dois editoriais da revista **Manchete** do Rio de Janeiro, que me pareceram mais representativas deste interesse devido ao fato de a sua equipe ter tido a preocupação de reunir intelectuais para ouvi-los acerca das características do “homem pernambucano”, sendo uma de 1970 e outra de 1973. Na primeira, de 1970, uma reportagem de Ricardo Noblat, com fotos de Carlos Weik, a Revista reuniu “no jardim de um belo palacete, dos muitos que se ergueram no Recife no apogeu do ciclo da cana-de-açúcar” sujeitos de grande prestígio no Estado como Francisco Brennand, Amaro Quintas, Hermílo Borba Filho, José de Sousa Alencar e Helena Pessoa de Queirós e concluiu, a partir deles, que “o pernambucano, em função do seu passado de lutas em defesa do Brasil contra os invasores, é um homem orgulhoso, embora cordial e controvertido” (p.92). Outra conclusão foi a de que “O pernambucano aceita as coisas novas, mas demora a vencer o lado conservador de sua personalidade” (p.94). Reproduzo abaixo uma foto das duas primeiras páginas da matéria intitulada “Nós, os pernambucanos”:

Figura 8

Fotografia da Revista Manchete do Rio de Janeiro de 1970



Fonte: Revista **Manchete**, Rio de Janeiro, Edição 937/1970, p.92-95

Na foto acima, da esquerda para a direita temos Francisco Brennand, Amaro Quintas, Hermilo Borba Filho, José de Souza Alencar e Helena Pessoa de Queirós. A reportagem traz ainda duas fotos nas páginas seguintes, uma de Francisco Brennand, sentado de pernas cruzadas, de maneira opulenta com um terno claro e um charuto nas mãos e outra de Helena Pessoa de Queirós, num “quase” sorrir por detrás de umas plantas. Dentre as falas dos participantes da entrevista sobre as características do pernambucano e das pernambucanas, a que me pareceu bastante representativa em poucas palavras sobre o que passou a se tomar como pernambucanidade foi a de Brennand. Na sua fala, Brennand deixa evidente que o modo de ser do pernambucano não está identificado com a cultura popular:

A nossa própria ascendência cultural nos faz aqui em Pernambuco como se fossemos **uma elite** em exílio. Continuamos, de certa maneira, como velhos espanhóis, velhos portugueses, velhos italianos. **Não formamos ainda, na verdade um corpo maciço ou tipo de cultura identificado com a cultura popular** (Revista **Manchete**, Rio de Janeiro, Edição 937/1970, p.94).¹⁸

¹⁸ Grifos meus.

Na reportagem de 1973, a revista Manchete trouxe como título principal uma pergunta “O pernambucano é mais valente?”. Acima dele o jargão: “Em Recife, Manchete reúne um escritor, um historiador, uma jornalista e um professor de comunicação para descobrir qual é a essência da pernambucanidade”. Desta vez, reuniu novamente Hermilo Borba Filho e Amaro Quintas e, além destes, o professor de Comunicação Jomar Muniz de Brito e a jornalista Cristina Tavares. A matéria traz ainda elementos como a música, o artesanato, além da representação do corpo da mulher pernambucana como objeto. Reproduzo, abaixo, as duas páginas principais da matéria:

Figura 9

Fotografia da Revista Manchete do Rio de Janeiro de 1973



Fonte: Revista **Manchete**, Rio de Janeiro, Edição 1103/1973, p.38-43

Demonstrei no capítulo anterior que fenômeno semelhante aconteceu com o uso da expressão “turismo”, que teve um pico a partir da criação do Sistema Estadual de Turismo. O acontecimento de maior relevo que aprofundará o debate sobre a pernambucanidade e o uso da expressão, inclusive associada ao turismo, será a criação do PHNG, em 1971. O parque será a institucionalização, em nível nacional, dos significados associados aos montes onde foram travadas as batalhas dos Guararapes no século XVII, configurando-se assim como lugar emblemático de memória nacional. Embora a expressão pernambucanidade envolva uma série de referenciais históricos e culturais relacionadas ao Estado, e que não possa ser tratada de maneira homogênea, a visibilidade nacional que Pernambuco passará a ter a partir desse

parque e o interesse dos militares pelas batalhas que neste espaço ocorreram, como momento de fundação do Exército e da pátria, reforçará a associação da pernambucanidade com as batalhas dos Guararapes de maneira indelével. Discutirei a inauguração deste parque, porém, antes, tratarei do significado e da importância dessas batalhas para Pernambuco, ou, pelo menos, para segmentos de sua elite política, intelectual e para segmentos do Exército lotadas no Estado.

2.2. Matéria-prima da memória: as batalhas dos Guararapes entre o Exército e a elite pernambucana

As batalhas dos Guararapes foram os dois enfrentamentos decisivos travados pelos pernambucanos contra os holandeses no século XVII, nos montes dos Guararapes – localizado atualmente na cidade de Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana do Recife – e que asseguraram sua vitória. A primeira teve seu desfecho em 19 de abril de 1648 e a segunda, em 19 de fevereiro de 1649. As tropas luso-brasileiras foram formadas por brancos, liderados por Antônio Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, negros, liderados por Henrique Dias, e índios, liderados por Antônio Felipe Camarão. Por ter assegurado a Portugal “restaurar” sua possessão na América, o episódio ficou conhecido, sob muita controvérsia, como “Restauração Pernambucana” pela elite política e intelectual local. A “Restauração” efetiva da possessão portuguesa só aconteceria, porém, em 27 de janeiro de 1654, sendo esta data a partir daí lembrada por séculos pelo nativismo pernambucano e, posteriormente, pela historiografia local e sua elite política intelectual como a data de comemoração da “Restauração Pernambucana”. Não é objetivo aqui discutir esse episódio – aliás, muito explorado pela historiografia local, especialmente ligada ao IAHGP, tendo sido José Antônio Gonçalves de Melo Neto uma das maiores autoridades no assunto – e sim como esse episódio foi importante para muitos pernambucanos de diversos segmentos, incluindo a célula do Exército brasileiro localizada em Pernambuco.

Vou começar pelo Exército. As unidades do Exército situadas em Pernambuco desempenharam, ao longo da história, papel importante na preservação da memória das batalhas dos Guararapes, sobretudo pelo fato de muitos dos seus integrantes fazerem parte da rede de sociabilidade dos intelectuais e políticos conservadores que sempre cultuaram o episódio no Estado. Após o regresso das tropas na Segunda Guerra, o Exército assumiu uma nova estrutura organizativa e operacional, criada pelo Decreto-Lei nº 9.510 de 24 de julho de

1946 (DOU, Seç.1, 26/07/1946, p.10860), se organizando em quatro Zonas Militares: Norte, Oeste, Centro e Sul que se subdividiam em Regiões Militares. Em 1956, a Zona Militar do Norte, sediada na rua do Príncipe, em Recife – bem próximo do IAHGP, onde Castello Branco costumava ir quase diariamente, entre 1962 e 1963, quando estava em seu comando, de acordo com Galvão –, que alcançava todos os estados do Nordeste e a Amazônia, englobando as 6ª, 7ª, 8ª e 10ª Regiões Militares, foi desmembrada, criando o Comando Militar do IV Exército e o Comando Militar da Amazônia. Em 1979, as instalações do Quartel General do IV Exército foram transferidas da rua do Príncipe, no centro do Recife, para o Complexo Militar do Curado, situado na zona oeste da cidade, e em 1985 mudou sua denominação para Comando Militar do Nordeste – CMNE, denominação que permanece até hoje¹⁹.

Dentre os generais que comandaram o IV Exército um pouco antes do golpe de 64, dois se tornariam presidentes durante a ditadura: Artur da Costa e Silva, cuja gestão foi de 17 de agosto de 1961 a 28 de setembro de 1962, e Humberto de Alencar Castello Branco, no período de 28 de setembro de 1962 a 31 de agosto de 1963. Sendo este último, como foi dito, o responsável pelo Decreto de 1965 que declarou de utilidade pública os terrenos onde foram travadas as batalhas dos Guararapes durante o período em que fora presidente do Brasil. Pelo Comando do IV Exército, passaram generais como Joaquim Justino Alves Bastos, militar da “linha dura” que comandou a unidade entre 04 de setembro de 1964 e 10 de junho de 1964 e que foi sucedido, por um período de aproximadamente dois meses, por um dos grandes articuladores do golpe de 64 e que fora também autor do Plano Cohen, utilizado para justificar a implantação do Estado Novo varguista, Olympio Mourão Filho²⁰. Destacam-se, ainda, em seu Comando, os generais Aurélio de Lyra Tavares (10/10/1964 a 27/10/1965) e João Bina Machado (05/01/1971 a 10/09/1991), amigo pessoal de Gilberto Freyre, a quem indicou para proferir discurso em seu lugar na principal cerimônia de inauguração do PHNG e amplamente prestigiado no dia de sua posse no Comando do IV Exército. Lyra Tavares, como foi visto no primeiro capítulo, foi homenageado pela APL em 1965 pelas suas qualidades “como intelectual” e “como historiador” (RAPL, nº 14, 2 sem. 1965, p.85-93). Autor de várias obras, dentre as quais, “Exército brasileiro” e “Exército e nação”, Lyra Tavares foi eleito, em 1970, para ocupar a Cadeira 20 da ABL, tendo ajudado, inclusive, numa maior aproximação entre a ABL e a ditadura.

¹⁹ Cf. site do CMNE disponível em: <http://www.cmne.eb.mil.br/>. Acesso em 17/10/2018.

²⁰ Sobre a atuação de Olympio Mourão Filho em geral e no IV Exército, cf. PINTO, Daniel Cerqueira. **General Olympio Mourão Filho: carreira político-militar e participação nos acontecimentos de 1964**. Dissertação de mestrado (Mestrado em História). Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2015.

Muitos trabalhos tratam de aspectos da ditadura, dos militares e do Exército em particular, com diferentes enfoques. Porém, poucos tratam de aspectos ligados a questão cultural dessa instituição, como de crenças, valores, tradições, representações e leituras do passado, entre outras questões. Acredito que no estudo destas questões, o antropólogo Celso Castro é, senão a principal, umas das principais referências sobre o assunto. É autor de diversos trabalhos, entre os quais **Visões do Golpe, Nova história militar brasileira, A família militar no Brasil, Os militares e a República, Espírito militar, Antropologia dos militares, Exército e nação e A invenção do Exército Brasileiro**. Devido ao fato de explorar melhor a relação do Exército com as batalhas dos Guararapes, vou destacar esta última, parcialmente inspirada pela noção de invenção de tradições, tal como é tratada na obra do historiador Eric Hobsbawm. Procura discutir a invenção e a institucionalização consciente do que seriam três importantes tradições do Exército Brasileiro: a) o culto a Caxias como seu patrono; b) as comemorações da vitória sobre a chamada Intentona Comunista, de 1935, e; c) o Dia do Exército, comemorada em 19 de abril, data da vitória da primeira batalha dos Guararapes.

Apesar de destacar a influência de Hobsbawm, Castro se afasta deste ao não opor tradições inventadas com outras que seriam tradicionais ou genuínas. Essas tradições teriam permitido, segundo o autor, a invenção da identidade social do próprio Exército enquanto instituição. Castro inicia a obra tratando do processo que teria Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias, a ser eleito como “patrono do Exército”. O processo de escolha de Caxias teria sido precedido por uma batalha, travada no campo da memória, entre a figura do Duque e a do Marechal Manuel Luís Osório (1808-1879). De acordo com Castro, durante quatro décadas, a principal comemoração militar brasileira ocorria no aniversário da Batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), a maior da Guerra do Paraguai, tendo em Osório, comandante das forças brasileiras, seu principal herói. Um processo de substituição, na hierarquia de importância, teria ocorrido posteriormente substituindo Osório por Caxias. Tratava-se de um projeto hegemônico para a instituição levado a cabo por Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Caxias morreu em 1880, mas só em 1923 o Exército teria passado a cultuá-lo oficialmente e no dia do seu nascimento, 25 de agosto, passou a celebrar o Dia do Soldado.

Segundo Castro, a imposição oficial de Caxias como Patrono do Exército deu início ao declínio do culto a Osório. Nas décadas de 40 e 50 as comemorações relacionadas a Osório perderam o destaque que haviam tido até então. Ele passou a ser o “Patrono da Cavalaria”.

Osório não foi desprezado pelo Exército, defende Castro, tanto é que durante o regime civil-militar, especificamente em 1969, foi inaugurado um parque histórico em sua homenagem, o Parque Histórico Nacional Marechal Manuel Luís Osório, no Rio Grande do Sul. Teria sido apenas rebaixado na hierarquia de importância, colocado abaixo de Caxias. Para Castro, o culto a Caxias tinha como objetivo, no plano simbólico, a afirmação do valor da legalidade e do afastamento da política, visando a unidade interna do Exército, despedaçada, nos anos 1920, por revoltas internas e clivagens políticas. Esse culto se inicia, de acordo com Castro, em 1923, justamente um ano após a revolta que inaugurou o “ciclo tenentista”.

O culto a Caxias teria dado início a uma nova fase de intensa criação de novos símbolos e cerimônias do Exército, e foi aprofundado, segundo Castro, com a reforma da Escola Militar do Realengo. A reforma fora idealizada e iniciada por José Pessoa – sobrinho de Epitácio Pessoa, que fora presidente da República de 1919 a 1922 e irmão de João Pessoa, governador da Paraíba entre 1928 e 1930, cujo assassinato desencadeou a chamada Revolução de 1930 –, e pode ser vista, de acordo com Castro, como exemplo bem-sucedido de criação de “novas tradições”. Complementando as figuras do Império, mais tarde, heróis republicanos seriam forjados e ganhariam destaque, cada qual com seu codinome: Benjamin Constant, “o Fundador” da República, Deodoro da Fonseca, “o Proclamador” e Floriano Peixoto, “o Consolidador”. **A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**, de José Murilo de Carvalho (1990), aprofunda melhor a sobre a construção dos heróis republicanos, incluindo esse período inicial conhecido como “República da Espada”, marcado pela forte participação dos militares em vários setores da sociedade brasileira.

A segunda tradição do Exército analisada por Castro se refere às comemorações da vitória sobre a chamada Intentona Comunista. A frustrada revolução comunista de 1935, que logo viria a ser nomeada estrategicamente pelos vencedores de “Intentona”, teria sido um evento-chave para desencadear um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas. Embora a oposição de amplos setores militares ao comunismo seja anterior à revolta, teria sido a partir desse momento que os comunistas passaram a ser identificados por eles como maior inimigo. De acordo com Castro, o ritual de rememoração dos mortos leais ao governo, repetido a cada ano no Rio de Janeiro, tornava presente o “sacrifício” desses mortos, renovando os votos anticomunistas dos militares e sinalizando as novas gerações nesse mesmo espírito.

Castro destaca que a primeira comemoração teria sido tímida, mas que a partir de 1937, em que contou com a presença do presidente Getúlio Vargas, elas passaram a ser mais

ousadas. Esta de 1937, inclusive, teria sido estranhamente antecipada para o dia 23 de setembro, provavelmente, segundo Castro, numa tentativa de acelerar a mobilização anticomunista e dessa forma ajudar a preparar o clima que levaria, em breve, ao golpe do Estado Novo, pois, uma semana mais tarde, seria divulgado o Plano Cohen – documento que continha, supostamente, instruções da Internacional Comunista e que, anos mais tarde, viria ser comprovado ter sido uma fraude – para justificar a implantação do Estado Novo e evitar uma nova tentativa de tomada violenta do poder pelos comunistas.

As comemorações costumavam contar com formatura de tropas militares junto ao túmulo dos militares mortos em 1935, recepção de autoridades civis e militares, canto do hino nacional, posição de flores aos pés do monumento, discursos e leituras da ordem do dia dos chefes militares e chamada nominal dos mortos ao som de salvas de canhão. Como forma de reconhecimento da importância das comemorações, sob a ordem do governo federal, os restos mortais dos militares foram transferidos do Cemitério São João Batista para o Cemitério São Francisco Xavier, com um mausoléu inaugurado em 1940. O mausoléu traz gravado o nome dos 31 militares legalistas mortos. Foi no quadro dessa cultura institucional inclusive, marcadamente anticomunista, que se viveu a ditadura do Estado Novo e que se formaram grupos militares que em 1964 assumiriam o poder.

A terceira tradição estudada por Castro se refere ao Dia do Exército, criado oficialmente em 1994, por iniciativa do ministro do Exército, e comemorada em 19 de abril, data da vitória da primeira batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648). De acordo com Castro, desde o fim do regime civil-militar, os militares perderam significativamente a força política no Brasil. Duas comemorações importantes, a da vitória sobre a Intentona e da “Revolução de 1964” entraram então em declínio, tendendo a desaparecer. Outra, porém estava por nascer. A ideia central da nova comemoração, segundo Castro, é de que teriam nascido aí ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiros.

Ainda de acordo com Castro, a versão oficialmente apresentada pelo Exército a respeito dos principais líderes celebra cinco “patriarcas do Exército”. São eles: 1) o comandante-chefe do exército restaurador entre 1648 e 1654, Francisco Barreto de Menezes; 2) o reinol João Fernandes Vieira; 3) o mazombo (morador branco nascido no Brasil) André Vidal de Negreiros; 4) o negro Henrique Dias e; 5) o índio Antônio Felipe Camarão. A força simbólica do evento seria reforçada pela presença conjunta da união das três raças, vistas como constitutivas do povo brasileiro – o branco, o negro e o índio. A leitura que Exército faz do episódio foi em grande medida marcada pelas narrativas disponíveis sobre o evento, mas com

ênfases e motivos específicos. Além disso, ao contrário das comemorações da Intentona e da “Revolução de 1964”, de acordo com Castro, não se trata aí de um inimigo interno a ser enfrentado, mas de invasores estrangeiros.

Segundo Castro, quatro ideias se destacam nessa nova tradição: 1) um vínculo indissolúvel entre a nacionalidade e o Exército. Os combatentes teriam plantado a semente dessas duas instituições: a nacionalidade e o Exército brasileiro. Embora não tenha havido nenhuma unidade militar posterior às batalhas que tivesse dado continuidade ao Exército, o “espírito de Guararapes” teria continuado, ligando o evento à fundação oficial da instituição militar; 2) o Exército é composto pelas três raças que forma o povo brasileiro – o branco, o negro e o índio; 3) é uma luta contra estrangeiros; 4) a vitória foi contra um inimigo militarmente mais poderoso, cujo sucesso se deu graças ao uso de tática de guerrilha.

Não vou objetar à questão das tradições do culto a Caxias como seu patrono ou as comemorações da vitória sobre a chamada Intentona comunista de 1935, mas à tradição do Dia do Exército, faço uma consideração: o Dia do Exército, embora criado oficialmente em 1994, está ancorado numa tradição mais antiga do próprio Exército. Ao escrever que as comemorações da vitória sobre a chamada Intentona e a da “Revolução de 1964” entraram então em declínio e que outra estava por nascer, referindo-se às comemorações das Batalhas dos Guararapes, celebrada no Dia do Soldado, Castro leva o leitor a acreditar que essas comemorações são posteriores ao processo de redemocratização. No entanto, o interesse do Exército pela data de 19 de abril, pelo menos do Exército a nível local, em Pernambuco, é bem mais antigo. O período do Estado Novo, em Pernambuco, durante a interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945), é bem representativo desse interesse. Em nível nacional, porém, esse interesse se expressa já durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951).

De um modo geral, foi durante a interventoria de Agamenon Magalhães que houve uma maior efervescência em torno do culto à pátria e ao civismo. Esse culto ao patriotismo e as questões cívicas se expressava em diversas comemorações, dentre elas, as de aniversário das batalhas dos Guararapes que, embora fosse considerada importante por muitos, sobretudo pelos militares, somava-se às outras, também consideradas de igual relevância cívica. Entretanto, foi a partir do tricentenário das batalhas dos Guararapes, ocorridas em 1948, durante o governo de Barbosa Lima Sobrinho (1948-1951), em Pernambuco, e durante o governo do presidente Dutra, que essa comemoração passou a gozar um maior prestígio entre as demais comemorações. Na presidência, estava o militar do Exército que, de acordo com Castro (2002), encabeçara um projeto de identidade social para a instituição, inicialmente com

a institucionalização do culto a Caxias e depois com a construção de um panteão de outros heróis militares, que foi continuado pela Escola Militar do Realengo.

Dutra pode ter visto nestas comemorações uma maneira de promover as Forças Armadas do país. É preciso considerar que o Exército gozava neste momento de um grande orgulho e prestígio, devido ao sucesso contra a Itália na empresa da Segunda Guerra Mundial, o que inclusive poderia explicar, em parte, um militar na presidência da República. Portanto, dar visibilidade às batalhas dos Guararapes, como semente do Exército brasileiro, era também uma forma de prestigiar a instituição. Contudo, através da Lei nº 352 de 27 de agosto de 1948 (DOU, 01/09/1948, Seç.1, p.12653), em que torna de caráter nacional as comemorações do terceiro centenário das duas batalhas dos Guararapes, Dutra não só promoverá o Exército enquanto instituição, mas a “cultura” e a “história” pernambucana em todo o país, uma vez que esse episódio integra a chamada Restauração Pernambucana, episódio considerado de maior importância para segmentos da elite política e intelectual conservadora do Estado.

A fim de que as comemorações alcançassem o maior êxito, essa lei determinou ainda, por exemplo, o patrocínio de publicações de obras de história, conferências, exposições de peças de teatros e filmes alusivos às duas efemérides, inclusive exposições de documentos ligados à guerra holandesa. Autorizou a abertura de crédito de Cr\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), dos quais Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) se destinariam à distribuição de prêmios. Determinou também a abertura de concorrência, entre os maestros brasileiros, durante trinta dias da publicação da Lei, para apresentar a partitura de uma ópera consagrada à exaltação dos dois feitos memoráveis, cujo julgamento seria confiado a uma Comissão nomeada pelo Ministro da Educação. Determinou também que o Poder Executivo, à época própria, fizesse emitir selos postais de Cr\$0,40, para porte comum e, de Cr\$1,20, para porte aéreo, em a reprodução do quadro “Batalha dos Guararapes” de Vítor Meireles, como se pode ver abaixo:

Figura 10

Quadro de Victor Meireles (1832-1903) - Batalha dos Guararapes, 1879. Óleo sobre tela, 494,5 x 923 cm.



Fonte: Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes

No mesmo ano, 1948, através do Decreto nº 26.131 de 31 de dezembro (DOU, 05/01/1949, Seç. 1, p. 138), o governo federal abriu, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de que tratava a lei para executar o dispositivo da lei. Em 1950, através do Decreto nº 28.319 de 29 de julho de 1950 (DOU, Seç. 1, 29/06/1950, p.9792), Dutra deu a denominação de “Regimento Guararapes” ao 14º Regimento de Infantaria, o mesmo para onde Arraes seria levado preso em 1º de abril de 1964. É possível encontrar no DOU ainda, durante seu governo, além da Lei e Decretos citados, pelo menos mais três decretos relacionados a memória das batalhas dos Guararapes. Em nível federal, isso não tem precedente na história da República. Através do Decreto nº 25.170-A de 2 de julho de 1948 (DOU, Seç.1, 22/01/1949, p. 1073), Dutra mudou o nome do Aeroporto do Recife para “Aeroporto Guararapes”, atualmente denominado Aeroporto Internacional dos Guararapes – Gilberto Freyre. No dia seguinte, através do Decreto nº 25.175 de 3 de julho de 1948 (DOU, Seç.1, 08/07/1948, p. 9943) converteu em Monumento Nacional a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, situada nos montes dos Guararapes.

A igreja de Nossa Senhora dos Prazeres é resultado de uma ermida erguida em terras do engenho Guararapes, pertencente ao capitão Alexandre de Moura, que doou a Francisco Barreto de Menezes o sítio da capela logo após a Restauração Pernambucana. Este, por sua vez, fez doação da capela votiva ao Mosteiro de São Bento de Olinda, instituindo a Capelania dos Guararapes. Os beneditinos obtiveram posteriormente, em 3 de maio de 1676, licença

para substituir a capela por uma igreja. Desenhada a planta do novo templo pelo irmão Frei Macário de São João, as obras começaram ainda nos fins do século XVII, de modo que nos começos do seguinte já ficaram prontas a capela mor e o imponente arco cruzeiro. Em 1720, foram concluídos os dois altares laterais. Cinco décadas depois, em 1756, iniciaram-se as obras do frontispício velho, que começou a ser substituído pelo atual, a partir de 1786, sendo concluída completamente no ano de 1792.

A fachada desse templo se caracteriza pelo equilíbrio nas suas linhas, predominantemente horizontais, e a solidez de sua estrutura. Nas arcadas do átrio, foi utilizado, com abundância, o arenito dos arrecifes da cidade e as duas torres foram revestidas com azulejos brancos de Portugal. O interior do templo é marcado pelo colorido dos azulejos da nave e pelas minúcias da obra de talha dos altares, tudo no estilo barroco. Durante o Estado Novo, quando Pernambuco vivia sob a interventoria de Agamenon Magalhães, precisamente em 1938, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres foi inscrita no Livro dos Tombos das Belas Artes, v.1, sob o nº 2, através do processo 05-T/38, do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, onde foram definidas as responsabilidades do Mosteiro de São Bento de Olinda e do Governo da República no tocante à conservação da mesma. Em 1942, passou a acomodar os restos mortais dos restauradores Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros que para lá foram levados, em cerimônia cívica, pelo general Mascarenhas de Moraes (DP, 04/08/1942, p.3), comandante da 7ª Região Militar, sediada em Recife entre 1937 e 1945, e comandante FEB, em 1945, que, ao voltar vitorioso da Segunda Guerra, foi aos montes dos Guararapes depositar “os louros da vitória” na Guerra, associando a vitória ao “espírito de Guararapes”.

Esse interesse pelas batalhas dos Guararapes por parte de segmentos do Exército, como foi dito, é perceptível também entre segmentos da elite política e intelectual pernambucana que nunca permitiu, ao longo da história, o esquecimento do episódio, nas suas mais variadas versões. Na historiografia local, ligada ao IAHGP, instituição herdeira do nativismo pernambucano, as batalhas dos Guararapes integram o que foi chamado, como foi dito, sob muita controvérsia entre os historiadores, de “Restauração Pernambucana”. O historiador Evaldo Cabral de Mello (2008), estudioso do nativismo pernambucano, primo de José Antônio Gonsalves de Mello Neto e também sócios do IAHGP, escreveu um trabalho de fôlego sobre o que chamou de “imaginário da Restauração Pernambucana”. Em sua obra **Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana**, que parte do conceito de imaginário, tal como é desenhado por Cornelius Castoriadis, ocupa-se do estudo da criação e

da permanência de um imaginário da Restauração que, logo após o episódio, teria atravessado os séculos XVII, XVIII e XIX em Pernambuco.

Dividida em dez capítulos, ancorados num denso escopo documental, a obra de Mello historiciza a sociedade pernambucana entre os séculos XVII e XVIII, mostrando como esse acontecimento definiu a própria história de Pernambuco. De acordo com ele, e contrariando a ideia de uma ‘amnésia coletiva’ que teria ocorrido com relação ao episódio, defendida por Oliveira Lima, a Restauração nunca foi esquecida. Segundo o autor, a permanência desse imaginário é evidente tanto em termos de cultura histórica *strictu sensu*, que empreendeu uma verdadeira glorificação literária em torno do episódio, ou da erudição local, como em termos da tradição oral, que se alimentou nos monumentos e nos vestígios históricos da época, quanto nas festividades que celebravam a Restauração, no culto que marcou a recordação dos seus heróis, na iconografia que comemorou as vitórias sobre os invasores, nos troféus militares, e na toponímia, sobretudo da cidade do Recife (MELLO, 2008, p.25-26).

O local das batalhas dos Guararapes, de acordo com Mello, nunca caiu no esquecimento. A Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres como fruto da tradição oral segundo a qual Nossa Senhora teria aparecido na primeira batalha dos Guararapes, alimentaram, de acordo com ele, o imaginário da Restauração. Além disso, a festividade anual de comemoração do aniversário do episódio, promovida pela Câmara de Olinda, com um sermão e missa cantada na Sé, na presença de autoridades civis e eclesiásticas, evidenciam que o evento sempre foi lembrado. Ainda de acordo com Mello, foram pintadas telas representando os heróis da Restauração: Antônio Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Antônio Felipe Camarão e Henrique Dias. No século XVIII, de acordo com o ele, a Câmara de Olinda possuía quadros dos restauradores. Também foram publicadas novelas sobre o episódio, como **Nossa Senhora dos Guararapes** (1847), de Abreu e Castro. O escudo de armas do Estado, adotado em 1895, proposto pelo governador Barbosa Lima, também preferiu, segundo Mello, ao invés das datas republicanas (1710, 1817, 1824 e 1889), a data da Restauração, simbolizando a vitória sobre os invasores mediante uma imagem de fortim.

A Restauração, invocada inicialmente para justificar a reserva dos cargos públicos para os colonos da capitania de Pernambuco ou para reivindicações de natureza fiscal, se transformou, já nos quinze anos consecutivos à Restauração, de acordo com Mello, no topos central do discurso nativista. Segundo Mello, pleiteando a reserva de cargos locais, “os oficiais da Câmara de Pernambuco e povos das capitanias do norte do Estado do Brasil”, há apenas cinco anos após o episódio, enviaram memorial a D. João IV, argumentando: “às

custas de nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas, pugnamos há mais de cinco anos por as libertar da possessão injusta do holandês”. Segundo Mello, os ecos da Restauração se estenderam por diversos outros episódios chamados genericamente de “rebeliões nativistas” na história de Pernambuco, como a Guerra dos Mascates, a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador de 1824, entre outras. Para mostrar esses ecos, o autor analisa o nativismo como fenômeno político e ideológico, distinguindo três fases, correspondendo a dois períodos alternados de radicalização antilusitana.

A primeira fase iria da vitória sobre os holandeses (1654) até a derrota da chamada “nobreza da terra” na guerra dos mascates e suas sequelas (cerca de 1715); a segunda, que teria se prolongado até os primeiros anos do século XIX, com o aparecimento dos sintomas que anunciaram as chamadas ‘revoluções libertárias’, como por exemplo, a conspiração dos Suassunas em 1801; e a terceira, que teria se estendido até 1850, englobando a Revolução de 1817, o movimento de Goiana e as juntas provisórias (1821-1823), a Confederação do Equador (1824) e a rebelião praieira (1848-1849). Esta última fase, segundo Mello, representou a definitiva integração da província pernambucana na ordem imperial e o esgotamento do nativismo como força política, reduzido a partir daí a seu significado histórico, como indica, segundo ele, a fundação do IAHGP em 1862. A partir da criação do Instituto, para cuja fundação fora escolhida a data de 27 de janeiro – o dia da Restauração Pernambucana –, a comemoração passou a ser celebrada em sessão solene da entidade que, em vão, de acordo com Mello, tentou obter do governo imperial que o dia fosse considerado feriado provincial, reivindicação que só foi atendida pela Constituição estadual de 1988.

Quero destacar que a obra de Mello não tratou de “um imaginário das batalhas dos Guararapes”, mas de um episódio que as englobava: a Restauração Pernambucana. Acredito que isso se deva ao fato de que não havia ocorrido ainda, no período estudado por ele, um recorte nas datas das batalhas dos Guararapes - 19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649 - no âmbito da memória da Restauração, como sendo mais importante de se comemorar do que a data de 27 de janeiro de 1654, data da entrega da chave da cidade pelo general derrotado Segismundo von Schkoppe ao mestre de campo Francisco Barreto de Menezes. A ênfase na data das batalhas, em nível nacional, coincide com os momentos em que militares estão à frente do governo do país, como durante a Era Vargas, durante o governo Dutra e durante o período 64-85.

Comemorar a data da Restauração talvez parecesse soar como algo bairrista para ser uma comemoração nacional, o que não impediu que um hospital em Recife fosse inaugurado

em 1971 com o nome de “Hospital da Restauração”, por sugestão de Aníbal Fernandes, um sócio do IAHGP, ainda em 1953, em homenagem a esse episódio. As batalhas dos Guararapes, por sua vez, além de acionar uma narrativa sobre a nação e a nacionalidade, põe em evidência um aspecto essencialmente militar e que remete imediatamente às forças armadas do país, notadamente o Exército: a expressão “batalha”. Além disso, o inimigo flamengo derrotado é, sem problematizações, tratado como um “estrangeiro invasor” do Brasil, remetendo também para a função das forças armadas responsáveis pela defesa das fronteiras nacionais. Gradualmente, uma negociação implícita no campo da memória, travada entre o Exército e segmentos da elite política e intelectual pernambucana, levaria a datas de comemoração das batalhas dos Guararapes a se tornarem mais importantes do que a de 27 de janeiro.

Assim posto, creio poder agora discutir a criação do PHNG e de como esse acontecimento - que selou a relação dos militares à frente do governo federal com o governo estadual, então ocupado por segmentos da elite política e intelectual pernambucana - ficou imbricado com a pernambucanidade.

2.3. A criação do PNGH pelo governo Médici como mola propulsora da pernambucanidade

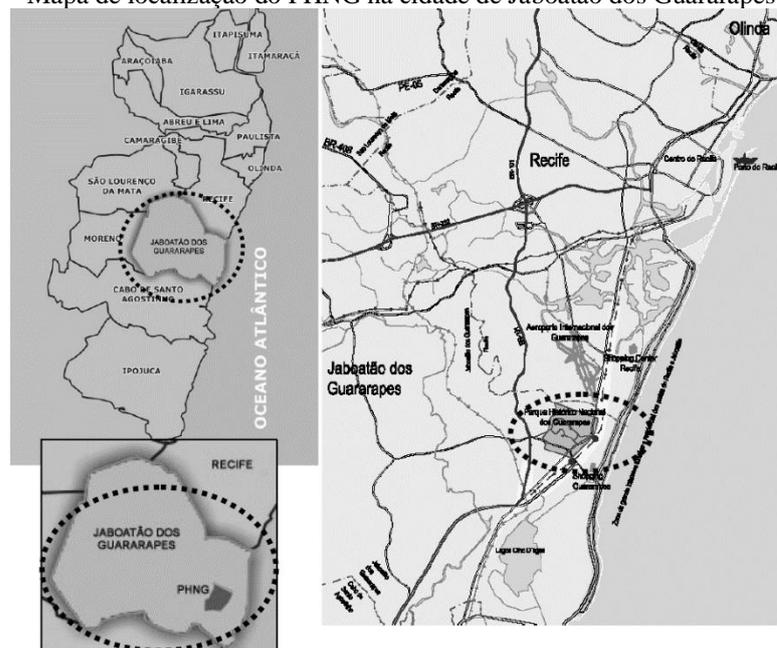
Entre a ponta da cidade de Olinda ao norte, e da cidade do Cabo de Santo Agostinho, ao sul, sucedem-se os morros de argila e areia que contornam a planície fluvio-marinha do Recife. Nessa sequência de elevações, os montes Guararapes são os que mais avançam em direção ao mar, estreitando a planície a seus pés, que mal se inclina em direção ao Atlântico. Erguendo-se sobre essa planície quase horizontal, os Guararapes possuem chãs na costa de 60 metros e o seu ponto culminante chega a 74 metros sobre o nível do mar. Datando do período Plioceno, os Guararapes constituem três montes bem distintos. De norte a sul, o primeiro deles é o morro do Telégrafo, onde se localizava uma torre de telégrafo instalada ao final do século XIX. O segundo é o do Oitizeiro, assim denominado devido ao fato de ali haverem existido muitos oitizeiros, sendo o ponto culminante das três elevações. É também o local onde há um mirante controlado pelo Exército e onde são realizadas palestras sobre as batalhas que ali foram travadas. E o terceiro é o da Ferradura (também chamado de Outeiro ou Guararapes), onde se erguem, ao sul, a Praça dos Mestros, um bosque de Pau-Brasil e a

famosa Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. O mapa abaixo ajuda na compreensão da sua localização.

Mais do que argila e areia, esses montes são revestidos de uma aura simbólica, sendo vistos de maneira sentimental por diversos segmentos da sociedade pernambucana e do Exército brasileiro, por terem sediado as “gloriosas” batalhas dos Guararapes. De acordo com Albuquerque Jr. (2008, p.81) os espaços foram pensados por muito tempo pelos historiadores como meros cenários desligados das tramas, dos eventos, das cenas que neles ocorrem, mas os mesmos são ativos, partícipes do acontecimento que nele são desenrolados. As duas batalhas vencidas nos montes são consideradas por muitos, duplamente, além de berço da pátria, a origem do Exército Brasileiro e da índole psicossocial dos pernambucanos. Por conta disso, vários segmentos do Exército e da sociedade pernambucana mantinham com estes montes uma relação afetiva de identificação, preocupando-se com a sua preservação. Na década de 50, entretanto, suas encostas estavam sendo ocupadas por centenas de mocambos, resultantes do crescimento desordenado da Região Metropolitana do Recife. Isso fez com que o IAHGP iniciasse, então, uma campanha sistemática em prol da preservação da sua paisagem, com o duplo fim de obstar o seu loteamento e impedir sua urbanização. Apoiada pelos jornais e pela DPHAN, a campanha sensibilizou a opinião pública. Entretanto, apenas no início da ditadura, os montes viriam a ser objeto de medidas protetivas e declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, em 1965 (DP, 10/01/191, p. 2).

Figura 11

Mapa de localização do PHNG na cidade de Jaboatão dos Guararapes



Fonte: Gonçalves, 2008, p. 66

A construção do parque que atendia aos interesses do Exército, então à frente do governo federal, e segmentos da elite política e intelectual pernambucana, pode ser compreendida a partir do que Pierre Nora (1993) chamou de um “lugar de memória”. Nora apontou que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, pois essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13). Quando se considera a construção de parques históricos, a preocupação com as efemérides, as comemorações, questões de grande importância na agenda dos governos autoritários, se pode observar, ainda, o que Michael Pollak (1989, p.8), a partir de Maurice Halbwachs, chamou de “enquadramento da memória”, pois o material fornecido pela história local é interpretado e combinado a inúmeras referências associadas, guiadas pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, reinterpretando incessantemente o passado em função dos combates do presente e futuro.

Figura 12

Mapa de localização dos montes dos Guararapes.



Fonte: Mapa do Google Earth, acesso em 2.jun.2019. Edição do autor.

O Decreto nº 57.273 de 16 de dezembro de 1965, baixado pelo presidente Castello Branco, sob influência do IAHGP, nos seus artigos 2º e 3º, autorizava o MEC a promover a desapropriação dos montes Guararapes com o objetivo de constituição de um parque público, incumbindo à DPHAN para a guarda e conservação dos seus conjuntos paisagísticos e arquitetônicos. Ficaram excluídos do termo, de acordo com o artigo 4º, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, assim como a área circundante de 10 hectares, doada originariamente por Francisco Barreto de Menezes, cuja propriedade e uso pleno pelo Mosteiro de São Bento de Olinda foram mantidos. Em 1970, Médici tomou a iniciativa de dar continuidade ao dispositivo previsto no decreto de Castello Branco que previa a construção do parque histórico. Nesse ano, ele determinou que fossem erguidos monumentos alusivos aos heróis brasileiros e aos seus feitos em todo território nacional. O primeiro passo foi a conclusão do Parque Histórico Nacional Marechal Manoel Luiz Osório, inaugurado em 19 de maio de 1970, na cidade gaúcha de mesmo nome. Numa ocasião em que se encontrava no IHGB, Médici comunicou ao general Arthur Duarte Candal Fonseca, então comandante do IV Exército, o seu desejo de inaugurar, em breve, o parque histórico no monte dos Guararapes, ordenando a realização de estudos sobre a viabilidade da construção, em curto espaço de tempo (**DP**, 6/11/ 1970, p. 5).

Numa visita ao Recife para uma reunião na SUDENE, ao desembarcar, Médici demonstrou ao general Candal Fonseca e ao então governador Nilo Coelho (1967-1971) sua disposição para visitar o local do futuro parque histórico, o que não chegou a ser concretizado devido à deficiência dos acessos rodoviários. Tal dificuldade levou, no início de novembro, na ocasião da inauguração da Rodovia BR-232 e do encontro entre o general Candal Fonseca, Nilo Coelho e o ministro Mário Andreazza, dos Transportes, a ideia de construção de uma nova estrada em Pernambuco, que já havia tomado o nome de “Transguararapes” e que, integrando uma extensão de 225 hectares, circunscreveria todo o futuro parque histórico (**DP**, 18/11/1970, p.B6.). Enquanto isso, continuavam os estudos sobre a construção do parque, levados a cabo pelo comandante do IV Exército, equipe do prefeito do Recife Geraldo Magalhães (1969-1971), governo do Estado, UFPE, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, o 1º Distrito do DPHAN e o IJNPS. O IBRA efetuou o isolamento e levantamento topográfico da área, enquanto o IJNPS ajudou no trabalho social de remoção racional das famílias que ali residiam. Os trabalhos de construção foram coordenados pelo coronel Octávio Queiroz e pelo major Cláudio Moreira Bento do Estado Maior do IV Exército, indicados pelo general Candal da Fonseca.

O IV Exército, junto com a SUDENE, promoveu um concurso arquitetônico para a seleção do melhor projeto destinado a ser o monumento principal do parque. O melhor projeto, que receberia um prêmio de 15 mil cruzeiros e deveria – considerado uma antiga aspiração de Castello Branco, de Médici, do Exército e de diversos segmentos do povo em Pernambuco – possibilitar a lembrança de que “nos Montes Guararapes nasceram a nacionalidade e o Exército brasileiro” (DP, 06/12/1970, p. 8). A iminência da inauguração do parque aqueceu os ânimos dos governos locais, tanto do governo estadual quanto municipal do Recife. Em 28 de dezembro do mesmo ano, antes mesmo da inauguração do parque, foi inaugurado no monte, em cerimônia cívica de homenagem à “Revolução Democrática de 1964”, próximo da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, um monumento doado pelo então prefeito do Recife, Geraldo Magalhães. Tratava-se de um obelisco, fincado sobre um pedestal linear com cerca de cinco metros quadrados, contendo, em bronze, trecho do discurso pronunciado naquele mesmo local, em 9 de julho de 1945, pelo general Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira - FEB, por ocasião de seu retorno vitorioso da Itália ao fim da Segunda Guerra Mundial. Eis o trecho:

Nesta colina sagrada, na batalha vitoriosa contra o invasor, a Força Armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a base da nação brasileira. Na qualidade de comandante da Força Expedicionária Brasileira, deponho no campo de batalha dos Guararapes os louros que os soldados de Caxias alcançaram contra as tropas germânicas nos campos de Serchio, dos Apeninos e do Vale do Pó (DP, 29/12/1970, p.10).

O trecho do discurso de Mascarenhas de Moraes proferido em 1945 evidenciava que a convergência de memórias entre autoridades do Exército brasileiro e segmentos da sociedade pernambucana, no concerne aos montes, não era recente. Neste discurso de Mascarenhas de Moraes, o surgimento da Força Armada do Brasil, incluindo o Exército, e a nação brasileira são filiados “a batalha vitoriosa contra o invasor”, ou seja, às batalhas dos Guararapes. No ato cívico destinado a homenagear o Exército, estiveram presentes autoridades civis, mas sobretudo militares. Na ocasião, o prefeito Geraldo de Magalhães Melo proferiu um discurso relacionando a presença do sentimento nacionalista que teria motivado as referidas batalhas à vitória do Exército brasileiro na Segunda Guerra e com o que então se chamada “Revolução de 1964” (DP, 29/12/ 1970, p.10). Apesar das cerimônias de antecipação, os preparativos para a cerimônia de inauguração do parque continuavam. Em janeiro de 1971 o governador Nilo Coelho se reuniu no monte dos Guararapes com integrantes do Projeto Rondon, responsáveis pela “Operação Guararapes”. Tinha início a realização de trabalhos preliminares para a

organização da inauguração do parque. O projeto Rondon teve início em julho de 1967 e foi idealizado pelo professor Wilson Choeri, da antiga Universidade Estadual da Guanabara, hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Seu nome é uma homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Na região Nordeste, o Projeto Rondon era coordenado por Estanislau Monteiro (**DP**, 12/1971, p.8).

Em fevereiro do mesmo ano, o **DP** divulgou a programação, sujeita a alteração, da inauguração do parque, alegando que a mesma havia sido adiada de 19 de abril de 1971 para 19 de abril de 1972. Sem apresentar justificativa clara, a matéria sugere que a razão teria sido a percepção, por parte das autoridades envolvidas, de que não haveria tempo suficiente para cumprir a programação (**DP**, 07/02/ 1971, p.11). Não encontrei, no **DOE**, quaisquer informações sobre o adiamento. Apenas uma matéria, na edição de 15 de abril de 1971, referente a uma mensagem recebida pela Secretaria do Governo de Pernambuco, em 14 de abril, expedida em caráter de urgência pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, estabelecendo em definitivo a programação elaborada para a viagem do presidente Médici ao Estado (**DOE**, 15/04/1971, capa)

Era prevista para inaugurar juntamente com o parque: a) uma rodovia no seu interior com acesso deste à rodovia BR-101, missão que ficaria a cargo da 4ª Distrito Rodoviário Federal - DRF e Departamento de Estradas de Rodagem - DER Pernambuco; b) uma cerca, construída pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, com a finalidade de isolar o parque da área rural adjacente; c) melhoramentos internos na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, que ficaria a cargo do 1º Distrito do DPHAN e; d) o lançamento da Pedra Fundamental do Monumento Principal dos Guararapes, ainda em concurso, de âmbito nacional, com financiamento da SUDENE e contando com a colaboração da 2ª Zona Aérea, INCRA, Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS e Prefeitura do Recife; e) a apresentação de um anteprojeto do Plano Diretor do parque, a cargo do 1º Distrito do DEPHAN; f) o lançamento de obras alusivas à “Guerra Holandesa” e a cargo da imprensa oficial de Pernambuco; g) a inauguração do Arraial Novo do Bom Jesus recuperado, a cargo da prefeitura do Recife; h) a assinatura de decretos presidenciais criando o parque histórico e outros relativos ao assunto; i) a inauguração de um monumento contendo seis pequenos canhões, simbolizando a posição da artilharia luso-brasileira na 1ª batalha dos Guararapes, a cargo da prefeitura de Jaboatão e; j) o lançamento de uma medalha alusiva à inauguração.

Alguns dias antes da inauguração do parque, no domingo 16 de fevereiro de 1971, o governo do Estado organizou uma cerimônia cívico-militar nos montes. Na ocasião foram

também homenageados 25 universitários do Projeto Rondon que estiveram envolvidos na Operação Guararapes. O hasteamento do pavilhão nacional pela estudante Elionora Koff deu início à solenidade, por volta das 8h da manhã. Estiveram presentes na cerimônia, além do governador do Estado e dos estudantes universitários do Projeto Rondon, o comandante do IV Exército, general Bina Machado, o comandante da 2ª Zona Aérea, Brigadeiro Mário César Leal Coqueiro, o coronel Gabriel Duarte Ribeiro, comandante da Polícia Militar de Pernambuco e ainda os Secretários de Estado, Armando Samico, de Segurança Pública, e Roberto Magalhães, de Educação e Cultura. Seguiu-se um discurso do estudante Orestes Miselo e do coordenador do Projeto Rondon no Nordeste, Estanislau Monteiro e, em seguida, um discurso do governador Nilo Coelho, que proferiu as seguintes palavras:

Agradecemos aos estudantes que saíram dos recantos da pátria para tomarem parte numa obra de nacionalidade; estamos nos Montes Sagrados dos Guararapes, local onde, há 321 anos, brasileiros como nós deram sua vida em defesa da pátria. Aqui nasceu a nacionalidade, e vocês retornarão para os seus Estados de origem, mais brasileiros, devido a lição que receberam por terem tomado conhecimento mais profundo do que aqui ocorreu (DOE, 16/02/1971, capa).

Em seu discurso, em que se refere aos Guararapes como berço da nacionalidade e de que os estudantes voltariam “mais brasileiros” para os seus Estados, Nilo Coelho aciona as representações e a “narrativa da nação” partilhada por segmentos da elite política e intelectual do Estado, que toma a vitória nas batalhas dos Guararapes pela gente da terra como responsável pela unidade nacional. Ao final de março e início de abril de 1971, a visita do presidente motivou reunião no IV Exército para encaminhar, entre outras coisas, a cobertura da imprensa. Nesse clima, Francisco Brennand, conselheiro do CEC, o mesmo artista responsável, como já foi dito, pela elaboração do mural “As Batalhas dos Guararapes”, na rua das Flores, em Recife, em 1961, chegou a sugerir, com o posterior apoio de Gilberto Freyre, então à frente do CEC, a construção de um monumento no parque histórico, visível a 200 milhas da costa. O assunto da inauguração do parque pelo presidente Médici, algumas das quais preocupadas em explicar o sentido das batalhas, dos montes e da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres ganhou as páginas dos jornais, não apenas locais, mas de todo o país, dando visibilidade ao Estado de Pernambuco e a sua história. Algumas matérias dos jornais locais falavam sobre o que o parque representaria em termos de motivação à atividade turística no Estado.

Vários jornais deram ampla cobertura, sugerindo uma expectativa com relação a inauguração do parque. ODP não agiu de outro modo; afinal, tratava-se de um evento de interesse federal em solo pernambucano. Destaco alguns títulos que tiveram lugar neste jornal, alguns ganhado deles tendo ganhando capa: “Visita de Médici motiva reunião no IV Exército” (**DP**, p. A3); “Monumento dos Guararapes visível a 200 milhas da costa, pintor sugere” (**DP**, 11/04/1971, p. A3); “Inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes é festa nacional” (**DP**, Caderno Especial, 31/03/1971, p.6); “Médici vem, dia 18, inaugurar Parque histórico” (**DP**, 3/04/1971, p.A3); “Médici vem somente para a solenidade dos montes Guararapes” (**DP**, 13/04/1971, capa); “Médici nos Guararapes verá show da fumaça” (**DP**, 13/04/1971, p. A3); “Pernambuco será atrativo turístico” (**DP**, 18/04/1971, p.A3); “Novo esqueleto de herói foi encontrado ontem nos montes Guararapes. **DP**, 03/04/1971, p.A3); “Médici chega para emocionantes cerimônias dos montes Guararapes” (**DP**, 18/04/1971, capa.); “Apoieática a inauguração do Parque Histórico” (**DP**, 20 de abril de 1971, p. A2); “Grande festa da nacionalidade constitui a cerimônia máxima” (**DP**, 20/04/1971, p.A4). O DOE fez o mesmo, destacando sempre como título principal da capa: “Confirmada a programação da visita do presidente Médici no Recife” (**DOE**, 15/04/1971, capa), “Presidente Médici inaugura Parque Histórico e recebe Medalha do Mérito” (**DOE**, 20/04/1971, capa).

Entre os planos de exploração turística do parque, o governo do Estado previa a construção, no monte do Telégrafo, de uma “pousada Guararapes”, com panorâmica vista do Recife e da praia de Boa Viagem. E nas redondezas, pontos de entretenimento que não viriam a descaracterizar o local. Em áreas específicas escolhidas, seriam construídos bares, restaurantes, equipamentos para jogos infantis, quadras de esportes e pistas de aeromodelismo. Em um dos pontos do morro, voltado para o mar, seria edificada uma concha acústica, reservada a festivais de música jovem e folclórica, bem como concertos de músicas eruditas. Apesar dos impactos da construção do parque, alguns desses projetos nunca se concretizaram, outros levaram anos para se realizar. Enquanto isso, os jornais procuravam cobrir o andamento dos preparativos para a inauguração do Parque, noticiando qualquer informação nova e faziam uso intenso da fotografia ou imagem da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres nas páginas em que iam tratar o evento, conforme se pode ver na fotografia a abaixo, veiculada na reportagem do **DP** de 18 de abril de 1971 intitulada “Pernambuco será atrativo turístico”:

No dia 2 de abril, o arqueólogo Marcos Albuquerque, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, realizando escavações nos montes Guararapes para determinar o

boqueirão por onde passaram as tropas luso-brasileiras que lutaram na histórica batalha, localizou um novo sepulcro com um esqueleto humano em posição fora do comum. O esqueleto estava sepultado com a mão direita em posição horizontal sobre o tórax e o braço esquerdo levantado. Sobre o seu pescoço foi encontrado um terço de contas e uma medalha cunhada em Roma com o nome Santo Estevão. As Ave Marias e os Padre Nossos do terço eram de osso e resistiram ao desgaste da terra. Apenas o cordão havia sido tragado pelo tempo (DP, 3/04/1971, 1, p.A3) Nestas escavações, que iniciaram em janeiro de 1971, já haviam sido descobertos doze esqueletos humanos, alguns dos quais sepultados em covas coletivas naquela área. Em frente à igreja dos Guararapes, foi localizado um cemitério com sete esqueletos em covas individuais. Para chegar ao local por onde passaram as tropas luso-brasileiras, era necessária a realização de 5 mil cortes. A equipe de Marcos Albuquerque contava com mais duas pessoas apenas: a pesquisadora Velela Lucena e o acadêmico Mauro Cury, de Ciências humanas. Vinte homens da polícia militar colaboraram nos trabalhos, quanto ao aspecto da defesa da área e do material encontrado.

Figura 13

Fotografia da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Guararapes.



Fonte: DP, 18/04/1971, p.15.

No dia 15 de abril, o **DOE** publicou como matéria principal na capa do Caderno Executivo: “Confirmada a programação da visita do presidente Médici ao Recife” (**DOE**, 15/04/1971, capa). Alegava-se que a secretaria do Governo havia recebido no dia 14 de abril, uma mensagem, expedida em caráter urgente, pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, estabelecendo em definitivo a programação elaborada para a viagem do presidente Médici ao Estado. No **DP**, a notícia também ganhou capa. No dia 18 de abril, o jornal estampou como notícia principal: “Médici chega para emocionantes cerimônias dos Guararapes” (**DP**, 18/04/1971, capa). Houve um claro esforço para que a inauguração do parque acontecesse na mesma data de comemoração de aniversário do 323º ano da vitória da primeira batalha dos Guararapes, o que talvez explique, pelo menos, em parte, tamanha pressa.

Figura 14

Fotografia da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres



Fonte: MONTENEGRO, 2014.

Figura 15

Vista panorâmica da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres



Fonte: Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes (2009)

Médici chegou ao Recife no domingo 18 de abril. Desembarcou no Aeroporto Militar do Ibura às 13h37min, acompanhado do ministro Mário Andreazza, de Transportes, e do governador Eraldo Gueiros, sendo recebido por altas autoridades civis e militares que, após as honras, foram cumprimentadas pelo presidente. Em seguida partiu para o Recife Grande Hotel, onde ficou hospedado para, às 17h, visitar o Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do Estado de Pernambuco, localizado no bairro de Santo Antônio, no centro da cidade (DOE, 20/04/1971, capa). Nessa ocasião, o presidente Médici foi apresentado a todo o secretariado pelo governador do Estado e condecorado, em cerimônia realizada no salão nobre, com a Medalha Pernambucana do Mérito, classe ouro, considerada até então a mais alta e importante distinção oficial do Estado de Pernambuco. A leitura do texto do ato governamental de concessão da Medalha foi realizada pelo presidente da APL, Marcos Vilaça que, na ocasião, era também Secretário de governo do Estado na gestão Gueiros.

Figura 16

Fotografia do momento da leitura, pelo presidente da APL, então Secretário de Governo, Marcos Vilaça, do texto do Ato Governamental de concessão da Medalha Pernambucana do Mérito ao presidente Médici.



Fonte: DOE, 20/04/1971, p.2296.

Na cerimônia, o governador Eraldo Gueiros proferiu o seguinte discurso:

Este é um ato de solidariedade brasileira, mas também o é de alegria pernambucana. Somos reconhecidos a V. Exa. Daí porque a Medalha Pernambucana do Mérito é conferida não pelo que pudesse ser – lúcida e validamente – uma projeção de relacionamento do chefe do Estado com a Província, mas recebe-a o presidente Emílio Garrastazu Médici, porque já a conquistou.

Quem, tão múltipla, tão diversificada, tão integralmente brasileiro quanto V. Exa.? Quem tão atento a cada um dos mundos brasileiros quanto V. Exa.?

A grandeza do seu nome e as sugestões do seu simbolismo pernambucano as deposita nesta Medalha, em sinal de perpétua gratidão a um tão eminente Estadista quanto notável brasileiro. E é porque queremos que V. Exa. ao procurar os caminhos de Pernambuco os encontre, que tomamos a nossa história, a nossa fraternidade, depositando-as em vossas mãos.

Quando despertarmos a nacionalidade, em Guararapes, houve uma opção. Em lugar de ‘brasis’ quisemos foi o Brasil. E assim o será a vida a fora. E assim está sendo feito por brasileiros como o presidente Médici, hoje, aqui presente, neste Palácio do Campo das Princesas, sempre alumiado pelas candeias da fascinação patriótica.

Certa vez, Tobias Barreto, jovem de dezoito anos, chegando ao Recife e identificando-o como cenário “onde uivam as revoluções”, perguntava em versos: “quem é que lhe põe as mãos?”

Nós, hoje, com o realismo nacional principiado em Guararapes, desvestindo distorções regionalistas pela soberana destinação nacional dos nossos

deveres, já podemos responder ao poeta, perante V. Exa., Sr. Presidente da República: “No Recife somente brasileiros podem pôr as mãos” (DOE, 20/04/1971, capa).

Além dos elogios tecidos ao presidente, ao se referir à opção dos pernambucanos “pelo Brasil no lugar de ‘brasis’”, o governador de Pernambuco acionou as mesmas representações e “narrativa da nação” em torno dos Guararapes, que estavam em destaque naquele momento, acrescentando que o uivo das revoluções que têm como origem a cidade do Recife continuaram o que foi principado nas vitoriosas batalhas pernambucanas. A visita de Médici foi ainda marcada pela concessão de quatro audiências às autoridades estaduais e municipais e dirigentes das classes empresariais de Pernambuco, no encaminhamento de soluções para alguns problemas. Na noite do mesmo dia 18, foram recebidos os representantes da Associação Comercial, da Federação das Indústrias, da Assembleia Legislativa das bancadas pernambucanas no Senado e Câmara Federal, e ao prefeito do Recife, que, pela mediação do governador, entregaram memoriais ao presidente. A programação da visita do presidente foi encerrada com um jantar às 20h30min, oferecido pelo mesmo.

No dia 19 de abril de 1971, o grande e esperado dia da inauguração do parque, definida pelo **DP** como “apoteótica”, a caravana do presidente deixou o Grande Hotel às 8h50min, deslocando-se diretamente para os montes – mais precisamente, até Prazeres, distrito de Jaboatão, onde chegou às 9h20min. Antes, porém, chegara ao local a primeira dama, D. Scila Médici, em companhia de senhoras da sociedade pernambucana, dentre as quais as esposas do novo prefeito do Recife, Augusto Lucena (1971-1975), e do governador do Estado, Eraldo Gueiros. Conjuntamente chegavam vários componentes da comitiva presidencial, como Secretários de Estado, comandantes das Forças Armadas com sede no Recife, comandante da Polícia Militar de Pernambuco e outras figuras representativas do comércio, indústria e sociedade locais.

Ao descer do automóvel, o presidente separou-se do governador Eraldo Gueiros, de quem se fazia acompanhar, e iniciou revistas à tropa militar do XIV Regimento de Infantaria – o Regimento Guararapes – ali formada em sua honra. Desde que deixou sua condução para presidir as cerimônias até encerrá-la, o presidente e general Médici, segundo o **DP**, demonstrava estar satisfeito e bem-humorado, ao mesmo tempo que revelava interesse por apreciar todos os aspectos dos montes, não só em relação a sua paisagem natural, como também as numerosas autoridades civis, militares e eclesiásticas presentes e demais convidados. Terminada a revista, o presidente desatou a fita simbólica verde-amarela, iniciando assim a série de inaugurações do parque histórico. Ato contínuo, passou a hastear a

bandeira ao som do hino nacional, sendo depois saudado com palmas. A seguir, sentado a uma escrivaninha de estilo colonial, assinou a ata de inauguração da fase irreversível do parque. Esses atos realizaram-se defronte do monumento da FEB ali erigido em homenagem aos heróis da Restauração Pernambucana: o obelisco com as palavras do Marechal Mascarenhas de Moraes, gravadas em bronze, a 9 de julho de 1945, quando voltava triunfante da Itália.

O monumento estava cercado, de um lado, por quatro soldados do XIV Regimento de Infantaria, conservando os trajes e a aparência presumida dos restauradores João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Diogo Felipe Camarão, e, do outro, mais quatro soldados, um em uniforme típico de campanha, evocando a presença e homenagem da FEB. Convergindo para o obelisco, estavam em fila quase indiana alunos do Colégio Militar do Recife, ostentando as bandeiras históricas da Colônia, do Império e da República, enquanto no caminho de acesso central ao monumento, numa extensão de uns 50 metros, formavam duas fileiras paralelas estudantes dos grupos escolares e escolas primárias da rede de ensino do Estado; de um lado e do outro, soldados do XIV Regimento de Infantaria encarregados de prestar as continências de estilo ao presidente. A área circunvizinha estava inteiramente tomada pelos convidados e pelo público, sendo sintomático o discreto, porém seguro esquema de segurança presidencial, a cargo das Forças Armadas, agentes federais, polícia militar e polícia civil.

Figura 17

Fotografia do momento das revistas das tropas. Inauguração do PHNG.

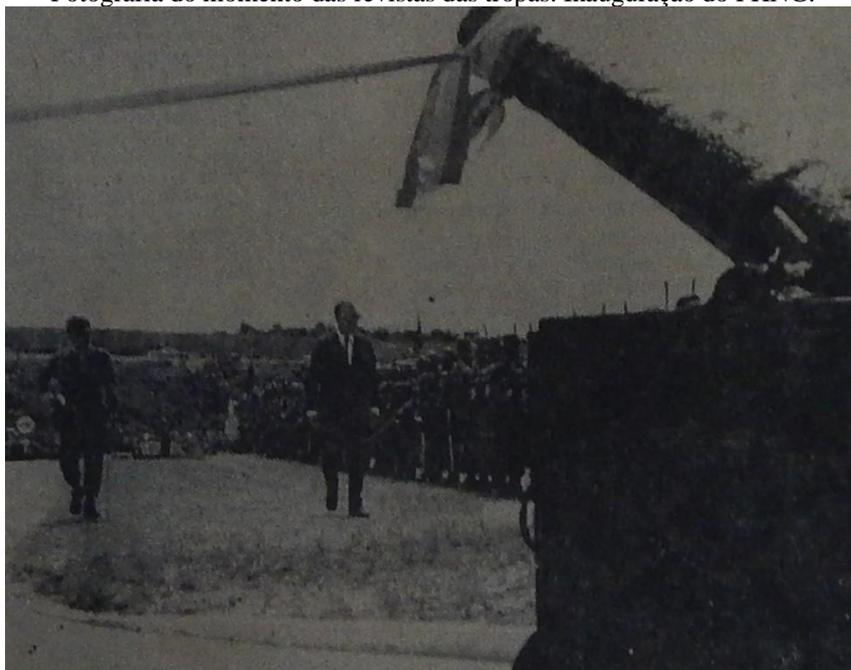


Figura 18

Fotografia do momento em que Médici desata a fita de inauguração. Inauguração do PHNG.



Fonte: **DP**, 20/04/1971, p. 5.

Figura 19

Fotografia dos soldados do XIV Regimento de Infantaria, conservando os trajes e a aparência presumida dos restauradores pernambucanos das Batalhas dos Guararapes.



Fonte: **JC**, 20/04/1971, capa.

Após o hasteamento do pavilhão nacional, atividade que encerrou esta primeira parte do ato, o presidente se encaminhou para o palanque oficial das cerimônias, onde permaneceu em companhia de mais de uma centena de destacadas personalidades integrantes de sua comitiva e da relação de convidados locais, até o final dessa parte do programa. Ouviram-se dois pronunciamentos: um do chefe da coordenação geral da construção do parque, general João Souto Maior, chefe do Estado Maior do IV Exército, que leu o decreto presidencial que criava o parque e o tombava ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – como passou a ser chamada a antiga DPAHN – e outro de Gilberto Freyre, sócio do IAHP, IHGB, então presidente do CEC de Pernambuco e membro fundador do CFC, representando Bina Machado, comandante do IV Exército. Nesta cerimônia, que ocorreu no monte Oitizeiro, Médici presidiu o último ato da inauguração oficial do parque, chamado de “Grande Festa da Nacionalidade” (DP, 20/04/1971, p. A4), a mais solene das cerimônias, com a saudação dos canhões que dispararam salvas de artilharia, enquanto bolas multicores subiam aos céus conduzindo bandeiras nacionais. Dois feixes desses balões levaram ao ar uma bandeira do Brasil, tamanho oficial, que ficou a uma altura calculada, como se estivesse erguida no cume de um mastro, em posição correta, na horizontal.

Logo após à chegada do presidente e da sua comitiva, três corneteiros do Esquadrão de Cavalaria Dias Cardoso, da Polícia Militar de Pernambuco – PMPE, vestidos em trajes da época das Batalhas dos Guararapes, fizeram uma saudação de estilo com clarinadas, enquanto se seguiam continências de estilo. Ao toque do hino nacional, eram elevadas ao cume dos mastros, erguidos em frente ao palanque oficial, as 29 bandeiras, sendo duas do Brasil, uma de Portugal e uma de cada um dos Estados brasileiros e do Distrito Federal. As bandeiras estaduais eram levadas por estudantes universitários do projeto Rondon – cada um representando o seu Estado – a de Portugal, pelo cadete luso João Carlos Ferrão Marques dos Santos; a de Pernambuco, pelo cadete da PMPE Marcos Pinto de Sousa Marvan; e a do Brasil, por um oficial do Exército.

Enquanto os pavilhões subiam aos mastros, granadas de fumaça – verdes, amarelas, roxas, azuis e outras cores – davam um colorido especial a todo o parque, a esta altura sobrevoado por quatro aviões da FAB que, em voos rasantes, faziam evoluções a uma altura de aproximadamente 200 metros. Uma revoada de pombos alegrava todo o ambiente, sob calorosos aplausos de milhares de pessoas postadas nos três pontos da solenidade. Em todo o trajeto no acesso do monte do Oitizeiro, no portão 2, notavam-se à margem da estrada longos pelotões formados por oficiais e praças do Exército, enquanto nas proximidades do palanque

oficial perfilavam-se alas da PMPE, Exército, estudantes, pracinhas da FEB, membros do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC-PE, universitários do Projeto Rondon e um pelotão de lanceiros do Esquadrão Dias Cardoso, que usavam fardamento de seda e as cores azul, vermelho e verde, uniformizados ao estilo dos “heróis” que ali combateram.

Estiveram presentes à cerimônia, os ministros Mário Gibson, das Relações Exteriores; Jarbas Passarinho, da Educação; Mário Andreazza, dos Transportes; Costa Cavalcanti, do Interior; Leitão Abreu, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República; generais João Figueiredo, chefe do Gabinete Militar da Presidência; Sizen Sarmento, do I Exército; Bina Machado, do IV Exército; Candal Fonseca, de Produção de Obras; Alfredo Souto Malan, chefe do Estado Maior do Exército; Augusto Aragão, do Ensino do Exército; Otávio Queiroz, ex-chefe do Estado Maior do IV Exército; almirante Gualter Maria Meneses de Magalhães, do 3º Distrito Naval; general Carlos Alberto Fontoura, chefe do Serviço Nacional de Informações; brigadeiro Márcio César Leal Coqueiro, da 2ª Zona Aérea; general João Souto Maior, do IV Exército; governador Eraldo Gueiros, de Pernambuco; Augusto Lucena, prefeito da capital; Geraldo Magalhães, ex-prefeito; coronel Vilarinho Neto, comandante da PMPE; senadores João Cleofas, Wilson Campos e Paulo Guerra; e deputados federais, deputados estaduais, vereadores, governadores nordestinos, além do sociólogo Gilberto Freyre.

Ao som do hino dos Guararapes, o presidente e toda a sua comitiva se deslocaram para a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, onde se realizaria a segunda cerimônia de inauguração do parque. Assim como as batalhas e os montes, esta igreja também é revestida de um simbolismo especial por diversos segmentos da sociedade pernambucana, pois é resultante de uma ermida, edificada em 1656, a pedido do então governador de Capitania de Pernambuco, o mestre-de-campo general Francisco Barreto, em ação de graças a Nossa Senhora dos Prazeres, pelas duas vitórias obtidas nos Guararapes. Médici chegou à igreja às 9h50min em companhia do governador Eraldo Gueiros, além da comitiva presidencial, sendo recebido por Dom Basílio, abade dos monges beneditinos. No pátio do templo, milhares de crianças faziam tremular bandeiras brasileiras e balões de gás. Algumas chegaram a desmaiar, diante do forte calor que fazia no local. Na ocasião, o presidente foi ainda homenageado pelas crianças. Recebeu uma coroa de flores e um álbum intitulado “Era uma vez... Guararapes”, composto por desenhos de alunos da escolinha de Oiteiro. Houve um breve pronunciamento de um jovem de 13 anos, Fraga Villaça, do Colégio Marista, representando os estudantes de

Pernambuco. O **DP** noticiou este episódio com o título “Crianças prestaram ao chefe da Nação, comovedora homenagem” (**DP**, 20/04/1971, p.A2).

No templo, por 5 minutos, o presidente teve a oportunidade de visitar o túmulo dos restauradores André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira. Enquanto os membros da comitiva percorriam a igreja, as primeiras damas Scila Médici e Olga Gueiros ajoelharam-se diante do altar mor, rezando. Após isto, o presidente dirigiu-se à frente do edifício, onde, junto com sua esposa e comitiva, leram a placa que existe em uma das paredes laterais, alusivas às batalhas e ao fato de o templo ter sido construído em ação de graças pela vitória brasileira. O **DP** noticiou este episódio como “Dona Scila rezou e Médici viu o túmulo dos restauradores” (**DP**, 20/04/1972, p. A2). Ao abandonarem o templo, Médici e sua esposa, pela primeira vez, quebraram o protocolo. Fugindo por alguns momentos aos homens que comandavam a segurança nesse setor, dirigiram-se aos jovens escolares dos grupos de Jaboatão. Um grupo de oito crianças, em idade média de 8 anos, atirava pétalas de rosas ao presidente. Voltando a quebrar o protocolo, Médici abraçou e beijou uma delas. As outras crianças tremulavam suas bandeiras e lançavam aos céus seus balões. Em seguida, a comitiva presidencial deslocou-se para os jardins da Igreja. Ali, uma exposição gráfica fora montada pelos membros do projeto Rondon-Guararapes.

Após a exposição, por quinze minutos, o presidente e a comitiva foram ao interior da residência paroquial, onde se serviram de lanche frutas regionais: mamão, pitomba, abacaxi e pinha, refrescos de pitanga, mangaba e maracujá, além de salgadinhos de queijo tradicional e bolo de rolo. Levando um cacho de pitomba no interior do carro presidencial, em cumprimento ao que manda a tradição da festa de Nossa Senhora dos Prazeres, a comitiva deixou o templo às 10h45min, recebendo aplausos do povo. Enquanto se afastava, as crianças voltaram a agitar as bandeiras e os sinos repicavam. Após a saída da comitiva presidencial, muitos populares ingressam na Igreja aos milhares, alguns dos quais para pagar promessas.

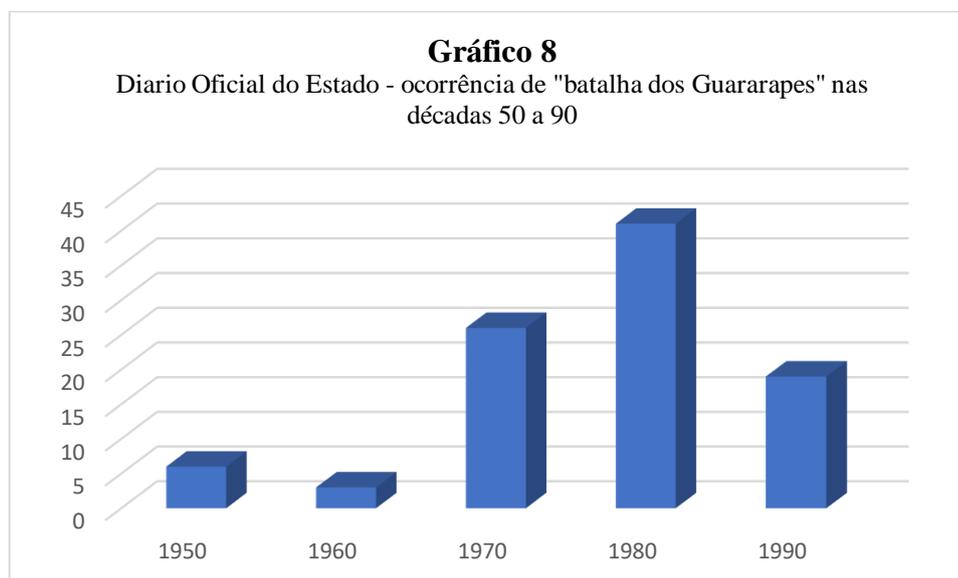
O **DP** entrevistou o abade beneditino Dom Basílio Penido minutos antes de receber o presidente e fez perguntas sobre o lugar e a inauguração do parque. Segundo abade, por muito pouco o local não foi transformado numa favela, resultante de uma onda de invasões a partir de 1962. Sobre a inauguração do Parque, Penido disse, como reproduzido na fala de muitos no Estado: “com muita alegria, vejo o trabalho de muitos séculos ser, hoje, coroado com uma obra que vai servir ao povo brasileiro”.

No Decreto nº 68.527 de 19 de abril de 1971 de criação do PHNG, composto por seis artigos, o presidente subordina o parque, no artigo 1º, ao IPHAN, do Departamento de

Assuntos Culturais do MEC (**DOU**, Seq.1, 19/4/1971, p. 2861). O parque deveria ser dirigido, na fase de implantação, por um administrador designado pelo MEC, por indicação do Diretor do IPHAN. Esse administrador deveria ser assistido por uma Comissão de Assessoramento composta de quatro membros, indicados pelo MEC, pelo governo do Estado e pelas prefeituras do Recife e de Jaboatão. De acordo com o Decreto, caberia ainda ao MEC baixar portaria regulando as atividades e competência da Administração do Parque, fazer constar de suas propostas orçamentárias a partir do exercício de 1972 dotações explícitas para o cumprimento do disposto no mesmo, obedecendo os critérios gerais estabelecidos para a elaboração dos projetos de lei orçamentária da União. Poderia solicitar, se necessário, a abertura de crédito especial, obedecida a legislação em vigor para atender às despesas no exercício de 1971. Ao Banco Nacional de Habitação, foi dada a incumbência de financiar, durante o exercício de 1971 e 1972, a construção de um núcleo residencial, com unidades de custo módico, para atender ao deslocamento das famílias que ainda ocupavam as habitações existentes na área referida, obedecendo as normas da política habitacional do governo.

A inauguração do parque foi um grande teatro ao ar livre, muito bem planejado, apesar da pressa para a sua realização e das quebras de protocolo. É possível observar uma trama, uma peça focada em destacar uma dada versão do significado das batalhas dos Guararapes, uma sucessão de cenas, que sugerem o planejamento de um roteiro, a presença de personagens, protagonistas e figurantes, uma ordem das falas, um objetivo de mexer com os sentimentos, com as crenças, com os valores, com as tradições. O teatro em torno da memória fazia parte da agenda da ditadura. Um ano após a inauguração do PHNG, inclusive, em 1972, os militares fariam novo grande teatro nacional na comemoração de aniversário do Sesquicentenário da Independência – objeto da obra de Adjoannes Thadeu Silva de Almeida, **O Regime Militar em festa** – em que se trasladaram os restos mortais de D. Pedro pelas capitais do país, comemoração que recebeu, inclusive, dura oposição do presidente do IAHP, José Antônio. A teatralidade nas relações de poder, sobretudo do poder político nos governos e, de um modo mais intenso, do poder político nos governos ditatoriais e autoritários, é algo bastante comum, como apontou George Balandier em **O Poder em cena**. Os governos ditatoriais e autoritários buscam sua legitimação através da mobilização do campo simbólico, pois “o poder não se faz senão pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos, pela organização dos mesmos num quadro cerimonial” (BALANDIER, 1982, p.21).

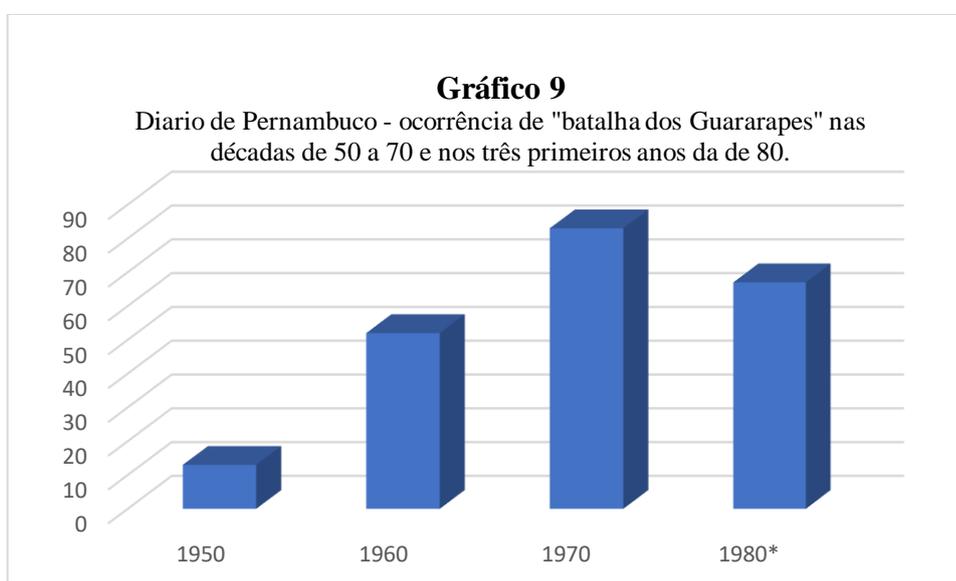
Essa visibilidade que as batalhas dos Guararapes passaram a ter, nacionalmente, com inauguração do PHNG, dando também visibilidade nacional ao Estado de Pernambuco, reforçará a prática das comemorações, que já existiam, de aniversário das batalhas, levando a uma maior preocupação com o cerimonial. Além disso, o aumento da referência às batalhas também se refletirá nos jornais. Uma análise quantitativa do uso da expressão “batalha dos Guararapes” nos acervos digitais do **DOE** evidencia que sua maior ocorrência coincide com os momentos em que os militares estavam à frente do país. Neste acervo, a expressão “batalha dos Guararapes” não aparece em nenhuma edição dos jornais da década de 30, aparecendo, porém, 28 vezes na década de 1940, sendo 2 vezes em 1947, 25 vezes em 1948 e apenas 1 vez em 1949. O pico em 1948 se explica, pelo fato de neste ano terem ocorrido as comemorações do tricentenário da primeira batalha dos Guararapes, que envolveu autoridades civis e militares locais. Foi também durante o governo Dutra, que deu caráter nacional às mesmas. Depois disso, a expressão ocorre apenas 6 vezes em toda a década de 50, 3 vezes na década de 60, voltando a subir na década de 70, saltando para 27, e para 41 na década de 1980, voltando cair novamente na década de 90 para 19 ocorrências, conforme se pode observar no gráfico abaixo:



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

No **DP**, temos 5 ocorrências na década de 30. Em uma delas, de 20 de novembro de 1936, antes mesmo do Estado Novo, o **DP** noticiava na capa “As comemorações do Dia da Bandeira” e “Solennidades promovida pela Brigada Militar do Estado - Vae ser erguido um monumento á batalha dos Guararapes”. Há um salto para 46 ocorrências na década de 40

(década do tricentenário das batalhas, em 1948), uma queda para 13 na década de 50. Nos anos 60, as ocorrências voltam a subir, indo para 52 e depois para 83 na década de 70. Na década de 80, no gráfico, há uma queda para 67 ocorrências, em decorrência de aí não se abarcar toda a década, mas apenas os quatro primeiros anos, pois, como já foi dito, os jornais digitalizados do **DP** param em 1983. Ainda assim, o número de ocorrência desses quatro primeiros anos ultrapassa a metade das ocorrências de toda a década de 70, sugerindo que o número de ocorrências de toda a década de 80 poderia ultrapassar as da década anterior, conforme se pode ver no gráfico:



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Na cerimônia principal de inauguração do Parque Histórico, o chefe do Estado Maior do IV Exército, general João Souto Maior, dirigindo-se ao presidente Médici, proferiu em dado trecho do seu discurso: “V. Exa., ao inaugurar a fase irreversível do Parque e criá-lo oficialmente, faz justiça a Pernambuco como local onde despertou o sentimento de nacionalidade e o espírito das Forças Armadas do Brasil.” Ou seja, Pernambuco e, particularmente, os montes dos Guararapes não são apenas o local onde teria surgido o sentimento patriótico, mas o próprio espírito das Forças Armadas do Brasil. Em entrevista concedida ao **DP** em 18 abril de 1971 (p.3) para uma matéria intitulada “espírito do exército brasileiro emergiu das memoráveis batalhas dos Guararapes”, na véspera da inauguração do parque histórico – em que discursaria, mas pediu a Freyre que o fizesse –, o general Bina Machado, então comandante do IV Exército, na mesma linha do general Souto Maior,

afirmou que o espírito do Exército brasileiro emergiu das batalhas dos Guararapes. Em dos trechos da sua fala, afirma:

O espírito do exército brasileiro emergiu das memoráveis batalhas dos Guararapes, junto com o despertar do espírito de nacionalidade. O general Mascarenhas de Moraes, comandante da Força Expedicionária Brasileira, ao retornar vitorioso da Itália, depositou nos Guararapes os louros da vitória da FEB e proclamou em certo trecho da sua memorável oração, hoje em bronze naquelas colinas: “nestas colinas sagradas dos Guararapes a força armada do Brasil se forjou e alicerçou para sempre a nação brasileira”. **Isto, por si só, justifica o enorme interesse do Exército na área histórica e com mais razão o IV Exército, que possui os Montes Guararapes em sua área de jurisdição militar (DP, 18/04/1971, p.3).**²¹

Ainda de acordo com Bina Machado na entrevista, “De fato, foram pernambucanos que constituíram a grande maioria do que poderíamos chamar de Célula Mater do Exército brasileiro que surgiu durante a Insurreição Pernambucana”. Por esta razão, alegou: “o IV Exército, desde o seu general, comandante até o soldado, sente justificado orgulho de exercer sua jurisdição sob a área onde despertou o espírito atual do Exército”. Para ele, “se aceito que o Exército brasileiro teve o despertar de seu espírito em Pernambuco, seus primeiros componentes foram civis pernambucanos”, razão que, de acordo ele, “deve encher de orgulho cívico todos aqueles que descendem daqueles bravos do Monte das Tabocas, Casa Forte e dos Guararapes”, Para Bina Machado, os pernambucanos “não somente integraram a Célula Mater de nosso Exército, como também foram os arquitetos do espírito de nacionalidade”, além de terem lançado “os fundamentos da nossa democracia étnica e tradição de amor a liberdade, e de soluções brasileiras para problemas brasileiros”.

Essa representação das Batalhas dos Guararapes pode ser observada ainda na obra **As batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar** (1971)²², do major Cláudio Moreira Bento, do IV Exército. Editada pela editora da UFPE com a tiragem de dois mil exemplares, foi lançada na inauguração do parque histórico e o major foi incumbido de escrevê-la para ser divulgada no evento. A obra traz comentários elogiosos de historiadores militares e intelectuais civis de relevo como Mauro Mota e o próprio Gilberto Freyre. Além deste, traz comentários de elogios de Airton de Almeida Carvalho, historiador, sócio do IAHGP e chefe

²¹ Grifos meus.

²² BENTO, Cláudio Moreira. **As Batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 1971. A obra teve uma segunda edição, em 2004, pela Genesis Edições. Cf.: BENTO, Cláudio Moreira. **As batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar**. 2º Edição, Genesis Edições, Porto Alegre, abril de 2004.

do 1º Distrito do IPHAN e historiador; Nilo Pereira, conselheiro do CEC que, após a morte de Freyre, assumiria a presidência, e que era também, como foi visto, sócio do IAHGP e acadêmico da APL, tendo sido seu vice-presidente por vários anos consecutivos; Jordão Emerenciano, diretor do Arquivo Público Estadual, sócio do IAHGP e acadêmico da APL; Pedro Calmon, presidente do IHGB e membro da ABL, tendo sido também seu presidente em 1945; e Luís da Câmara Cascudo.

O major Bento dedicou sua obra “à Nacionalidade e ao Exército Brasileiro”, que possuiriam, segundo ele, “as suas mais fortes e raízes históricas em Pernambuco, nos montes sagrados dos Guararapes”. Sua obra foi prefaciada pelo general Arthur Candal da Fonseca e distribuída às autoridades que assistiram à inauguração do Parque Histórico e a bibliotecas e universidades brasileiras e estrangeiras da listagem da UFPE. O **DP** e o **JC** publicaram vários dos seus textos entre 1970 e 1971. A 31 de março de 1971, por ocasião da data de comemoração do que então se chamava de “Revolução Democrática de 1964”, em caderno especial do **DP**, quase às vésperas da inauguração do parque histórico, numa matéria intitulada “Guararapes e a Revolução”, o major relacionou o que então chamavam de “Revolução democrática” - o golpe civil-militar - com as batalhas dos Guararapes, destacando o papel do IAHGP em influenciar Castello Branco para a construção do parque e sugerindo aos intelectuais pernambucanos que não deixem de relacionar a concretização da aspiração dos pernambucanos ao governo civil-militar. Bento ainda encerra sua fala citando Nilo Pereira:

(...) Para transformar o pensamento em ação, **a Revolução através de seu primeiro presidente, Marechal Castelo Branco**, cristalizando aspirações do povo pernambucano **através de memorial que lhe foi entregue pelo benemérito Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano**, desapropriou área de 225 hectares nos Montes Guararapes (...) A fim de assegurar a irreversibilidade da desapropriação, o presidente mandou fazer a desapropriação antes mesmo de finalizado o processo, atitude denominada por alguns historiadores de “benemérita ilegalidade de um patriota”. No governo do Marechal Costa e Silva tiveram lugar providências, com vistas às últimas desapropriações (...) **Os intelectuais pernambucanos que compreendem o alcance desta providência não se olvidarão de fazer justiça ao movimento de 31 de março de 1964, que, após decorridos mais de 300 anos das batalhas**, tomou providências efetivas e concretas de preservação da área histórica, chamada com propriedade pelo professor Nilo Pereira de “chão sagrado da pátria” (**DP**, 31/03/1971, cad. esp., p. 4)²³

²³ Grifos meus.

Relacionar as batalhas dos Guararapes com o golpe de 64 não era incomum entre intelectuais e políticos, mas passou a ser recorrente iminentemente antes, durante e após a criação do parque, sendo bastante enfatizada na comemoração do 7º aniversário da ditadura. No discurso que proferiu nos montes Guararapes na ocasião de comemoração da “Revolução Democrática”, em 31 de março de 1971, em que doou um monumento em homenagem ao Exército, o prefeito do Recife, Geraldo Magalhães (1969-1971), proferiu um discurso no qual afirmava, em um dos seus trechos:

É que, aqui, ao épico passado brasileiro simbolizado na insurreição contra o invasor batavo, **junta-se a luta** pela democracia assinalada pela participação do soldado brasileiro na II Guerra Mundial **e está presente a Revolução Democrática de 1964 para se inscreverem, neste local histórico e sagrado**, não como simples feitos de um povo, mas como páginas vivas da nossa História (DP, 29/12/1970, p.10)²⁴

Além da associação, vista como positiva, entre as batalhas dos Guararapes, o golpe e a ditadura a associação das batalhas com a pernambucanidade, já realizada por Freyre, também passará a ser recorrente e legitimada até mesmo por sujeitos ligados ao Exército. É o que podemos ver em outro trecho do material publicado no DP, em caderno especial da comemoração da “Revolução Democrática” de autoria do major Bento:

Nesta edição comemorativa, na qual são ressaltadas as **realizações da Revolução Democrática** nos campos econômico e social, não poderia ser omitida uma grande realização revolucionária em curso, qual seja, a **construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (...)**. Este conjunto de projeções constitui-se a base da gloriosa tradição deste Estado, chamada de **Pernambucanidade** e, um dos mais vigorosos alicerces do sentimento maior de brasilidade (...)(DP, 31/03/1971, cad. esp., p.4)²⁵

Essas relações também irão se manifestar no âmbito da educação no Estado, que já desde a segunda metade dos anos 60 vinha dando muita ênfase, incomum em períodos anteriores, a memória das batalhas dos Guararapes. Uma análise sobre influência na educação foi realizada pelo trabalho de Amanda Marques de Carvalho Gondim, **A pátria nasceu aqui: o discurso das batalhas dos Guararapes e a educação nas décadas de 1960 e 1970**. Apesar de pouca contextualização histórica e uma amostragem pequena de discursos, Gondim,

²⁴ Grifos meus.

²⁵ Grifos meus.

servindo-se da Análise do Discurso numa perspectiva foucaultiana, destacou, entre outras coisas, como as batalhas dos Guararapes estiveram presentes na educação estadual, desde as comemorações até os livros didáticos. Um acontecimento importante, que ela não teve a oportunidade de identificar, foi o Decreto estadual nº 2.883 de 13 de agosto de 1973, publicado no dia seguinte **DOE**. Por esse decreto, o governo do Estado incumbia o CEC, onde estavam todos os intelectuais defensores ferrenhos desta narrativa da nação, a formulação da política estadual de educação no que diz respeito a prestação de serviços de difusão cultural (**DOE**, 14 de agosto de 1973. p. 3771).

Além desse debate em torno da pernambucanidade – ligada ao movimento homônimo, ao projeto de pernambucanidade capitaneado por Freyre, que arrastou intelectuais e políticos, dentre outros segmentos, aprofundado pela inauguração do PHNG, que levará enfatizar ainda mais a memória das batalhas dos Guararapes como referencial principal da identidade estadual, relacionando-a ao golpe de 64 –, outro acontecimento contribuirá para que a pernambucanidade exerça certa hegemonia a partir da segunda metade dos anos 70: a criação da FUNDARPE em 1973. Esta instituição surge no contexto de um caloroso debate nacional em torno do patrimônio.

2.4. A criação da FUNDARPE e a catalogação dos monumentos históricos e artísticos de Pernambuco

No dia 13 de julho de 1973, o **DOE** publicou como matéria principal de capa “Três Projetos do Estado no Encontro do Programa de Cidades Históricas”, em que tratava da primeira reunião convocada e promovida pela Secretaria Executiva do Programa de Recuperação de Cidades Históricas do Nordeste - PCH, ocasião em que a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, que mal fora criada, apresentou alguns projetos pelo Estado. A sigla inicialmente usada pela fundação pernambucana – FPHAPE –, provavelmente para se assemelhar aquela usada pelo IPHAN, em pouco tempo foi abandonada, passando a ser usada a sigla atual – FUNDARPE. A criação da FUNDARPE respondia ao processo de descentralização da política de preservação cultural, que deveria ficar a cabo dos Estados naquele momento, e também, é claro, ao interesse em captar recursos oriundos do PCH, que fez investimentos significativos nesta área. A importância dessa

fundação reside no fato de ela ter participado, ativamente, especialmente a partir do final da segunda metade dos anos 70, do processo de construção da pernambucanidade em curso quando acolheu em seu quadro de dirigentes integrantes expressivos do IAHGP.

O PCH era um programa federal que tinha como objetivo criar uma infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em estado de degradação. Em maio de 1973, João Paulo dos Reis Velloso e Jarbas Passarinho, ministros do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral - MINIPLAN e do MEC, respectivamente, emitiram a Exposição de Motivos 076-B, regulamentada pela Portaria MINIPLAN 050/73, criando efetivamente o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para fins turísticos. A participação efetiva dos Estados no programa deveria se dar por meio de uma contrapartida financeira mínima de 20% a ser aplicada na execução de obras de infraestrutura, bem como nos estudos e planos de desenvolvimento local. Além disso, era obrigatório, por parte dos Estados, manter a equipe e a estrutura local para execução do Programa, que priorizava hierarquicamente as cidades que: a) possuísem infraestrutura turística adequada; b) possuísem monumentos “em vias de destruição”; e c) possuísem infraestrutura turística inadequada, mas em razoável estado de conservação

O mesmo editorial que falava dos projetos apresentados por Pernambuco publicou também a escritura pública de criação, pelo BANDEPE, e o Estatuto da FUNDARPE, registrados no Traslado 1º, Livro de Notas 468, folhas 60 a 65 em 17 de julho 1973 pelo BANDEPE, com a participação do governo do Estado, da EMPETUR, da UFPE e da Arquidiocese de Olinda e Recife. No 1º capítulo do Estatuto é definido:

Capítulo primeiro

Art. 1º - É criada na cidade do Recife, para incentivo à cultura e preservação dos monumentos históricos e artísticos a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, com duração indeterminada, sem fins lucrativos, por iniciativa do Banco do Estado de Pernambuco (DOE, 13/07/1973, p. 3393-3394).

De acordo com o seu Estatuto, a FUNDARPE tinha como objetivos: a) a implantação do Centro Histórico e Turístico de Olinda com a criação do Museu de Arte Sacra; b) a orientação, manutenção e administração de museus que venham a ser criados ou incorporados; c) a restauração e conservação, ou contribuição para a sua preservação dos monumentos históricos e artísticos do Estado de Pernambuco; d) o levantamento e

catalogação do acervo histórico e artístico do Estado; e) a preservação da paisagem dos sítios históricos e de interesse turístico; f) a construção de obras que se destinassem a exploração da atividade turística do Estado de Pernambuco; g) a exploração, para fins turísticos, de prédios ou áreas que venham integrar o patrimônio da fundação, e h) a promoção e exposições de artistas nacionais e estrangeiros; de pesquisas e exposições didáticas sobre artes no Brasil e em especial Pernambuco; de publicações de caráter técnico e de divulgação; de bolsa de estudo e prêmios de viagem, na forma regulamentar.

O patrimônio inicial da fundação foi constituído de uma dotação no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros). Era previsto que ela poderia adquirir bens a título gratuito ou oneroso e conservá-los, especialmente os bens imóveis que se fizessem necessários à execução dos seus fins. As doações, heranças e legados instituídos em favor da fundação, só poderiam ser aceitos mediante resolução do seu Conselho Diretor e as heranças deveriam ser sempre em benefício do inventário. O Art. 6º do Estatuto proibia expressamente a fundação de alienar ou permutar bens que fossem sendo adquiridos para o patrimônio sem a aprovação da maioria absoluta do Conselho Diretor, que também não poderia hipoteca-los ou empenhá-los em garantia de qualquer operação de crédito. O Estatuto também proibia a alienação do acervo de obras de arte da fundação e definia como receitas da fundação: a) as heranças, legados e doações instituídas em seu favor; b) o rendimento dos bens próprios e das atividades exercidas; c) os donativos eventuais e o produto das contribuições regulares dos amigos da fundação; e d) os recursos orçamentários oriundos dos governos federal, estadual e municipal.

Ao Conselho Diretor, a quem a administração da fundação era confiada de acordo com o Estatuto, incumbia promover arrecadação de donativos e contribuições particulares e governamentais para a formação de um fundo destinado a assegurar o regular funcionamento dos serviços da fundação. A composição do Conselho Diretor incluía: a) representação do BANDEPE, designado por seu diretor presidente; b) representante do governo do Estado de Pernambuco, designado pelo governador; c) representante da UFPE, designado pelo seu reitor; d) representante do IPHAN, designado por seu Diretor Geral; e) representante da Arquidiocese de Olinda e Recife, designado pelo arcebispo metropolitano e; f) representante da EMPETUR, designado por seu Diretor Presidente. Os membros do Conselho Diretor tinham mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, e considerava-se prorrogado o mandato do conselheiro até que fosse designado o seu sucessor. O Conselho Diretor, por sua vez, só poderia deliberar com a maioria absoluta de seus membros e o presidente tinha o voto

de qualidade. Cabia-lhe eleger, por maioria absoluta, o seu presidente e vice-presidente, também com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. Estava previsto que se reunisse uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado pelo presidente “motu próprio” (de sua iniciativa própria) ou pela maioria absoluta dos seus membros. Na falta do presidente e do vice-presidente, deveria presidir a reunião o conselheiro mais antigo.

Ao Conselho Diretor, competia ainda: a) nomear o Secretário Executivo e Secretários Adjuntos; b) aprovar os planos anuais de ação e os orçamentos elaborados pela Secretaria Executiva; c) deliberar sobre a aquisição de bens imóveis e móveis, incluindo os que pudessem interessar aos museus, e bem assim, sobre a aceitação de objetos de arte em regime de depósito; d) deliberar sobre a aceitação ou não de doações, heranças ou legados; e) deliberar sobre a alienação de bens e a realização de operações de empréstimos, observado o dispositivo no Art. 6º, que proibia alienação e permuta de bens sem aprovação do Conselho Diretor; f) aprovar o quadro do pessoal técnico e administrativo, o plano salarial e efetuar as contratações; g) aprovar os regimes internos da fundação e dos museus a ela confiados; h) propor e assinar convênios com entidades governamentais privadas e promover o desenvolvimento da fundação de modo a atingir a plena realização dos seus fins; e i) representar, através do seu presidente, a fundação em juízo ou fora dele.

De acordo com o Estatuto, a Secretaria Executiva se constituía como o órgão de planejamento e execução técnica e administrativa da fundação, diretamente subordinado ao Conselho Diretor. Era composta de um Secretário Executivo e dois Secretários Adjuntos, sendo um para assuntos técnicos e outro para assuntos administrativos. Esses cargos de Secretário Executivo e adjuntos eram remunerados e os seus salários eram fixados pelo Conselho Diretor. A Secretaria Executiva era incumbida de: a) elaborar o Regimento Interno da fundação e submetê-lo ao Conselho Diretor; b) elaborar o plano de ação anual, bem como os respectivos orçamentos, o quadro de pessoal e plano salarial e submetê-los à aprovação do Conselho Diretor; c) ter rigorosamente em dia as contas da fundação, que seriam escrituradas em livros próprios com termos de abertura e encerramento firmados pelo presidente do Conselho Diretor; d) apresentar ao Conselho Diretor projetos de restauração de monumentos históricos visando ao seu aproveitamento para fins culturais e turísticos; e) adotar as medidas e providências necessárias à segurança e conservação do patrimônio artístico da fundação; f) publicar, anualmente, nos Diários Oficiais da União e do Estado, os balanços da fundação; g) promover todas as medidas necessárias para o desenvolvimento da fundação para a integral

obtenção dos seus fins e; h) gerir os bens da fundação, submetendo ao Conselho Diretor a que for da competência deste.

Havia também um Conselho Fiscal, composto por três conselheiros e três suplentes, nomeados pelo presidente do Conselho Diretor, com a aprovação da maioria absoluta dos seus membros, também com mandato de dois anos, sendo, porém, vedada a recondução. A escolha dos membros do Conselho Fiscal era realizada entre pessoas “de reconhecida capacidade e idoneidade”. Compete ao Conselho Fiscal: a) fiscalizar as contas da fundação; b) sugerir ao Conselho Diretor normas para o bom funcionamento financeiro da fundação; e c) propor ao Conselho Diretor a aprovação das contas do exercício. O Estatuto previa ainda que o instituído e os membros da Diretoria não responderiam solidariamente pelas obrigações sociais assumidas em nome da sociedade; que o acervo de obras de arte em nenhuma hipótese responderia pelo passivo da fundação; e que o Estatuto somente poderão ser alterados pela maioria absoluta dos membros da Diretoria, além de que, caso a fundação fosse extinta nos casos previstos no artigo 21, do Código Civil Brasileiro, seu patrimônio deveria ser transferido ao governo do Estado, que o destinaria a outras instituições congêneres.

A criação da FUNDARPE está relacionada, entre outras coisas, à política nacional de turismo e ao debate nacional, fomentado pela ditadura civil-militar, em torno do patrimônio cultural do país. O governo de Pernambuco, desde o golpe, claramente se esforçou para acompanhar as diretrizes das políticas nacionais, e já entrou na década fazendo articulações para fortalecer o turismo cultural. Em 31 de janeiro de 1970, o **DOE** publicou uma matéria em que tratava de uma aproximação entre a EMPETUR e a UFPE para fortalecer o turismo cultural (**DOE**, 31/01/1970, p. 963). A FUNDARPE fortaleceria o trabalho da Sistema Estadual de Turismo, mantendo entre os seus objetivos estatutários a preservação da paisagem dos sítios históricos e de interesse turístico, bem como a construção de obras que se destinassem a exploração da atividade turística do Estado de Pernambuco e a exploração, para fins turísticos, de prédios ou áreas que venham integrar o patrimônio da fundação, além de incluir, em seu Conselho Diretor, um integrante da EMPETUR entre os seus representantes, o que não só viria a fortalecer o turismo como também o debate sobre a identidade estadual.

Ao definir também como objetivo estatutário a realização do levantamento e catalogação do acervo histórico e artístico do Estado, o Estatuto confere à Fundação o poder da palavra final sobre a disputa, travada no campo da memória, sobre o que deveria ser considerado ou não patrimônio cultural do Estado, o que a levaria a contribuir com o processo de construção de uma identidade estadual alinhada com interesses de dados grupos. Apesar de criada em

julho de 1973, já em 1974 a FUNDARPE iniciou algumas intervenções de restauração dos monumentos catalogados por si mesma, destacando-se a restauração da Sé, da Igreja de Nossa Senhora das Graças e do Palácio dos Bispos, todos estes em Olinda, além da antiga Casa de Detenção do Recife, que foi transformada em Casa da Cultura e inaugurada em 1976. Entre 1973 e 1974, a FUNDARPE gozará de relativa autonomia com relação ao governo do Estado, situação que mudaria com a gestão do governador Moura Cavalcanti que, com a lei nº 6.873 de abril de 1975, vinculará a mesma à Secretaria de Educação e Cultura, aumentando o controle sobre a fundação e tornando-a, aos poucos, especialmente a partir de 1978, quando ocorreria uma mudança estatutária, um órgão central nas políticas culturais do Estado de Pernambuco.

Alguns trabalhos destacam o papel da FUNDARPE em Pernambuco. Destes, destaco dois com os quais tive contato. Em 2008, José Luiz Mota Menezes, ex-funcionário da fundação no período 1973-1978, sócio do IAHPG desde 1973 e acadêmico da APL desde 2013, publicou **Ainda chegaremos lá: história da FUNDARPE**. Trata-se de uma publicação institucional destinada a comemorar os 35 anos da fundação. Como é de se esperar de uma obra dessa natureza, é omissa com relação a uma série de itens relevantes, mas traça um panorama que permite perceber a importância da fundação no que se tange as políticas culturais do Estado. Periodiza a história da Fundação em décadas (1973-1983, 1983-1993) sendo que o último recorte abarca o período 1993-2008. Cada uma dessas divisões constitui uma parte do livro, que inclui ainda uma quarta parte chamada “Caderno de Documentos” em que trata do conjunto de bens tombados, projetos realizados, eventos, livros editados, entre outras coisas no período de 1973 até 2007. Apesar de a obra apresentar, ao meu ver, um título inadequado para classificar a segunda parte, “das trevas se fez a luz”, sugerindo que o decênio anterior (73-83) foi de trevas, Menezes não deixa escapar que o ano de 1978, em que ocorreu uma mudança no Estatuto da Fundação, foi um marco que pôs fim ao que chamou de “tempo antigo” da FUNDARPE, que passava a ser marcado por “gente nova” (MENEZES, 2008, p.35).

A Dissertação de Diego Gomes Santos, **Patrimônio: herança ou interesses? Um estudo sobre a política cultural aplicada ao patrimônio cultural em Pernambuco – 1979-2010** é outro trabalho que destaca, entre outras coisas, a criação da FUNDARPE, mas como instituição que, atuando em conjunto, integrando-se posteriormente ao Sistema Estadual de Tombamento e a Secretaria de Turismo Cultura e Esportes, passaria a desempenhar papel fundamental na criação de um conjunto de bens simbólicos valorados e consagrados que irão

representar uma versão do passado, cultura ou memória que, por sua vez, legitimarão uma identidade pernambucana que interessava a determinados agentes e grupos sociais. Santos tomou por fontes dossiês oficiais do processo de institucionalização do patrimônio pernambucano, requerimentos para o tombamento, relatórios técnicos da FUNDARPE, livros de Tombo do patrimônio material, atas de reuniões do CEC, dentre outros, o que me estranhou não ter relacionado as políticas da fundação, sobretudo a partir de 1978, quando ocorre o ingresso de sócios mais ativos do IAHGP na FUNDARPE, com o movimento da pernambucanidade em curso desde o início dos anos 70. A mesma observação faço para a obra de Menezes.

Ao longo dos anos 70, foram presidentes do Conselho Diretor da Fundação: Júlio Vicente Alves de Araújo (1973-1975) e José Jorge de V. Lima (1975-1979). O Secretário Executivo foi Marcelo Carvalho (1973-1978). Os Secretários Executivos Adjuntos administrativo e técnico foram, respectivamente, Fernando de Barros Barbosa (1973-1978) e José Luiz Mota Menezes (1973-1978), autor da obra citada. A partir da segunda metade dos anos 70, como se poderá observar no próximo capítulo, especialmente a partir de 1978, ocorrerá uma reforma no Estatuto que extinguirá os cargos de Secretário Executivo e Secretários adjuntos (Administrativo e Técnico), transformando-os em Diretor Executivo (Presidente) e Diretor Administrativo e Diretor Técnico, subordinados ao primeiro. Nessa ocasião, se tornará o primeiro Diretor Executivo Rubens Gondim Lóssio. Também serão criadas a Diretoria do Patrimônio Histórico e a Diretoria de Assuntos Culturais, que passarão a receber grande colaboração do IAHGP.

A Diretoria de Patrimônio Histórico, que terá funções semelhantes àquelas da extinta Secretaria Executiva Técnica, passará a ser exercida, a partir de 1979, por Ulysses Pernambucano de Mello Neto. Além de sócio ativo do IAHGP, era filho do presidente do Instituto, José Antônio Gonçalves de Mello Neto, que, como foi visto, era primo e discípulo de Gilberto Freyre, tendo integrado também como conselheiro, por anos, o CEC de Pernambuco, além de ser acadêmico da APL. A Diretoria de Assuntos Culturais passará às mãos de Alberto Tavares da Cunha Melo, que se destacará pelos programas editoriais e contará, para isso, com o trabalho de assessor do próprio presidente do IAHGP. Em 1981, Ulysses Pernambucano se tornará Diretor Presidente da FUNDARPE. Entre 1983 e 1987, a Fundação será presidida por Roberto José Marques Pereira, filho de Nilo Pereira, por sua vez conselheiro do CEC (tendo assumiu sua presidência após a morte de Freyre), sócio do IAHGP e acadêmico da APL, tendo sido vice-presidente por vários anos na gestão de Mauro Mota.

Roberto Pereira também era sócio do IAHGP e sobrinho de Luiz Delgado, que também fora conselheiro do CEC e presidente da APL entre 1964 e 1970. Desta e de outras questões, trataremos no terceiro capítulo.

3. “QUANDO A PERNAMBUCANIDADE ESTÁ NA MODA”²⁶: a hegemonia da pernambucanidade (1975-1986)

Quando a pernambucanidade está na moda, no sentido que lhe atribui Gilberto Freyre, atreve-se esta ex-colunista do JC a acordar a intelectualidade nativa para o nonagenário de nascimento de um filho da terra que tem até no seu nome o selo da sua naturalidade
(Isnar Moura, 1982)

Na epígrafe acima, referente a um fragmento da fala da jornalista Isnar Moura, ao escrever sobre o nonagenário aniversário de nascimento de Ulysses Pernambucano, ninguém menos do que o falecido pai do presidente do IAHGP, ela se refere ao momento em que vivia como um momento em que a pernambucanidade estava na moda e trata do conceito tomando por referência Gilberto Freyre. Tento aqui cartografar as tênues fronteiras, as líquidas bordas que definiram as particularidades deste momento. No capítulo anterior, discuti como o início do processo de fabricação da pernambucanidade está vinculada ao movimento homônimo e ao projeto de pernambucanidade capitaneado por Gilberto Freyre. Tal projeto, diante da criação do PHNG, que selava a aliança em torno de interesses em comum entre segmentos da elite local e do governo federal, incorporou a memória das batalhas dos Guararapes como seu principal referencial identificador. Discuti também o significado e a importância da memória desse episódio, tanto para segmentos do Exército quanto para segmentos da elite política e intelectual pernambucana, que tomavam o evento como um mito fundador da pátria, do Exército e da índole dos pernambucanos. Discuti, ainda, como a criação da FUNDARPE, que teve no seu quadro de funcionários, desde os primórdios, sujeitos ligados ao IAHGP – como é o caso de José Luiz Mota Menezes (1973-1978) –, ao ser incumbida de fazer o levantamento e a catalogação dos monumentos históricos de Pernambuco com o propósito, entre outros, de promover a exploração turística do Estado, viria a contribuir ativamente no processo de construção da pernambucanidade, ligada aos interesses de dados grupos.

No presente capítulo, exponho e discuto a configuração histórica na qual a pernambucanidade se torna hegemônica no Estado de Pernambuco. Embora recorra a outros

²⁶ Fragmento do texto da jornalista Isnar Moura, ex-colunista do **JC**, ao escrever sobre o aniversário de nascimento de Ulysses Pernambucano, que era o pai do presidente do IAHGP, José Antônio Gonçalves de Mello Neto. Cf. JC, 07/02/1982, p. 21.

momentos históricos para fundamentar alguns pontos da discussão, dedico-me aqui a acontecimentos que tiveram lugar sobretudo entre 1975 e 1986, tomando a lei que aumentava o controle do governo sobre a FUNDARPE, em 1975, como ponto de partida – passando pelo projeto de pernambucanidade da Rede Globo Nordeste, do filme “Batalha dos Guararapes”, da criação da Ordem do Mérito dos Guararapes, pela criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, do Sistema Estadual de Tombamento e da transformação de Olinda em Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO – e estendendo-se até o mandato de Gustavo Krause, em 1986. O período de hegemonia de uma identidade pernambucana se inscreve, a nível estadual, nos governos Moura Cavalcanti (1975-1979), especialmente a partir de 1978, com Marco Maciel (1979-1982) e Roberto Magalhães (1983-1985), cujo mandato foi concluído pelo vice, Gustavo Krause, em 1986; e, em nível federal, no governo Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). À frente da prefeitura do Recife figuraram Antônio Farias (1975-1979), Gustavo Krause (1979-1982), Jorge Cavalcanti (1982-1983) e Joaquim Francisco (1983-1985).

Utilizo também o uma parte do corte cronológico deste período de hegemonia da pernambucanidade, em grande medida, para tratar do próprio período de declínio (1979-1988). Procedo assim em virtude de ter identificado que, a partir de vários acontecimentos, inscritos no próprio período de hegemonia da pernambucanidade, ocorrerá um paralelo, lento, gradual e discreto processo que levará ao seu declínio, entre os quais a morte de importantes representantes defensores da pernambucanidade, como Mauro Mota e Gilberto Freyre, bem como o retorno à cena de importantes políticos e intelectuais pernambucanos de esquerda ligados ao antigo MCP, que haviam sido perseguidos, presos ou exilados, como o ex-governador Miguel Arraes – que se tornaria governador do Estado novamente em 1987 –, Germano Coelho – que se tornaria prefeito de Olinda em 1983 –, o educador Paulo Freire e outros; e o próprio processo de redemocratização que culminou na Constituinte de 1988 e que diminuía consideravelmente a participação em cena, em nível federal, da instituição interessada na memória das Batalhas dos Guararapes, qual seja, o Exército, e em nível estadual, os políticos e intelectuais do IAHGP e APL, dissolvendo a aliança que unia segmentos da elite pernambucana ao governo federal; a vulgarização da expressão pernambucanidade, que passou a identificá-la sobretudo com a cultura popular; enfim, trata-se dos acontecimentos que levaram ao declínio da pernambucanidade.

Para melhor estruturar a discussão deste capítulo, dividi o mesmo em quatro seções. Na seção 3.1, discuto aspectos da gestão Moura Cavalcanti que fortaleceram a cultura e o turismo

no Estado, bem como a apropriação de elementos da pernambucanidade por parte da rede Globo Nordeste e a visibilidade nacional dada a Pernambuco a partir da estreia da super produção “Batalha dos Guararapes”, o filme; Na 3.2, discuto a criação e o funcionamento da ordem honorífica, vinculada a memória das Batalhas dos Guararapes, principal símbolo da pernambucanidade, definida como a mais alta e importante condecoração do Estado de Pernambuco; Em 3.3. discuto alguns aspectos da gestão Marco Maciel que transformaram a afirmação da pernambucanidade num modismo, sobretudo a partir da criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, que agregará o CEC-PE e a FUNDARPE, e do Sistema Estadual de Tombamento, que contribuirá para a fabricação do patrimônio da pernambucanidade; e por fim, em 3.4, discuto aspectos da gestão Roberto Magalhães, sobretudo a transformação da cidade de Olinda em Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1983 e o que isso significou para pernambucanidade.

3.1. A gestão Moura Cavalcanti, o projeto de Pernambucanidade da rede Globo Nordeste e o lançamento de “Batalha dos Guararapes”, o filme.

A gestão Moura Cavalcanti (1975-1979) teve início, já em abril de 1975, com uma importante reforma na estrutura do poder executivo estadual. Uma das consequências dessa reforma, regida pela lei nº 6.873 de abril de 1975, foi a retirada da relativa autonomia de que gozava a FUNDARPE desde sua criação em 1973, subordinando a mesma à administração indireta do Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, à qual também estava subordinado o CEC-PE, estreitando assim, ainda mais, a relação dos intelectuais do IAHGP e APL, que eram conselheiros, com a fundação. Em setembro desse ano, inclusive, Paulo Frederico do Rego Maciel, que no ano seguinte seria eleito para ocupar a cadeira de nº 25 da APL, tornou-se Reitor da UFPE. A instituição fazia parte do Conselho Diretor da FUNDARPE, através de um representante. Cumpre lembrar que a Fundação estava incumbida de fazer o levantamento e a catalogação dos monumentos históricos de Pernambuco com o propósito, entre outros, de promover a exploração turística do Estado, e já contava desde seus primórdios, em seu quadro de gestores, com um integrante do IAHGP, José Luiz Mota Menezes.

Moura Cavalcanti foi eleito pela Assembleia Legislativa e tomou posse como governador de Pernambuco em 15 de março de 1975. Obteve 46 votos, contra 22 conferidos a Paulo Maciel e 20 a Marco Maciel (que viria a sucedê-lo). Contou com o apoio do governador Eraldo Gueiros, que estava prestes a deixar o cargo, do marechal Cordeiro de Farias e foi escolhido candidato oficial pelo presidente Ernesto Geisel. Antes de ser governador, foi o primeiro presidente (1970) do INCRA. Em 1973, fora nomeado ministro da Agricultura, em substituição a Luís Fernando Cirne Lima, e foi responsável por criar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Era tio de Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, que seria prefeito de Recife entre 1983 e 1985, e sua esposa, por sua vez, tia de Gustavo Krause, que seria também prefeito da cidade entre 1979 e 1982, vice-governador do Estado de 1983 a 1985 e governador de 1986 a 1987.

Um ano após sua posse, em abril de 1976, Moura Cavalcanti inaugurou a Casa da Cultura. As Casas de Cultura faziam parte da política nacional de cultura da ditadura. No Recife, a antiga Casa de Detenção do Recife é que deu origem a essa instituição. Com a desocupação do prédio em 1973, pela transferência de detentos para outras penitenciárias e com a criação, neste ano do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, foi elaborado um projeto de restauração do monumento para seu aproveitamento com fins culturais e turísticos. A FUNDARPE foi a responsável pela restauração (DOE, 09/04/1976, capa). Entretanto, o Centro de convenções, Feiras e Exposições S/A (CECON) e o Terminal Rodoferroviário de Pernambuco foram, sem dúvida, as obras mais marcantes da gestão Moura Cavalcanti. A escolha do local, Complexo Rodoviário do Salgadinho, estratégica por se localizar numa conurbação Recife-Olinda, acabou facilitando o trânsito de serviços e pessoas entre as duas cidades. Pernambuco passou a ocupar um lugar de relevo no campo do desenvolvimento das atividades turísticas no contexto nacional e até mesmo internacional após o Centro. Este Centro passou a agregar diversos eventos de interesse para o Estado, anteriormente realizados em instalações inapropriadas ou de pequena capacidade. A arquitetura do edifício foi resultante do Concurso Público Nacional de Arquitetura promovido pelo Governo do Estado em 1977.

Outra ação marcante do governo Moura Cavalcanti foi a criação da Coleção Pernambucana. Iniciada em 1975 e estendendo-se até 1979, período que ficou definido como fase I da Coleção (de 1983 a 1987 seria lançada a fase II), o programa editorial do governo visava atender o objetivo do Programa Estadual de Ação Cultural, qual seja, como um todo fazer despertar na juventude e na sociedade o gosto e o amor por sua própria cultura. As obras

impressas pela CEPE em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura (DEC), eram distribuídas nas escolas (DOE, 15/05/1976, p.2538.). Em 1978, na Coleção, que incluía várias obras reeditadas, já haviam sido lançados: **Pernambuco, seu desenvolvimento histórico** de Manoel de Oliveira Lima; **Vocabulário pernambucano**, do padre Lino do Monte Carmelo Luna; e **Dicionário topográfico, estatístico e histórico da Província de Pernambuco**, de Manoel da Costa Honorato. E também **Nova Lusitânia – história da guerra brasílica**, de Francisco Brito Freyre; **Os tempos de Lima Cavalcanti**, de Costa Porto; **Ensaio Pernambucanos**, de vários autores; **Diálogos com Agamenon Magalhães**, do padre Romeu Peréa; e **Annaes de Medicina pernambucana**”, compreendendo o período de 1842 a 1844. Outros lançamentos do DEC foram **Folclore**, de vários autores; **Verdevida (O tempo simultâneo)**, de Maria do Carmo Barreto Campello de Melo; **Fascínios do Candomblé**, de José Amaro Santos da Silva; **Pequeno Calendário Histórico Cultural de Pernambuco**; **Ritmos e danças – Frevo**, de Leonardo Dantas Silva; **Monumentos do Recife**, de Rubem França; e **História do Futebol em Pernambuco**, de Givanildo Alves.

Algumas outras obras da Coleção, na sua primeira fase, foram **Arruar – História Pitoresca do Recife Antigo**, de Mario Sette; **Diário de Soldado**, de Ambrosio Richshoffer; **Olinda Conquistada**, do padre João Baers; e **Arte de Solfejar**, de Luiz Alvares Pint. Muitas dessas obras eram lançadas no Palácio do Campos das Princesas pelo governador, com a presença de intelectuais do IAHGP e da APL. Num editorial em que divulgava lançamentos de uma dessas obras para 13 de setembro de 1978, o DOE, anunciava o interesse do governo de lançar mais 31 outras obras, entre as quais: **Mouros e Judeus na tradição popular do Brasil**, de Luís da Câmara Cascudo; **Cancioneiro Pernambucano**, de Leonardo Dantas Silva; e **O Imperador Itinerante**, de Fernando Cruz Gouvêa. Em cada edição, o DEC disponibilizava uma tiragem de 2 mil exemplares. E ainda **Estudos pernambucanos**, de Alfredo de Carvalho; **Os tempos de Duarte Coelho**, de Costa Porto; **Tempos dos Flamengos**, de José Antônio Gonsalves de Mello; **Notas Dominicais**, de L. F. Tollenare; **Viagens ao Nordeste do Brasil**, de Henry Koester; **Subsídios para a história da Educação em Pernambuco**, de Ruy Bello; **Os tempos de Gervásio Pires e O Brasil que Nassau conheceu**, de Costa Porto (DOE, 06/09/1978, capa). Algumas dessas obras eram de autoria de intelectuais da APL e IAHGP, sendo alguns vivos, como é o caso de José Antônio Gonsalves de Mello (presidente do IAHGP, acadêmico da APL e conselheiro do CEC), Costa

Porto (acadêmico da APL que assumirá a presidência da CEPE em 1979) e outros, e outros já falecidos, como Manoel de Oliveira Lima, que fora acadêmico da APL.

A segunda metade dos anos 70 – e mais particularmente os últimos anos do governo Moura Cavalcante – foram marcados por acontecimentos que configuraram uma nova fase para a pernambucanidade, nos seus múltiplos sentidos. Um deles muito importante diz respeito às mudanças ocorridas no interior da FUNDARPE. Em de 1978, viria a ocorrer uma reforma no Estatuto desta Fundação que extingiria os cargos de Secretário Executivo e Secretários adjuntos (Administrativo e Técnico), transformando-os em Diretor Executivo (Presidente) e Diretor Administrativo e Diretor Técnico, subordinados ao primeiro. Nessa ocasião, Rubens Gondim Lóssio se tornaria o primeiro Diretor Executivo. Também seriam criadas a Diretoria do Patrimônio Histórico e a Diretoria de Assuntos Culturais, que passariam a receber considerável colaboração do IAHG e contar com um grande prestígio dentro da fundação.

A Diretoria de Patrimônio Histórico, que terá funções semelhantes à da extinta Secretaria Executiva Técnica, passaria a ser exercida, a partir de 1979, por Ulysses Pernambucano de Mello Neto, que além de sócio ativo do IAHG era filho do presidente deste Instituto, José Antônio Gonçalves de Mello Neto – como já visto, primo e discípulo de Gilberto Freyre, tendo integrado também como conselheiro, por anos, o CEC de Pernambuco, além de ser acadêmico da APL. A Diretoria de Assuntos Culturais passaria às mãos de Alberto Tavares da Cunha Melo, que se destacaria pelos programas editoriais e contaria, para isso, com o trabalho de assessor do próprio presidente do IAHG. Em 1981, Ulysses Pernambucano se tornará Diretor Presidente da FUNDARPE. De 1983 a 1987, a Fundação será presidida por Roberto José Marques Pereira, filho de Nilo Pereira, por sua vez conselheiro do CEC (assumindo sua presidência após a morte de Freyre), sócio do IAHG e acadêmico da APL, tendo sido vice-presidente por vários anos na gestão de Mauro Mota. Roberto Pereira também era sócio do IAHG e sobrinho de Luiz Delgado, que também fora conselheiro do CEC e presidente da APL entre 1964 e 1970.

A empresa pública responsável pelo **DOE**, a Companhia Editora de Pernambuco, passará, a partir de 1979, a ser presidida por um acadêmico da APL, Costa Porto. O acadêmico ocupante da cadeira de nº 5 deixará a sua marca pessoal e institucional nos editoriais. O período de maior ascensão e pico do uso da expressão pernambucanidade nos editoriais do **DOE**, como visto em gráfico no capítulo anterior, acontece justamente durante a sua gestão. É claro que isso por si só não explica essa efervescência nos editoriais, mas sem

dúvida teve considerável contribuição. Fizeram parte da configuração histórica dessa efervescência no final da segunda metade dos anos 70, ainda na gestão Moura Cavalcanti – que se prolongou até o início da segunda metade dos anos 80 – três acontecimentos relevantes: o projeto de pernambucanidade da Rede Globo Nordeste, objeto de uma dissertação de mestrado que discuto aqui; a estreia do filme “Batalhas dos Guararapes”; e a criação da Ordem do Mérito dos Guararapes.

O cenário de afirmação da pernambucanidade na TV, rádio e cinema era bem diferente da primeira metade da década de 70 para a segunda metade, o que despertava a crítica de muitos. Em 1972, o deputado Manoel Gilberto chegou a sugerir ao governador Eraldo Gueiros que enviasse à Assembleia Legislativa projeto autorizando o Governo do Estado a manter, numa das televisões do Recife, um programa semanal, com duas horas de duração. O programa seria destinado à apresentação exclusiva de artistas pernambucanos e à divulgação da atividade sociocultural do Estado, da história e do folclore da terra. O requerimento do deputado chegou a ser publicado no **DP** (22/08/1972, p. A5) sob o título “Projeto ajudará artistas de Pernambuco”. No requerimento, o deputado ressaltava a necessidade de uma maior promoção dos valores do Estado, em todos os setores da cultura e da arte, pois muitos deles continuavam no ostracismo, por falta de oportunidades que os colocassem na posição de destaque que mereciam estar. O deputado justificava que Pernambuco, “centro cultural do Nordeste”, vivia uma das mais difíceis fases no seu setor artístico-musical.

Havia também críticas ao advento de novas técnicas, que teriam levado à marginalização completa grandes e reais valores da rádio e televisão pernambucanas. A implantação de programas com a utilização de vídeo tape e as transmissões diretas via Embratel teriam liquidado completamente as possibilidades de apresentação, na rádio e TV, dos artistas da terra, bem como o surgimento de novos valores, que se perderiam sem uma oportunidade. Além disso, criticava-se também que as programações de televisão estavam impedindo que os pernambucanos conhecessem as riquezas de seu folclore, os fatos mais significativos que ocorriam neste Estado, elementos de sua história, o estágio do seu desenvolvimento sociocultural. Esse contexto de críticas a situação da TV, rádio e cinema durante a primeira metade dos anos 70, na gestão de Gueiros no governo estadual, difere bastante do contexto posterior, da segunda metade da década, em que o governador, desta vez Moura Cavalcanti, interfere diretamente nas negociações para que os empreendimentos de TV fiquem nas mãos de pernambucanos.

Em 2007, Rudson Pinheiro Soares defendeu, no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPE, uma dissertação intitulada **Inserção da Rede Globo no mercado de televisão pernambucano**. Na dissertação, Soares periodizou a história da Rede Globo em três períodos distintos. A primeira fase, de acordo com ele, teria sido marcada pelos “movimentos” feitos pela emissora, chancelados pelas barreiras à entrada já estabelecidas pela Rede Globo, em um mercado em processo de nacionalização, de unificação e de oligopolização. A segunda fase seria caracterizada pela tentativa de construção de uma identidade local como ação estratégica, a partir do diálogo com o que ele chamou de “mito da pernambucanidade”. A terceira, por sua vez, teria sido caracterizada pelos efeitos da reengenharia das Organizações Globo, inserida na reordenação mundial das comunicações. Apesar de julgar inapropriado o uso da expressão “mito da pernambucanidade”, considero importantes as pistas apontadas por Soares nessa segunda fase que teria sido vivida pela emissora, pois reforça que os discursos e as práticas referentes a uma pernambucanidade estavam em pleno curso por representantes de diversos segmentos da sociedade, inclusive a televisão.

Ao tratar desta segunda fase, que abrangeria, de acordo com esse autor, a segunda metade da década de 70 até o início dos anos 90, Soares destaca a atuação de Cléo Nicéas na Rede Globo Nordeste; este teria sido o primeiro executivo, não importado da matriz, a compor o chamado “núcleo duro” da emissora. Era, de acordo com ele, a Globo ouvindo, enquanto ação estratégica, a comunidade mercadológica local e dialogando com “o mito da pernambucanidade”. Começava aí a surgir uma conexão comercial fruto do cruzamento deste “mito” – a partir de uma nova geração de executivos de mídia pernambucanos, incluindo aí os das agências – com o padrão Globo. Os eventos realizados pela Globo Nordeste – como o “Vamos Abraçar o Sol” e o “Fravança”, entre outros – se enquadram nesse processo transitório e nessa visita à pernambucanidade, aliada à modernidade que a Globo começava a imprimir.

A intenção da matriz ao nomear Nicéas diretor da TV Globo Nordeste era, segundo Soares, ampliar, no nível comercial, a conexão entre a pernambucanidade e o padrão de comercialização da Rede Globo, ocorrida de forma exitosa no Departamento Comercial, quando por lá Nicéas passou. Outra marca de Cléo Nicéas na direção da Globo Nordeste, segundo todos os depoimentos que Soares coletou para a sua Dissertação, teria sido a “cara” local/regional que a emissora passou a ter, apesar das limitações impostas pela matriz, no tocante à programação. Existia, de acordo com Soares, um discurso – e uma prática - da

direção regional no sentido de se aproximar da comunidade e de, na medida do possível – sem xenofobia – ter uma Globo Nordeste feita por “pessoas da terra”. Mais do que uma visita à pernambucanidade, uma tentativa de vivenciá-la. Seria uma gestão harmoniosa com a matriz – já que traria rentabilidade – porém com capítulos de tensão silenciosa, pois a filial ficava sempre tentando produzir localmente, chegando, nos anos 90, a fazer teledramaturgia.

Soares também expõe e discute as análises tecidas pelo professor Darcier Barros, da UFPE, acerca dos os empreendimentos de comunicação dos grupos de Pernambuco, concordando com ele em sua tese de que, embora pioneiros em relação aos demais estados do Brasil, esses grupos não conseguiram ter continuidade. Seria o que o professor chamou de “pioneirismo sem continuidade”, fruto, segundo o mesmo, do “mito da pernambucanidade”. Soares também concorda com Darcier quando o mesmo afirma que os grupos de mídia de Pernambuco se prendiam a tal mito, à regionalidade, ao “passado de glórias” e não conseguiam dialogar com a modernidade, com padrões administrativos modernos, sendo incapazes de retrabalhar o produto cultural pernambucano e jogá-lo na arena moderna. Pouco me interessa se a estratégia adotada pela Globo foi ou não eficaz para alcançar os seus objetivos mercadológicos. É suficiente saber que foi documentado, ao ponto de ter se tornado objeto de estudos de uma Dissertação, e que a emissora, em sua filial em Pernambuco, dialogou com a pernambucanidade por vários anos.

Escarafunchando a documentação do período, encontrei em uma das atas dos Anais da ALEPE, a informação de que a Rede Globo em Recife, recebeu a Medalha Joaquim Nabuco, na Classe Ouro, a mais alta e importante honraria daquela Casa, mediante projeto de nº 90, de 09 de abril de 1979, dos deputados Vital Novaes, Almeida Filho, Cintra Galvão, Severino Cavalcanti, Barreto Guimarães, Felipe Coelho, Nivaldo Machado, Severino Otávio, Carlos Caribé, Assis Pedrosa, Carlos Porto, José Fernandes, José Queiroz, Edmir Régis, José Ramos, Ferreira Lima Filho, Edgar Lins Cavalcanti, Paulo Andrade Lima, Sérgio Longman, Harlan Gadelha Filho, Antônio Benjamim, Alcir Teixeira, Luis Heráclio, Geraldo Barbosa, Mansueto de Lavor e Adalberto Farias. Na justificativa se argumentava que:

a TV Globo do Recife Ltda., integrante da Rede Globo, foi inaugurada em 1972, tendo já a seu favor um saldo francamente positivo no que tange ao elenco de realizações no sentido de **promover e exaltar o espírito de pernambucanidade** (ANAIS/ALEPE, 09/04/1979, p. 457).²⁷

²⁷ Grifo meu.

Nesse contexto em que a pernambucanidade adentrava o mercado de TV pernambucana através da Globo Nordeste, merece destaque o ano de 1978, quando estreou o filme “Batalha dos Guararapes”. Este filme foi uma superprodução brasileira custando, à época, cerca de 38 milhões de cruzeiros, o que levou muitos a classificarem a caríssima produção como uma produção hollywoodiana. Dirigido por Paulo Thiago, o filme foi rodado em Pernambuco, com a ajuda do Exército, contando com a participação de 120 atores, dentre os quais José Wilker, protagonista, representando Joao Fernandes Vieira; Jardel Filho, representando Mauricio de Nassau; José Pimentel, representando André Vidal de Negreiros; Marcus Vinícius, representando Henrique Dias; e Roberto Bonfim, representando Felipe Camarão, entre outros atores, além de três mil figurantes sob a produção de Carlos Henrique Braga, um ex-oficial da Marinha e também empresário. O filme representou o Brasil no Festival de Moscou.

Figura 20

Fotografia da cena do filme Batalha dos Guararapes.



Fonte: **Jornal do Brasil**, 24/09/1978, Cad. B, p.2.

Na cena acima, vemos Jose Wilker representando João Fernandes Vieira. Em duas horas e meia, o filme busca reconstituir os principais episódios das batalhas entre holandeses e luso-brasileiros nas cercanias de Recife, revelando as forças econômicas e políticas que moveram aquele período. Apesar de ter contado, entre outros, com as pesquisas do presidente do IAHP, José Antônio Gonsalves de Mello, para a construção do roteiro, escrito a oito mãos, o

filme é repleto de anacronismos, ao colocar na boca dos personagens expressões com significados duvidosos e até inexistentes no contexto histórico retratado. Um exemplo é a referência ao Nordeste brasileiro. O historiador Albuquerque Junior (1996) já demonstrou em seu trabalho o quanto o Nordeste é uma invenção recente, que remonta ao século XX, o que tornaria anacrônico qualquer menção a um Nordeste Brasileiro no período colonial, como é feito no filme. O fato é que o filme, lançado em 25 de setembro de 1978 em 250 salas de cinemas em todo o Brasil, acabou por colocar em evidência nacional o episódio mais importante da história do Estado de Pernambuco, para segmentos de sua elite intelectual e política, sobretudo aqueles ligados ao IAHGP e APL, bem como evidenciou o Exército brasileiro enquanto instituição à frente do governo, que tomava o episódio como momento simbólico de sua fundação.

3.2. A fabricação de uma tradição: a instituição da Ordem do Mérito dos Guararapes

Meses antes da estreia de **Batalha dos Guararapes**, o filme, o governador Moura Cavalcanti assinou um importante Decreto que também conferiu considerável visibilidade a memória das Batalhas dos Guararapes. Tratava-se da criação da Ordem do Mérito dos Guararapes, em janeiro de 1978. Este Decreto foi fundamental para afirmar, ainda mais, os valores do que então se entendiam como pernambucanidade entre muitos políticos e intelectuais. A comenda instituída pelo Decreto 4.891 de 20 de janeiro de 1978 era definida em seu Regulamento (artigo 51), publicado quatro dias depois, através do Decreto 4.982 de 24 de janeiro de 1978 como a “mais alta distinção concedida pelo Estado de Pernambuco”. Respondia, de certo modo, a um objetivo não concretizado na inauguração do PHNG, que previa a criação de uma medalha alusiva às batalhas, mas só possível na nova configuração histórica que se desenhara ao final do governo Moura Cavalcanti. Durante o governo Marco Maciel (1979-1982), uma mudança no Regulamento, mediante o Decreto 6.380 de 09 de abril de 1980, definiu no seu artigo 60 o dia 19 de abril – data de aniversário da Batalha dos Guararapes – para entrega das insígnias aos agraciados, em cerimônia pública a ser realizada, preferencialmente, nos Montes Guararapes ou PHNG, criado em 1971.

Em 2014, Camila Borges Silva defendeu, no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio, a Tese **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)**. Procurou

analisar o papel das ordens honoríficas ao longo do Primeiro Reinado, entendendo-as como elementos fundamentais na constituição do Estado Imperial brasileiro. Defendeu que as ordens eram parte significativa das representações mentais daquela sociedade, pois elevavam hierarquicamente seus membros e que D. Pedro os utilizava como instrumento de cooptação de alianças políticas, exercidas localmente. Em um dos capítulos, em que discute o significado das ordens honoríficas, Silva destacou que a reverência produzida pelas ordens é obtida pelas representações sociais que envolvem a insígnia e têm a eficácia simbólica de associar o portador do objeto ao sentido histórico e socialmente construído do objeto. Destacou ainda que as ordens adquiriram, ao longo de sua história, um sentido de distinção, de honra, de bravura, de fidelidade e de lealdade construído historicamente e demonstrava as posições sociais ocupadas pelo indivíduo, propiciando as oportunidades de distinção, de obtenção de prestígio e reconhecimento. Apesar de tratar-se de momentos históricos distintos, é possível perceber a mobilização de vários destes elementos apontados por Silva na estrutura, funcionamento e entrega das comendas da Ordem do Mérito dos Guararapes.

Embora criada, como dito, pelo governador Moura Cavalcanti, a insígnia ou a medalha que distinguia os seus membros teve seu antecedente na “Medalha Guararapes”, instituída em 18 de janeiro de 1955, através do decreto nº 262, pelo governador Etelvino Lins de Albuquerque, próximo do término de seu mandato (DOE, 20/01/1955, p.1.). Na ocasião, a Medalha foi instituída nas versões prata e bronze para galardoar serviços relevantes prestados por pessoas físicas e jurídicas às Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana. Foi cunhada em formato circular, tendo garra, argola e fita de cores azul e branca, com filete vermelho ao meio, e continha no anverso a representação de um portulano antigo do nordeste brasileiro em que figurava, em relevo, o monumento histórico da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, dos Montes Guararapes e no contorno a legenda “Tricentenário da Restauração Pernambucana- 1654-1954”, enquanto no reverso estava gravada a legenda “Medalha Guararapes”.

Na época, foi feita uma única e exclusiva cunhagem de cinquenta exemplares de prata e duzentos de bronze, e os cunhos eram depositados no Arquivo Público Estadual. Sua concessão era de competência exclusiva do Governador do Estado, mediante ato oficial, após o qual, o diretor do Arquivo Público Estadual expedia um diploma que levava a rubrica do Governador. O diretor do Arquivo Público conservava ainda, na sua repartição, um livro de registro com os dados biográficos e mais anotações referentes às pessoas que receberam a medalha, para a qual havia também um exemplar de prata de uso privativo do Governador do

Estado, entregue no ato de sua posse e devolvida na transmissão de seu cargo ao sucessor²⁸. O desejo de Etelvino Lins em fazer com que fossem realizadas concessões das medalhas pelos governadores do estado parece não ter sido continuado pelos seus sucessores. Encontramos uma ocorrência de concessão da mesma, com passadeira de prata, apenas no **DOE** de 14/03/1971, no fim do mandado do governador Nilo Coelho, ao militar Otacílio Ferraz que, naquela ocasião, tornava-se Chefe da Casa Militar do Governo do Estado (**DOE**, capa, 14/03/1971) para só em 1978 ser criada, por Moura Cavalcanti, a Ordem do Mérito Guararapes.

A Ordem do Mérito dos Guararapes consistia numa comenda honorífica a ser conferida a pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que tivessem se distinguido pelos seus méritos excepcionais, ou pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Pernambuco. Era instituída em cinco graus: Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro. As insígnias correspondentes a cada um dos graus, bem como outros detalhes da Ordem, foram descritas no Regulamento da Ordem, publicado inicialmente no Decreto nº 4.892 de 24 de janeiro de 1978 (republicado em 24 de junho de 1978 sob a alegação oficial de ter havido incorreções na publicação original) e, posteriormente, no Decreto 6.380 de 09 de abril de 1980. De acordo com os Decretos de instituição e regulamentação da Ordem, o Governador do Estado era o Grão-Mestre da mesma e portador da Grã-Cruz, sendo responsável pela admissão e promoção nos seus quadros através de Decretos publicados no **DOE**.

A Ordem possuía um Conselho formado por um Chanceler, que era também o presidente efetivo do mesmo, por quatro Membros Natos, por dois Membros Nomeados e por um Secretário permanente. O Secretário não tinha, porém, direito a voto. Ao Conselho competia julgar, em sessão plena, as propostas de admissão à Ordem ou promoção dos seus Graduados aprovando-as ou rejeitando-as comprovadamente, resolver sobre a exclusão de Graduado que se tornasse passível desta penalidade e velar “pelo máximo prestígio” da Ordem, decidindo sobre os assuntos do seu interesse. Este Chanceler da Ordem era o Secretário para os Assuntos da Casa Civil, a quem competia, além de presidir as sessões do Conselho e decidir, “ad referendum” do Conselho, os assuntos do interesse da Ordem, em caso de urgência, submeter ao Grão-Mestre, sob forma de Decretos, as propostas de admissão, promoção e exclusão de Graduados e assinar os diplomas da Ordem, junto com o Secretário do Conselho.

²⁸ Houve uma modificação de um dia para o outro com relação a alguns encaminhamentos referentes a Medalha. Se no **DOE** de 19/01/1955 o Chefe do Cerimonial do Governo é que teria o livro/ata dos agraciados, no dia seguinte essa seria uma incumbência do diretor do Arquivo Público Estadual. Cf. **DOE**, 19/01/1955, p.1.

Os quatro Membros Natos do Conselho eram o Secretário de Administração, o Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, o Secretário do Governo e o Chefe da Casa Militar. Eles eram designados pelo governador do Estado, dentre os servidores estaduais ativos, propostos pelos Membros Natos do Conselho, cumulativamente com as funções que exercem e, tinham mandato de um ano, podendo ser reconduzidos contínua ou alternadamente.

O Secretário da Ordem era um pernambucano nato, servidor público estadual, de nível universitário, designado para um período de um ano, podendo ser reconduzido contínua ou alternadamente. A Secretaria do Conselho, em dependência da Secretaria para os Assuntos da Casa Civil, tinha à sua disposição servidores necessários ao cumprimento de suas atribuições. A ela competia a convocação do Conselho, por ordem do Presidente efetivo da Ordem, bem como, a preparação das sessões e dos respectivos expedientes. Competia-lhe ainda a preparação dos diplomas, a lavratura das atas das sessões, a aquisição das insígnias, sua guarda, conservação e distribuição, a elaboração do Almanaque da Ordem, a organização e atualização do arquivo da Ordem, a comunicação, por escrito, aos Secretários das Ordens do Cruzeiro do Sul, Nacional do Mérito e de Rio Branco, dos nomes e graus de estrangeiros e de membros daquelas Ordens, agraciados com a Ordem do Mérito dos Guararapes, bem como a preparação, junto à Secretaria para os Assuntos da Casa Civil, do cerimonial de entrega das Insígnias e a elaboração e publicação do Boletim do Conselho.

A Ordem constava de dois quadros: o de Graduados Efetivos e o Graduados Especiais. O primeiro era composto pela Categoria Ordinária e pela Categoria Suplementar. A Categoria Ordinária era formada por autoridades e servidores ativos, civis e militares, do Governo de Pernambuco, tendo seu efetivo composto originalmente de quinze Grã-Cruzes, quarenta e cinco Grandes Oficiais, noventa Comendadores, duzentos Oficiais e trezentos Cavaleiros. A Categoria Suplementar era formada por pernambucanos não servidores públicos. Passavam a fazer parte dela também todos os integrantes da Categoria Ordinária, conservando o grau que tinham na Categoria de origem, no caso de aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma, exoneração e término do mandato eletivo. A transferência implicava imediata abertura de vaga no grau correspondente da Categoria Ordinária. Ocorrendo o falecimento do Graduado, abrir-se-ia a vaga, conforme disposto no parágrafo anterior. O Quadro de Graduados Especiais, ilimitado e indiviso, era integrado pelos cidadãos brasileiros e estrangeiros.

A admissão e a promoção nos Quadros da Ordem aconteciam por Decretos do Grão-Mestre da Ordem, ou seja, pelo governador do Estado, mediante proposta do Conselho, apresentada pelo seu Chanceler. As propostas do Conselho tinham por base indicações que podiam ser feitas pelos seus membros com direito a voto, e pelos Chefes dos Poderes Judiciário e Legislativo, e Secretários de Estado, desde que Graduados da Ordem. As indicações deveriam conter dados biográficos, funcionais e gerais do indicado, bem como relato dos serviços de relevância, julgado dignos de recompensa, não se reportando, entretanto, ao grau a ser o mesmo admitido na Ordem. Os Decretos de admissão, promoção e exclusão da Ordem eram, como foi dito, publicados no **DOE**, após o que era expedido pela Secretaria do Conselho o competente diploma, assinado pelo Chanceler e pelo Secretário, contendo o Selo da Ordem sobre as assinaturas.

O Conselho da Ordem, se reunia em caráter ordinário, em dias da primeira quinzena de março, para apreciar e julgar as indicações oriundas dos seus próprios membros e das demais autoridades competentes para indicar candidatos para o Quadro de Graduados Efetivos. O Conselho também se reunia, extraordinariamente, quando convocado, para apreciar e julgar indicações para o Quadro de Graduados Especiais. Era previsto que o Conselho se reunisse, ordinariamente, em dia da primeira semana dos meses de março, setembro e dezembro, e extraordinariamente, em qualquer ocasião, sempre que convocado, e em dependência da Secretaria para os Assuntos da Casa Civil. Funcionava sempre com a maioria dos seus membros, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade. Os resultados do julgamento das indicações apreciadas eram obtidos por maioria dos votos dos membros presentes à sessão. Os votos eram livres e abertos, tendo as sessões para apreciação de indicações, o caráter de reservadas. A justificativa de voto consignada em ata da sessão era facultada ao membro do Conselho se assim o desejasse.

Os julgamentos do Conselho da Ordem eram procedidos sempre em caráter sigiloso. De acordo com o artigo 52 do capítulo IX do Regulamento, deveriam sempre atender aos critérios de justiça, equilíbrio e promoção do prestígio da honraria, tendo em vista o fato de que a mesma se constitui na mais alta distinção concedida pelo Estado de Pernambuco. A apreciação das indicações pelo Conselho tinha por objetivo, ainda, proporcionar uma perfeita aplicação do processo seletivo para admissão e promoção de Graduados na Ordem. Os princípios básicos a serem considerados, quando do julgamento de indicações, pelo Conselho eram “a relevância dos serviços prestados ao Estado de Pernambuco e à causa pública”, de uma maneira geral, e o valor pessoal do indicado, abrangendo nível cultural, situação social,

antecedentes funcionais, potencialidade para novos e relevantes feitos e o destaque entre seus iguais e no âmbito social geral.

A admissão na Categoria Ordinária da Ordem se dava, em princípio, segundo o seguinte critério: Grã-Cruz: Vice Governador do Estado, Presidentes dos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado, outras personalidades de hierarquia equivalente; Grande Oficial: Desembargadores, membros da mesa da Assembleia Legislativa, Secretários de Estado, Presidente do Tribunal de Contas, Reitores e outras personalidades da mesma hierarquia; Comendador: Deputados Estaduais, Juízes, Curadores e Promotores da Capital, Professores Universitários, Oficiais Superiores da Polícia Militar, Conselheiros do Tribunal de Contas, Consultores e Procuradores do Estado, Assessores e Chefes de Gabinete de órgãos diretamente subordinados ao Governador, de Secretarias de Estado e outras personalidades de hierarquia equivalente; Oficial: Juízes e Promotores do Interior, Diretores de Departamento e de Diretoria Executiva de Secretarias, Capitães, 1º e 2º Tenentes das Forças Armadas e Polícia Militar, e outras personalidades de igual hierarquia; e Cavaleiro: demais servidores civis e militares. Em casos excepcionais, o Grão-Mestre poderia conceder um Grau superior na hierarquia da Ordem. A Admissão da Categoria Suplementar, ressalvado o disposto nos artigos 22º e 23º do Regulamento, era efetuada no grau que recomendasse o Conselho.

A Admissão no Corpo de Graduados Especiais, por sua vez, obedecia ao seguinte critério: Grã-Cruz: Presidente da República, Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministros de Estado, Governadores do Estado, Almirantes de Esquadra, Generais de Exército, Tenentes-Brigadeiros, Ministros de 1ª Classe, Embaixadores estrangeiros e outras personalidades de hierarquia equivalente; Grande Oficial: Senadores e Deputados Federais, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Presidentes de Assembleias Legislativas, Presidentes e Membros dos demais Tribunais Superiores, Reitores, Vice-Almirantes, Generais de Divisão, Majores-Brigadeiros, presidentes de Tribunais de Contas, Ministros de 2ª Classe, Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários estrangeiros e outras personalidades de hierarquia equivalente; Comendador: Secretários de Estado, Deputados Estaduais, Desembargadores, Conselheiros de Tribunais De Contas, Professores Universitários, Contra-Almirantes, Generais de Brigada, Brigadeiros do Ar, Conselheiros, Cônsules, Generais Estrangeiros, Conselheiros de Embaixada ou Legação Estrangeira, Presidentes de Associações Científicas, Culturais e Comerciais, Funcionários Públicos e outras personalidades de hierarquia equivalente; Oficial: Juízes, Promotores, Oficiais Superiores da Forças Armadas ou

Auxiliares, Primeiros Secretários de Embaixada ou Legação Estrangeira, Profissionais Liberais, Funcionários Públicos outras personalidades de hierarquia equivalente; e Cavaleiro: Oficiais das Forças Armadas ou Auxiliares, Segundos e Terceiros Secretários, Cônsules estrangeiros, Segundos e Terceiros Secretários de Embaixada e Legação Estrangeira, Trabalhadores, Artistas, Escritores, Desportistas, Funcionários Públicos e outras personalidades de hierarquia equivalente.

As indicações para a Categoria Ordinária do Quadro de Graduados Efetivos, salvo quando encaminhadas por Membros Natos e Nomeados, obedeciam aos limites quantitativos anuais. Vice-Governador e Presidentes dos Poderes Judiciário e Legislativo podiam fazer até cinco indicações e os Secretários de Estado, até três. Para a Categoria Suplementar, os quantitativos podiam ser o dobro. A promoção de Graduado da Ordem, por sua vez, obedecia aos mesmos processos e princípios estabelecidos para admissão. As indicações para promoção na Ordem somente deveriam ser efetuadas quando o indicado completasse o interstício previsto no Regulamento (três anos para Cavaleiro, quatro anos para Oficial e cinco para Grande Oficial), para a Categoria Ordinária, e estivesse prestando novos serviços dignos de distinção. Quando promovidos, os integrantes da Categoria Ordinária deveriam restituir à Secretaria as insígnias do grau anterior. Não era admitido o ingresso na Ordem de pessoa com menos de vinte e cinco anos de idade, em quaisquer dos Quadros ou Categorias.

Poderia também se dar a exclusão do graduado na Ordem. Tratar-se-ia do afastamento definitivo do mesmo no efetivo da Ordem, implicando a cassação do diploma e a proibição do uso das insígnias. Também se davam por Decreto do Grã-Mestre da Ordem, em atenção a proposta do Conselho, ou “ex-officio”, quando o graduado falecesse, incorresse em ilícito penal cuja pena cominada fosse de restrição de liberdade, incorresse em crime capitulado na Lei de Segurança Nacional ou na Lei de Imprensa e apresentasse conduta civil e moral incompatível com sua condição, apurada por sindicância mandada proceder pelo Grão-Mestre, através de membro do Conselho. A proposta de exclusão de Graduado da Ordem teria a mesma tramitação da de admissão e o processo de exclusão, era sempre considerado altamente sigiloso.

Ao Governador do Estado, na condição de Grão-Mestre, competia presidir, sempre que possível, as cerimônias de entrega das Insígnias aos admitidos ou promovidos da Ordem. Ao término do mandato, poderia conservar o grau de Grã-Cruz na Categoria Suplementar. Ao Chanceler e aos Membros Natos e Nomeados do Conselho, era atribuído o grau de Grande Oficial, quando não possuíssem grau superior, integrando a Categoria Suplementar do Quadro

de Graduados Efetivos. E os integrantes da Categoria Ordinária do mesmo Quadro aí podiam permanecer sem alteração de sua condição. Ao Secretário do Conselho era atribuído o grau de Comendador. Os membros do Conselho tinham precedência sobre todos os demais Graduados da Ordem.

A Insígnia da Ordem constava de uma Cruz de Malta de prata dourada, com os ramos esmaltados de branco, carregada por um escudo estilo português, em cujo campo era reproduzida, em relevo, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos montes Guararapes com trecho da paisagem que a circunda, encimada por um listel onde estava gravada a data 19 de fevereiro de 1649 em algarismos arábicos; o verso da insígnia tinha, em relevo, sobre o ramo superior, a palavra PERNAMBUCO; sobre o escudo, a expressão ORDEM DO MÉRITO DOS GUARARAPES e, sobre os demais ramos, os anos 1648, 1649 e 1978. A fita da Ordem era nas cores azul-cobalto, branco e vermelho. Os diversos graus eram concedidos da seguinte forma: a) Grã-Cruz: banda de fita, da qual pende a insígnia da Ordem, complementada por Placa; b) Grande Oficial: colar de fita, do qual pende a insígnia da Ordem, complementada por Placa; c) Comendador: colar idêntico ao Grande Oficial, sem Placa; d) Oficial: fita ornada de roseta, da qual pende a insígnia da Ordem e; Cavaleiro: idêntica à de Oficial, sem a roseta. Abaixo, replico algumas das ilustrações publicadas no Regulamento da Ordem.

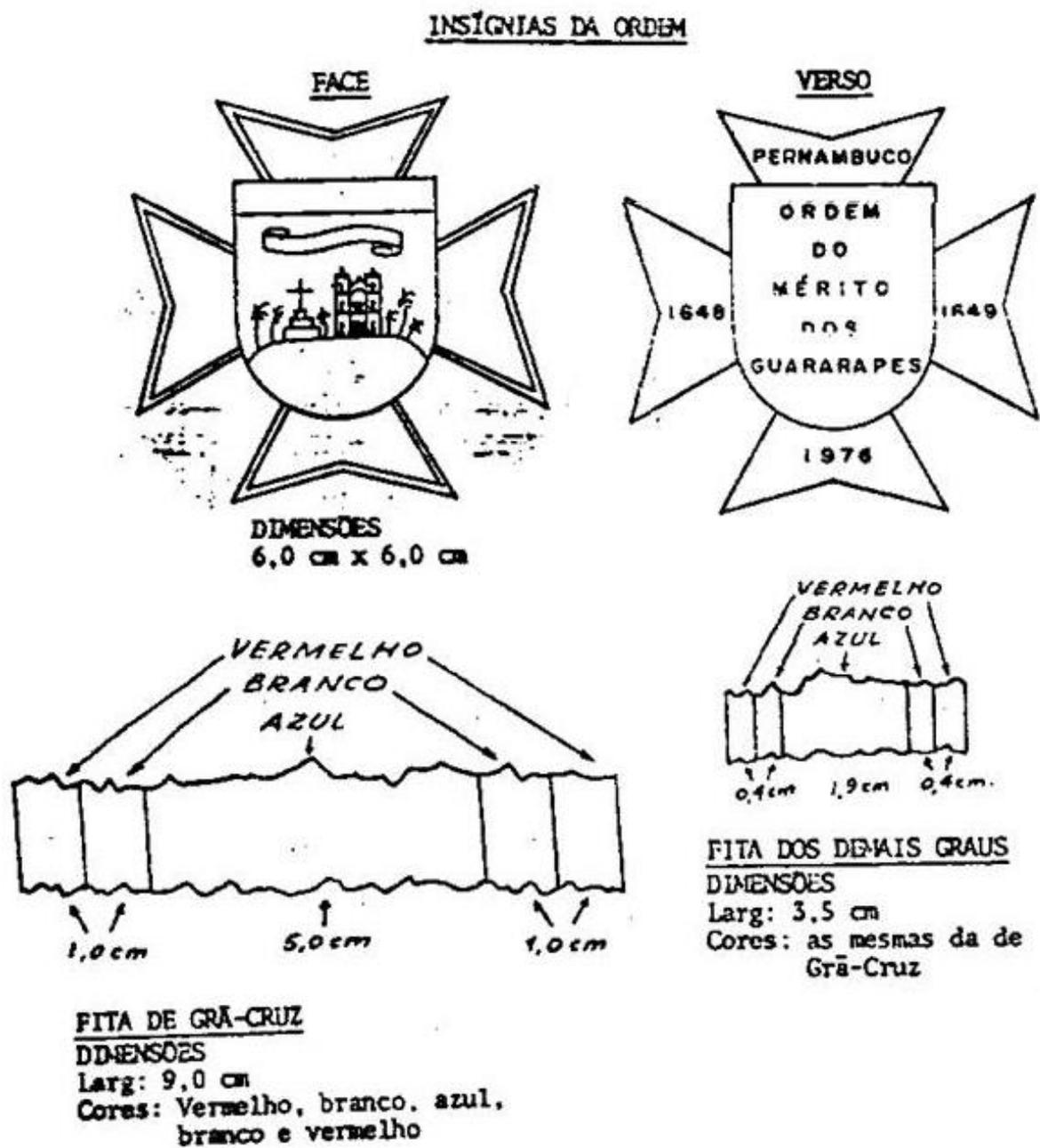
Figura 21

Detalhe do escudo da insígnia da Ordem. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes.



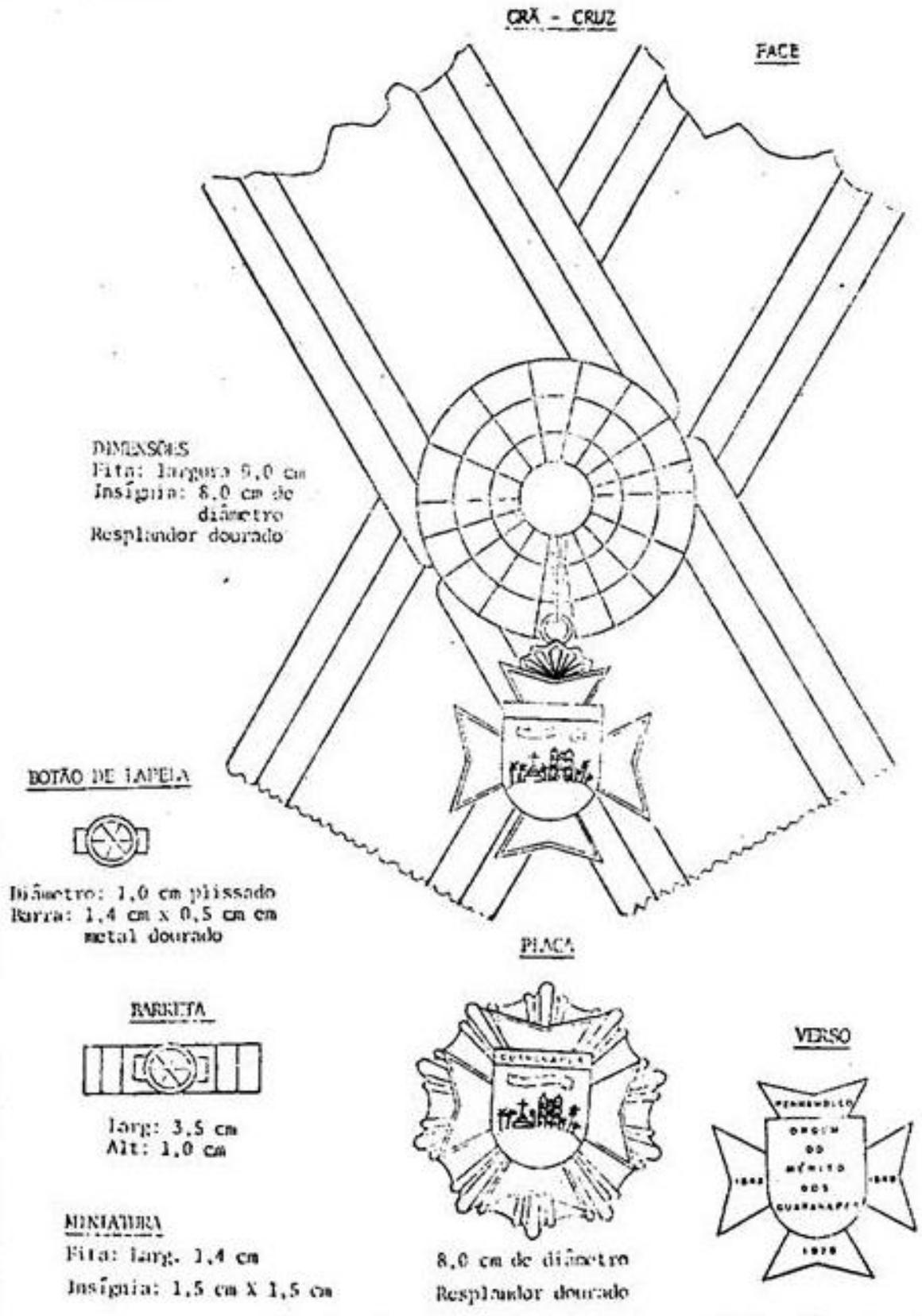
Fonte: DOE, 10/04/1980, p.6.

Figura 22
 Insígnias da Ordem. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes.



Fonte: DOE, 10/04/1980, p.6.

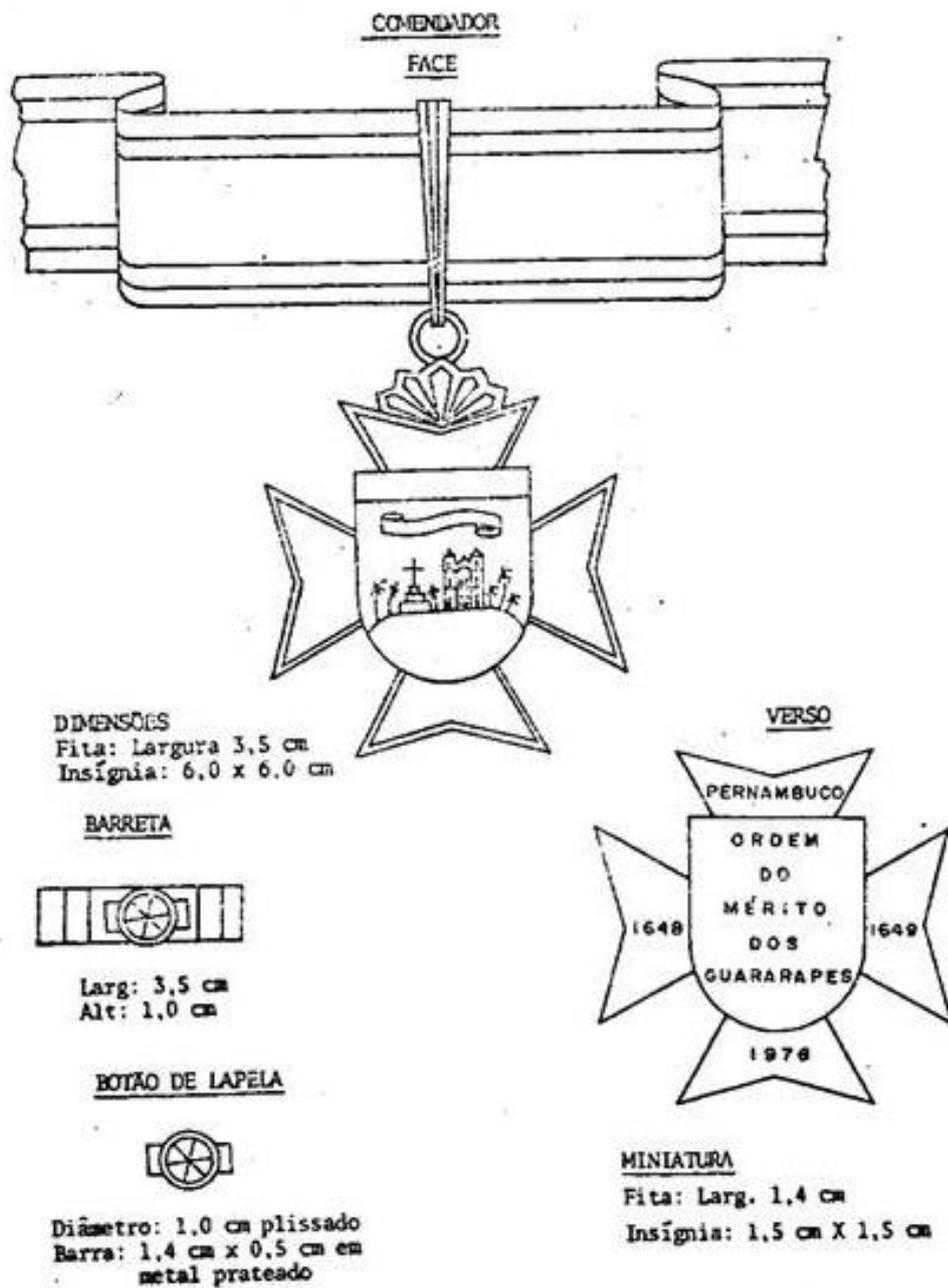
Figura 23
 Insígnias da Grã-Cruz. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes.



Fonte: DOE, 10/04/1980, p.7

Figura 24

Insígnias de Comendador. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes.



Fonte: DOE, 10/04/1980, p.7.

Figura 25

Insígnias de Grande Oficial. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes.

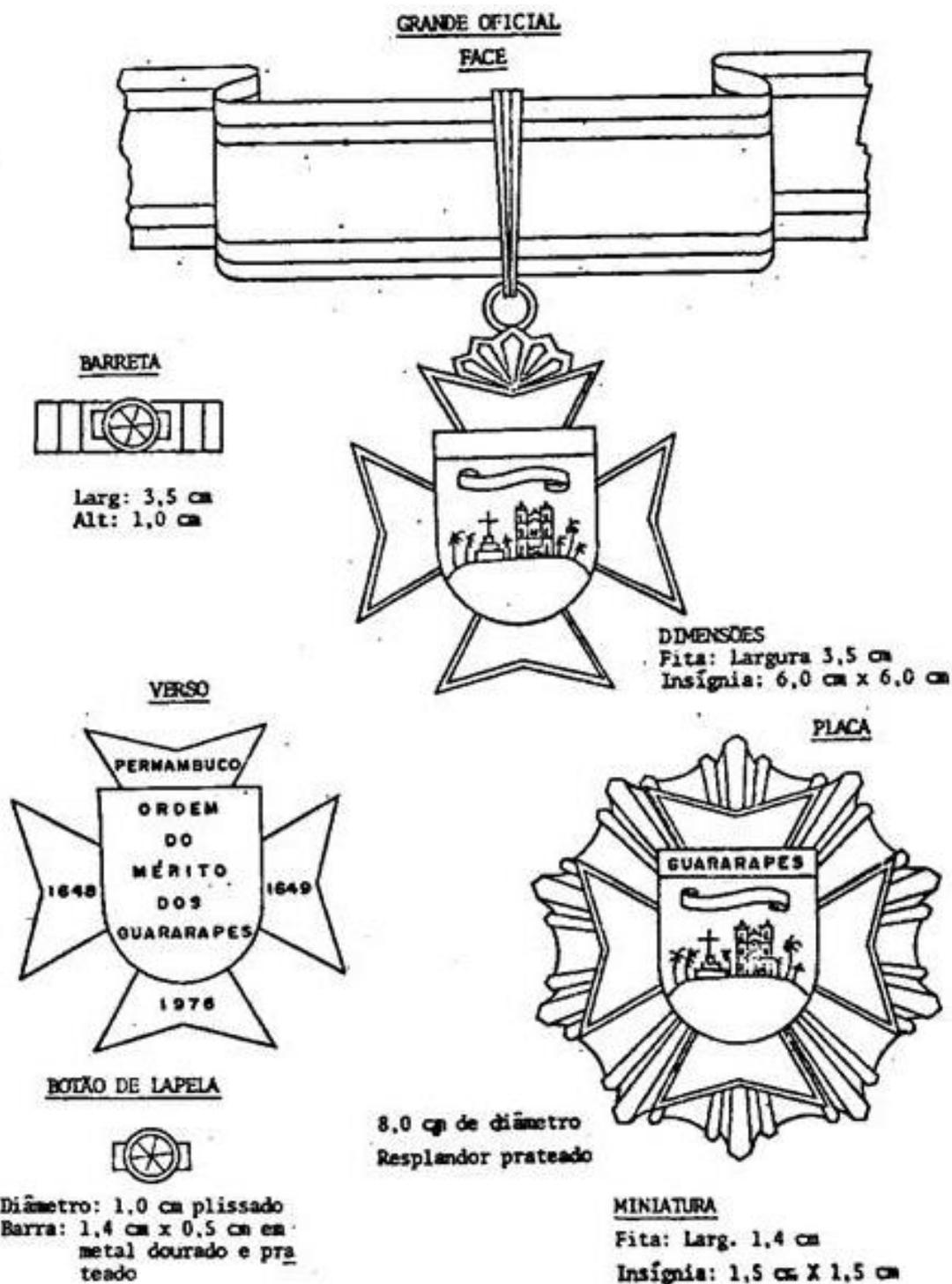
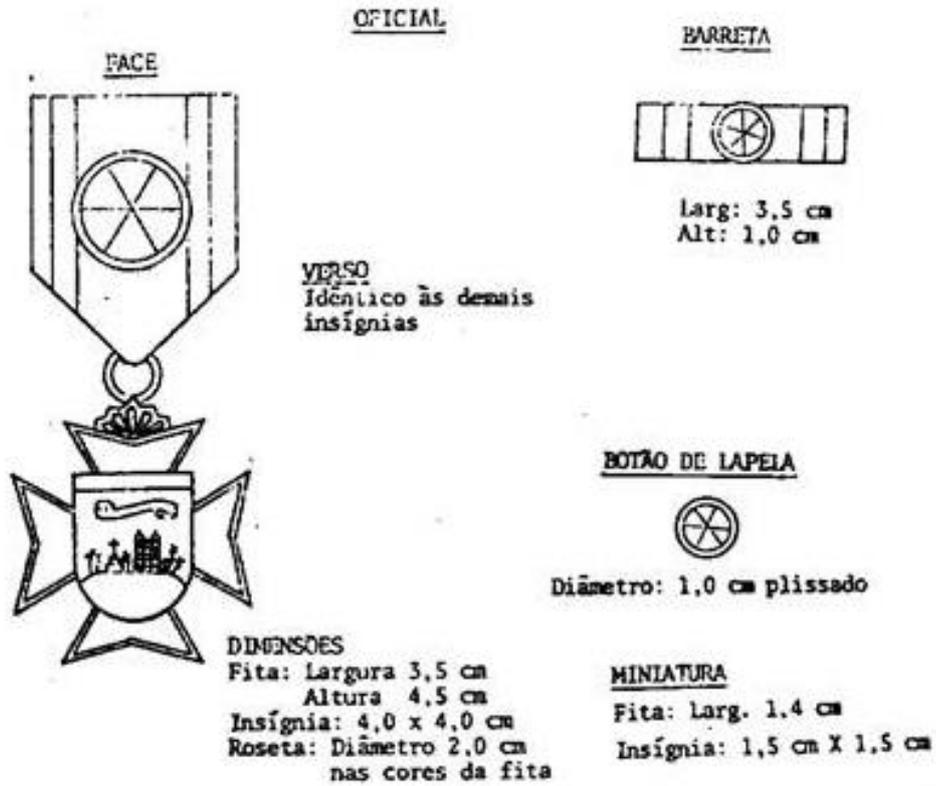


Figura 26

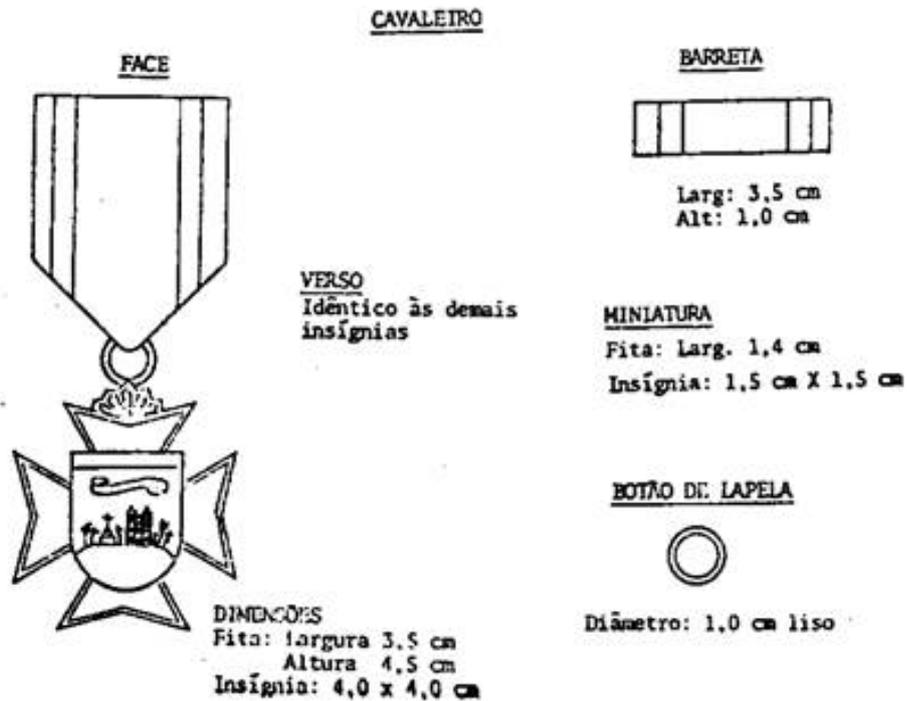
Insígnias de Oficial. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes



Fonte: DOE, 10/04/1980, p.7.

Figura 27

Insígnias de Cavaleiro. Regulamento da Ordem do Mérito dos Guararapes.



Fonte: DOE, 10/04/1980, p.7.

Figura 28

Fotografias das insígnias capturada do site de Antônio Ferreira, leiloeiro público.



Fonte: <https://www.antonioferreira.lel.br/>, acesso em 30/10/2019.

No peito esquerdo, deveriam ser usadas as insígnias de Oficial e Cavaleiro e as Placas de Grã-Cruz e Grande Oficial; pendente ao pescoço, as de Grande Oficial e Comendador; a tiracolo, do ombro esquerdo ao quadril direito: as de Grã-Cruz. Os admitidos nos graus de Grã-Cruz e Grande Oficial deveriam receber as insígnias das mãos do Grão-Mestre da Ordem, sempre que possível, já os admitidos nos demais graus as recebiam das mãos de Graduados da Ordem, de grau superior ao seu. As Instituições e Unidades Militares admitidas na Ordem eram consideradas integrantes da Categoria Suplementar do Quadro de Graduados Efetivos, e não recebiam grau. Ostentavam como insígnia um laço de fita, do qual pendia a venera prevista no Regulamento. As Unidades Militares, usavam a insígnia presa junto ao mastro do Pavilhão Nacional, nas revistas e desfiles. As “senhoras”, quando admitidas na Ordem, nos graus de Comendador e Grande Oficial, usavam como insígnia o laço de fita da mesma, do qual pendia a venera do grau correspondente. O grau de Grande Oficial, neste caso, era complementado pela placa respectiva. Os demais graus usavam as insígnias normalmente previstas.

O Conselho da Ordem mantinha em sua Secretaria, além de dados biográficos dos integrantes da Ordem, alguns livros de registro, como o de presença dos membros do Conselho, o de Atas das reuniões do Conselho, o dos Decretos de admissão, promoção e exclusão de Graduados e o de assinatura dos Graduados. Tentei, sem sucesso, ter acesso a estes livros no APEJE em busca dos arquivos do cerimonial da Secretaria da Casa Civil, mas não consegui. Precisei me basear no **DOE** para tomar conhecimento daqueles que foram agraciados com a comenda e receberam as investiduras em seus respectivos graus. A investidura dos membros do Conselho da Ordem nas funções e respectivos graus ocorria normalmente em ato solene no Palácio do Campo das Princesas, de acordo com cerimonial próprio elaborado pela Secretaria do Conselho, em conjunto com a Secretaria para os Assuntos da Casa Civil, mas no caso dos demais agraciados, a partir de um Decreto do governador Marco Maciel em 1980, quem mais soube explorar a simbologia da ordem honorífica, passou a ser em 19 de abril, em cerimônia pública realizada, preferencialmente, nos Montes Guararapes.

O poeta pernambucano e então embaixador João Cabral de Melo Neto, primo de Gilberto Freyre, irmão do historiador Evaldo Cabral de Mello e acadêmico da ABL desde 1969, ao ser condecorado, já pelo governador Marco Maciel, em 1980, expressou, em suas palavras, o que entendia ser o significado da honraria. Apesar de ter sido atribuída a Maciel a criação da Comenda, provavelmente pelo fato de o governador haver baixado Decreto

conferindo nova reação ao Regulamento da Ordem, foi, como mostrei, criada por Moura Cavalcanti. Em seu discurso, João Cabral também fez questão de destacar o quanto, em sua opinião, a Ordem do Mérito dos Guararapes contribuiria para reforçar o sentimento de pernambucanidade:

Uma condecoração tem um sentido social que nem mesmo os pré-historiadores tem sido capazes de localizar em suas origens. Por isso, a concessão de distinções está sempre cercada de um cerimonial: é a maneira de, cercando-a de um ritual meio mágico, reforçar o que chamei seu sentido social...

O que caracteriza nosso tempo, a esse respeito, é que as distinções se tornaram puramente simbólicas, e dão tão somente honrarias, e já não mais vantagens materiais aos que são chamados a recebê-las. Mas a verdade é que, nem por serem puramente simbólicas, perderam elas seu sentido de instrumento social: e que mais eficiente instrumento social que o símbolo?

Criando a Medalha dos Guararapes, cuja continuidade, é de se desejar, não será descuidada pelos sucessores de Vossa Excelência, **foi criado um vigoroso instrumento de magia social.**

Um instrumento de múltiplas utilidades simbólicas: **que contribuirá a reforçar o sentimento de pernambucanidade** de nossos conterrâneos de dentro e de fora de Pernambuco... (DOE, 26/04/1980, capa e p. 39.)²⁹

3.3. A gestão Marco Maciel, a criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte e do Sistema Estadual de Tombamento

Marco Maciel foi, sem dúvida, o governador que melhor soube explorar, especialmente no âmbito dos seus discursos sempre rebuscados, as crenças, tradições e representações da pernambucanidade. Isso se dava nas mais variadas situações solenes, mas especialmente nas ocasiões de entrega da comenda da Ordem do Mérito dos Guararapes. Foi o primeiro governador do período ditatorial a fazer uso da expressão “pernambucanidade” no discurso de posse, tendo sido seguido, posteriormente, por José Ramos, Roberto Magalhães e Gustavo Krause. Ao receber a investidura no cargo de governador na Assembleia Legislativa, a Casa de Joaquim Nabuco, e proferir seu discurso de posse, afirmou seu compromisso com Pernambuco e com os pernambucanos, destacando que desejava envolver a sociedade no processo de governança, promovendo a participação, e destacou:

²⁹ Grifos meus.

Tenho consciência de que não basta exaltar as glórias do passado, simbolizadas nos **Montes dos Guararapes**, berço da nacionalidade, e onde, em cada ângulo de sua paisagem há uma vibração imorredoura de **pernambucanidade**. A História é um compromisso do presente na busca da construção do futuro (ANAIS/ALEPE, 15/03/1979, p.357).

Além de externar a opinião de que não basta exaltar as glórias do passado, Maciel deixa claro que as glórias do passado são simbolizadas nos Montes dos Guararapes e que em sua paisagem há uma vibração sempre viva de pernambucanidade. Essa preocupação com a história o levou a encomendar, em 1981, a reescrita da História do Estado a Nilo Pereira. Como já foi visto, este era sócio do IAHGP e acadêmico da APL, tendo sido seu vice-presidente por várias vezes, além de conselheiro do CEC durante todo o período correspondente ao regime ditatorial. A obra, que repercutiu bastante na época, foi escrita e publicada e se constitui atualmente num importante documento histórico onde se pode encontrar as principais representações da pernambucanidade, não apenas na perspectiva de Nilo, mas do circuito de intelectuais e políticos do qual ele fazia parte. É que ao invés de escrever uma história de Pernambuco, como encomendou o governador, o autor optou por escrever uma História da Pernambucanidade, em três densos volumes, que foram publicados em 1983. A proposta agradou a Marco Maciel, que, antes da publicação da obra, expressou sua expectativa com relação à mesma numa carta a Nilo Pereira que foi publicada no **DP**. Afirma o governador:

Posso antever claramente que o **seu projeto de escrever a história de Pernambuco sob um ângulo novo – a rigor, mais propriamente uma história da pernambucanidade, conforme esclareceu –, se constituirá um marco de excepcional significação para a cultura pernambucana**, com reflexos para a inteligência de todo o Nordeste (**DP**, 17/12/1981, p. A11).³⁰

Ainda antes da publicação da obra, em dezembro de 1981, o **Diario** registrou também a impressão do colunista Edmundo Morais:

Não poderia ter sido mais feliz o governador Marco Maciel ao escolher o mestre Nilo Pereira para escrever a História de Pernambuco....
O escolhido, ao invés de uma História de Pernambuco, sob forma sistemática e convencional, preferiu escrever – como já vem fazendo – uma História da Pernambucanidade...

³⁰ Grifos meus.

Jornalista, escritor, historiador, professor universitário, homem público das mais altas virtudes, o Dr. Nilo Pereira é parte das duas histórias – a de Pernambuco e a da Pernambucanidade – que, aliás, se confundem... Todos nós, pernambucanos ou não, vamos ficar devendo mais um notável serviço ao tão nosso e querido Dr. Nilo Pereira (DP, 10/12/1981, p. A22).

Numa coluna do **JC**, escrita em 1982, também antes da publicação da obra, intitulado “Em louvor da Pernambucanidade”, Orlando Parahym, acadêmico da APL e colega de Nilo, também tece comentários sobre a escolha dele por Maciel para a escrita:

Acaba de ser cometida ao escritor Nilo Pereira, através da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, a incumbência de escrever a história cultural de Pernambuco.

Quanto à escolha, não se poderia desejar melhor. Nilo Pereira, historiador e escritor, de alto quilate intelectual, integrado pelas raízes mais profundas do espírito ao nosso Recife, possui sobejamente os requisitos para empreendimento de tal envergadura (JC, 12/01/1982, p. 2).

São muitas as ocasiões em que os discursos sobre uma pernambucanidade, atrelado a Guararapes, se repetem em vários discursos de Maciel. Isso não ficava restrito ao **DOE**, pois vários jornais locais reforçavam a importância da comenda e do seu significado, buscando dar visibilidade e destaque as solenidades de entrega da Comenda. Destaco a entrega de uma, publicada pelo **DP** em 1981, em que Maciel condecora o presidente da Venezuela, Luiz Herrera Campins, no Palácio do Campo das Princesas. Na ocasião, o governador proferiu um solene discurso, do qual reproduzo aqui um trecho:

Ao conceder-lhe, neste momento, as insígnias da Ordem dos Guararapes, a nossa mais alta condecoração, **faço-o participante, senhor presidente, a partir de agora, da nossa pernambucanidade**, das nossas tradições, da nossa história...

Aqui, neste pedaço de chão do Brasil, homens das três etnias que nos fizeram nação, com a intrepidez dos que amam e cultuam a liberdade, venceram, em renhidas batalhas, no Alto dos Guararapes, o estrangeiro invasor, consolidando, assim – embora fôssemos ainda uma simples colônia portuguesa –, o sentimento da nacionalidade (DP, 14/08/1981, pA3.)³¹

³¹ Grifos meus.

Figura 29

Fotografia da condecoração do presidente da Venezuela Luiz Herrera Campins, no Palácio do Campo das Princesas



Fonte: **DP**, 14/08/1981, p. A3

Em outra ocasião, registrada também no **DP**, em abril de 1982, em que condecorava o presidente alemão Karl Carstens no Palácio das Princesas, Maciel reproduzia:

Na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito dos Guararapes, outorgo a Vossa Excelência as insígnias da nossa mais alta e importante condecoração.

Guararapes, senhor presidente, tem para pernambucanos e brasileiros um significado especial. Ali nasceu a nacionalidade. Naqueles montes que cercam, pelo sudoeste, a cidade do Recife se fez presente, pela vez primeira, o sentimento de Pátria, o desejo crescente e dominante de construir, neste além-mar português, um novo país, este Brasil dos nossos tempos, livre e soberano, hospitaleiro e acolhedor. Ao vos impor, portanto, este galardão, presidente Karl Carstens, faço-vos prazerosamente pernambucano honorário (**DP**, 05/04/1982, p. A5)

Como se pode observar na gradação do discurso quase poético de Maciel, na condecoração de Herrera Campins, a comenda da Ordem poderia tornar uma pessoa “participante” da pernambucanidade. Em ambos os discursos, são reproduzidas as operações

de seleção e de exclusão da memória, o enquadramento dado às batalhas dos Guararapes como berço da nacionalidade e símbolo da pernambucanidade. Como estava autorizado pelo art. 60, do Regulamento da Ordem, regido pelo Decreto 6.380 de 09/04/1980 que ele mesmo baixou, Maciel passou realizar as entregas das comendas em 19 de abril, em cerimônia pública, nos Montes Guararapes. A cerimônia de entrega no ano 1981 também foi registrada pelo **DP**. Entre os agraciados desse dia, estava o sanfoneiro Luiz Gonzaga que, “na ocasião em que recebia do governador a sua condecoração, ouviu ser executada sua música Asa Branca, o que lhe arrancou lágrimas, assim como aplausos de todos presentes”. Reproduzo abaixo uma fotografia, claramente repleta de intencionalidades do editorial, publicada no **DP** em 20 de abril de 1981, referente ao dia anterior.

Figura 30

Fotografia da comemoração de aniversário da 1ª Batalha dos Guararapes e Condecoração da Ordem do Mérito Guararapes, no Monte Guararapes.



Fonte: **DP**, 20/04/1981, p. A8.

O enquadre fotográfico parece ter tido a intenção de acionar dadas representações que remetem ao hino do Estado de Pernambuco, colocando em primeiro plano o que seria uma

espécie de “bravo guerreiro”, com vestimentas não tão antigas mas que podem remeter aos guerreiros romanos, que por não estarem em Roma, só poderiam estar então numa “Nova Roma”. O “guerreiro” não descansa os braços e parece não se render ao cansaço, mas estar sempre de vigia, como uma “sentinela indormida e sagrada”, disposta a “defender da Pátria os lauréis”, pronto para a batalha como um “herói”, disposto a deixar seu “sangue correr” pelo que defende. Em segundo plano, na missa que integra a cerimônia, os “representantes” da sociedade pernambucana, numa tranquilidade como a de um “povo que ativo descansa como atleta depois de lutar”, numa harmonia como se estivesse “coberto de glória”, enquadrada estrategicamente entre braços do “guerreiro”, como que sendo por ele protegido. Tudo numa paisagem que, pelo enfoque, parece ideal, cercada pelos “altos coqueiros”, cuja soberba e beleza de sua magnitude parecem fazer daquele lugar, um lugar “imortal”.

Marco Maciel era oriundo de uma família de políticos. Ele próprio iniciou a carreira política muito jovem, tendo sido deputado (1967-1971, 1971-1975 e 1975-1979) e Presidente da Câmara dos Deputados (1977-1979) antes de se tornar governador. Foi líder do governo Nilo Coelho (1967-1971) na Câmara. Indicado pelo presidente Ernesto Geisel e pelo futuro presidente Figueiredo para assumir o governo pernambucano, Maciel foi eleito pela Assembléia Legislativa em setembro de 1978 e tomou posse em março do ano seguinte, após concluir seu mandato na Câmara dos Deputados. Com a extinção do bipartidarismo em novembro seguinte e a consequente reformulação partidária, participou da organização do Partido Democrático Social – PDS, agremiação que substituiu a ARENA na sustentação ao regime militar. Entre as principais iniciativas de seu governo em Pernambuco, destacou-se o projeto Asa Branca, que visava ao desenvolvimento econômico da região semiárida do Estado por meio de perenização de rios, construção de estradas vicinais e eletrificação rural. Executou também o projeto Viver, programa de apoio às populações da zona canavieira financiado pela SUDENE e pelo Banco Nacional da Habitação – BNH, destinado a minimizar as tensões sociais naquela área com a construção de casas e estradas vicinais.

Durante o seu governo, precisamente em 1979, um pernambucano assumiu a presidência do IPHAN e se tornou secretário de Cultura do MEC, direcionando a atenção do governo federal para Pernambuco: Aloísio Magalhães. Aloísio foi um dos principais responsáveis pelo processo que levou Olinda a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Todo este processo, de que tratarei um pouco mais a frente, aconteceu durante a gestão de Maciel. Maciel, que tinha como vice Roberto Magalhães (que por sua vez seria o próximo governador), não chegou a concluir o mandato. Em abril de 1982

deixou o governo para se candidatar a uma vaga no Senado e foi substituído na chefia do Executivo estadual pelo presidente da Assembléia Legislativa, José Muniz Ramos. Maciel se tornaria mais tarde Ministro de Estado da Educação e Cultura (1985-1986), Ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República (1986-1987) e em 1994 foi eleito vice-presidente da República. Em 1992, viria a tornar-se acadêmico da APL, ocupando a cadeira de nº 22; em 1995, sócio do IAHP; e em 2004, acadêmico da ABL, ocupando a cadeira de nº 39.

Além do tratamento que conferia à Ordem do Mérito dos Guararapes, as medidas mais importantes do governo Maciel, nos campo político e cultural, foram a criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes o Sistema Estadual de Tombamento. Como de costume dos governadores, ao assumir o cargo de governador, Maciel apresentou um projeto de reforma da estrutura administrativa do Executivo Estadual. A lei nº 7832 de 06 de abril de 1979 (DOE, 07/04/1979, p. 2-5) criou, entre outras coisas, a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Tal Secretaria conseguiu, de maneira mais orquestrada e eficaz, unir turismo e cultura que, apesar de sempre caminhado de mãos dadas, ocuparam secretarias diferentes ao longo da ditadura em Pernambuco, o que gerava muitas vezes certa confusão acerca das reais incumbências de cada área. A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes tinha por função executar a política do governo relacionada com a organização, controle e desenvolvimento dos serviços turísticos, culturais e esportivos, incluindo a preservação e o aproveitamento do patrimônio artístico e paisagístico, a identificação e promoção das oportunidades de investimento, a expansão das atividades de lazer.

Em 02 maio de 1979, Maciel baixou o Decreto nº 5756, que aprovava o Regulamento da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. No capítulo III, que trata da estrutura organizacional da Secretaria, Maciel definiu o Arquivo Público Estadual, o Museu do Estado e Museu de Arte Contemporânea como unidades de atividades-fim de administração direta e a EMPETUR, o CECON e a FUNDARPE como unidades de atividades-fim de administração indireta do Governo do Estado. E como competência do Secretário constava formular, com o CONTUR, CEC-PE e Conselho Regional de Desportos, a política de ação dos Sistemas Estaduais de Turismo, Cultura e Esportes. O Secretário deveria ainda, pelo Regulamento, assegurar a integração dos objetivos, metas e diretrizes formuladas pelo CONTUR, pelo CEC-PE e Conselho Regional de Desportos e respeitar as normas e a execução de planos, programas e projetos pelas entidades prestadoras de serviços turísticos, culturais e esportivos e componentes dos Sistemas Estaduais de Turismo, Cultura e Esportes. Como Secretário, Maciel nomeou Francisco Austerliano Bandeira de Melo.

Recordo que o CEC-PE e a FUNDARPE estão devidamente ocupados por integrantes do IAHGP e APL nos seus postos mais estratégicos desde a criação, e em menor escala, o CONTUR e a EMPETUR e todos vinculados agora a uma mesa Secretaria. Esse “encontro” se aprofundará ainda mais a partir da criação, meses depois, do Sistema Estadual de Tombamento. Num contexto nacional de aprofundamento do debate sobre cultura, patrimônio e indústrias culturais, promovido entre diversos segmentos ao longo do regime civil-militar, em 18 de setembro de 1979, Marco Maciel sancionaria a Lei nº 7.990, que instituiria o tombamento de bens pelo governo do Estado. Essa lei conferia a prerrogativa de realizar o tombamento total ou parcial de bens móveis ou imóveis, públicos ou particulares, existentes em seu território e que, por seu valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico, bibliográfico, folclórico ou paisagístico, devessem ficar sob a proteção do poder público, segundo os Artigos 180, parágrafo único, da Constituição da República vigente na ocasião e 144 da Constituição do Estado, ambas de 1967. O artigo 2º, nos seus incisos 1º e 2º, deixam claras as atribuições do CEC-PE e da FUNDARPE neste processo:

Art. 2º - Efetua-se o tombamento, de ofício ou mediante proposta, por resolução do Conselho Estadual de Cultura, pela maioria absoluta dos seus membros, discriminando as características do bem, ou de parte ou partes deste, objeto do tombamento.

§ 1º - A resolução do Conselho, depois de homologada pelo Governador do Estado, será publicada no Diário Oficial e só então inscrita no livro próprio, mantido pelo Conselho para esse fim.

§ 2º - As propostas de tombamento, que podem ser feitas por qualquer pessoa, devem ser encaminhadas, por escrito, ao Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, para que este, deferindo-as, inicie o processo de tombamento, encaminhando-as, para exame técnico, à Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE.

Embora as propostas de tombamento pudessem ser dirigidas por qualquer pessoa ao Secretário, que poderia deferir o pedido, era necessário que passasse pelo exame técnico da FUNDARPE. O tombamento, porém, de ofício ou mediante proposta, era efetuado pelo CEC-PE. Eram liminarmente indeferidas, pelo Secretário, as propostas que não estivessem devidamente justificadas ou que tivessem por objeto bens insuscetíveis de tombamento, nos termos da legislação federal. Se a iniciativa do tombamento não partisse do próprio dono do bem objeto da proposta, a FUNDARPE deveria notificá-lo para que, no prazo de trinta dias, ele pudesse anuir à medida ou impugná-la. A lei previa que a abertura do processo de tombamento, por despacho do Secretário, deferindo a proposta, por decisão preliminar do

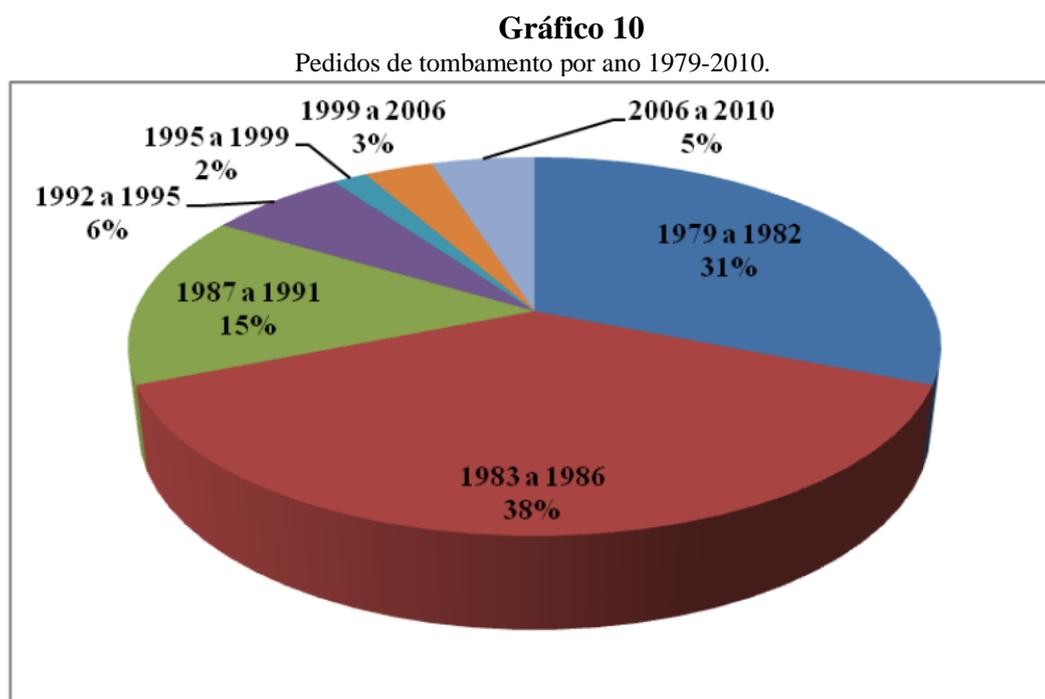
CEC-PE, agindo de ofício, assegurava ao bem em exame, até a resolução final, o mesmo regime de preservação dos bens tombados. O tombamento de cidades, vilas e povoados, para lhes conferir caráter de monumentos, dependia de autorização expressa de lei estadual, de iniciativa do Governador do Estado, mediante proposta do CEC-PE.

A Lei previa ainda que se consideravam tombados pelo Estado, sendo automaticamente levados a registro, todos os bens que, situados no seu território, fossem tombados pela União. As restrições à livre disposição, uso e gozo dos bens tombados, bem como as sanções ao seu desrespeito, eram as estabelecidas na legislação federal, cabendo à FUNDARPE providenciar a sua aplicação, em cada caso. O destombamento de bens, mediante cancelamento do respectivo registro, dependia, em qualquer caso, de resolução do CEC-PE, tomada por maioria de dois terços dos conselheiros e homologada pelo Governador do Estado. Podiam propor o destombamento previsto neste artigo: os membros do CEC-PE e as pessoas jurídicas de direito público, a qualquer tempo, e o proprietário do bem tombado, na hipótese do Art. 19 do Decreto-Lei federal nº 25 de 30 de novembro de 1937, se o Estado não adotasse as providências ali determinadas.

O CEC-PE passou a manter, para registro, os seguintes Livros de Tombo: a) Livro de Tombo dos Bens Móveis de valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico ou folclórico; b) Livro de Tombo de edifícios e monumentos isolados; c) Livro de Tombo dos conjuntos urbanos e sítios históricos; d) Livro de Tombo de Monumentos, Sítios e paisagens naturais; e, e) Livro de Tombo de cidades, vilas e povoados. Competia ainda ao CEC-PE, além das atribuições que foram conferidas pela Lei nº 6003 de 27 de setembro de 1967: a) tomar os bens de valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico, bibliográfico, folclórico ou paisagístico existentes no Estado de Pernambuco, e destombá-los quando fosse o caso; b) Comunicar as resoluções sobre tombamento ao oficial de registro de imóveis, para as transcrições e averbações previstas no Decreto-Lei federal 25, de 30 de novembro de 1937, bem como ao IPHAN; c) Adotar as medidas administrativas previstas na legislação federal para que se produzissem os efeitos de tombamento; d) Deliberar quanto à adequação do uso proposto para o bem tombado, ouvida a FUNDARPE; e) Decidir, ouvida a FUNDARPE, sobre os projetos de obras de conservação de bens tombados; f) Supervisionar a fiscalização da preservação dos bens tombados; g) Propor ao Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, bem como às entidades interessadas, medidas para preservação do patrimônio histórico e artístico pernambucano; e, h) Divulgar, em publicação oficial, anualmente atualizada, a relação dos bens tombados pelo Estado.

Cabia à FUNDARPE: a) dar parecer técnico sobre as propostas de tombamento de bens e seu eventual cancelamento; b) Fiscalizar a observância do uso aprovado pelo Conselho para o bem tombado; c) Opinar sobre os projetos de conservação, reparação e restauração de bens tombados; d) Verificar, periodicamente, o estado dos bens tombados e fiscalizar as obras e serviços de conservação dos mesmos; e) Atender às solicitações do Conselho Estadual de Cultura e opinar sobre matéria que este lhe encaminhar; e, f) Exercer, em relação aos bens tombados pelo Estado, os poderes que a lei federal atribui ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional quanto aos bens tomados pela União.

No trabalho de Santos (2015), encontra-se um levantamento de todos os pedidos de tombamento do período de 1979, quando foi criado o Sistema Estadual de Tombamento, a 2010. No gráfico criado por ele, é possível identificar que 69% dos pedidos de tombamento de todo o período recortado em sua pesquisa ocorreu entre 1979 e 1986. Esse intervalo corresponde ao auge do uso da expressão pernambucanidade nos editoriais do **DOE** e **DP**, como visto no segundo capítulo. Embora Santos atribua a diminuição dos pedidos de tombamento após este período ao aumento do processo de burocratização – o que também não descarto, especialmente após ler seu trabalho –, é evidente que isso por si só não explica tudo. Havia neste período uma profunda efervescência em torno da pernambucanidade, atrelando-a ao patrimônio material e imaterial, bem como ao turismo e as indústrias culturais, o que impulsionou tantos pedidos de tombamentos. Abaixo, reproduzo o gráfico:



Fonte: SANTOS, 2015.p.179.

Após Maciel se afastar do cargo de governador para se candidatar a uma vaga no senado, o presidente da ALEPE, José Muniz Ramos, assumiu o governo, dando continuidade aos programas e projetos de seu antecessor e concluindo o mandato. Ramos passou cerca um ano no exercício do cargo e em seu discurso de posse também reproduziu os mesmos repertórios correntes no contexto da época sobre a pernambucanidade, dizendo “Entendo a missão de governar Pernambuco como um sacerdócio. Vejo o exemplo de civismo e pernambucanidade que o governador Marco Maciel nos deixa”. Disse ainda que o cargo exigia a compreensão de uma série de coisas, entre as quais “a alma pernambucana como semente e como fruto. Semente de brasilidade lançada nos Montes Guararapes, pelos nossos antepassados. Fruto da pernambucanidade, presente em cada manifestação do nosso povo” (DOE, 21 de maio de 1982, p.3.)

3.4. A gestão Roberto Magalhães, a publicação da obra “Pernambucanidade”, de Nilo Pereira, e a transformação de Olinda em Patrimônio Cultural da Humanidade.

Roberto Magalhães foi o primeiro governador de Pernambuco vitorioso por eleições diretas em 1982, como desdobramento das eleições gerais diretas para governador que ocorreram em todo o país no período, decorrente do lento e gradual processo de abertura. Essas eleições foram marcadas por grandes agitações políticas, expressas de diversas maneiras, por vários segmentos e movimentos, como o movimento das brigadas muralistas e das pichações, como destaca o trabalho de Thiago Nunes Soares (2018), acerca das pichações na ditadura civil-militar.

Magalhães fora vice-governador de Marco Maciel, o que lhe possibilitou conseguir apoio para se tornar governador. Desempenhou papel fundamental no processo de cooptação de intelectuais do IAHP e APL para o CEC-PE, dado que foi durante o período em que fora Secretário Estadual de Educação e Cultura no governo Nilo Coelho (1967-1971) que se criou e se montou toda a estrutura do CEC-PE. Roberto Magalhães era sobrinho de Agamenon Magalhães, que fora interventor de Pernambuco durante o Estado Novo; irmão de Geraldo Magalhães, que fora prefeito do Recife entre 1969 e 1971; e irmão de Luís Magalhães Melo, que também fora deputado e era acadêmico da cadeira de nº3 da APL, desde 1961. Além do

contato com a APL através de seu irmão, Magalhães era sócio benfeitor do IAHGP desde 1973, mantendo com intelectuais destas instituições uma estreita relação.

Magalhães foi também Consultor-geral do estado (1971) e membro da comissão de legislação e normas do Conselho Estadual de Educação (1971-1972), antes de se eleger vice-governador, por vias indiretas, pela ARENA, na chapa encabeçada por Maciel, e se tornar governador, em 1983. Com a extinção do bipartidarismo e a consequente reformulação partidária, filiou-se também, como Maciel, ao PDS. E em maio de 1982 lançou-se candidato a governador por esse partido, expondo um programa administrativo voltado para a viabilização econômica da região semiárida pernambucana. Vitorioso contra o candidato do MDB, tendo se beneficiado do velho clientelismo eleitoral no interior e de uma hábil campanha difamatória contra Marcos Freire, Magalhães formou uma equipe de governo com representantes de todas as correntes do partido que o haviam apoiado, lideradas pelos então senadores Marco Maciel e Nilo Coelho e pelo vice-governador Gustavo Krause (SKIDMORE, Op. Cit., 2004, p. 457).

Um ano depois, quando já era considerado o governador mais impopular e um dos mais conservadores do partido, segundo pesquisas do Instituto Gallup, lançou o projeto Mandacaru, que previa o repasse direto de recursos às prefeituras para aplicação em pequenas obras de interesse local imediato. Assim como Maciel, Magalhães tampouco chegou a concluir o mandato, tendo se afastado em 1986 para disputar uma vaga no senado, deixando vago o cargo para o seu vice, Gustavo Krause. No mesmo ano, Magalhães publicou uma coletânea de seus discursos num pequeno livro intitulado “Afirmação de Pernambucanidade”, incluindo aí o seu discurso de posse, em que também aciona várias representações da pernambucanidade, como em outros. Sua posse se deu também na ALEPE, em março de 1983. Extraí alguns extratos de seu discurso nessa ocasião e os replico abaixo:

É significativo que esta solenidade se realize na casa que tem como o patrono a **figura síntese da pernambucanidade** que é Joaquim Nabuco, o grande artífice da igualdade civil entre os brasileiros, fonte permanente de inspiração para quantas exercem a atividade política...

Estou certo de que, inspirados na vocação de realizar, cumprirão mais uma etapa, na magnífica tarefa de afirmar os **valores mais altos da pernambucanidade...**

Espero que o **sentimento de pernambucanidade** se constitua na fonte permanente de inspiração de minhas decisões... (ANAIS da ALEPE, 15/03/1983)

Para destacar a importância da Casa de Joaquim Nabuco – a ALEPE – perante os deputados, fazendo menção àquele que lhe deu o nome, a “figura síntese”, que seria Joaquim Nabuco, Magalhães opera um anacronismo, projetando para um período passado a simbologia ligada a uma expressão que não existia na época. Também busca promover uma espécie de interpelação popular, pertinente no processo de abertura política, mas o faz pressupondo nos pernambucanos, como forma de forjar a legitimidade do seu projeto, os “valores mais altos da pernambucanidade”. Embora se refira com frequência ao passado, Magalhães deixa claro que o sentimento de pernambucanidade deve guiar o futuro, inspirando as suas decisões como governador do Estado. Mal assumira o cargo, teve que participar da cerimônia oficial da outorga do título de Patrimônio Cultural da Humanidade a Olinda pela UNESCO, em março de 1983, colocando em prática “o sentimento de pernambucanidade”.

Para muitos intelectuais e políticos, Olinda era o próprio berço da pernambucanidade. É possível encontrar essa associação em vários discursos de políticos na ALEPE. Gostaria de destacar um, o do deputado Alcir Teixeira, em 1980, em que o mesmo fazia uma crítica ao prefeito dessa cidade, Germano Coelho (1977-1983):

Olinda, de tantas tradições! Olinda, que merece um lugar na História do Brasil, **porque é o berço da pernambucanidade**, não pode ficar á mercê de eventuais caprichos políticos que ficaram praticamente, em “banhomaria”, durante 2 anos, e que somente agora, vem de ser tomada uma atitude (ANAIS/ALEPE, 10/03/1980, 212).

O título conferido à cidade de Olinda pela UNESCO deu visibilidade nacional e mundial ao Estado de Pernambuco. Foi produto, entre outros itens, desse momento em que vários políticos e intelectuais pernambucanos gozavam de grande prestígio no cenário nacional, alguns dos quais ocupando cargos estratégicos e destaque no governo federal. É o caso, como dito, do pernambucano Aloísio Magalhães, presidente do IPHAN desde 1979 e Secretário de Cultura do MEC. Aloísio foi responsável por encaminhar ao Secretariado da UNESCO, em dezembro de 1981, um amplo e detalhado dossiê sobre a cidade de Olinda, pleiteando sua inclusão na lista dos monumentos considerados Patrimônios Culturais da Humanidade, a exemplo do que ocorrera com Ouro Preto, em 1980. O título conferido em reunião plenária por 21 países integrantes do Comitê da UNESCO, reunido em Paris, em 14 de dezembro de 1982, veio acompanhado de menção honrosa do “alto valor qualitativo do projeto apresentado”. Entretanto, além destas questões, o que tinha Olinda de diferente que era tão falado neste período? É com o que pretendo me ocupar um pouco doravante.

Olinda foi fundada em 1537 por Duarte Coelho Pereira, primeiro Donatário da Capitania de Pernambuco. O nome da vila, de acordo com uma das tradições, surgiu de uma expressão de encantamento perante a paisagem avistada do alto das colinas: “Ó linda!”. Os portugueses elegeram o local para sediar o governo, seguindo a tradição mediterrânea das cidades em locais altos, como forma de defendê-la militarmente. Alguns quilômetros ao sul, na atual cidade do Recife, localizou-se o porto. Tornando-se desde os últimos anos do quinhentos um dos núcleos de maior relevo do ciclo da cana de açúcar, Olinda se desenvolveu rapidamente, beneficiada pela alta cotação do produto no mercado internacional dos séculos XVI e XVII. Em 1612, por exemplo, centralizava a produção dos noventa e nove engenhos de açúcar de Pernambuco, quando a Bahia, sede do Governo Geral da Colônia, só contava com cinquenta. Ainda no século inicial, ali se estabeleceram ordens religiosas que levantaram as primeiras igrejas e conventos. E, desde então, as árvores, notadamente os coqueiros, entremeando as construções, passaram a dar marca à paisagem.

O açúcar que enriqueceu Olinda foi a causa também de conflitos. Em disputa do monopólio do produto, em 1630, a Companhia das Índias Ocidentais invadiu a vila e a ocupou. E um ano depois, considerando-a como sendo de localização inadequada – não só por facilitar a reação portuguesa como por sua distância do porto –, os holandeses a abandonaram e incendiaram, mudando-se para o Recife. De suas ruínas, ficaram testemunhos como as telas de Frans Post (1612-1680), um dos primeiros artistas que registraram a paisagem tropical do Brasil. Restaurando o domínio português em 1654, Olinda e Recife passam a disputar a hegemonia política da Capitania. Os produtores de açúcar e as ordens religiosas empenham-se em fazer retornar a admiração para a antiga sede, em oposição aos grupos interessados no comércio marítimo que favorecia Recife. Em 1637, venceram os primeiros e Olinda volta a sediar o Governo de Pernambuco.

Nos cem anos seguintes, embora lenta, a reconstrução se fazia. Em 1676, Olinda passou a ser cabeça do Bispado de Pernambuco, sendo elevada à categoria de cidade. Surgem novas igrejas e as primitivas, quase todas afetadas pelo incêndio de 1631, são restauradas. Um historiador de 1757 registrou uma população de 3.772 habitantes, distribuídos por cerca de mil casas.

A concorrência com o Recife, já então, lhe era desfavorável. Contudo, mesmo perdendo a importância econômica do período do apogeu, Olinda resistiu como centro cultural de relevo na evolução do país – pela inquietação política das elites que abriga em seus conventos e em suas casas senhoriais, por suas bibliotecas e, particularmente na primeira metade do

século XIX, por ter se tornado polo educacional de grande influência na preparação das camadas dirigentes do país. Em 1800, instalou-se, no antigo Colégio dos Jesuítas, o Seminário de Olinda, uma escola avançada para os padrões daquela época, de onde saíram quadros com decisiva participação em movimentos revolucionários de cunho republicano (1817, 1821, 1824). E em 1827, a cidade ganha uma escola de Direito, a primeira do país, também de projeção nacional. Mas é igualmente na primeira metade do século XIX que a gradativa perda do poder político e econômico para a cidade do Recife finalmente se consuma. Em 1827, Olinda deixa de ser a capital da província. E em 1854, abandonado o plano de se transformar a cidade em centro universitário, sendo que também a sua prestigiada Escola de Direito, é transferida para o Recife.

Segue-se um longo período de estagnação econômica, só quebrado em meados do século XX, quando as crescentes facilidades de comunicação com o Recife revalorizam a vocação residencial de Olinda e redimensionam, com o turismo, a recente tendência em torná-la cidade de veraneio e de lazer. Situada a apenas sete quilômetros do Recife, o centro histórico de Olinda conservava, com relativa fidelidade, a trama urbana, a paisagem e o sítio da Vila fundada ainda na primeira metade do século XVI, quando os portugueses iniciaram a ocupação da terra. O traçado urbano era informal, típico dos povoados portugueses de origem medieval, e tinha seu encanto intensificado pela paisagem e localização. Olinda assentava-se sobre uma série de colinas que se interligavam, à beira-mar, nas proximidades do istmo formado pelo rio Beberibe. Nestas elevações, a cavaleiro do oceano, todo o conjunto edificado se mostrava envolvido pela exuberante vegetação tropical. Plantadas nos logradouros, nos jardins e nos quintais, árvores frutíferas como coqueiros, mangueiras, jaqueiras, sapotizeiros, entre outras, davam ao sítio valor dominante de núcleo urbano imerso em massa verde, sob a luz tropical, tendo ao pé a praia e o oceano. Aí estava, nesta ambiência paisagística, arquitetônica e urbana, que a identificava ao longo de sua história, o caráter próprio e diferenciado de Olinda.

As ruas acompanhavam as cristas, as curvas de nível, ou subiam pelas encostas, por vezes pelas linhas de maior aclave. Formaram-se e permanecem até os dias atuais, sinuosas, interligando as igrejas, os conventos, e as principais edificações. Ora se definem a partir das frontarias das casas, que se estendem continuamente, ora são delimitadas pelos extensos muros que cercam quintais e jardins, apresentando-se irregulares no traçado, em suas larguras e em seus cruzamentos. Junto ao casario, singelo em sua maioria, mas conectado ao conjunto, erguem-se, construídos a partir do século XVI pelas missões religiosas que ali se fixaram,

edifícios notáveis, seja pelo seu valor arquitetônico, seja pela qualidade de seus elementos decorativos, como talhas de altares, pinturas, painéis de azulejos, cadeirados. Destacam-se: a Sé, de três naves, grande igreja quinhentista cuja excepcionalidade se acentuou depois que as duas coetâneas comparáveis, situadas no Rio de Janeiro e em Salvador, foram demolidas no princípio do século.

No centro histórico da cidade, as igrejas são os monumentos que mais se destacam. A Igreja de Nossa Senhora do Monte, a mais antiga de todas elas, foi construída em 1537 e nela funcionou o Convento dos Beneditinos a partir de 1596. Naquele mesmo ano foi edificada a Igreja da Sé, sede da primeira paróquia do Nordeste, que se tornaria a Catedral da Arquidiocese de Olinda. Do século XVII, estavam de pé o Mosteiro de São Bento, o Sobrado Mourisco, a Igreja e Convento de Santa Tereza, o Palácio dos Governadores, a Matriz de São Pedro Mártir, o Convento e Igreja de São Francisco, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, a Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, o Fortim do Queijo, o Mercado da Ribeira e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Além desses monumentos, calculava-se que o núcleo histórico possuísse mais de 200 construções, entre casas, museus, bicas, capelas e ruínas históricas. Destacava-se também a Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, que foi fundada em 1540. Tinha na entrada as armas e o brasão do rei. Sua importância não era só arquitetônica. Lá funcionou o terceiro hospital do Brasil e ainda o primeiro dispensário de doentes mentais do Estado, extinto em 1883.

A Igreja de Nossa Senhora das Neves era outra que se destacava. Pertencente ao primeiro convento franciscano do Brasil, tinha o altar-mor em puro estilo colonial. Anexa, havia a Capela privada da Ordem Terceira, dedicada a Sant'Anna. O forro da Igreja foi pintado à mão, apresentando vários painéis. A torre data do século XVII. A igreja de Nossa Senhora do Carmo também se destacava por ter abrigado as primeiras Carmelitas Descalças do Brasil. Uma de suas mais belas peças é a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, talhada em madeira em 1722 por artista desconhecido. A Igreja de São Bento, edificada em 1582, por sua vez, foi sede da primeira escola de veterinária e agronomia de Pernambuco e dos primeiros cursos jurídicos do Brasil, que funcionaram até 1827. A Igreja de Guadalupe também se sobressaía. Era o único monumento da América Latina edificado em memória dessa Santa. Foi construída pelo Barão de Guadalupe e seus escravos em 1626, em virtude de o Barão do Amparo não permitir na época a presença da família e dos escravos do Barão de Guadalupe nos edifícios religiosos da Igreja do Amparo.

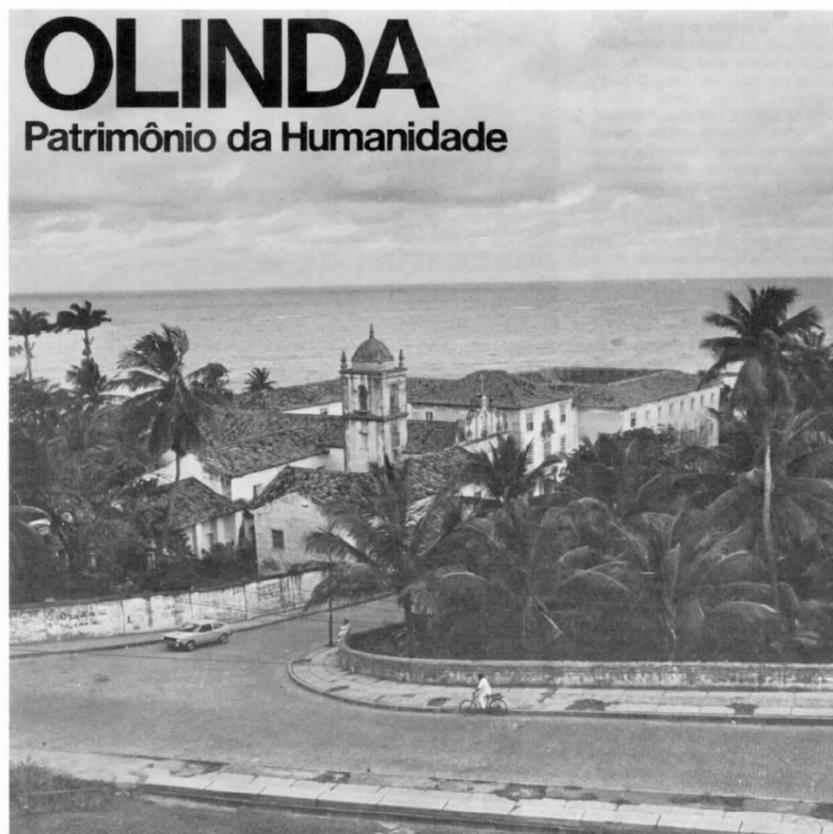
A arquitetura civil, residencial, da cidade combinava elementos mais antigos, do século XVII, com seus balcões de treliça, a outros, do século XVIII e do XIX, com revestimentos de azulejos, e já de entrada do século XX, com o tratamento romântico, chalés ou neoclássicos. Tornaram-se marcantes em Olinda as características de sua arquitetura popular: manifestação de cultura herdada de Portugal e adaptadas as condições brasileiras, adquiriram caráter próprio e continuidade no tempo. As alterações de formas e usos, que testemunham o processo evolutivo do conjunto, se fizeram sem o sacrifício da implantação urbana primitiva e da relação de integração paisagística. É o que diferencia e reforça o sabor local no refazer a arquitetura original. Olinda destacou-se como polo urbano e econômico do ciclo da cana de açúcar, nos séculos XVI e XVII, estendendo-se até o XVIII. Situada sobre montes, à beira-mar, mostra tanto o casario disperso quanto os conjuntos conventuais que demarcam o Centro Histórico, envolvidos por densa vegetação

Figura 31

Fotografia da capa do Boletim SPHAN/Pró-memória sobre a conquista do título de Patrimônio da Humanidade por Olinda

Novembro/Dezembro 1982
 Editado pela Fundação Nacional próMemória
 Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 Secretaria da Cultura
 Ministério da Educação e Cultura
 Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - CxP. 04-0150
 70.710 - Brasília - DF

SPHAN 21
 próMemória



Fonte: Sphan/Pró-memória, nº 21, nov./dez., 1982, p.2.

O novo título de Olinda foi amplamente divulgado na imprensa, além de extensamente explorado na Revista pró-Memória da SPHAN, nas edições de novembro/dezembro de 1982 e março/abril de 1983, com inúmeras fotografias dos monumentos presentes em seu sítio histórico. Olinda recebeu inicialmente o nome de Nova Lusitânia por ser a matriz da civilização ocidental e cristã da América Portuguesa. A cidade – que possui o primeiro convento franciscano edificado no Brasil, em 1577 – logo se tornou um centro intelectual com a criação do Colégio dos Jesuítas, onde os religiosos davam cursos superiores. Incendiada em 1631 pelos holandeses, Olinda perdeu a maior parte do seu acervo arquitetônico. Mesmo assim, restaram-lhe cerca de 10km² de sítio histórico, que foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesse núcleo, agora monumento mundial, destacam-se as Igrejas da Sé, de Nossa Senhora do Monte e de Nossa Senhora da Graça, todas construídas antes de 1540. Ainda do século XVI, foram erigidas as Igrejas de São João Batista dos Militares e do Carmo em Olinda.

Segundo o Censo Demográfico de 1980, citado no editorial da Revista, 282 mil pessoas viviam em Olinda e a maioria era de baixa renda. Eram operários de indústrias do Recife, pescadores, artesãos, pequenos comerciantes e indivíduos que tinham no turismo cultural uma fonte de suplementação da renda familiar. Era também o segundo município brasileiro de maior densidade demográfica, possuindo 12 mil habitantes por km². A cidade também vinha sofrendo os padecimentos inerentes aos grandes centros, o que acabava por causar problemas à preservação de todo o seu acervo arquitetônico de valor histórico-artístico-cultural. Esse processo de urbanização acelerada teve início a partir da década de 50, quando o Recife passou a exercer forte pressão demográfica sobre as cidades vizinhas, inclusive sobre a própria Olinda. Até então, a vida na cidade era caracterizada por um crescimento lento, através de uma ocupação progressiva, principalmente da faixa litorânea e, de uma forma geral, das áreas baixas. E os eventuais riscos de descaracterização do Centro Histórico eram suficientemente neutralizados pelos inúmeros tombamentos de monumentos isolados, que tiveram início ainda na década de 30, quando surgiu, em nível federal, o organismo voltado especificamente para a proteção dos bens culturais do país, a atual SPHAN.

A crescente demanda imobiliária e a tendência a conurbação do Recife e Olinda, contudo, levaram a medidas de efeitos mais amplos que protegessem não apenas o acervo arquitetônico do núcleo histórico, mas também a paisagem e a estrutura urbana. Deste modo, em 1962, a SPHAN, efetivou o tombamento de todo o Centro Histórico e da faixa litorânea fronteira. Por se tratar de núcleo urbano, o tombamento mereceu a inclusão, em anexo, de

algumas indicações básicas relacionadas ao uso do solo. Tais indicações foram melhor definidas em 1973, e mesmo distinguidas com cláusulas menos ou mais restritas, conforme a situação e as características de cada setor ou subsetor, pelo Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI. Elaborado pela Prefeitura Municipal de Olinda, com assistência da SPHAN, o PDLI define para o núcleo histórico e para as zonas vizinhas usos diferenciados, com o estabelecimento de densidades, de altura das edificações e de áreas de preservação rigorosa.

Incorporado ao ato de tombamento, o Plano Municipal especificava a faixa litorânea, entre as fraldas dos outeiros onde se localizava o Centro Histórico e o mar, a zona de maior liberdade para se construir, obedecidas certas restrições como o limite de altura em dois pavimentos, afim de garantir a relação visual Centro Histórico/oceano, e um tratamento dos frontispícios e das coberturas compatível com a ambiência. Em 1975, a malha de medidas preventivas foi ampliada com o tombamento de uma extensa área, em torno do núcleo histórico que se estende até a divisa com o Município do Recife. Para esta área, foram também definidos critérios de ocupação, desde zonas *non-aedificandi*, até trechos onde as novas edificações ficam limitadas a cotas máximas de altura. Sob a supervisão da SPHAN, o cumprimento de tais normas passou a ser fiscalizado, a nível local, por um órgão municipal criado para reforçar a defesa institucional do Centro Histórico: a Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. No desempenho de sua missão, contava com o assessoramento de órgão congênere estadual, a FUNDARPE, assim como, em nível federal, com o SPHAN, que nascida dois anos antes, com o objetivo de executar as grandes obras de restauração e os trabalhos de conservação de prédios tombados.

Foi este esforço conjunto que tornou possível manter a integridade urbana e paisagística do Centro Histórico. Quanto ao acervo arquitetônico, vinha recebendo, ao longo das últimas décadas, vários cuidados. A Igreja da Graça e a Sé, por exemplo, adulteradas em reformas realizadas no início do século, foram restauradas em suas feições primitivas; o Palácio dos Bispos, um imponente edifício que, originalmente, era a Casa de Câmara e Cadeia, também foi restaurado e passou a sediar o Museu de Arte Sacra de Olinda; e o velho Aljube, depois de servir, até década de 60, como cadeia pública, igualmente passou a alojar o Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco. Outras ações destinadas ao saneamento ambiental da cidade, seu sistema de transportes e sua infraestrutura urbana e social, vinham sendo executadas pelo órgão estadual voltado para toda a área periférica do Recife, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM. Finalmente, desde 1980 –

somando-se a medidas de caráter administrativo e jurídico de proteção anteriormente tomadas, que já esgotavam as competências governamentais no sentido de ser preservado o Centro Histórico – a cidade de Olinda, por lei aprovada pelo Congresso Nacional, se tornou Monumento Nacional. O título veio funcionar como chancela política, de garantia de sua preservação, de acordo com o que estava definido na Constituição do Brasil vigente até então, em seu artigo 80, que colocava sob a “proteção especial do poder público” federal, estadual e municipal “os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis”.

Na ocasião da concessão do título na reunião plenária do Comitê da UNESCO, já não era mais Aloísio Magalhães o Secretário de Cultura do MEC. Este veio a falecer em 1982 e em seu lugar, assumiu o acadêmico, ex-presidente da APL e ex-secretário de governo do Estado de Pernambuco, Marcos Vinícios Vilaça. Para Vilaça, o título conferido a Olinda representava “uma grande vitória do governo e do povo brasileiro, em geral, e do pernambucano, em particular”. No seu entender, os olindenses teriam um motivo a mais para lutar pela preservação da cidade. “O tombamento de um bem cultural brasileiro”, disse ele na ocasião “é de grande importância para nós junto à comunidade internacional e contribui significativamente para o esforço da fusão da cultura brasileira que está sendo feito pelo Ministério da Educação e Cultura”. Ressaltou também o aspecto moral, político e o prestígio mundial embutidos no título conferido pela UNESCO. “Os grandes especialistas da Unesco em restauração de talhas, tecidos, edificações e os técnicos internacionais se voltam para este bem cultural com maior interesse”, completou (Pró-Memória, SPHAN, nov./dez., 1982, p. 1-4).

Em 21 de março de 1983, em meio a uma grande festa carnavalesca, realizou-se uma solenidade no adro da Igreja da Sé, sendo que o Diretor Geral da UNESCO, Amadou Mathar M’Bow, e a Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, descerraram a placa alusiva ao título, gravada em português e francês com a inscrição “Olinda Patrimônio Cultural da Humanidade. Declaração do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco em sua sexta sessão, realizada em 14 de dezembro de 1982”. A cerimônia, assistida por mais de mil pessoas, foi encerrada com o repicar de sinos, show pirotécnico e apresentação de blocos de frevo e maracatu. Estiveram presentes o governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, o prefeito de Olinda, José Arnaldo do Amaral, o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Câmara, o Embaixador do Brasil na UNESCO, Sergio Frazão, e o novo Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça. Em seu discurso, o Diretor-Geral da UNESCO lamentou a ausência

do ex-secretário de Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, que “trabalhou tão arduamente para alcançar o reconhecimento do valor inestimável dos monumentos de Olinda”. Reproduzo, abaixo, algumas fotografias que tiveram destaque no Boletim Sphan/Pró-Memória.

Figura 32

Fotografia do Mosteiro de São Bento, sede dos primeiros cursos jurídicos do país.



Fonte: Foto de Fernando Bizerra, **Boletim Sphan/Pró-memória**, nº21, nov./dez., 1982, p.2.

Figura 33

Fotografia da Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, terceiro hospital do Brasil.



Fonte: Foto de Fernando Bizerra, **Boletim Sphan/Pró-memória**, nº 21, nov./dez., 1982, p.2.

Figura 34

Fotografia da Igreja de Nossa Senhora do Carmo.



Fonte: Foto de Fernando Bizerra, **Boletim Sphan/Pró-memória**, nº 21, nov./dez., 1982, p.2.

Na noite do mesmo dia 21, em solenidade no Palácio do Campo das Princesas, o governador Roberto Magalhães condecorou o Diretor-Geral da UNESCO e o Embaixador Sérgio Frazão com a Ordem do Mérito Guararapes. Na cerimônia de outorga da comenda, o secretário Vilaça, falando em nome de Pernambuco, disse: “A cidade que é hoje Patrimônio Cultural da Humanidade está sendo grata àqueles que deram tudo de si para que essa conquista fosse alcançada”. Falando sobre o título conferido a cidade, o Secretário ressaltou ainda:

[...] projetada no cenário mundial entre as cidades históricas de maior significação na cultura humana, Olinda bem merecia o galardão. Os atos fundadores do Brasil subiram pelas suas encostas, escalando-as por ato de vontade. Os atos mantenedores da identidade nacional continuam a ser anunciados de suas cumeadas, onde ganharam morda definitiva...

Sua lição é permanente harmonia entre a Arte e a tradição histórica, entre a paisagem talássica e avida urbana permeada de monumentos sagrados e profanos que lhe compõem o perfil...

A cidade morena de Olinda deve estar com a face bifronte neste momento, em ato de louvação a nos testemunhar; um olho no passado vendo seus amigos do Recife; um olho nos amigos mais novos e nem por isso menores,

vindos do outro lado do mar, das terras do Senegal (Boletim Sphan/Pró-memória, nov./dez., 1982.)

Um ano após Olinda haver se colocado no centro das atenções em nível nacional e internacional, alçando em evidência o Estado de Pernambuco e fomentando o “orgulho de ser pernambucano”, o cantor Reginaldo Rossi fez, seguindo a mesma linha de orgulho das coisas da terra, grande sucesso com uma música quase turística sobre o Recife. A canção “Recife, minha cidade”, foi lançada em 1984 e reproduz elementos tanto da cultura popular quanto daquela, presente no meio político, no que tange aos referenciais identificadores do Estado de Pernambuco e, mais particularmente, do Recife. Reproduzo abaixo a sua letra, destacando em negrito os elementos que se referem a memória dos heróis das batalhas dos Guararapes.

Hei! Vem cá que eu quero te mostrar
 Hei! A minha cidade, o meu lugar
 Hei! Recife tem um coração
 Hei! Tem muito calor, muita emoção

O povo daqui gosta de cantar
 Tem religião, gosta de rezar
 Tem cristianismo, tem candomblé
 Tem muita cachaça e muita mulher

Tem Luiz Gonzaga, Rei do Baião
 Tem Alceu Valença, anunciação
 É em Olinda o carnaval
 É o melhor do mundo
 É sensacional

Recife tem encantos mil
 É... É um pedacinho do Brasil
 É um paraíso tropical
 Tem... Tem um acervo cultural

Ela é a Veneza desse Brasil
 É intercortada por muitos rios
 A capital do meu Pernambuco
 Capitania que deu mais lucro

Ela é a cidade que viu surgir
Três grandes heróis da nossa nação
O negrão Henrique e o branco Negreiros
O índio Felipe e o Camarão

De Porto Alegre até Boa Vista
 De Porto Velho até Natal
 Em diagonal até Fortaleza
 O Brasil, eu sei, tem muita beleza
 Mas sou de Recife e devo cantar

A minha cidade, o meu lugar
 Você não entende se não quiser
 Tem muita cachaça e muita mulher
 (Reginaldo Rossi, Recife, minha cidade, 1984)³²

Como se pode observar, a composição é constituída de elementos que remetem basicamente ao processo de mostrar as atrações turísticas da cidade, cuidando de não deixar passar o episódio histórico considerado o mais importante para diversos segmentos da sociedade no Estado. Um pouco antes deste sucesso cair na boca das pessoas, porém, um outro fato repercutiu bastante na imprensa local: a publicação da tão esperada obra “Pernambucanidade” de Nilo Pereira. Em vários periódicos locais, como o **DP** e o **JC**, além de, claro, no próprio **DOE**, se noticiou a publicação da obra em 1983. Quando enfim a obra foi publicada, em 1983, em uma matéria do **JC** de 23/10/1983 intitulada “Um historiador privilegiado”, o colunista Aluizio Furtado de Mendonça expressou, o que entendia ser o significado da obra de Nilo Pereira:

Escolhido pelo ex-governador Marco Maciel para escrever a história cultural de Pernambuco, Mestre Nilo terminou por oferecer à literatura brasileira, em todos os tempos, um amplo, fecundo e extraordinário depoimento sobre as tendências e movimentações de todo um universo de ideias, sentimentos, impulsos e colocações da própria nacionalidade, que ele acompanhou, nos três volumes de sua obra “PERNAMBUCANIDADE”, passo a passo, desde os seus dias mais distantes.

De agora por diante, e com certeza, quaisquer estudos que visem um conhecimento mais profundo da história de Pernambuco, desde as suas nascentes, terá que dirigir-se, de quando em quando, à notável e recente obra de Nilo Pereira, enfeixada em três volumes, graficamente bonitos e perfeitos. (JC, 23/10/1983, p. 6)

Nessa mesma matéria, Mendonça procura ainda destacar os atributos de Nilo que tornariam sua obra relevante:

Escritor de tendências múltiplas, que se movimenta sem embaraços no exercício de vários gêneros literários, Nilo Pereira é, no entanto, por formação humanística e respaldo no próprio espírito, um historiador privilegiado...

Jornalista, ficcionista, poeta, na literatura, de um modo geral, Mestre Nilo Pereira conquistou um nome de admirável expressão na vida cultural do

³² Grifos meus.

Nordeste, onde a sua atuação de homem de pensamento atravessa comodamente fronteiras....

Cronista de notável sensibilidade, orador, ensaísta, conferencista, polemista equilibrado e suave, de linguagem suave e objetiva, Nilo Pereira, desde os primórdios de sua vida literária, marcou-se sempre pelo brilho, inteligência e oportunidade de sua atuação (JC, 23/10/1983, p. 6).

Apesar de não ser pernambucano, Nilo Pereira, natural de Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte, viveu praticamente toda a sua vida em Pernambuco e se considerava um homem “pernambucanizado” e “recifencizado” que tinha “transes de pernambucanismos”. Como se pode observar no texto de Mendonça, Nilo gozava de um imenso prestígio entre representantes de diversos segmentos da sociedade em Pernambuco e inspirava bastante confiança, o que explicava também o governador Marco Maciel lhe ter confiado a escrita de uma obra tão importante em 1981, que só veio ser publicada em 1983, já na gestão de Roberto Magalhães. Cumpre lembrar que Magalhães e Nilo estiveram muito próximo durante o período em que aquele fora Secretário de Educação e Cultura no governo Nilo Coelho (1967-1971), mas que também Nilo Pereira já estivera à frente do Departamento de Educação de Agamenon Magalhães (que era, por sua vez, tio de Roberto Magalhães) durante o Estado Novo e como ele foi reconduzido ininterruptamente ao cargo de conselheiro do CEC durante toda a ditadura, se aproximou novamente de Roberto Magalhães.

Ao deixar o governo para disputar uma vaga no senado, como foi dito, Magalhães deixou o governo do Estado nas mãos do vice Gustavo Krause. Krause deu continuidade aos programas e projetos traçados por Magalhães, concluindo o seu mandato. Parecia ter um estilo menos sério do que Magalhães, além de mais popular. Ao assumir o cargo, também na ALEPE, Krause fez um discurso de posse informal, quase populista, interrompido várias vezes por aplausos dos ouvintes, em que se refere à pernambucanidade de uma maneira particular. Refere-se às diversas faces da “pernambucanidade política”, conforme podemos ler num trecho do seu discurso abaixo:

Responsabilidade que assumo perante a tradição histórica de Pernambuco em pontificar na Federação brasileira, ontem e sempre, com os melhores valores políticos. Político/mártir. Político/herói. Político/ rebelde. Político/ revolucionário. **As muitas faces da pernambucanidade política**. Múltiplas no tempo. Síntese admirável do ser pernambucano. No sentir a história. No querer a liberdade. (ANAIS/ALEPE, 14/05/1986, p.290)³³

³³ Grifos meus.

A partir desse discurso de Krause e de todos elementos expostos e discutidos até aqui, poder-se-ia perguntar: afinal, o que significava efetivamente a pernambucanidade nas suas muitas faces políticas? O que significava a pernambucanidade nos diferentes sentidos em que era utilizada pelos intelectuais do IAHGP e APL e pelos políticos e, mais particularmente, pelos governadores? Quais as suas características? O que significava e como funcionava a memória das batalhas dos Guararapes teatralizadas nas comemorações e condecorações? No capítulo seguinte, discutirei como se constituiu numa cultura política. Que elementos permitem enquadrá-la neste conceito historiográfico e como essa ela funcionou? O que levou ao seu declínio? Qual a relação que ela mantinha com a cultura popular? Teria sido resultado da “retomada” de uma cultura pré-existente sob outras denominações, forjada no Estado Novo, como defendeu Bernardes, ou seria algo diferente fabricado no contexto da ditadura civil-militar? Quais as continuidades e quais as rupturas? Quais as permanências e quais as mudanças? Estas e outras questões reservei para no capítulo final.

4. “NÃO EXISTE CULTURA PERNAMBUCANA”: os sentidos da pernambucanidade e a sua dissolução enquanto cultura política (1979-1988)

Esta [a pernambucanidade] nunca terá sido, como então, uma cultura oficial, existindo tão-somente porque contava com o apoio, a proteção e o financiamento do Estado. Esta cultura, cada vez mais reclamando-se da pernambucanidade podia existir, expandir-se, multiplicar-se, independentemente de qualquer enraizamento vivo no ser social para quem produzia. Pouco importava, aliás, se havia ou não um público, pouco importava refletir sobre o próprio fazer cultural, sobre sua relação com a vida social.
(BERNARDES, 1988)

Na epígrafe acima, o historiador Denis Bernardes se refere à pernambucanidade, numa comunicação em 1988, já no passado, como se ela tivesse existido, mas não existisse mais. Nesse fragmento, também afirmou que a pernambucanidade foi uma cultura oficial que só existiu porque contou com o apoio do governo do Estado e que, nos moldes que ela defendia, como uma cultura “do” Estado e não “no” Estado, não existia. Será? É o que pretendo discutir aqui. Neste capítulo, cujo recorte cronológico vai de 1979 a 1988, discuto o processo de esgotamento político da pernambucanidade, destacando, porém, antes disso, os seus sentidos a partir dos seus produtores, tanto intelectuais, entre os quais Nilo Pereira e Gilberto Freyre, como políticos, sendo que ambos a configuraram como uma cultura política. Tratando especificamente dos processos que levaram à sua dissolução, aponto como para isso contribuiu um conjunto de fatores, alguns dos quais descontínuos – como a morte das suas principais lideranças como Luiz Delgado (1974), Mauro Mota (1982) e Gilberto Freyre (1987) – e outros contínuos, como o processo de redemocratização do país, que trouxe de volta à cena política a partir de 1979, com a Anistia, importantes políticos e intelectuais pernambucanos de esquerda ligados ao antigo MCP. Estes haviam sido perseguidos, presos e exilados, como o educador Paulo Freire e o ex-governador Miguel Arraes, entre outros. Desencadeou também um processo lento, discreto, quase invisível de apropriação, por outros grupos e segmentos, da expressão pernambucanidade para identificar elementos da cultura popular, como o frevo – e posteriormente, os maracatus, entre outros.

Para melhor estruturar a discussão deste capítulo, dividi o mesmo em quatro tópicos. Em 4.1, discuto aspectos do conceito de pernambucanidade em Gilberto Freyre, destacando como está imbricado com a política e com os políticos; em 4.2, procuro mostrar como a obra de Nilo Pereira, conselheiro do CEC, acadêmico da APL, se constitui num emblema da

própria pernambucanidade; em 4.3, discuto, a partir da operacionalização do conceito, os elementos que tornam a pernambucanidade uma cultura política; e por fim, em 4.4, trato do processo de desagregação da cultura política da pernambucanidade, resultante do processo de redemocratização, da morte de suas principais lideranças e da apropriação do conceito de pernambucanidade por alguns segmentos e grupos para designar a cultura popular, buscando recordar, sempre que possível, que o esgotamento político da cultura política da pernambucanidade foi um processo paralelo, lento e silencioso em relação ao processo de hegemonia.

Em nível estadual, esse período corresponde aos governos Marco Maciel (1979-1982), Roberto Magalhães (1983-1985), Gustavo Krause (1986-1987), estendendo-se até os dois primeiros anos do governo de Miguel Arraes (1987-1988). Em nível federal, ao governo Figueiredo (1979-1985) e aos quatro primeiros anos do governo Sarney (1985-1988). À frente da prefeitura do Recife, figuraram Gustavo Krause (1979-1982), Jorge Cavalcanti (1982-1983), Joaquim Francisco (1983-1985) e Jarbas Vasconcelos (1986-1988).

4.1. “Pernambucanidade na sua expressão representativamente política”³⁴: A pernambucanidade entre os políticos e os intelectuais conservadores

Até aqui, discorri sobre o uso da expressão pernambucanidade em diferentes momentos, destacando os diferentes acontecimentos relacionados ao seu uso, sem, contudo, ter explorado ainda de forma apropriada o seu conteúdo ou significado. Convém, então, antes de adentrar esse item, ressaltar que, mais do que apenas uma palavra, a expressão pernambucanidade é, antes de tudo, um conceito – ou se tornou um conceito – mais ou menos fechado, a partir de 1970. E considerando este seu aspecto, convém também recordar aqui algumas das observações de Kosellek (2006) acerca dos conceitos e da sua relevância para a história social. Para este autor, a semântica política dos conceitos envolvidos no processo histórico fornece uma chave de compreensão sem a qual os fenômenos do passado não poderiam ser entendidos hoje. Com o afunilamento da análise linguística dos conceitos, antigas proposições tornam-se mais precisas, assim como os fatos históricos e as relações entre eles, supostamente

³⁴ Trecho do discurso de Gilberto Freyre ao ser homenageado na ALEPE, **DP**, 15/05/1980.

já compreendidos, tornam-se mais claros pelo estudo de sua constituição linguística. O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica.

Kosellek destaca, através de vários exemplos, os elementos presentes em uma palavra que a tornam um conceito. Que elementos estariam presentes na palavra “Estado” para que ela se torne um conceito? – pergunta. Ao que responde imediatamente: “dominação, território, burguesia, legislação, jurisdição, impostos, Exército, citando aqui os mais recorrentes”. Esses conteúdos diversos, com sua terminologia própria, como também com sua qualidade conceitual, estão integrados no conceito “Estado” e abrigam-se sob um conceito comum. Os conceitos seriam assim, de acordo com o autor, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. É possível perceber essa multiplicidade de significados na expressão pernambucanidade. A partir dos anos 70, esta expressão, até então de uso tímido, restrito e com significações limitadas, passará a agregar uma série de elementos e conteúdos diversos e ser recorrentemente usada por políticos e intelectuais conservadores, ligados sobretudo à APL e ao IAHGP, que estarão à frente dos órgãos de cultura do governo do Estado de Pernambuco, entre outros. Já destaquei que está associada de modo inseparável à memória das batalhas dos Guararapes. Mas o que isso significou exatamente?

Os integrantes do IAHGP e APL – envolvidos diretamente com a pernambucanidade – eram, como mencionei, em todas as ocasiões até aqui, “intelectuais conservadores”. Apesar de nem todos os integrantes dessas instituições serem intelectuais e existirem intelectuais não necessariamente ligados a elas, foi àqueles ligados a essas siglas que me referi em vários momentos. O conceito de intelectual, apesar de amplamente utilizado nos trabalhos historiográficos, possui contornos vagos e pouca precisão, como apontou Jean-François Sirinelli (2003). Não pretendo entrar num infrutífero debate teórico sobre o que seriam os intelectuais conservadores para não incorrer no risco de um anacronismo. Tomo por “intelectuais” todos aqueles que era reconhecidos e respeitados como tal pelos seus pares e por diversos segmentos sociais. Para aplicar o adjetivo “conservador”, porém, utilizo como critério o fato de eles terem apoiado aberta ou implicitamente a ditadura civil-militar, estando satisfeitos com a sua manutenção. Dentre esses intelectuais, a maioria do IAHGP e APL, Gilberto Freyre era o mais influente e respeitado como tal, agregando ao seu redor a intelectualidade conservadora do Estado.

A expressão pernambucanidade foi, como já destaquei em outra ocasião, inventada por Gilberto Freyre. Porém, essa invenção teria acontecido na década de 20 do século passado, o que poderia causar estranheza o fato de que nos anos 70 e 80, em diversas situações, políticos,

intelectuais, jornalistas e sujeitos ligados a vários segmentos se referissem a ela como um neologismo. Sua primeira ocorrência dataria de 1926 no **Manifesto Regionalista**, organizado pelo Congresso Regionalista do Nordeste, elaborado sob a influência direta do mestre de Apipucos, onde o mesmo buscou unir cearenses, norte-riograndenses, paraibanos, pernambucanos, alagoanos e sergipanos, em torno de uma espécie de “patriotismo regional nordestino”. Na ocasião, conforme se pode observar abaixo, Freyre defendeu o regionalismo nordestino exaltando-o como um sentido de regionalidade “acima” do de pernambucanidade, da alagoanidade e da paraibanidade, para o qual estes eram apenas modos provinciais de ser, conforme se observar no fragmento abaixo:

Homens, todos esses, **com o sentido de regionalidade acima do de pernambucanidade** – tão intenso ou absorvente num Mário Sette - do de paraibanidade - tão vivo em José Américo de Almeida - ou do de alagoanidade - tão intenso em Otávio Brandão – de cada um; e esse sentido por assim dizer eterno em sua forma – o modo regional e não apenas provincial de ser alguém de sua terra – manifestado numa realidade ou expresso numa substância talvez mais lírica que geográfica e certamente mais social do que política. Realidade que a expressão "Nordeste" define sem que a pesquisa científica a tenha explorado até hoje (FREYRE, 1996).³⁵

Em a **Invenção do Nordeste e outras artes**, Albuquerque Junior (1999) se ocupou do estudo desse regionalismo proposto por Gilberto Freyre nessa ocasião. Esse regionalismo proposto, o nordestino, não seria mais aquele difuso e provinciano do século XIX e início do século XX, ligado ao nativismo, mas um que extrapolaria as fronteiras dos estados, que no plano político era contrário ao estadualismo, agrupando os estados em torno de um espaço maior, “o Nordeste brasileiro”. O discurso regionalista surgiu na segunda metade do século XIX, na medida em que se dava a construção da nação e em que a centralização política do Império se conseguia impor-se sobre a dispersão anterior. Quando a ideia de pátria, de nação, de nacionalidade começou a se colocar, houve uma enorme reação partindo de diferentes lugares do país, que refletia as diferentes formas pelas quais o país era representado em cada um desses lugares. Esse regionalismo se caracterizava, entre outras coisas, pelo seu apego a questões provincianas ou locais, já trazendo a semente do separatismo.

O discurso regionalista se alimentava da crescente pressão para se conhecer a nação, para formá-la, integrá-la. E é aí que os diversos regionalismos se chocavam, na tentativa de fazer com que os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região

³⁵ Grifo meu.

que se instituía naquele momento, fossem capazes de representar o modelo de nação a ser generalizado para o restante do país. Na prática, a generalização do modelo de uma região significava a generalização de sua hegemonia no território brasileiro. Albuquerque Junior argumentou que “a superação da visão provinciana de espaço a que estavam presas as oligarquias dos Estados do Norte foi a grande tarefa política e cultural colocada pela necessidade de institucionalização do Nordeste” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1999, p.69). A visão de espaço, como aquele sobre o qual se exerce o mando oligárquico ou pessoal, teria se ampliado para unir forças contra o processo de subordinação crescente sofrido por estes grupos. Seus interesses particulares, que antes eram identificados com os interesses de seu Estado, passaram a ser pensados como interesses de um todo maior, um novo recorte espacial, o Nordeste.

Influenciado pelos trabalhos de Michel Foucault acerca dos discursos, Albuquerque Junior usa o conceito de “formação discursiva nacional-popular” para se referir aos discursos que teriam inventado o Nordeste, destacando que tal formação discursiva desempenhou um importante papel para que a empresa instituidora do Nordeste desse certo. Essa formação discursiva concebia a nação por meio de uma conceituação que a tomava como homogênea e que buscava a construção de uma identidade para o Brasil e para os brasileiros, suprimindo as diferenças, homogeneizando as diversas realidades do país. Esta concepção, ao contrário do que pretendia, acabou por levar a que se revelasse a fragmentação do Brasil, a que seus regionalismos se destacassem e se tornassem ainda mais visíveis. O Nordeste e a identidade nordestina inventada incorporará e destacará inúmeros elementos da história pernambucana, projetando-os como definidores da identidade regional, como a fundação da Faculdade Direito, a atuação do **Diário de Pernambuco**, a invasão holandesa, a Insurreição Pernambucana, as revoltas de 1817, 1824 e 1848.

De acordo como Albuquerque Junior, era clara a intenção de Freyre de unificar o discurso regional em torno de Pernambucano. Escrevendo uma trilogia que começava com a obra **Casa-Grande e Senzala** (1933), passando por **Sobrados e Mocambos** (1936) e terminando com **Ordem Progresso** (1959), Freyre tomou a história da produção açucareira da zona da Mata nordestina, ou mais especificamente pernambucana, generalizando sua análise, como o passado colonial não só do Nordeste, mas de todo o Brasil. Usou a área de influência do jornal **DP**, que ia de Alagoas até o Maranhão, para definir as fronteiras, os limites do que seria a região Nordeste. Com o passar do tempo, o próprio jornal se transformou no principal veículo de disseminação das reivindicações dos Estados do Norte, constituindo-se num

divulgador das formulações em defesa do novo recorte regional. Foi em 1925, por ocasião da comemoração do seu centenário, que se produziu a primeira tentativa de dar ao recorte espacial Nordeste mais do que uma definição geográfica, natural, econômica ou política.

Apesar das generalizações de Freyre a partir de elementos da história de Pernambuco para definir a identidade da região Nordeste, houve, naquele momento, uma clara priorização da “nordestinidade” em detrimento da pernambucanidade e assim foi por muito tempo. Em uma busca na hemeroteca digital do site da Biblioteca Nacional, na base de 621 jornais do país digitalizados, identifiquei que a expressão “pernambucanidade” ocorre pela primeira em 18 de julho de 1938, no **Jornal Pequeno**, num texto de Mario Melo, que era sócio do IAHGP. No **DOE**, essa expressão aparece pela primeira vez no caderno do Poder Legislativo, sendo utilizada pelo deputado Paulo Cavalcanti, em 1950 (**DOE**, 14/02/1950). A forma como foi empregada sugere que já era conhecida e usada, mobilizava diferentes significados e detinha menos importância que aquela que viria a adquirir. Apenas a partir de 1964, essa expressão voltaria aparecer ou ser registrada no **DOE**, para, a partir de 1970 acontecer, como destaquei, uma definitivamente incorporação do vocabulário e um progressivo aumento do uso do mesmo nos editoriais tanto do **DOE** quanto do **DP**, numa conjuntura que envolveu o surgimento do movimento homônimo e a criação do PHNG. Nesse novo contexto, seu criador se gabava por essa criação, como pela criação de outras expressões como baianidade e mineiridade, conforme se pode inferir neste fragmento do **JC** do Rio de 1974:

Conheço há muitos anos o agora setentão Godofredo Filho. Sou seu velho amigo. Tenho sido constante admirador. Seu companheiro de geração. **Seu discípulo nas artes da baianidade: palavra que aliás fui eu quem inventou, ao mesmo tempo que inventei pernambucanidade e mineiridade**, não aceitando, para a mineiridade, o substituto que propõe, em livro, aliás, notável, o mineiro ilustre e também meu companheiro de geração e meu amigo, Pedro Nava: mineirice. Mineirice dá um tom demasiadamente faceiro ao que há de por vezes gravemente malicioso – humor mais do que espírico – na complexa palavra que é mineiridade (**JC/RJ**, 16/07/1974, p.4).³⁶

Foi o movimento pernambucanidade surgido no ano de 1970, como discuti no segundo capítulo, que levou Freyre a usar o espaço de uma coluna do **DP** para conceituar pernambucanidade, reivindicando de forma sutil a autoria do conceito e, de certo modo, o capitanear sua liderança. Estaria sendo oportunista? Não sei! Porém, ao comparar, inclusive, o

³⁶ Grifo meu.

texto do Manifesto Regionalista e essa publicação de 1970, é possível perceber um deslocamento semântico no que tange à relação que estabelece entre a pernambucanidade e a nordestinidade. Enquanto no Manifesto ele defendia um sentido de regionalidade “acima” do pernambucanidade para justificar a defesa e aceitação da existência de um Nordeste brasileiro e de uma história, cultura e identidade nordestina, neste artigo, busca dissolver essa hierarquização, como se pode ler abaixo:

Por que baianidade? Por que mineiridade? **Por que pernambucanidade?** Porque a cada uma dessas expressões corresponde **um conteúdo sociológico que enriquece, em vez de comprometer, quer o de “brasileiridade”, quer o de “nordestinidade” (e quem mais do que eu vem batendo por uma justa nordestinidade?)**. São conteúdos sociológicos **que transbordam, uns nos outros**, sem que cada um deles deixe de ter o seu sentido necessário, específico e intransferível; e estes positivos, e não negativos, do ponto de vista da conveniência nacional, que é a máxima.
...Cada Estado, como outrora cada província, tem alguma coisa de intimamente seu a preservar e a desenvolver...³⁷

Para quem pretendia traçar uma conceituação e se envaidecia por sua intelectualidade, o mestre de Apipucos divagou demais na sua exposição, relacionando pernambucanidade com outros conceitos que também requereriam, na ocasião, uma conceituação ou definição. Dizer que a pernambucanidade, assim como a baianidade e a mineiridade são “conteúdos sociológicos” não é dizer muita coisa. Tampouco dizer que elas enriquecem a brasilidade e a nordestinidade, ou, ainda que “transbordam” uns nos outros. Explicar uma coisa por meio de outras que também requerem explicação não é explicar muita coisa. Às vezes é não explicar nada. Ainda assim é possível, ao fazer uma análise de conjunto, compreender o que era a pernambucanidade para Freyre. Ao dizer que cada Estado “tem alguma coisa de intimamente seu” a “preservar e a desenvolver”, acredito que tenha pretendido dizer que a pernambucanidade, a baianidade e a mineiridade corresponderiam, respectivamente, à cultura de cada um desses Estados. Neste sentido, a pernambucanidade seria a própria “cultura de Pernambuco” ou a “cultura pernambucana”. Mas de que “cultura pernambucana” Freyre estaria falando e como ele entendia efetivamente essa relação com as culturas regionais e nacional?

Suponho que, ao estabelecer relações entre essas culturas concebidas como estaduais, regionais e nacional, Freyre as pensasse como vários tanques sobrepostos de diferentes tamanhos, onde os menores que ficariam acima; seriam as culturas estaduais que, ao

³⁷ Grifos meus

“transbordarem” juntas, encheriam os tanques imediatamente abaixo, que seriam os regionais que, por sua vez, ao “transbordarem” encheriam o maior de todos, que seria o tanque da cultura nacional. O mais curioso nesse texto em que buscou conceituar pernambucanidade é que Freyre tenha elaborado o mesmo, em seu conjunto, quase que exclusivamente para tratar de questões políticas. Não se referiu à cultura popular – ou folclore, conceito mais empregado na época para se referir “a tudo aquilo produzido pelo povo” – que depois seria enquadrado no conceito de cultura popular. Não falou do frevo ou do carnaval, como referenciais de uma pernambucanidade, mas de questões políticas, especialmente de uma crescente tendência que os pernambucanos “médios” teriam para posições de liderança máxima e média no governo do Estado de Pernambuco e no governo federal que estaria sendo ameaçada, conforme se pode observar no fragmento abaixo:

[...] O que a alguns deles suponho que inquieta é a **crescente tendência, entre nós, para as posições de liderança máxima e média no Estado** – nas secretarias de governo, na direção de jornais, nas cátedras, na direção da Arquidiocese de Olinda (que falta nos vem fazendo pernambucanos como Dom Vital e como Cardoso Ayres!) – **virem sendo ocupadas em tal numero e de tal modo sistemático por não-pernambucanos que já se tornou ostensivo esse processo ecológico de substituição de pernambucanos por não-pernambucanos dentro de Pernambuco.** Ora, substituições assim maciças, sistemáticas, como que planejadas, de médios por médios e não de médios da terra por adventícios excepcionais, de filhos por estanhos que, por vezes, se vem conservando renitentemente estranhos, não seriam do agrado de brasileiros de qualquer outro Estado....

[...] O desprestígio de Pernambuco nestes centros de distribuição de poder vem se tornando simplesmente alarmante, tal o desanimo que vem dominando os bons pernambucanos ante os triunfos, em postos-chaves, que de pernambucanos, que de não-pernambucanos, medíocres, porém afoitos

[...] **Vem se sucedendo presidentes da República na direção do país sem que, da parte deles, Pernambuco venha sendo honrado com ministérios de importância máxima,** na pessoa de autênticos pernambucanos de inconfundível valor. ...

[...] **Os ministérios oferecidos a pernambucanos vem sendo apenas os insignificantes: Agricultura (sem verbas) e o da Educação e Cultura, no Governo Castello Branco....**

O que se vem verificando, porém, é ao lado de, dentro do Estado, uma constante substituição de pernambucanos médios por não-pernambucanos – alguns nem sequer médios – um crescente desprestígio, no Rio e em Brasília, de um outrora merecidamente respeitado e merecidamente prestigiado Pernambuco.

Pelo que, **os atuais animadores do movimento de pernambucanidade não deixam de ter, senão inteira razão, suas razões.** Suas boas razões.³⁸

³⁸ Grifos meus.

Enxergo uma contradição interna no texto de Freyre. Ao mesmo tempo em que ele fala sobre a “crescente tendência”, entre os pernambucanos, para posições de liderança média e máxima no Estado, lamenta estar havendo uma suposta “substituição” de pernambucanos por não-pernambucanos nesses cargos. Ora, ou há uma “crescente tendência” ou uma “diminuição” da tendência para ocupar esses cargos. Ao longo do texto, pode-se perceber que a insatisfação dos representantes do movimento pernambucanidade, com o qual ele concordava, não se devia propriamente a estar havendo uma perda de posições, substituição de pernambucanos por não-pernambucanos, mas pelo fato de a ambição por uma participação maior que aquela já existente não estaria sendo alcançada. Não querem apenas ministérios, querem ministérios “de importância máxima”. Com isso, percebe-se que a pernambucanidade está, nestas formulações de Freyre, associada a um conteúdo predominantemente político. Defender a pernambucanidade aí, isto é, a cultura pernambucana, na imaginação de Freyre e do movimento homônimo, está associado a defender a maior participação dos pernambucanos “médios” – não qualquer um – nos cargos de liderança de importância máxima no governo do Estado e governo federal.

Não é difícil imaginar por que o conceito de pernambucanidade, tal como começou a ser fabricado por Freyre nesta ocasião, ampliado e reproduzido em vários outros momentos, e considerando outros acontecimentos do período, passou a incorporar o cotidiano da vida política, seja nas práticas e discursos dos governadores, seja nas práticas e nos debates dos deputados estaduais, seja ainda nos editoriais dos periódicos locais, a partir de 1970. É preciso, mais uma vez, recordar que Freyre era conselheiro do CFC, responsável pelas políticas culturais dos governos civis-militares desde a criação do Conselho até sua morte. Foi presidente do CEC, responsável pelas políticas culturais do governo do Estado de Pernambuco, também desde a criação até a sua morte. Era sócio do IAHGP e do IHGB e sócio correspondente da APL, tendo posteriormente se tornado acadêmico. Era um intelectual de prestígio, amplamente respeitado, especialmente entre os políticos conservadores de Pernambuco.

A partir de Marco Maciel, que assumiu o governo do Estado em 1979, todos os governadores, até Gustavo Krause, influenciados direta ou indiretamente por Freyre, fizeram o uso do conceito de pernambucanidade em seus discursos de posse e nas concessões das comendas da Ordem do Mérito dos Guararapes. Nos discursos e nos debates dos parlamentares da ALEPE, também se tornou recorrente o uso da expressão. A pernambucanidade, em muitos desses discursos, aparece com diferentes significados, mas

normalmente com o sentido de “sentimento de amor as coisas da terra” ou com o sentido de “cultura pernambucana”. Porém, seja qual o for o sentido, aparece normalmente associada a elementos bastante seletivos da história ou da memória social de determinados episódios históricos de caráter político ocorridos em Pernambuco. O discurso de posse de Krause é, talvez, o consegue expressar isto em menos palavras num dado trecho de sua fala, como se pode observar abaixo:

[...] os melhores valores políticos. Político/mártir. Político/herói. Político/rebelde. Político/ revolucionário. **As muitas faces da pernambucanidade política.** Múltiplas no tempo. **Síntese admirável do ser pernambucano.** (ANAIS/ALEPE, 14/05/1986, p.289-290).³⁹

Ou seja, o que define o “ser pernambucano” são “as muitas faces da pernambucanidade política”, expressas nos valores por ele mencionados. É interessante neste trecho que, ao falar em “pernambucanidade política”, fica implícito que existiria uma pernambucanidade “não política” e que ela não seria “síntese admirável do ser pernambucano”; talvez pudesse até sintetizar, mas não de forma “admirável”. A identidade pernambucana assim, manteria uma relação estreita com a política. Ora, não se pode falar de política sem falar de posições ou posicionamentos políticos. Na política, sempre existem lados – normalmente vários, mas pelo menos dois. Então, convém perguntar: se a pernambucanidade mantém uma relação com a política, qual é essa política? Ou, ainda, com que lado da política? Algumas vezes, os parlamentares pernambucanos, nos debates que travavam nas sessões da ALEPE, pretendiam que a pernambucanidade estava acima das disputadas partidárias. Pode-se observar isso em um fragmento do discurso do deputado Antônio Correa em resposta ao deputado José Queiroz em 1980:

Quando se trata de interesse de Pernambuco aqui na Assembleia, **não há Governo nem oposição. Há a pernambucanidade**, que une e anima a todos nós (ANAIS/ALEPE, 07/04/1980, p.161).

Ou seja, de acordo com o deputado Antônio Correa, a pernambucanidade era capaz de superar as diferenças políticas, sendo capaz de unir situação e oposição. Para outros, porém, a pernambucanidade poderia ter um lado, dependendo da ocasião. Num atrito travado em outra sessão da ALEPE, em 1983, em torno do apoio ou não ao recém-eleito governador Roberto

³⁹ Grifo meu.

Magalhães, o deputado Paulo Marques se referiu ao deputado Hugo Martins como se ele não tivesse a pernambucanidade que parecia ter. Abaixo, replico um fragmento desse debate:

Do depoimento do Deputado Hugo Martins eu colho de que **ele não tem aquela característica de pernambucanidade que me parecia ter**; quando ele se refere ao “meu Governador” ele se torna um réu confesso de que não é pernambucano. Roberto Magalhães é Governador de todos os pernambucanos, não é “meu Governador”. Ele está ali porque a maioria o escolheu e S.Exa., tem que se submeter à decisão da maioria; esta sua emissão de “meu Governador” é pejorativa, inaceitável e, sobretudo, não se caracteriza com a função que V. Exa., exerce de representante do povo nesta Casa (ANAI/ALEPE, 06/10/1983, p.86).⁴⁰

Nas sessões cotidianas da ALEPE, a expressão pernambucanidade era muito utilizada, mas usada conforme fosse conveniente na ocasião. Porém, estava muito mais presente nas falas dos políticos conservadores, notadamente aqueles ligados à ARENA e, depois do fim do bipartidarismo, ao PDS, que nada mais era que a ARENA com uma nova roupagem. Praticamente todos os governadores desde 1964 até 1987 foram ligados à ARENA ou ao PDS e foram eles os que se referiram à pernambucanidade em seus discursos de posse, em diversas solenidades em que fizeram a outorga da Ordem do Mérito dos Guararapes. Na vigência dos seus mandatos, a pernambucanidade foi construída e se tornou hegemônica. Os intelectuais do IAHGP e APL que ocuparam cargos no CEC, FUNDARPE, CONTUR, CFC, Secretaria de Cultura do MEC tampouco demonstravam constrangimento ou incômodo por participar de uma gestão do partido conservador criado pelos militares.

O uso da expressão pernambucanidade parecia não encantar aqueles que tinham – disciplinarmente, claro – “um pezinho” na esquerda ou qualquer corrente de crítica à ditadura civil-militar, embora alguns deles fizesse uso da mesma. A ARENA e o regime como um todo criaram condições para a perseguição e a criminalização das esquerdas e manter sob vigilância aqueles que tinham tido um passado “duvidoso”. Em um comício da ARENA em 1976, por exemplo, chamou-se a atenção para o cuidado que se deveria ter com o candidato do MDB Germano Coelho, pois este representaria “uma ameaça à democracia” (DOE, 29/09/1976, p. 551) Apesar da insegurança dos políticos mais conservadores, Germano Coelho se tornaria prefeito de Olinda e agiria dentro dos limites estabelecidos pelo regime, mesmo tendo sido um dos fundadores do antigo MCP, que fora interdito e teve as atividades encerradas com o golpe de 64, sob a acusação de estar infiltrado por comunistas que faziam “doutrinação” com os alunos.

⁴⁰ Grifo meu.

A expressão pernambucanidade tinha assim, no conceito e nas práticas, uma relação com a política, mas especificamente com a política conservadora, que apoiava a conservação, a manutenção da ditadura civil-militar e era sobretudo entre os políticos e intelectuais conservadores que mais ocorria, nas diversas situações.

4.2. Um emblema da pernambucanidade: a obra *Pernambucanidade do conselheiro e acadêmico Nilo Pereira*

Apesar da intensa atuação de Freyre na defesa da pernambucanidade, especialmente a partir de 1970, e da atuação de muitos intelectuais e políticos ligados direta ou indiretamente à APL e ao IAHPG, que estiveram à frente do governo em vários cargos de destaque – como Luiz Delgado, Mario Mota, Marcus Vinicius Vilaça, José Antônio Gonsalves de Melo, Ulysses Pernambucano, entre outros –, Nilo Pereira foi, ao seu lado e ao lado de Mauro Mota, uma das referências mais respeitadas no assunto. Não à toa foi escolhido pelo governador do Estado, Marco Maciel, em 1981, para reescrever a história de Pernambuco, em um momento em que o Estado gozava de enorme prestígio nacional e internacional, ao ter tido, em 1978, o episódio considerado mais importante de sua história transformada em um filme (**Batalha dos Guararapes**) que estreou em todos os cinemas do Brasil, ao estar qualificado para uma de suas cidades receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, de ter o mais respeitado de seus intelectuais – Gilberto Freyre – atuando no CFC, entre outros fatos. Talvez o que dava um prestígio duradouro a Pernambuco, neste momento, era o fato de que as Batalhas dos Guararapes, ocorridas em solo pernambucano, eram apropriadas pelo Exército, então à frente do governo federal com seus representantes – que levou à criação do PHNG – como o momento de sua fundação.

Sua obra **Pernambucanidade**, filha desse tempo em que a pernambucanidade estava na moda, se constituiu, sem dúvida, num verdadeiro emblema, em forma de livro, da própria pernambucanidade e do que pensavam a seu respeito muitos intelectuais e políticos desta época de ouro. Cumpre lembrar que Nilo era conselheiro do CEC e foi reconduzido ao cargo sucessivas vezes, tendo assumido a presidência do mesmo após a morte de Freyre em 1987. Era também sócio do IAHPG, sendo responsável, inclusive, pela Comissão de História e Geografia da **RIAHGP**. Além disso, era acadêmico da APL e foi diversas vezes vice-presidente da Academia, durante a presidência de Mauro Mota. No capítulo anterior, destaquei que a escrita dessa obra foi marcada por grande expectativa, expressas em várias

edições de variados jornais locais. Quando publicada, já no início do governo de Roberto Magalhães, a obra também foi recomendada e em alguns casos resenhada por colunistas de vários jornais locais e de outros Estados, como se pode ver ler nesse fragmento da coluna de Aluizio Furtado de Mendonça, do **JC**, intitulada “Um historiador privilegiado”:

Escolhido pelo ex-governador Marco Maciel para escrever a história cultural de Pernambuco, Mestre Nilo terminou por oferecer à literatura brasileira, em todos os tempos, um amplo, fecundo e extraordinário depoimento sobre as tendências e movimentações de todo um universo de ideias, sentimentos, impulsos e colocações da própria nacionalidade, que ele acompanhou, nos três volumes de sua obra “PERNAMBUCANIDADE”, passo a passo, desde os seus dias mais distantes.

De agora por diante, e com certeza, quaisquer estudos que visem um conhecimento mais profundo da história de Pernambuco, desde as suas nascentes, terá que dirigir-se, de quando em quando, à notável e recente obra de Nilo Pereira, enfeixada em três volumes, graficamente bonitos e perfeitos (**JC**, 23/10/1983).

Mendonça procurou ainda traçar um pouco do perfil de Nilo, que, segundo ele, era um escritor de tendências múltiplas, que se movimentava sem embaraços no exercício de vários gêneros literários, sendo, no entanto, por formação humanística e respaldado no próprio espírito, um historiador privilegiado. Mendonça ainda destacou que ele era jornalista, ficcionista, poeta, na literatura, de um modo geral, e que “Mestre Nilo Pereira” teria conquistado um nome de admirável expressão na vida cultural do Nordeste, onde a sua atuação de homem de pensamento atravessava comodamente fronteiras. Pinta ainda Nilo como um cronista de notável sensibilidade, orador, ensaísta, conferencista, polemista “equilibrado e suave”, de linguagem “suave e objetiva”. Nilo teria sido marcado, desde os primórdios de sua vida literária, pelo brilho, inteligência e oportunidade de sua atuação. O pernambucano acadêmico da ABL, que com Nilo mantivera relação estreita desde 1964, na ocasião em que esteve à frente do Comando Militar do IV Exército em Recife, resenhou sua obra no **JC** do Rio sob o título “Pernambucanidade”:

Esse é título sugestivo dos três excelentes volumes do livro que Nilo Pereira escreveu sobre a história de Pernambuco, entendida e narrada **pelo sentimento de amor à terra pernambucana...**

E por isso mesmo **um livro de exaltação aos fatos, aos homens e as coisas do passado...**

Levado, assim, pelo mais puro sentimento de pernambucanidade, sem nunca perder a lembrança a sua terra de Ceará-Mirim, Nilo Pereira, **um perfeito conhecedor da história do “Leão do Norte”**, perpassa, resolve e fixa, no

espírito do leitor, as páginas os nomes, e os fatos de maior relevo do passado mais remoto ao passado mais recente...

E quero aqui felicita-lo pela eloquência histórica e a beleza do poema com que ele canta a sua louvação do Recife, pelo sesquicentenário da elevação da capital da província no “**seu grande livro de amor**” a Pernambuco (JC/RJ, 03/09/1983, p.4)⁴¹

Diferentemente de Mendonça, que omitiu que a obra de Nilo houvesse sido escrita com envolvimento emocional, Tavares destaca a paixão de Nilo em vários momentos. De acordo com ele neste trecho, Nilo era um perfeito conhecedor da história do “Leão do Norte” e a história de Pernambuco escrita por ele teria sido entendida e narrada pelo “sentimento de amor à terra pernambucana”. Seu livro foi “um grande livro de amor” a Pernambuco, ou seja, a obra teria sido escrita apaixonadamente. Apesar de elogiar a obra, Tavares acabou por expor que a obra não possuía a neutralidade esperada em um trabalho historiográfico, mas não via nisso um problema como, aliás, muitos outros intelectuais e políticos pernambucanos. Durante e a escrita e após esta obra, Nilo passou a ser mais citado do que de costume entre os deputados nas sessões da ALEPE como uma referência no âmbito da temática da pernambucanidade, tornando-se a principal autoridade no assunto, depois de Gilberto Freyre. Até mesmo nas situações corriqueiras do cotidiano parlamentar quando se falava em pernambucanidade, Nilo era tomado como referência, como se pode ler no fragmento abaixo da fala do deputado Barreto Guimarães dirigida ao deputado Sérgio Longman:

Deputado Sérgio Longman, **o grande escritor Nilo Pereira**, costuma dizer, em muitos dos seus trabalhos históricos sobre História, que Pernambuco se caracteriza por um traço de cordialidade. Nos grandes embates, nas grandes revoluções, nos grandes conflitos há característica da cordialidade dos adversários (...) ouço, com muita alegria, o testemunho de V.Exa., dar esta característica pernambucana, **esse traço de pernambucanidade** à minha passagem pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, nessa segunda legislatura (ANAIS/ALEPE, 21/01/1983, p.62)⁴²

Sua obra também recebeu o voto de aplausos na ALEPE mediante o Requerimento de nº 450, do deputado Joel Holanda, em que foi lido uma breve resenha da mesma e uma curta descrição dos atributos intelectuais que o qualificavam para ter realizado tal empresa a pedido do governador do Estado. O deputado Joel Holanda solicitou que o texto lido fosse dado a

⁴¹ Grifos meus.

⁴² Grifos meus.

saber a diversas instituições e autarquias do governo, além da APL. Abaixo replico um pequeno fragmento desse Requerimento, lido durante a sessão:

Pernambucanidade vem a ser então, como define o próprio Nilo Pereira, “um grito da nacionalidade, um compromisso para com o Brasil”. Mais do que nunca, dizemos nós, **precisamos viver intensamente o sentido profundo dessa pernambucanidade**, para melhor servirmos ao Brasil, com a nossa inteligência, com o nosso espírito cívico, com a nossa fraternidade (ANAIS/ALEPE, 30/08/1983, p. 177)⁴³

É interessante observar que, após se referir a Nilo para fundamentar o que viria a ser a pernambucanidade, o deputado dizia “precisamos viver” esta pernambucanidade. Ou seja, a pernambucanidade era tomada como algo que deveria influenciar o comportamento dos políticos. Antes mesmo da publicação da obra, porém, Nilo já era considerado alguns, por outras obras que escrevera, por suas publicações nos jornais locais, entre as quais suas “Notas Avulsas” no **JC**, um escritor muito citado pelos políticos para fundamentar às menções que faziam à pernambucanidade. Durante minha pesquisa, tive acesso às atas editoradas dos Anais da ALEPE, no formato PDF, referente ao período 1979 e 1986. Tais atas estavam disponíveis no site da Assembleia para acesso público e posteriormente, após uma mudança de sistema, ficaram indisponíveis. A vantagem das atas editoradas em relação às escritas é que elas me permitiram realizar buscas por diversas palavras-chave nos arquivos de 1979 a 1986, entre as quais “Nilo Pereira” e “pernambucanidade”. Pude identificar um expressivo aumento das referências a Nilo Pereira e à pernambucanidade entre 1981 e 1983, justamente o período que corresponde ao anúncio do governador Marco Maciel pedindo que escrevesse a obra até o período de sua publicação. Destaco uma destas referências a Nilo no discurso do deputado Barreto Guimarães em 1982 para fundamentar sua fala sobre a pernambucanidade:

Toda hora em que nós reverenciamos a memória de Joaquim Nabuco, nós temos estimulado **o sentimento de pernambucanidade tão bem definido pelo nosso mestre, o grande escritor que sabe ser Nilo Pereira, aqui presente, pernambucanidade** como prova de altivez das pernambucanos; **pernambucanidade** com amor às liberdades; **pernambucanidade** como veneração e respeito à dignidade da pessoa humana; **pernambucanidade** como respeito e culto às melhores tradições culturais cívicas e libertárias do povo pernambucano. (ANAIS/ALEPE, 13/05/1982, p.198)⁴⁴

⁴³ Grifos meus.

⁴⁴ Grifos meus.

A carreira de Nilo começou cedo. Ele também havia se destacado em outro momento autoritário da história política do país: o Estado Novo. Sendo escolhido como orador da sua turma e tendo seu discurso impressionado o então interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães (tio do governador Roberto Magalhães, que estava no governo quando da publicação da sua obra em 1983), acabou sendo convidado por este para colaborar na administração estadual. A historiadora Graça Ataíde (2001) estudou este período e destacou como Nilo foi colaborador da construção de uma verdade autoritária durante o Estado Novo em Pernambuco. Esteve à frente do Departamento de Educação, tendo sido também redator-chefe da **Folha da Manhã**, diário que pertencia ao interventor Agamenon. Nilo também chegou a ser deputado estadual de Pernambuco entre 1951 e 1954. Esse período em que foi deputado deu origem a um pequeno livro da série **Perfil Parlamentar** escrito por Fernanda d'Oliveira (2001).

Nilo foi membro fundador do Seminário de Tropicologia e presidente do Conselho Diretor da FUNDAJ. Foi amigo de vários humanistas e intelectuais do Recife, além de Gilberto Freyre e Mauro Mota, como Gilberto Osório de Andrade, Sylvio Rabello, Orlando Parahym e Mário Melo, entre outros. Além do **JC** de Pernambuco, colaborou com os jornais recifenses **Jornal Pequeno**, **A Tribuna** e **DP**. Em se tratando de História, apesar de não ter tido formação nessa área, Nilo era considerado por muitos em Pernambuco senão a maior, umas das maiores autoridades no assunto. E não apenas um historiador comum, mas um historiador “privilegiado pelos atributos intelectuais” e pelo acúmulo de tantas funções. Convém destacar que durante muito tempo, no Brasil, o historiador era basicamente um autodidata, precisando unicamente do reconhecimento de seus pares – o universo de intelectuais – para ser aceito de fato e de direito como tal (FALCON, 1995). A profissionalização ainda não era um problema neste período, também não era algo que preocupava os intelectuais conservadores.

Pernambucanidade é uma obra em três volumes, escrita em forma de ensaio, sem sucessão cronológica. Tirando a carta do governador Maciel, uma nota de explicação sobre o livro e um poema de louvação do Recife, o primeiro volume é composto por 42 ensaios; o segundo, por 52, trazendo algumas ilustrações antigas do centro do Recife e alguns espaços e edifícios como o mercado de São José, a sede da ALEPE, o teatro Santa Isabel, a Casa da Cultura, entre outros; e o terceiro, por 58 ensaios, trazendo também algumas ilustrações das capas de alguns jornais de época, de alguns edifícios como o Palácio da Justiça, o Liceu de Artes e Ofício, o forte do Picão, entre outros. Alguns ensaios, se é que podem ser chamados

assim, não possuem sequer uma página completa. Entre um volume e outro da obra, alguns títulos se repetem, embora com conteúdos diferentes. Na maioria destes ensaios, Nilo escreve sobre “personalidades”, instituições e episódios históricos de diferentes épocas de Pernambuco. No todo, a obra, nos seus três volumes, apresenta um forte caráter fragmentado, dificultando uma visão de conjunto da história de Pernambuco ou, como ele mesmo pretendeu, da pernambucanidade. Nem por isso deixa de se constituir num emblema da pernambucanidade, tal como ela foi fabricada neste período. Abaixo, replico uma fotografia da capa de sua obra:

Figura 33

Fotografia da capa da obra *Pernambucanidade*, de Nilo Pereira



Fonte: SILVA, Leandro Patricio.

Não caberia fazer uma análise minuciosa de cada um dos ensaios de sua obra. Contudo, vou destacar alguns elementos que considero centrais. Nilo começa o livro – que segundo Francisco Bandeira de Mello, o então Secretário de Turismo Cultura e Esportes, foi escrito em “transe de pernambucanismos” – com uma ‘nota prévia’, onde esclarece que a grande preocupação do livro foi mostrar o que “sentimos como pernambucanidade”: como alma e espírito de Pernambuco. Ele define sua obra como ‘uma possível explicação de nós mesmos’, com o pronome “nós” sendo referente aos “pernambucanos”. Diz que, embora esta sua obra

seja historiograficamente diferente, não teve a pretensão de ter inovado, pois outros, da chamada Nova História – segundo ele, uma história oral, psicossocial – já o teriam feito antes. Em alguns ensaios de sua obra, ele faz críticas ao que chama de historiografia oficial, factual, baseada na decoração e exaltação de datas, de dinastias de nomes de heróis. Segundo ele:

Para muita gente estudar História é memorizar datas, acontecimentos, nomes de heróis, alguns difíceis de reter, famílias, dinastias, batalhas, etc... A história qualitativa, tida como elitista e até hoje discriminada seria para muitos a crônica do herói carlyleano, do guerreiro, do estrategista bem-sucedido, do estadista, do político em evidencia. Seria a história em velhos modelos, em velhas tradições metodológicas, em velha moldura convencional, o herói sempre bem-posto na sua estátua ou no seu retrato na parede, numa pose a posteridade que o aplaude e exalta mais pelo gabo do que pelo peso de sua personalidade (PEREIRA, 1983, v.1, p. 86).

Após causar a impressão de concordar com a crítica à História feita em velhas tradições metodológicas, Nilo surpreende afirmando: “Mas há esse herói. Não é possível renegá-lo. Ninguém escreveria a História do Brasil sem o jesuíta heroico, que enfrentou índios e feras, na selva, para cristianizar a terra descoberta”. Apesar de reconhecer a existência da crítica historiográfica, Nilo reproduz a percepção eurocêntrica da ideia do Brasil como sendo produto de uma descoberta, louvando o processo de colonização ao tratar como ato heroico a tentativa de dominação dos índios pelos jesuítas. Em todos os momentos em que faz críticas à história oficial, em alguns dos ensaios das três obras, é perceptível uma preocupação de sua parte de demonstrar erudição no campo historiográfico. Chega a citar as inovações desencadeadas pelas novas sensibilidades historiográficas, mas não as aplica em sua análise, não as incorpora e reproduz o discurso da historiografia do Instituto ao qual pertence, o IAHGP. Preocupado em demonstrar que está atualizado sobre a onda renovadora da historiografia, chega inclusive a mencionar um evento realizado em Paris em torno da temática da Nova História. Destaca como seus principais representantes os nomes de Marc Bloch, Lucien Febvre, Philippe Áries, Michel de Certeau, Le Goff, Paul Veyne, Fernand Braudel e outros.

Visando defender o pioneirismo pernambucano nas novas abordagens da Nova História, Nilo destaca o uso de jornais como fonte de pesquisas históricas, iniciado por Freyre, pelo Seminário de Tropicologia e sua própria obra como exemplos: “Não serão esses aspectos, tão interessantes e sugestivos, modalidades sedutoras da nossa Nova História? (PEREIRA, 1983, p.190). Apesar de enquadrar sua forma de abordagem no que defendia serem “métodos novos”, Nilo continuava praticando uma historiografia comemorativa, cívica, preocupada com a lembrança de datas, nomes, batalhas, de exaltação de heróis, sobretudo os das Batalhas dos

Guararapes que, teria influenciado todas as revoluções posteriores em Pernambuco. À exceção da abordagem cronológica linear, põe em prática todos os métodos que, contraditoriamente, tomou a iniciativa de criticar, pois em vários ensaios faz uma exaltação de dadas ‘personalidades’, episódios, datas, que evidenciarium uma suposta índole pernambucana que teria, segundo ele – mas reproduzindo a narrativa da historiografia do IAHGP – sido forjada nas Batalhas dos Guararapes.

Dos Guararapes veio tudo. Veio a resistência. Veio a altivez. Veio 1710, em Olinda, com Bernardo Vieira de Melo. Veio a Revolução Republicana de 1817. Veio a Confederação do Equador, de 1824. Vieram as revoluções liberais. Os guerreiros mudaram de nome e de estratégia. Mas não mudaram de espírito: **o espírito dos Guararapes** (PEREIRA, 1983, v.1, p.29).⁴⁵

A maior parte dos ensaios dos três volumes da obra giram em torno do “espírito dos Guararapes”. Esse “espírito” teria atuado como pano de fundo de toda a história posterior do Estado. Daí a máxima “Dos Guararapes veio tudo”. Esse “espírito” seria o próprio espírito da pernambucanidade. Além disso, Nilo não problematiza a identidade pernambucana. Toma-a como um dado e não como um constructo social e linguístico do qual ele próprio é um construtor, tampouco a ideia de região em que essa identidade se apoia, mas usa a história, a história regional, para consolidar sua instituição e sua existência como uma realidade ontológica. As metáforas recorrentes que utiliza quando busca articular diferentes recortes regionais como o Nordeste e Pernambuco e a nordestinidade e a pernambucanidade colocam Pernambuco – e precisamente o Recife – como centro do Nordeste, conforme se pode ler no trecho abaixo:

Ninguém consegue ser inteiramente, castiçamente nordestino sem o Recife, sem Pernambuco, sem viver e sentir a Pernambucanidade (PEREIRA, 1983, v.1, p. 31).

A identidade de um nordestino é a Pernambucanidade. Porque essa expressão – ou melhor, essa legenda – é toda a nossa história regional. Pernambuco como Região. Como um todo. O Pernambuco das revoluções pela liberdade (PEREIRA, 1983, v.1, p. 45).

Nilo reproduz ainda em sua obra o ressentimento dos historiadores do IAHGP, de que haveria uma “injustiça histórica” da historiografia nacional, desde a criação do IHGB, para com a história de Pernambuco. Em **A ferida de Narciso**, Mello (2011) discutiu como esse

⁴⁵ Grifos meus.

ressentimento, essa mágoa, presentes na historiografia do IAHGP, marcou o nativismo pernambucano ao longo da sua história, influenciando o Instituto desde a sua fundação. Nilo destacou também que sua obra visava destacar os “pioneirismos” pernambucanos no quadro da história nacional para fazer a “justiça histórica”. Segundo ele, toda essa exaltação da história de Pernambuco em sua obra não é para armar um panegírico, o elogio contumaz de Pernambuco e do Nordeste, mas para enfatizar o pioneirismo pernambucano, não por estreito espírito de bairrismo ou regionalismo, mas por dever de estrita justiça histórica.

Toda essa exaltação não é para armar um panegírico, o elogio contumaz de Pernambuco e do Nordeste. Não. Há os erros e os defeitos. O que o salva é toda uma série de **pioneirismos**.

Desejo enfatizar o pioneirismo pernambucano ... e não faço – quero deixar bem claro – por estreito espírito de bairrismo ou regionalismo, mas por dever de estrita **justiça histórica** (PEREIRA, 1983, v.1, p. 33 e 199)⁴⁶.

Embora fale da pernambucanidade ao longo de toda a obra, Nilo não conceitua pernambucanidade em termos objetivos. Em vários ensaios, usa uma série complexa de metáforas que às vezes mais atrapalham que ajudam quem tenta compreender em poucas palavras o que ela seria. Replico abaixo, dois fragmentos que acredito ser, de toda a obra, os que expressam em menos palavras o que seria a pernambucanidade:

Um **sentimento histórico** que se enraíza na nossa história psicossocial. Que faz de Pernambuco, em todos os tempos, uma realidade interior. **Uma personalidade**.

Que é Pernambucanidade? Pode-se entender por essa expressão um **estado de espírito**. Uma vivência histórica. **Um modo de ser. O pernambucano, talvez mais do que qualquer outro brasileiro, tem a sua singularidade, um estilo próprio de vida. Um comportamento específico, notadamente na política** (PEREIRA, 1983, v.1, p. 31 e 167)⁴⁷

A pernambucanidade seria um “sentimento” (histórico, psicossocial), um “estado de espírito”, mas também uma “personalidade”, “um modo ser”. Ora, uma personalidade ou o modo de ser de uma pessoa ou grupo social nada mais poderia ser senão o seu jeito, seus costumes, suas crenças, valores, tradições, comportamentos, entre outras práticas e representações. Estes elementos traduziriam a própria cultura da pessoa ou grupo. O intrigante no conjunto da conceituação é que Nilo diz que esse modo de ser, esse estilo de vida próprio,

⁴⁶ Grifos meus.

⁴⁷ Grifos meus.

esse “comportamento específico,” é “notadamente na política”. Ou seja, no conceito traçado por ele, a pernambucanidade está imbricada com a política. A conceituação é intrigante porque não está identificada com coisas “notadamente” ligadas a cultura popular. Apesar disso, Nilo arriscou escrever, no último volume de sua obra – por pouco não deixando de fora – algumas páginas que tratavam de uma manifestação da cultura popular. Tratava-se do frevo. O ensaio “pernambucanidade musicada”, porém, foi influenciado por uma carta de Sílvio Meira, em 18 de março de 1982, direcionada a Nilo. Na carta, Meira o questionou, quase o interpelou, sobre se ele não iria dedicar em sua obra algum espaço para tratar do frevo. Na carta, Meira disse o seguinte:

Dedica você algumas páginas ao “frevo”, que é a música mais pernambucana que conheço? Seu ritmo é diferente de tudo que se compõe no resto do Brasil. Supera o samba baiano. **O “frevo” é a própria “pernambucanidade” musicada.** Terá, entre os seus ingredientes africanos e lusos, algo de holandês? **É uma pergunta apenas** (PEREIRA, 1983, v.3, p. 163)⁴⁸

Na carta, é possível perceber que Meira usa semântica de pressuposições para coagir Nilo. Não pergunta se o frevo é pernambucanidade; simplesmente afirma que é, deixando implícito que seria incoerente não destinar um espaço para falar dele em sua obra. Embora tenha escrito sobre o frevo e, por extensão, sobre o carnaval pernambucano – buscando demonstrar aí, inclusive, estar atualizado sobre o debate acerca de uma suposta apropriação do frevo por baianos – tanto o frevo quanto as outras práticas da cultura popular, como as que faziam e fazem o carnaval em Pernambuco, não integravam o quadro de referências da pernambucanidade. Isso é evidente não apenas na conceituação de Nilo e de Freyre, mas nas referências a elas associadas nos discursos dos políticos, como os governadores, os deputados, além dos colunistas dos jornais que tratavam do assunto, bem como dos intelectuais e políticos ligados direta ou indiretamente a APL e ao IAHGP. Havia um silêncio com relação à cultura popular quando se falava em pernambucanidade. Desde que começou a ser fabricada, a pernambucanidade era claramente uma coisa, a cultura popular, outra. Além disso, pode-se acrescentar o fato de que Nilo, pela forma como vivia o seu catolicismo, não gostava de carnaval, associando-o a uma festa permissiva, freudiana, de provocação sexual, e ele deixou isso claro em uma de suas Notas Avulsas, em fevereiro de 1982, no **JC**:

Tu sabes, leitor amigo, que não sou carnavalesco...

⁴⁸ Grifos meus.

Outro dia um padre dizia pela televisão que o carnaval podia ser uma festa interessante, divertida, aliciante, como aliás é. Mas converteu-se – acentuou o bom sacerdote – numa **permissividade terrível**. Octavio de Faria, o maior romancista brasileiro do nosso tempo, disse do carnaval que é “uma festa freudiana”. Eis a palavra certa. **O que se vê por toda a parte é a provocação sexual** (JC, 21/02/1982, p.4).⁴⁹

Apesar de a obra de Nilo praticamente silenciar sobre a cultura popular, acabou influenciando, mas já em outro contexto totalmente diferente, nos anos 90, trabalhos ligados à mesma. Um exemplo foi o programa de TV **Pernambucanidade**, apresentando pelo músico Marcílio Lisboa, que alegava ter se inspirado na obra de Nilo para idealizar seu programa. Lisboa apresentou esse programa em várias emissoras de televisão na TV Jornal, onde foi exibido ininterruptamente até 2002, e Rede Globo. Lisboa, porém, surgiu na cena musical pernambucana nos anos 80, gravou vários discos, entre LPs e CDs, mas foi mesmo o **Pernambucanidade** que marcou sua carreira. A ideia do programa teria começado quando foi convidado a participar de um programa na Rádio Capibaribe, no qual selecionaria dez canções de Música Popular Brasileira – MPB, mas ao invés de MPB, ele optou pelo que chamou de MPP (Música Popular Pernambucana). Daí partiu outro convite para que apresentasse um programa com artistas locais.

4.3. “as muitas faces da pernambucanidade política”⁵⁰: a cultura política da pernambucanidade.

Diante do exposto até aqui, foi possível identificar que os sujeitos tomados por diversos segmentos da sociedade como os principais referenciais no tema da pernambucanidade entendiam a mesma como sinônimo de cultura pernambucana e que praticavam um imbricamento desta cultura, em suas conceituações, com a política. Isso explicava porque era tão evocada nos discursos dos políticos, governadores, além dos intelectuais conservadores, dentre outros segmentos da sociedade que, por razões diversas, em diversos momentos, se ocupavam de questões políticas. Assim posto, por ser uma cultura não propriamente popular, mas que estava intimamente ligada à política, não apenas no conceito, mas na prática, creio que buscar compreendê-la a partir do conceito historiográfico de cultura política é a postura

⁴⁹ Grifos meus.

⁵⁰ Fragmento do discurso de posse do governador Gustavo Krause, ANAIS/ALEPE, 14/05/1986, p.290.

teórico-metodológica mais apropriada. Mas o que seria uma cultura política? Que características permitiriam enquadrar a pernambucanidade nesta grade conceitual? E quais as características da cultura política da pernambucanidade?

A partir dos trabalhos de Serge Berstein, Jean-François Sirineli e Rudelli, principais delineadores do conceito de cultura política, foi possível compreender que a cultura política possui duas dimensões, uma individual e outra coletiva, podendo ser apropriada pelos historiadores nestas duas perspectivas, das crenças, valores, tradições e comportamentos políticos, entre outros elementos – como as representações políticas, a leitura de passado e visão de futuro – de um indivíduo ou do grupo que partilha com ele estes elementos. A cultura política, de acordo com esses autores, faz parte da cultura global de uma sociedade, porém não se confunde com ela, porque diz respeito especificamente aos fenômenos políticos. Em termos braudelianos, estaria situada na temporalidade da média e da longa duração, o que requer pelo menos uma conjuntura para que uma cultura política possa nascer. Berstein destaca também o caráter plural das culturas políticas, salientando que em uma mesma sociedade coexistem ou podem coexistir várias culturas políticas, inclusive com alguma delas exercendo hegemonia sobre as outras.

Le Modèle Républicain é uma obra que operacionaliza esse conceito de cultura política. Nela, Berstein e Rudelle (1998) estudaram a “cultura política republicana”. Identificaram que essa cultura se inscrevia na linhagem filosófica do Iluminismo e do Positivismo, que reclamava a herança histórica idealizada da Revolução Francesa, a partir da qual justificava a existência de um regime de tipo parlamentar, preconizava uma sociedade de progresso gradual no seio da qual a ação do Estado, combinada com o mérito dos indivíduos, devia levar à criação de um mundo de pequenos proprietários, ou a uma promoção de que a escola seria o motor, encontrando finalmente, para se exprimir, um vocabulário do qual os termos “cidadãos”, “grandes antepassados”, “princípios imortais” ou “progresso” constituíssem palavras-chave, enquanto o barrete frígio, a bandeira tricolor, o hino da Marselhesa, a representação da Mariana, estabeleciam uma linguagem simbólica adequada aos dados importantes desta cultura política.

O historiador Rodrigo Patto de Sá Motta também se ocupou do estudo da cultura política, tendo se tornado uma referência nos estudos sobre cultura política no Brasil. De acordo com ele, na historiografia corrente é muito influente a percepção de que a cultura determina o desenrolar dos acontecimentos, da mesma forma como décadas atrás se pensava que a economia ou os interesses sociais ofereciam a chave para compreender a dinâmica da

história. E como muitas coisas têm sido explicadas pela influência dos fatores culturais, com a política não poderia haver exceção, daí o crescente interesse historiográfico pelo conceito de cultura política, pois este permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder. O autor também destaca que tratar de cultura política é tratar de permanências e mudanças lentas. A força do conceito residiria exatamente em revelar como certos comportamentos políticos são influenciados por elementos arraigados na cultura de um grupo, como crenças, mitos, ou pela força da tradição. Buscando sintetizar, com base nos estudos de Berstain e Sirinelli, Motta (2019) conceituou cultura política como:

o conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

A pernambucanidade, a partir de 1970, começou a apresentar todos esses elementos constitutivos da cultura política apontados na conceituação de Motta, o que me levou, entre outras coisas, a adotá-la, mas não como uma camisa de força. Cumpre destacar que apenas a tradição, isoladamente, não define cultura política. Nesse sentido, a tradição de comemoração por exemplo, com base em um calendário cívico, a data de aniversário da Restauração Pernambucana ou das Batalhas dos Guararapes, por si só, não constituiria uma cultura política. A existência do que poderia ser um imaginário social desta Restauração, como tratado no trabalho de Mello (2008), ou dessas Batalhas, tampouco. A tradição de comemorações cívicas, assim como a presença de um imaginário social da Restauração entre segmentos da elite política e intelectual, por exemplo, é muito antiga e muito anterior aos anos 70. Seria necessário que houvesse a presença de outros elementos, atuando de forma articulada, coisa que não identifiquei antes dos anos 70.

Motta também destacou que os estudos de cultura política possuem forte convergência com as pesquisas dedicadas às diversas formas de manifestação das representações políticas, como o imaginário, iconografia, mitologias, entre outras, devido à comum motivação de compreender os impactos gerados pelos encontros entre cultura e política, mas não se confundem com estes conceitos. No entanto, de acordo com o autor, nem toda história cultural do político implica o uso da categoria cultura política. O fato de Marc Bloch ter mostrado a importância da crença nos poderes taumaturgicos dos monarcas na Europa medieval – argumenta ele – não significa necessariamente que se deva falar aí na existência de uma cultura política. Assim, vejo vários elementos que constituiriam a pernambucanidade a partir

dos anos 70, ou seja, não constituíam uma cultura política. Vários deles já existiam, sendo inclusive muito antigos, porém não poderiam ser tratados como expressão de uma cultura política, mesmo que fossem interpretados por alguns como elementos de uma “cultura pernambucana”; faltava-lhes elemento “político”, só possível a partir do momento em que passaram a ser instrumentalizados politicamente de maneira articulada.

Outra observação relevante sobre a cultura política foi realizada pela historiadora Ângela de Castro Gomes (2004), que destacou que as mesmas estão sempre associadas a culturas históricas. Explicando que o conceito de cultura histórica foi tomado por Le Goff de Guenée para caracteriza “a relação que uma sociedade mantém com o seu passado”. Gomes salientou também que culturas históricas costumam marcar uma memória nacional, e além de articuladas com culturas políticas, também se vincula a políticas culturais. O processo de construção de culturas políticas incorporaria sempre uma leitura do passado – histórico, mítico ou ambos – que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos e textos referenciais. Essa leitura do passado também envolveria um “enredo” – uma narrativa – do próprio passado, podendo-se então conformar uma cultura histórica articulada a uma cultura política. A construção de uma cultura política e de uma cultura histórica vincula-se à implementação de políticas públicas, de acordo com Gomes, em particular sob regimes autoritários, que investem de maneira consciente e eficiente na busca de sua legitimidade, mobilizando valores, crenças e tradições da sociedade, com destaque para os que se referem a uma herança e passado histórico comuns.

Na cultura política da pernambucanidade, é possível identificar que a cultura histórica que a compõe é aquela ligada ao IAHGP, que sempre enfatizou, desde a sua fundação, a memória idealizada da Restauração Pernambucana e, por extensão, das Batalhas dos Guararapes. Apesar de, ao longo da história de Pernambuco, sempre ter havido indivíduos ligados tanto ao IAHGP quanto à APL em cargos políticos no governo do Estado, o que aconteceu a partir do golpe de 64 não tem precedentes. A quantidade de sócios do IAHGP e acadêmicos da APL que passaram a integrar o governo estadual, municipal do Recife e federal, especialmente nos órgãos de cultura, como o CEC, o CONTUR a FUNDARPE, o CFC, a Secretaria de Cultura do MEC, entre outras, levou esses governos a receberem uma notável influência dessas instituições, o que acabou por trazer para o interior da máquina pública, inclusive a cultura histórica do IAHGP. A cultura histórica do Instituto passou a ser, a partir de 1967, de modo sistemático, instrumentalizada politicamente, tanto no campo

político propriamente dito, quando no campo das políticas culturais, possibilitando, junto a outros elementos, a fabricação de uma cultura política a partir do início dos anos 70.

Na composição da narrativa do passado que integra uma cultura histórica, como apontado por Gomes, encontra-se também a “narrativa da nação”. A esse respeito, Benedict Anderson (2008) destacou que as “nações” são “comunidades imaginadas” cujas diferenças umas das outras residem justamente nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas, seja com relação a outras, seja com relação a si mesmas. De acordo com Hall (2005), a fabricação de uma nação requer a mistura de alguns ingredientes, entre os quais: a “narrativa da nação”, a “ênfases nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade”, a “invenção de tradições”, a ideia de um “folk puro” e o “mito fundador”. A cultura histórica do IAHGP que, constituía a cultura política da pernambucanidade, continha uma narrativa da nação bem definida. Basicamente, a pátria teria surgido nas Batalhas dos Guararapes, onde pernambucanos com “bravura” e “patriotismo” venceram e expulsaram os “invasores” batavos, que eram militarmente mais poderosos, assegurando que o Brasil mantivesse sua extensão territorial, não se fragmentando em outros países. Por isso, o restante dos brasileiros teria uma “dívida” com os pernambucanos que, às custas de sangue, salvaram o Brasil. Nessa mesma narrativa, as Batalhas dos Guararapes aparecem como um mito-fundador do Brasil e da “índole” psicossocial dos pernambucanos ou do “folk” pernambucano.

De acordo com Mircea Eliade (1987, p.13), o mito “conta uma história sagrada; relata um acontecimento que teve lugar no tempo imemorial, o tempo fabuloso dos começos”. O mito conta “como uma realidade chegou à existência, quer a realidade total, o cosmos, quer apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição”. Ou seja, o mito “funda” uma dada realidade. A esse respeito, Marilena Chauí (1996) destacou três elementos que constituem um mito-fundador: a sagração da natureza, a sagração da história e a sagração do governante. No mito-fundador das Batalhas dos Guararapes, a terra brasileira é vista como natureza, como algo que já estava lá, como se suas fronteiras fossem intemporais e seu destino ser protegida pelos pernambucanos, os guardiões da terra que, através da união das três raças que representam o Brasil, defenderiam da pátria os lauréis como uma missão. Os sagrados Montes dos Guararapes estavam lá destinados a sediar a escrita, com sangue, da história nacional, da vitória dos homens “de fé” católica contra os “invasores”, protestantes hereges. A pátria é imensa, mas foi em Pernambuco que nasceu, especificamente nos Guararapes, “berço da nacionalidade”, no chão pernambucano, o “palco das revoluções libertarias”. A história é compreendida numa perspectiva teleológica-

teológica, como se a gente dessa terra estivesse predestinada, através de sua “vocação histórica”, a liderar e se insurgir contra o poder central em defesa das pessoas da terra e da pátria, o que levou a essa gente escrever “as mais belas páginas da História do Brasil”, graças a governantes que cumpriram a missão, como um sacerdócio, de governar o Leão do Norte.

As tradições de comemorações e condecorações das Batalhas dos Guararapes expressavam ao mesmo tempo a ênfase nas origens, mas também na continuidade, na sua justificação do presente. Essa narrativa presente na cultura histórica do IAHGP, que se apropria das Batalhas dos Guararapes como um mito-fundador da nação brasileira, até então restrita ao campo historiográfico e derrotada no quadro da historiografia nacional, passa a adquirir prestígio devido ao fato de os militares ligados ao Exército,   frente do governo federal, também se apropriarem deste episódio como o mito-fundador de sua instituição. A narrativa da nação, na sua versão pernambucana, passou a usufruir de um grande prestígio nacional. Claro que isso não se deu sem esforços e sem perdas. O IAHGP, como expus no primeiro capítulo, através do seu presidente, José Antônio Gonç lves de Melo, elaborou, em 1965, um memorial sobre o Monte dos Guararapes e entregou pessoalmente ao presidente Castello Branco, visando influenciá-lo no sentido de desapropriar as ocupações irregulares que estavam ocorrendo na região onde ocorreram as Batalhas dos Guararapes. Castello Branco então, que mantivera relações com José Antônio e com o IAHGP desde a época em que comandou o IV Exército, no Recife, baixou um decreto declarando os Montes como sendo de utilidade pública, para fins de desapropriação, destinado a virar Parque Histórico. Posteriormente, em 1971, já no governo Médici, seria criado o PHNG, representando uma vitória da narrativa da nação, na sua versão pernambucana, no âmbito das disputas de narrativas.

É claro que a instrumentalização política da cultura histórica do IAHGP, que, junto a outros elementos, constituiu a cultura política da pernambucanidade, foi possível graças, primeiramente, ao interesse do Exército na memória das Batalhas dos Guararapes e a elementos a esta associados. Verificou-se nesse processo uma convergência de interesses positiva para segmentos da elite pernambucana que tomavam “bravura” e “patriotismo” como traços psicossociais dos pernambucanos ao verem os militares exaltando esses valores como sendo também seus.   razoável por isso, entre outras questões, afirmar que, se o Brasil não tivesse vivido a ditadura civil-militar, encabeçada pelo Exército, dificilmente teria existido em Pernambuco uma cultura política da pernambucanidade.

Em segundo lugar, a instrumentalização política da cultura histórica do IAHGP foi possível graças ao fato de os seus mais ativos integrantes estarem nos órgãos de planejamento e execução das políticas públicas dos governos. Não seria suficiente a mera existência da cultura histórica do IAHGP e o interesse do Exército pela mesma se os integrantes ativos do Instituto não fizessem parte da composição do governo do Estado, e do governo federal, para dar a essa cultura uma dimensão política, relacionando-se com os políticos, sendo eles próprios políticos.

Para que a cultura política da pernambucanidade pudesse se tornar possível, houve negociações no campo da memória, entre os segmentos da elite pernambucana identificadas com a cultura histórica do IAHGP e os governos civis-militares. A cultura histórica do IAHGP considerava a data de comemoração da Restauração Pernambucana (27 de janeiro de 1954) como a mais importante data do calendário cívico do Estado de Pernambuco, inclusive mais do que a data de comemoração das Batalhas dos Guararapes (19 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649). Mas os militares, então à frente do governo federal, desde 64, não estavam interessados na Restauração Pernambucana, pois esta soava como algo muito regionalista, bairrista, que não poderia vir a se constituir como comemoração nacional. Além disso, a Restauração Pernambucana ocultava na nomenclatura o papel e atuação daqueles que foram tomados como fundadores do Exército. Mas as Batalhas dos Guararapes – esse recorte no interior da Restauração Pernambucana – estas sim, remetiam ao protagonismo das forças armadas e, mais especificamente, do Exército, pois evocavam imediatamente a uma ação militar.

De acordo com Motta, ao falar do caráter plural das culturas políticas, aspecto enfatizado nos trabalhos de Berstein e Sirinelli, as diferentes culturas políticas não devem ser encaradas como realidades estanques, como se estivessem encerradas em si mesmas e imunes ao contato com as outras, pois, embora possam ser adversárias e apresentar características antitéticas, às vezes se deixam influenciar por valores defendidos pelas concorrentes, sobretudo quando encontram grande aceitação social. Por isso, a opção de alguns autores em pensá-las sempre em formato plural, dividindo o mesmo espaço social, enquanto outros enfatizam a cultura política singular de cada grupo nacional. Mais importante é perceber, de acordo com Motta, que não há incompatibilidade entre os dois modos de conceber cultura política, no singular e no plural. De acordo com o autor, é possível admitir a existência de padrões culturais coletivos a um povo, uma cultura política brasileira, por exemplo. Este é o ponto do qual me distancio deste autor.

Busquei tratar da cultura política da pernambucanidade em sua singularidade, nos aspectos internos que definem a sua identidade como tal. Porém, percebi que sua identidade está relacionada a um processo de afastamento ou enfrentamento de elementos do campo da política que são exteriores a ela, como o comunismo. Berstein (1998) trata o comunismo não como uma ideologia, mas como uma cultura política, já que apresentaria, no seu bojo, elementos culturais, como crenças, tradições, valores e comportamentos políticos, e que possui uma leitura específica do passado, visões específicas do presente e um projeto específico de futuro. No Brasil, os governos civis-militares criticavam o comunismo de não ser nacionalista, então a afirmação do nacionalismo tinha uma série de funções, mas também a função de desqualificar o comunismo e afastá-lo, sem o constante emprego da força bruta. A pernambucanidade, ao seu modo, também possuía um forte apelo ao nacionalismo. Assim, creio que exaltá-la se constituía numa forma complementar de afastar aqueles que eram comunistas ou eram taxados como tal. O MCP, acusado de estar infiltrado de comunistas e fazer doutrinação comunista, havia feito um trabalho até 64 que os grupos conservadores se empenharam em desfazer. A afirmação e defesa da pernambucanidade parecia funcionar também como uma forma implícita de constranger os comunistas e as pessoas de esquerda no Estado, o que reforça, mais uma vez o lado político da pernambucanidade.

Embora cause a impressão de expressar toda a cultura política do Estado, a cultura política da pernambucanidade expressa as tradições, valores, crenças e comportamentos políticos, bem como as visões de futuro e cultura histórica de alguns grupos, ou segmentos de Recife e Olinda. Sua cultura histórica remete aos episódios históricos que se desenrolaram sobretudo nestas duas cidades, que são generalizados para definir todo o Estado. Durante o período em que essa cultura passou a exercer uma hegemonia, representantes políticos dessas duas cidades passaram a disputar entre si qual seria a maior expressão da pernambucanidade, salientando o seu papel, sobretudo na história. Desse modo, por exemplo, enquanto Nilo escreveu em sua **Pernambucanidade** que o Recife é quem traçou os rumos definitivos do Nordeste e, em certos casos do Brasil, conforme se pode ler abaixo:

Escreve Arthur Orlando de modo magistral: “Outros estados reclamarão para si os vôos da águia, o rugido do leão pertencerá a Pernambuco”. **Esse rugido do leão é a voz da pernambucanidade.** Rugido revolucionário. Pernambuco e o Recife são sinônimos. Eis porque a biografia do Recife é a mesma de Pernambuco. **Porque o Recife é a cidade regional. Que traçou**

rumos definitivos ao Nordeste e, em certos casos, ao Brasil (PEREIRA, v.1, 1983, p73).⁵¹

Em uma carta de Germano Coelho destinada ao Papa João Paulo II, na ocasião em que estava à frente da Prefeitura de Olinda, mesmo usando outros termos, podemos observar o contrário. Que não teria sido o Recife e sim Olinda, quem teria traçado os rumos do Nordeste e do Brasil:

Pequena em dimensão, Olinda é grande na História. Primeiro rebento cristão, nas terras da Vera Cruz. Precursora do sentimento brasileiro da nacionalidade. Berço das revoluções libertárias. Da Restauração Pernambucana. Da independência do Brasil. Da abolição da escravatura. Da república. **Matriz de toda a civilização urbana e rural do país** (07/07/1980, p. A22).⁵²

Na carta, Germano Coelho pedia ao papa que Olinda fosse elevada à condição de Sólido Cardinalício e que o Arcebispo Dom Helder Câmara fosse sagrado seu primeiro cardeal. Isso aconteceu por ocasião de visita ao Brasil em 1980. Ao dizer que o sentimento de nacionalidade surgiu em Olinda, que ela foi berço das revoluções libertárias, da Restauração Pernambucana, da Independência, da Abolição, está indo de encontro ao que Nilo escreveu, pois foi a estes episódios a que referiu quando se referiu ao Recife como tendo traçado os rumos do Nordeste e do Brasil. É interessante recordar que Germano Coelho era do MDB e integrara o MCP, e possuía, junto com Dom Helder Câmara, uma inclinação para a esquerda. Ainda assim, reproduzia o repertório da pernambucanidade, possivelmente porque convinha, talvez simplesmente porque, mesmo estando ligada aos políticos e intelectuais conservadores, não estava fechada a quem desejasse fazer uso de seu repertório. Afinal as culturas políticas são construções que transcendem as instituições partidária. Em 1984, assumindo o lado a favor do Recife, o cantor Reginaldo Rossi dizia num trecho da sua música que virou sucesso, **Recife, minha cidade**: “Ela é a cidade que viu surgir três grandes heróis da nossa nação, o negro Henrique e o branco Negreiros, o índio Felipe e o Camarão”

Um outro elemento constitutivo de uma cultura política, além da cultura histórica, das tradições, valores, crenças e representações no âmbito da política, está relacionado à presença de projetos direcionados ao futuro. Esse elemento acompanha muitas falas e dos discursos,

⁵¹ Grifos meus.

⁵² Grifos meus.

orais ou escritos, dos políticos pernambucanos conservadores. Replico abaixo dois fragmentos dos discursos de posse dos governadores Marco Maciel (1979) e Roberto Magalhães (1983):

Quero que a minha primeira palavra seja uma profissão de fé nos **destinos de minha terra** e um compromisso de tudo fazer, com o meu esforço pessoal e a autoridade do meu cargo, para **ajudar a construir a grandeza de Pernambuco**.

Tenho consciência de que não basta exaltar as glórias do passado, simbolizadas nos Montes dos Guararapes, berço da nacionalidade, e onde, em cada ângulo de sua paisagem há uma vibração imorredoura de pernambucanidade.

A História é um compromisso do presente na busca da construção do futuro.

Creio, assim, que o futuro não é uma realidade cega; mas, ao revés, está entregue à nossa capacidade de construí-lo (Discurso de posse do governador Marco Maciel, ANAIS/ALEPE, 15/03/1979, p.355 e 357)⁵³

Os pernambucanos, **fiéis à tradição de construir**, sempre demonstraram bravura e tenacidade diante dos obstáculos e das situações mais decisivas da sua história.

Estou certo de que, **inspirados na vocação de realizar, cumprirão mais uma etapa**, na magnífica tarefa de afirmar os valores mais altos da pernambucanidade.

Espero **que o sentimento de pernambucanidade se constitua na fonte permanente de inspiração de minhas decisões**.

(Discurso de posse do governador Roberto Magalhães, ANAIS/ALEPE, 15/03/1983, p. 301).⁵⁴

No discurso de posse de Maciel, a “terra pernambucana” tem um destino, ou seja, está sujeita a uma sucessão de acontecimentos inevitáveis, grandiosos, e ele afirma acreditar nesse destino como uma profissão de fé, colocando-se a serviço da construção desse destino glorioso. Ele, contudo, destaca que não basta exaltar as glórias do passado, que estariam ligadas a Guararapes e expressariam a pernambucanidade, pois o futuro, mesmo estando escrito, depende da capacidade dos pernambucanos de construí-lo para se realizar, ou seja, a função do presente é se comprometer com o passado, nele se inspirando, para construir o futuro. Magalhães utiliza uma semântica de pressuposições, supondo nos pernambucanos uma suposta “fidelidade à tradição de construir” e “vocação de realizar”, relacionando isso uma afirmação dos valores “mais altos” da pernambucanidade, o que significaria infidelidade à tradição e, por extensão, à pernambucanidade, o não engajamento na nova etapa da história do protagonizada por ele no Estado como governador. Como forma de se colocar como partícipe

⁵³ Grifos meus.

⁵⁴ Grifos meus.

desta comunidade pernambucana de fiéis à tradição, complementa que espera que o sentimento de pernambucanidade inspire suas decisões permanentemente. Ou seja, a pernambucanidade está comprometida com o futuro, sendo que as pessoas deveriam se inspirar no passado, no presente “aqui e agora” para direcionar suas ações para o futuro. Mas que futuro é esse e a quem ele interessa?

Nestas duas ocasiões – embora isso aconteça em muitas outras – os governadores, ao acionarem a memória social, colocaram-se como porta-vozes e legítimos herdeiros dessa tradição, portadores dos valores e crenças a ela associados, visando conseguir alcançar, a partir de uma semântica de pressuposições, a legitimidade de seus projetos de manutenção no poder e do grupo a que pertencem. Essa busca da legitimidade, através de semântica de pressuposições que costura passado-presente-futuro, é reforçada pelo uso de expressões do campo religioso – muito comum na cultura política da pernambucanidade – para revesti-la de uma maior blindagem, evitando questionamentos, dos seus projetos de poder.

Assim posto, não considero apropriado referir-se à pernambucanidade como um “mito”, como fez Gonçalves (2007), talvez influenciado por trabalhos como o de Arruda (1990), que estudou a mineiridade a partir do conceito de mito. A pernambucanidade, em seus elementos constitutivos, integra um mito-fundador, que é a Batalha dos Guararapes. Também não considero apropriado referir-se a um “imaginário” da pernambucanidade, como fez Amaral Junior (2000) em seu trabalho. Tanto o conceito de mito como o de imaginário acabam projetando a pernambucanidade para um momento em que ela não existia, embora existissem alguns dos elementos que viriam a constituí-la mais tarde.

Considero apropriado, porém, falar de um imaginário da Restauração Pernambucana, como fez Mello (2008). A pernambucanidade também é constituída por um imaginário da Restauração, que integra sua cultura histórica. Penso também que não seja adequado falar de uma “narrativa” da pernambucanidade, pois ela integra várias narrativas, das quais a narrativa da nação é mais destacada. O problema, penso, de tratar a pernambucanidade a partir desses conceitos reside no risco de cair num anacronismo, ao se projetar uma realidade mais complexa, forjada numa conjuntura histórica recente, para um passado em que tal construção ainda não existia. Não se trata de uma questão linguística de nomenclatura. Uma cultura não é um mito, não é um imaginário, não é uma narrativa, mas um conjunto mais amplo que integra ou pode integrar todos esses elementos. Deste modo, defendo que a pernambucanidade foi, pois, uma cultura política.

4.4. Entre a redemocratização, a morte de lideranças e a cultura popular: a dissolução da cultura política da pernambucanidade

Em 1996, como expus na introdução, a empresa pernambucana TGI Consultoria em Gestão organizou um Seminário no Recife intitulado “Resgate da Pernambucanidade”. Este seminário, desdobramento de uma pesquisa realizada pela própria empresa entre 1990 e 1996, entrevistou cerca de mil empresários e executivos ligados a diversos segmentos empresariais no Estado de Pernambuco, com destaque em suas áreas de atuação. Várias perguntas foram feitas aos entrevistados, mas as respostas dadas a duas delas intrigaram os dirigentes da empresa, pois ao serem indagados sobre a economia do Estado, muitos alegaram que Pernambuco se encontrava num processo de estagnação ou decadência econômica e quando lhes era perguntado o que o Estado poderia fazer para sair daquela situação, boa parte respondeu que a solução poderia ser “resgatar” a pernambucanidade que ele tinha no passado. Considerando que a pesquisa da TGI começou no início dos anos 90, o passado a que se referiram alguns entrevistados só poderia ser nos anos 80, 70 ou mais para trás. Teria mesmo acontecido algo com a pernambucanidade para que ela precisasse ser “resgatada”?

Debruçando-se sobre os acontecimentos dos anos 80 em Pernambuco, é possível encontrar indícios suficientes para sustentar que a pernambucanidade, enquanto cultura política, dava sinais de esgotamento político, o que talvez explicasse que alguns empresários, a partir dos anos 90, já falassem em “resgatar” a pernambucanidade que o Estado tinha no passado. Em agosto de 88, na Semana da Cultura Pernambucana, promovida pela Biblioteca Pública de Pernambuco, o historiador Denis Bernardes apresentou uma comunicação bastante provocadora, que tecia duras críticas à pernambucanidade. Em sua comunicação intitulada **Não existe cultura pernambucana**, Bernardes argumentou que a gênese e maturação da ideia de pernambucanidade estavam ligadas a momentos históricos do país em que as relações do poder central com segmentos do poder local foram redefinidas. Um primeiro momento de elaboração e uso, mesmo que sob outras denominações, de uma suposta pernambucanidade, segundo ele, teria ocorrido no Estado Novo, durante a interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco. Essa criação, ou recriação, teria buscado suas bases na história e no folclore. No Estado Novo, a pernambucanidade confundia-se aí com as noções amplas de brasilidade e era usada para acusar certos setores da oposição de “crime de antibrasilidade”.

Bernardes destacou ainda que não se observava no período que se estendia entre 1945 a 1964, o chamado “período democrático”, uma postura cultural relevante que se reclamasse de uma cultura referida à pernambucanidade. Uma retomada da ideia de uma cultura pernambucana estaria associada, de acordo com ele, ao ciclo histórico iniciado em 64, com a intervenção militar na vida política, interrompendo o momento do ciclo constitucional iniciado em 1945. Sem citar nomes de indivíduos, grupos ou instituições – mas provavelmente se referindo aos intelectuais da APL e IAHGP –, Bernardes salientou que indivíduos e movimentos culturais que, antes de 64, viam com horror os movimentos que se aproximavam do povo, como o MCP, por exemplo, passaram a dominar quase totalmente a cena cultural local. Para Bernardes, essa pernambucanidade não passava de uma cultura oficial que existia apenas porque contava com o apoio e financiamento do governo do Estado, sem que houvesse a preocupação se ela estava ou não enraizada no ser social. Bastava, segundo ele, a satisfação de uma verdade que se autojustificava na sublimidade de sua missão cultural e cívica.

Bernardes destacou também que existia ainda, paralela à pernambucanidade, outra cultura, vivida como cultura da resistência, que realizava proezas para se libertar das malhas da censura, da repressão e da falta de recursos. Refere-se ainda a uma terceira cultura, ou contracultura que, cultivando-se marginal, buscava afirmar-se na deliberada negação de comportamentos e valores associados a uma moral conformista e que se manifestava tanto pelo desprezo da cultura oficial como também de toda cultura que não se parecesse associada à vida. Interessava a essa cultura fazer da vida, do instante, do desejo, o valor supremo. A estrada era, segundo ele, o elemento real ou simbólico dessa aventura e a viagem, no sentido próprio ou figurado, era uma forma de realizar uma abertura das portas da percepção. Esta cultura, cuja maior expressão teria sido situada em 1968, aparecia fundamentalmente como “não nacional”, pois o nacional acabou sendo identificado com acertado horror, ao poder que veiculava o slogan do “Brasil ame-o ou deixe-o”.

De acordo com Bernardes, a realização de eleições diretas em 1982, para governadores e prefeitos trouxe a possibilidade, no caso de Pernambuco, de rearticulação de uma frente popular, cujas raízes se encontravam anterior ao golpe de 64. Criticando a ideia da existência de uma “cultura pernambucana”, comercializada como pernambucanidade, Bernardes sugeriu que não se pensasse em “cultura pernambucana”, no singular, mas em “culturas”, no plural, culturas diferenciadas política e socialmente. Finalizou sua fala dizendo “não” a ideia de uma “cultura pernambucana”, propondo como alternativa a aceitação do termo “cultura em

Pernambuco”. Apesar concordar com a maior parte das postulações de Bernardes, discordo que a pernambucanidade entendida como cultura política tenha surgido no Estado Novo em Pernambuco. Como discuti até aqui, só a partir dos anos 70 teremos a união dos elementos que permitem a configuração da cultura política da pernambucanidade. Também discordo de que ela só tenha existido porque contou com o apoio oficial. Que houve esse apoio é óbvio. Entretanto, é preciso considerar, também, que havia quem consumisse esta cultura, mesmo que esse grupo de consumidores fosse seletivo e pequeno.

Embora não tenha usado o conceito de cultura política na ocasião, pois não era observado nos moldes historiográficos correntes até então, Bernardes aponta elementos que remetem ao seu aspecto político ao sugerir que não se pense em “cultura pernambucana”, no singular, mas em “culturas”, no plural, diferenciadas “política” e socialmente. Refere-se à rearticulação de uma frente popular, com raízes que se encontravam anterior ao golpe de 64, em torno das eleições diretas de 1982, como uma espécie de surgimento de uma concorrência em relação à pernambucanidade – associada ao ciclo histórico iniciado em 64 –, no campo político. De fato, as eleições de 1982 trouxeram para o cenário político várias daquelas lideranças, derrubadas pelo golpe, para que as condições que levaram à fabricação da pernambucanidade pudessem ter sido criadas. Porém, eu regrediria até um pouco mais atrás. Aponto o ano de 1979 como marco, pois a volta ao Brasil, graças a lei de Anistia, da principal liderança política progressista pernambucana, Miguel Arraes – derrubado pelo golpe, e associado ao antigo MCP, por ter sido em sua gestão como prefeito de Recife, entre 1960 e 1962 que fora criado – teve um considerável peso no campo político.

De volta ao Brasil em 15 de setembro de 1979, Arraes foi recebido por cerca de mil pessoas no aeroporto internacional do Galeão, no Rio. Seguiu no mesmo dia para a cidade do Crato, para visitar sua mãe, e foi calorosamente recebido pela população. No dia seguinte compareceu à uma grande concentração pública realizada em Recife em sua homenagem, por iniciativa dos dirigentes do MDB de Pernambuco, da qual participaram cerca de dez mil pessoas. Neste mesmo ano, na ALEPE, surgia um debate sobre o retorno de um dos mais importantes e atuantes intelectuais progressistas do antigo MCP, Paulo Freire. Em um desses debates, mediante a indicação de nº 586 (DOE, 007/09/1979), o deputado Sérgio Longman fazia apelação ao Ministro de Educação e Cultura e a UFPE à no sentido de que se adotassem as medidas necessárias visando a imediata reintegração de Paulo Freire nos quadros dessa Universidade. O deputado argumentou que os conhecimentos de Freire e sua inteligência foram colocados a serviço da liberdade, a favor dos oprimidos de todos os cantos do mundo e

que ele havia criado um método revolucionário de alfabetização, adotado hoje em diversos países.

A partir de 1979, com o início do processo de abertura política, configurava-se uma nova conjuntura com o regresso ao país de políticos e intelectuais progressistas, que haviam sido atuantes no cenário político e cultural pernambucano antes do golpe. Nas eleições de novembro de 1982, Arraes se elegeu deputado federal por Pernambuco, na legenda do PMDB, com a maior votação até então registrada em eleições proporcionais no estado, com 191.471 votos. Nas eleições de 15 de novembro de 1986, Arraes concorreu à sucessão de Gustavo Krause, no governo estadual, com o apoio da Frente Popular de Pernambuco, formada pelo PMDB, ex-malufistas egressos do PDS, o PCB, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o PSB, além de partidos menores. Seu companheiro de chapa, o deputado federal Carlos Wilson, serviu de elo com os setores mais conservadores do estado, graças à sua passagem pela Arena. A chapa venceu e em 15 de março de 1987, configurando-se mais um golpe contra a pernambucanidade, Arraes assume o cargo. Já no início do governo, desarticula o trabalho articulado entre os setores de cultura e turismo, extinguindo a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes criada por Maciel e que continuou na gestão de Magalhães, criando a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e a Secretaria de Turismo e a FUNDARPE é que passou a ser o órgão executor da política cultural.

Apesar de ter um conservador como seu vice, Carlos Wilson, a gestão de Arraes possibilitou operar um pouco de diversificação em vários órgãos do governo, trazendo para o seu interior indivíduos progressistas, até então ocupados predominantemente por conservadores. Além desse processo lento e gradual de redemocratização iniciado em 1979, que culminou no retorno de Arraes ao governo de Pernambuco, a pernambucanidade já vinha sofrendo, de maneira descontínua, em diferentes momentos, outro tipo de golpe: a morte das lideranças intelectuais que ajudaram a fabricá-la

Em 1974 morre Luiz Delgado, que fora conselheiro e vice-presidente do CEC, que era sócio efetivo do IAHGP desde 1931, fora presidente da APL desde 1964 até 1970 e ocupante da cadeira de nº 6, desde 1940. Em 1984, morre Mauro Mota, que também fora conselheiro do CEC e vice-presidente, tendo sido presidente da APL de 1972 a 1982, e acadêmico da APL, na cadeira de nº 20 e da ABL, na cadeira de nº 26. A notícia triste ganhou capa do caderno executivo do DOE intitulada “Governador lamenta e diz que morte de Mauro Mota golpeia pernambucanidade”, conforme se pode ver na figura abaixo:

Figura 34

Recorte da notícia de capa do DOE sobre morte de Mauro Mota



Dos raros escritores que se comunicam magistralmente em verso e prosa, sua ausência abre um vácuo em nosso mundo cultural e desfalca a inteligência brasileira

Governador lamenta e diz que morte de Mauro Mota golpeia pernambucanidade

Em face da morte do Acadêmico Mauro Mota, ocorrido ontem nesta Capital, o governador Roberto Magalhães fez a seguinte declaração:

"Com o desaparecimento de Mauro Mota Pernambuco sofre um rude golpe.

O poeta das elegias, que tão bem soube ver, sentir e cantar as coisas do seu tempo, nos deixa sem a beleza de sua poesia e sem a presença amiga de sua pessoa.

Fica-nos a sua obra. A sua lembrança. O seu exemplo de pernambucanidade, agora, mais do que em vida, imortal".

Fonte: DOE, 23/11/1984, capa.

O golpe maior de todos viria alguns anos depois, em 18 de julho de 1987, com a morte, por uma isquemia cerebral desencadeada por infecção respiratória e insuficiência renal, do arquiteto da pernambucanidade, Gilberto Freyre. Apesar de ser, já na gestão de Arraes – que representava o oposto da pernambucanidade - o governo do Estado, através do vice-governador Wilson Campos, baixou o Decreto nº 12.495 de 18 de julho, determinando luto oficial de 3 dias em todo o Estado de Pernambuco. O prefeito da cidade do Recife na ocasião, Jarbas Vasconcelos, também faria o mesmo com todo o município, através do decreto nº 13.938 de 18 de julho. Apesar de outra liderança importante ter continuado viva, Nilo Pereira, que faleceria em 1992, não havia mais condições de sobrevivência da pernambucanidade, seja pela perda das suas lideranças intelectuais, seja pelo processo de redemocratização.

No contexto de todo o debate em torno da Constituinte de 1988, que daria origem à Constituição Cidadã, a cultura política da pernambucanidade já não fazia o menor sentido para vários segmentos. A Campanha pela Anistia em 1979, as Eleições Diretas para Governador em 1982, os comícios das diretas para presidente em 1983 e 1984, o primeiro presidente civil em 1985, mesmo com as manobras, o retorno de Arraes ao governo do Estado em 1987.... Nem o governo federal nem o estadual, com os seus novos representantes,

mostrava mais o menor interesse pelo mito de fundação das Batalhas dos Guararapes, encenadas na pompa teatral das suas comemorações, já não fazia sentido exaltar o nacionalismo. A narrativa da nação que compunha a cultura política da pernambucanidade foi definitivamente derrotada com saída desses elementos da cena política.

A expressão pernambucanidade, porém, continuaria a ser utilizada, mas evocando outras crenças e valores, outras tradições e representações, outras memórias, outras histórias. Passaria a designar predominantemente não mais a cultura política, mas certos elementos da cultura popular, notadamente aqueles que se constituem como aspectos relevantes do carnaval de Recife e Olinda.

Posto que houve um deslocamento semântico no uso da expressão que designava uma cultura política, deslocamento que expressa, ao mesmo tempo, uma permanência ou continuidade (do uso da expressão pernambucanidade) e uma ruptura ou mudança (de conteúdo a que se referia a expressão), convém ressaltar, mais uma vez, outra observação de Koselleck a respeito dos conceitos: “as palavras que permaneceram a mesma não são, por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por elas designado” (KOSELLECK, 2006, p. 105). Essa postura é importante porque ajuda o historiador a evitar cair na armadilha do anacronismo.

A utilização da expressão pernambucanidade para designar certos elementos da cultura popular em Pernambuco se desenvolveu paralelamente à cultura política da pernambucanidade. Foi um processo lento, gradual, discreto e quase invisível, que incorporou, pouco a pouco, ao longo de anos, diversas manifestações, práticas e representações, fortalecendo-se ao longo do processo de redemocratização. Esse processo começou com o frevo, normalmente associado mais ao folclore do que à cultura popular, em que se reproduziam muitas das ideias e crenças dos folcloristas de poderia estar, junto com outras práticas, “ameaçado a desaparecer”⁵⁵. Essa percepção, comum entre os folcloristas, de compreender os objetos e os costumes populares como “restos” de uma estrutura social que se “apaga” e que justificava a ideia de “conservação”, “preservação” ou “resgate” aparece associado a alguns discursos em que o frevo é tratado como expressão da pernambucanidade, sendo por isso importante, inclusive, a fim de preservá-lo, inseri-lo na pré-escola..

⁵⁵ Parece haver uma tendência comum nos discursos identitários quando estes usam como signos de identificação a cultura popular. Burke, em seu trabalho, mostra como o fenômeno que ele chama de “descoberta do povo” e, conseqüentemente, do “popular”, na Europa, é acompanhado, simultaneamente, da “descoberta” de que a cultura popular estaria “ameaçada” a desaparecer. Cf. BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. Canclini também problematiza esta concepção de cultura popular que foi, durante muito tempo, a mola propulsora do trabalho dos folcloristas. Cf. CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo, Edusp, 1997.

Prefaciando o livro da peruana Carmela Oscanoa da Cárdenas, em 1981, **O uso do folclore na didática pré-escolar**, Mario Souto Maior escreveu:

Acredita a pesquisadora peruana que, **num zelo de pernambucanidade**, a criança deva, a partir do curso pré-escolar, **ir logo caindo no frevo**, ficando assim, desde cedo, mais presa às raízes tradicionais de sua região (DP, 04/09/1981, p. B6).⁵⁶

Os maracatus só vão aparecer como símbolos da pernambucanidade no início dos anos 90, de acordo com Guillen (2003) e Guillen e Lima (2006). A ocorrência mais antiga que consegui encontrar nos jornais de época em que pesquisei, associando frevo a pernambucanidade é de 1970, numa coluna de Ernani Regis no **DP** (23/10/1970, p.5). No texto, numa coluna muito discreta, Regis trata do carnaval e menciona a importância de um concurso de músicas carnavalescas naquele ano para “desenvolver”, no sentido de “estimular” o frevo porque ele possuiria “um grande índice de pernambucanidade”. Em 1978, o **Jornal do Brasil**, trouxe um fragmento da fala de Freyre que defendia o carnaval pernambucano, especificamente o “carnaval-participação”, afirmando que fazer isto era “levantar a bandeira da pernambucanidade” (**Jornal do Brasil**, 11/01/1978, p. 8). Normalmente, essas situações em que o frevo é tratado como expressão da pernambucanidade ocorrem em colunas muito discretas, sem destaque. Até nos meses de carnaval é raro encontra-las. De todo modo, isso aponta para o que mencionei há pouco, de que um lento, gradual, discreto e quase invisível processo, ocorrido paralelamente, faria com que a pernambucanidade passasse a designar elementos da cultura popular, fortalecendo-se ao mesmo tempo em que a cultura política da pernambucanidade vinha se desagregando. Pouco a pouco, contudo, carnaval e pernambucanidade passavam a manter estreita relação. Situação análoga, evidentemente com as suas devidas particularidades, parece ter acontecido na Bahia, em que carnaval e baianidade mantêm uma relação estreita, como revela o trabalho **Carnaval e baianidade: arestas e curvas na coreografia de identidades do carnaval de salvador**, do historiador Milton Araújo Moura (2001).

Moura toma a baianidade como um texto identitário construído, composto pelos elementos “familiaridade”, “religiosidade” e “sensualidade”, para o qual teriam concorrido o trabalho de inúmeros artistas e escritores, como Jorge Amado e Dorival Caymmi, entre os nativos, entre tantos outros, que inclusive estiveram pouco em Salvador, como Carmem

⁵⁶ Grifos meus.

Miranda e Ari Barroso, além de diversos outros setores do empresariado do turismo e pelas elites que ocupavam o governo estadual e o municipal desde os anos 60, que souberam captar e re-elaborar o capital simbólico da baianidade na forma de uma propaganda que, ao mesmo tempo, apresentasse a Bahia como sede da fruição tropical e moradia de um povo feliz. Moura desenvolveu seu trabalho a partir do repertório do carnaval de Salvador, da qual é emblemática a axé music, ressaltando que o texto da baianidade corresponde a essa cidade e suas adjacências e não a toda Bahia como um todo. Esse repertório é tomado como suporte de uma interface em que os vetores da elaboração e dicção da baianidade acontecem de forma a plasmar, no espaço da cultura de Carnaval, um texto sobre a sociedade baiana.

Além dessa semelhança na maneira como carnaval e baianidade estão associados na Bahia, carnaval e pernambucanidade também passarão a ficar nesta festa popular em Pernambuco. E do mesmo modo que o texto da baianidade, supostamente falando da Bahia, corresponde apenas a Salvador e suas adjacências, a pernambucanidade – enquanto cultura popular, que poderia, acredito, ser apropriada também pela noção de texto identitário –, supostamente falando de Pernambuco, corresponderá também apenas a Recife e Olinda. Esse processo em que carnaval e pernambucanidade começam a aparecer relacionados se dará num contexto em que segmentos da sociedade em Pernambuco vão acusar baianos de estarem se apropriando do frevo – a “pernambucanidade musicada”, como disse Silvio Meira na carta a Nilo Pereira – para fazer dele uma característica da baianidade. Alguns colunistas do **DP** vão se envolver neste debate, que vai durar meses em 1983, sendo recorrentes nos períodos de carnaval, como se ver neste fragmento da coluna de Marcus Accioly, no **DP**:

Pernambuco, que já teve de tudo, anda perdendo de tudo. **O frevo, por exemplo, de mala e cuia, emigrou para a Bahia.** Lá é Osmar, é Caetano, é até Moraes Moreira. E até no Rio, lá é Chico. Porém se o frevo lá pegou e de gaiola mudou – ao contrário do que disse Horácio - de céu e espírito, foi para o céu da boca, para outra boca, enquanto o frevo-cá ainda é frevo Capiba, do segundo Capiba, do Capib(a)ribe. **O resto é quarta-feira de cinzas** (DP, 12/02/1983, p. A9).⁵⁷

Ou seja, de acordo com Accioly, mesmo que o frevo esteja sendo cantado e tocado em outros estados, por outros cantores não pernambucanos, apenas o frevo de Pernambuco é original. Agnes Mariano (2009) em **A invenção da baianidade**, analisando os elementos que teriam forjado uma identidade baiana, através do estudo das canções, algumas quais, segundo

⁵⁷ Grifos meus.

ela, integrantes do repertório das fontes de pesquisa de Moura (2001), analisa a letra de várias canções que mencionam o frevo, incluindo uma de Macedo, de 1980, que fala do “frevo quente da Bahia” e aponta que, de pernambucano, às vezes parece que o frevo já se transforma em autenticamente baiano. Não é meu objetivo aqui seguir com uma discussão acerca das relações possíveis de se estudar entre pernambucanidade e baianidade, ou mesmo continuar com um debate sobre a pernambucanidade a partir do conceito de cultura popular. Isto poderia ser interessante em outra oportunidade, especialmente para explorar a disputa que se criou entre os municípios de Olinda e Recife pelo status de melhor carnaval e cidade símbolo da pernambucanidade – mas reforçar que o uso da expressão pernambucanidade continuou sendo amplamente utilizada, e correntemente, porém com outro conteúdo, enfatizando tomando como signo outros referências. Abaixo, reproduzo um quadro comparativo que construí no sentido de tornar didática a compreensão da diferença entre a pernambucanidade associada a cultura popular e a cultura política da pernambucanidade.

Tabela 2

| Algumas características da pernambucanidade enquanto cultura política e enquanto cultura popular | | |
|---|---|---|
| | Enquanto cultura política | Enquanto cultura popular |
| O que é Pernambuco (algumas representações comuns) | O berço da nacionalidade, ‘Leão do Norte’, território de revoltas, palco das revoluções libertárias, pioneiro nos movimentos emancipatórios | Terra do frevo, dos maracatus (a partir dos anos 90), caboclinhos, ciranda, cavalos-marinhos, entre outras manifestações populares, terra de um folclore rico |
| O que é o pernambucano | Patriota, cívico, cordial, dotado de “bravura”, detentor de um brio | Alegre, carnavalesco, folião, orgulhoso, |
| Colunas de jornais onde se encontram textos sobre | Política | Cultura |
| Espaços físicos onde normalmente se manifestam ou se expressam | Palácio do Campo das Princesas, ALEPE, Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres | As ruas do centro do Recife e Olinda, os clubes, os jornais |
| Sujeitos produtores, reprodutores e consumistas deste tipo de cultura | Políticos, governadores, deputados estaduais, prefeitos, intelectuais ligados ao IAHGP e APL | Populares, folcloristas, cantores/compositores de frevos, turistas, etc. |
| Principal campo de conhecimento de apoio | Historiográfico | Folclórico |

| | | |
|---|--|---|
| Período do ano de maior manifestação | Aniversários das batalhas de Guararapes, Revolução de 1817, Confederação do Equador, etc. e em dias de condecoração | Todo o período pré-carnavalesco, carnavalesco e pós-carnavalesco. |
| Situações de maior manifestação | Comemorações do calendário cívico, solenidades de comemoração e condecoração dos Guararapes, aniversários de episódios históricos. | Período Carnavalesco, entrevistas de rua |

Fonte: tabela elaborada pelo autor

Os secretários de Turismo, Cultura e Esportes eram os que mais articulavam, as vezes, os elementos ora da cultura popular, ora da cultura política, inclusive se reportando, às vezes, a elementos para além de Recife e Olinda. Pernambuco aí lembrado pelo seu do mar de águas mornas, pelo barroco de Olinda, Recife e Igarauçu, pelos ceramistas de Tracunhaém, Goiana e Caruaru, pelo clima de Triunfo, Garanhuns e Camocim; pelas águas de Petrolina, são Francisco e Salgadinho; por Guararapes e Tabocas. É Pernambuco do mestre Gilberto Freyre, de Lula Cardoso Ayres, de Mauro Mota, de Capiba, de Francisco Brennand. É Pernambuco do cantador do Sertão Luiz Gonzaga, dos Oliveiras, de tradição teatral, de Murilo Lagreca, o pintor clássico; é Pernambuco da Armorial, do concertista Sivuca, dos irmãos Valença, do Quinteto Violado, da Banda de Pau e Corda; é Pernambuco do frevo, do maracatu, do caboclinho e da ciranda, das pretas de engenho que ainda cheiram a banguê, enfim, Pernambuco dos que se foram, mas estão vivos a cada instante: Nabuco, Bandeira, Carlos Perna Filho, Nelson Ferreira e muitos outros.

Gostaria de ressaltar que, ao diferenciar cultura popular e cultura política da pernambucanidade, não estou negando que haja elementos políticos na cultura popular em Pernambuco, ou elementos populares na cultura política da pernambucanidade. Não se trata de aspectos excludentes e fechados; são fluidos ou líquidos, como talvez definiria Bauman (2005). O que as diferencia é uma “ênfase” ou “predominância” nos referenciais apropriados por cada uma delas. Além disso, a cultura popular, como destacou Néstor Garcia Canclini (1997) é constituída como como produto multideterminado de agentes populares e hegemônicos, rurais e urbanos, locais, nacionais e transnacionais. É formada a partir de processos híbridos e complexos, que usam como signos de identificação elementos procedentes de diversas classes e nações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa tese é discutir como se deu o processo histórico de fabricação da pernambucanidade, entre os anos 1964 e 1988, passando pela criação das condições que possibilitaram tal processo, o início propriamente do seu desenvolvimento, sua fase hegemônica – depois de fabricada, mas não como produto acabado – e sua dissolução. Baseei-me, para isso, em diversificada e abundante documentação histórica do período – consultadas em acervos físicos e digitais - como o **DOE, DOU, DP, JC** de Pernambuco e do Rio, **Jornal do Brasil, Jornal Pequeno, Folha da Manhã, Diário da Última Hora, Diário do Paraná, Diário de Natal, Diário da Paraíba, Correio Braziliense, Anais da ALEPE, Livro de Atas do IAHGP, a RIAHGP, RAPL, Veja, Boletim SPHAN/Pró-Memória, Revista Manchete**, livros da Coleção Pernambucana, filme (**Batalha dos Guararapes**), música (**Recife, minha cidade**), entre outras fontes. Algumas foram evidentemente mais exploradas, outras menos, mas sempre tomadas como versões parciais, desprovidas de neutralidade, comprometidas com dados interesses e os embates do momento. Elas me permitiram traçar - como apontou Vavy Pacheco Borges (1989) sobre o objetivo da História - um feixe de probabilidades sobre o passado.

No capítulo 1, em que tratei de um período que vai de 64-69, discuti como o golpe de 64 e a desarticulação do MCP, integrado por intelectuais progressistas, deixaram um espaço vazio na cena político-cultural em Pernambuco que passou a ser preenchido, a partir de 1967, por intelectuais conservadores ligados à APL e ao IAHGP. Discuti ainda como o preenchimento desse espaço só foi possível graças à criação do CEC, da EMPETUR, do CONTUR e do Sistema Estadual de Turismo pelo governo do Estado de Pernambuco, resultantes de um processo de replicação a nível estadual daquilo que era feito a nível federal. Discuti como esses órgãos, completamente ocupados pelos intelectuais e políticos dessas instituições (APL e IAHGP), passou a receber uma profunda influência das mesmas, e criaram as “criaram as condições ideais” para que se começasse a produzir discursos e práticas ligadas a uma cultura e identidade pernambucanas. Discuti também sobre as instituições a que esses intelectuais e políticos conservadores eram ligados, no sentido de compreender sua relação com o governo do Estado e os impactos que teria sua presença maciça nos órgãos de turismo e sobretudo de cultura do governo.

No capítulo 2, em que tratei de um período que vai de 1970 a 1974, discuti como a criação das condições para a produção de discursos e práticas ligadas a uma cultura e

identidade pernambucanas no período anterior (64-69) deram início, a partir de 1970, a um gradual processo de fabricação da pernambucanidade, liderado por Gilberto Freyre, que estava à frente do CEC e que reuniu vários intelectuais do IAHGP e APL, como Luiz Delgado, Mario Mota, Nilo Pereira e Marcus Vilaça, entre outros. Discuti ainda como na criação do PHNG – que levou Pernambuco a gozar de enorme prestígio nacional e fortalecer a pernambucanidade – convergiram interesses entre segmentos do Exército, então à frente do poder central, e segmentos da elite política e intelectual ligadas ao IAHGP e APL, então à frente dos órgãos de cultura e turismo do governo do Estado. Destaquei a importância da memória das Batalhas dos Guararapes para o Exército e para segmentos dessa elite local, que dela se apropriavam como referente à fundação da pátria, do Exército e da índole pernambucana. Discuti também a criação da FUNDARPE, que seria, desde o início, ocupada por sócios do IAHGP em cargos de liderança e que, um pouco mais tarde, passaria a desempenhar um papel central nas políticas culturais, contribuindo ativamente para, junto com outros elementos, tornar a pernambucanidade uma cultura hegemônica.

No capítulo 3, em que tratei de um período que vai de 1975 a 1986, discuti como a pernambucanidade se tornou uma cultura hegemônica no Estado de Pernambuco, a partir de uma série de ações da gestão Moura Cavalcante, Marco Maciel e Roberto Magalhães, que fortaleceram a cultura e o turismo no Estado, bem como da iniciativa de outras instituições civis, como a Rede Globo Nordeste, que, em sua fase de consolidação, procurou exaltar a pernambucanidade. Discuti também como o filme **Batalha dos Guararapes** - uma superprodução cinematográfica que estreou em 250 cinemas de todo o Brasil, em 1978, veio a conferir anos depois, como a criação do PHNG, visibilidade e prestígio a Pernambuco. Discuti ainda a criação, o funcionamento e o significado da Ordem do Mérito dos Guararapes, uma tradição inventada, recente, que passou a ser a mais alta e importante condecoração do Estado de Pernambuco e o mais alto símbolo da pernambucanidade no campo político. Discuti, ainda, como a criação da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes e do Sistema Estadual de Tombamento pelo governo do Estado fortaleceram a pernambucanidade, ao unir o CEC e a FUNDARPE. Discuti também o processo que levou a cidade de Olinda a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1982, num contexto em que a Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura e a presidência do IPHAN estavam nas mãos de pernambucanos, sendo um deles acadêmico da APL que já havia, inclusive, ocupado sua presidência.

No capítulo 4, em que tratei de um período que vai de 1979 a 1988, discuti o processo de esgotamento político da pernambucanidade, destacando porém, antes disso, os seus sentidos a partir dos seus produtores, intelectuais, entre os quais Nilo Pereira, e políticos, que a configuraram como uma cultura política. Tratando especificamente da sua dissolução, discuti como para isso contribuiu um conjunto de fatores, alguns dos quais, descontínuos – como a morte das suas principais lideranças como Luiz Delgado (1974), Mauro Mota (1982) e Gilberto Freyre (1987) – outros contínuos, como o processo de redemocratização do país – que, trouxe de volta à cena política, a partir de 1979 com a Anistia, importantes políticos e intelectuais pernambucanos de esquerda ligados ao antigo MCP, que haviam sido perseguidos, presos e exilados, como o educador Paulo Freire e o ex-governador Miguel Arraes, entre outros – e um processo lento, discreto, quase invisível de apropriação, por outros grupos e segmentos, da expressão pernambucanidade para identificar elementos da cultura popular, como o frevo – e posteriormente, os maracatus, entre outros.

A discussão que levei a cabo me permite defender a tese de que a pernambucanidade foi uma cultura política conservadora fabricada e sustentada por intelectuais e políticos conservadores pernambucanos, ligados a APL e ao IAHGP, liderados por Gilberto Freyre, que estiveram à frente das indústrias culturais do governo do Estado, como CEC, a FUNDARPE e o CONTUR, e do governo federal, como o CFC, a Secretaria de Cultura do MEC e o IPHAN, durante o período da ditadura civil-militar. Foi possível identificar, confirmando minha hipótese, baseada em elementos da comunicação do historiador Denis Bernardes, que houve uma trajetória, um período de “criação das condições” para se fabricar (64-69), um período de início desse processo de fabricação (70-74), um período – onde já fabricada, mas não como produto acabado – de hegemonia (75-86) e um outro de dissolução da pernambucanidade (79-88), entendida como cultura política. Essa cultura tinha como principal sustentáculo, entre outros, a própria existência da ditadura civil-militar, de modo que só fazia sentido porque estava alinhada com os interesses, valores, crenças e tradições da instituição que estava à frente do governo federal: o Exército. Instituição que havia se apropriado do mito de fundação que a constituía as Batalhas dos Guararapes como mito de fundação da pátria e do próprio Exército Brasileiro.

A fabricação da pernambucanidade, como a fabricação do rei Luís XIV tratada na obra de Peter Burke (1994), e como qualquer outro processo de fabricação, foi constituída por um processo ou etapas e contou com a matéria-prima de elementos pré-existentes no Estado de Pernambuco, como algumas tradições, algumas das quais ligadas à APL, à cultura histórica do

IAHGP, entre outros elementos, além da própria palavra pernambucanidade, também já existente, mas que só a partir de 1970 passaria a plasmar-se conceitualmente para expressar a identidade de uma cultura política. Não foi um processo homogêneo, contínuo, progressivo, evolutivo, linear. Houve descontinuidades dos ritmos na esteira de produção, devido a mudanças no nível da gerência e do operacional da fábrica. Às vezes mais acelerado – 70-71 e 78-83 –, às vezes mais lento – 72-77 –, outras vezes ainda com a inclusão de uma nova matéria-prima, enfim, como se poderia esperar de um longo processo produção, produzido a várias mãos, com uso de diversos instrumentos, ao longo de anos, por trabalhadores com diferentes níveis competência, responsabilidade e até mesmo consciência de todo o processo.

Do ponto de vista historiográfico, esta tese traz luz sobre um aspecto da história do Brasil República pouco conhecido e, mais particularmente, da história de Pernambuco. Além disso, contribui para ampliar o conhecimento acerca da colaboração de sujeitos, grupos e instituições da sociedade civil com a ditadura. Do ponto de vista social, esta tese pode trazer reflexões que ajudam a solucionar problemas do presente. Assumir um compromisso com o presente, isto é, “escolher ser de um momento, de um lugar, de uma paixão”, lembrando Farges (2001), deve ser uma responsabilidade do historiador.

Então, pretendo que, explicando os dispositivos e os mecanismos de racionalidade que fizeram funcionar a cultura política da pernambucanidade nesse dado momento em Pernambuco, eu possa contribuir para desvelar os dispositivos e os mecanismos de racionalidade que fazem funcionar as culturas políticas no presente. Pois nem sempre as culturas políticas que estão por trás das ações dos governos são alinhadas com os valores da democracia, por mais que tentem aparentar que estão. E entender como elas surgem, funcionam e se sustentam pode ser uma maneira eficaz de combatê-las.

Por fim, gostaria de destacar que esta tese não teve a pretensão de esgotar o estudo acerca do seu objeto. Outros elementos poderiam ser explorados ou aprofundados. Deixarei, porém, essa aventura para outros, historiadores e ou não, que se interessem pelo estudo da fabricação da cultura política da pernambucanidade ou, como disse Gilberto Freyre, da “pernambucanidade na sua expressão representativamente política”.

REFERÊNCIAS E FONTES

1. FONTES

Anais da ALEPE (1979 - 1986)
 Boletim SPHAN/Pró-Memória (1979 - 1983)
 Diário da Última Hora (1974)
 Diário de Pernambuco (1964 - 1983)
 Diário Oficial da União (1946; 1948 - 1950 e 1964 - 1966; 1971)
 Diário Oficial do Estado (1950; 1955; 1964 - 1988)
 Filme – Batalha dos Guararapes (1978)
 Jornal do Brasil (1978)
 Jornal do Commercio de Pernambuco (1970-1971; 1982-1983)
 Jornal do Commercio do Rio de Janeiro (1974; 1983)
 Jornal Pequeno (1938)
 Livros de Atas do IAHGP (1964-1987)
 Música - Recife, minha cidade (1984)
 RAPL (1964-1980; 2001; 2012)
 Revista Manchete (1970; 1973)
 RIAHGP (1975 – 1984)

2. TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

AMARAL JUNIOR, Aécio da Silva. **O Cativo da Memória: o imaginário da pernambucanidade no discurso dos governadores, 1983-1998.** Dissertação (Mestrado em Sociologia), Recife, CFCH-UFPE, 2000.

AQUINO, Laura Christina Mello de. **SUDENE: a utopia de Celso Furtado.** Tese de doutorado (Doutorado em História), UFPE, Recife, 2004.

CARVALHO, Fernanda Ferrário. **Da esperança à Crise: a experiência das políticas regionais no Nordeste.** Dissertação de mestrado (Mestrado em Desenvolvimento econômico, espaço e meio-ambiente. Unicamp, 2001. p. 32 em diante

FARIA, Igor Oliveira. **O pensamento de Tancredo Neves e a cultura política da mineiridade.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em História), UNIMONTES, Montes Claros, 2015.

FINO, Patrícia Mariana. **Os estereótipos turísticos como forma de manipulação durante a ditadura militar brasileira.** Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências), USP, Piracicaba, 2016.

GONÇALVES, Fábio Christiano Cavalcanti. **Paisagem e reminiscência:** o tombamento do campo de batalhas dos montes Guararapes. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), UFPE, Recife, 2008.

GONDIM, Amanda Marques de Carvalho. **A pátria nasceu aqui:** o discurso das batalhas dos Guararapes e a educação 1960-1970. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação), UFPE, Recife, 2011.

LEITE, Cléa Aguar. **A representação da “mulher brasileira” construída pela Embratur entre 1966 e 1985.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em Turismo), UNB, Brasília, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. **Em busca da harmonia perdida:** mito e discurso político (uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994). Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia), IFCH, Campinas, 1997.

MOURA, Milton Araújo. **Carnaval e Baianidade:** arestas e curvas na coreografia das identidades no carnaval de Salvador. Tese de doutorado. (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea), UFBA, Salvador, 2001.

MONTENEGRO, Gisela Amado de Albuquerque. **A gestão do Parque Histórico Nacional dos Guararapes:** análise e proposições. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste), UFPE, Recife, 2014.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Intrepida ab origine:** o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a construção da história local - 1905/1930. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia), UFPB, Paraíba, 994.

SANTOS, Diego Gomes. **Patrimônio:** herança ou interesses? - um estudo sobre a política cultural aplicada ao patrimônio cultural em Pernambuco - 1979-2010. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História), UFRPE, Recife, 2015.

SANTOS, Daniela de Miranda. **O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em História), UFJF, Juiz de Fora, 2018.

SILVA, Bianca Nogueira da. **O ser e o fazer:** os intelectuais e o povo no Recife nos anos 1960. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História), UFRPE, Recife, 2010.

SILVA, Camila Borges. **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil – 1822-1831.** Tese de Doutorado (Doutorado em História), PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Leandro Patricio da. **De Guararapes veio tudo:** representações da pernambucanidade no discurso dos políticos pernambucanos - 1979-1986. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, UFRPE, 2012.

_____. **Entre a História e o Folclore:** representações imagético-discursivas da pernambucanidade - 1980-1983. Monografia de conclusão de curso. Departamento de Letras e Ciências Humanas - DLCH, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, 2009.

SOARES, Rudson Pinheiro. **Inserção da Rede Globo no mercado de televisão pernambucana.** Dissertação (Mestrado em Comunicação), Recife, CAC-UFPE, 2007.

TREVISAN, Ivan Rodrigo. **Os generais ditadores (1964-1985) como presidentes de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Dissertação de Mestrado (Mestrado em História), PUC-RS, Porto Alegre, 2017.

VICENTE, Tamisa Ramos. **Vamos cirandar** - políticas públicas de turismo e cultura popular - festivais de ciranda em Pernambuco. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Turismo), UCS, Caxias do Sul, 2008.

3. LIVROS

ADORNO, Theodor W., HORKHEIME, Max. **Dialética do esclarecimento.** Zahar, Rio de Janeiro, 1985.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O Regime Militar em festa.** Apicuri, Rio de Janeiro, 2013.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade.** São Paulo: editora Brasiliense, 1990.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras Artes.** São Paulo, Cortez, Recife, Massangana, 1999.

_____. **História: a arte de inventar o passado.** Bauru, SP, Edusc, 2007.

_____. **Nos Destinos de Fronteira:** história, espaços e identidade regional. Recife, Edições Bagaço, 2008.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. **A construção da verdade autoritária.** Humanitas FFLCH/USP, 2001.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** Bauru, SP, EDUSC, 2005.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Pernambuco Imortal.** V. 13. A História atual. Fascículo do Jornal do Commercio, Recife, 1995.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade.** São Paulo: editora Brasiliense, 1990.

BALANDIER, George. **O Poder em cena**. Brasília, Editora UNB, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2005.

BENTO, Cláudio Moreira. **As Batalhas dos Guararapes: descrição e análise militar**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 1971.

BERNARDES, Denis. **O caranguejo e o viaduto**. Editora Universitária da UFPE, Recife, 1996, p.99.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean-François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa, Editora Estampa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

_____. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. **Variedades da História Cultural**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo, Edusp, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. Editora Paz e Terra S/A, São Paulo, SP, 2008.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CAVALCANTI, Carlos André e CUNHA, Francisco Carneiro da. **Pernambuco afortunado**. Editora INTG, Recife, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Editora contexto, São Paulo, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2ª ed. Portugal, Ed. DIFEL, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Mito-fundador e sociedade autoritária**. Editora Perseu Abramo, 2000.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil - 1964-1985. Rio de Janeiro, Record, 1998.

D'OLIVEIRA, Fernanda. **Nilo Pereira: a raça de um homem múltiplo**. Recife, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001.

DJIK, Teu A. Van. **Discurso e Poder**. Editora Contexto, São Paulo, 2008.

DUBAR, Claude. **A Crise das Identidades: a interpretação de uma mutação**, Porto: Edições Afrontamento, 2006.

ELÍADE, Mircea. In: GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Companhias das Letras, São Paulo, 1987.

FAIRCLOUGH, Normam. **Discurso e mudança social**. Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARGES, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo, SP, Loyola, 1998.

_____. **Arqueologia do Saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2000.

_____. **O que é um autor?** Lisboa, Vega, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 7ª. ed. Recife, FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Companhias das Letras, São Paulo, 1987.

GASPAR, Lúcia e Mello, Diva Gonsalves de. **José Antônio Gonçalves de Mello (1912-2002): cronologia e bibliografia**. FUNDAJ, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **Cultura política e cultura histórica no Estado Novo**. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel et GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado**. Historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **La memória coletiva**. Zaragoza. Universidad de Zaragoza, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence. (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

MAGALHÃES, Roberto. **Afirmção de Pernambucanidade**. Recife, Editora Especial Ltda, 1986.

MAYA, Tatiana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura e na ditadura civil-militar - 1967-1975**. Rumos Itaú, São Paulo, 2012.

MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. **A invenção da baianidade**. São Paulo: Editora Annablume, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro Veio: o imaginário da Restauração Pernambucana**. Alameda Casa Editorial, 3ª ed., São Paulo, 2008.

_____. **A Feridade Narciso**. Ensaios de História Regional. Editora Senac, São Paulo, 2001.

MELLO, Frederico Pernambucano de; ARAGÃO, Creusa (Org.) **Nilo Pereira**. Tempo e circunstância, Recife, Fundaj, ed. Massangana, 2001.

MIGUEL, Luís Felipe. **Mito e discurso político**. Uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994, Campinas, Unicamp, 2000.

MORAES, Maria Thereza Didier. **Emblemas da sagração armorial: Ariano Suassuna e o Movimento Armorial, 1970-1976**, Editora universitária da UFPE, Recife, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte, 2009.

OLIVEIRA, Carla Mary S. e MEDEIROS, Ricardo Pinto de (Orgs.). **Novos olhares sobre as capitânicas do Norte do Estado do Brasil**. Editora universitária UFPB, João Pessoa, 2007.

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. **Gestos da Leitura: da História no Discurso**. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

PEREIRA, Geraldo. **Nilo Pereira revisitado: uma biografia reduzida**. Ciência & Trópico, Recife, v.29, n.1, p. 205-218, 2001.

PEREIRA, Nilo de Oliveira. **Pernambucanidade: alguns aspectos históricos (3 vol.)**. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1983.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. Editora Contexto, São Paulo, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Contraponto, Editora PUC Rio, Rio de Janeiro, 2006.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REZENDE, Antônio Paulo (org.). **Pernambucanidade: o desafio de renovar-se**. Recife, TGI, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Editora da Unicamp, São Paulo, Campinas, 2008.

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo, Cultrix, 1977.

SARAMAGO, José. **O homem duplicado**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. **Os intelectuais**. In: REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil -1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Paz e Terra, 1988.

SOARES, Thiago Nunes. **Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil**. Appris, Curitiba, 2018.

4. ARTIGOS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A moldura das nacionalidades: a construção imaginária da nação brasileira no século XX**. In: http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/segunda_remessa/Brasil500.pdf
Acesso em 05/03/2011

_____. **Nos Destinos de Fronteira: a invenção do Nordeste- a produção imagético-discursiva de um espaço regional**. Raízes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 12, p. 139-146, 1996

_____. **O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10/17, p. 55-67, 2008.

AMARAL JUNIOR, Aécio da Silva. **Relações perigosas: o imaginário freyreano no discurso governamental**. Revista Tempo Social, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 163-186, 2002.

BERNARDES, Denis. **Não existe cultura pernambucana**. Revista Pasárgada, FUNDARPE, ano 2, nº 2 e 3, set. 1993, p. 18-20.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos avançados, 11/05/1991

FALCON, Francisco. **A identidade do historiador**. Recife, texto apresentado no XVIII Simpósio da ANPUH, 1995.

GUILLEN, Isabel C. M. **Maracatus-Nação entre os modernistas e a tradição: discutindo mediações culturais no Recife dos anos de 1930 e 1940**. CLIO - Série Arqueológica (UFPE), Recife, v. 01, n. 21, p. 107-135, 2003.

GUILLEN, Isabel C. M.; LIMA, Ivaldo Marciano de França. **Os maracatus-nação do Recife e a espetacularização da cultura popular (1960-1990)**. Saeculum (UFPB), v. 14, p. 183-198, 2006

IAPECHINO, Mari Noeli Kiehl e GOMES, Valéria Severina. **Teto/discurso fundador versus texto/discurso modificado**: a representação da identidade pernambucana na linguagem publicitária. *Revista Encontros de Vista*, v. 1, p. 1-20, 2008.

MARINS, Paulo Cesar Garcez. **O parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista**. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v. 6/7. p. 9-36, 1999

NARVAZ, Martha Giurdice, NARDI, Henrique Caetano e MORALES, Blanca. **Nas tramas do discurso**: a abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. *Revista de Psicologia Política*. Vol. 6, N° 12, 2006.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, Departamento de História da PUC São Paulo, São Paulo, 1993.

PARRON, Tamis. **A Cara e a coroa**: herança dos militares tem altos e baixos. *Revista Aventuras na História*, São Paulo, v. único, s/n°, ed. de colecionador, ed. Abril, 2008. p. 76-79.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SILVA, Giselda Brito. **História e linguística**: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a História da Análise do Discurso. *Saeculum (UFPB)*, Editora da UFPB, v. n. 11, p. 28-41, 2004.

_____. **Reflexões metodológicas sobre o uso da Análise do Discurso nos estudos da História Política e Cultural**. In: SBPH, Rio de Janeiro. *Anais da SBPH*. Curitiba, 2005. v. 1. p. 91-97

SILVA, Leandro Patricio da. **Conflitos entre o Leão e Baiana em torno da sombrinha**: o frevo duplicado e a afirmação da pernambucanidade - 1979-1986. *Cordis. Comunicação, Modernidade e Arquitetura*, n. 8, jan./jun. pp. 143-174, 2012.

SIQUEIRA, Antônio Jorge de. **Nação e Região**: os discursos fundadores. *Caderno de Estudos Sociais (FUNDAJ)*, v. 19, p. 247-268, 2003.

APÊNDICE

| APÊNDICE I - RELAÇÃO DE PRESIDENTES, GOVERNADORES E PREFEITOS | | | |
|--|-------------------------------|-------------------------------|--------------------------------|
| Ano | Presidentes | Governadores | Prefeitos do Recife |
| 1964 | Castello Branco (1964-1967) | Paulo Guerra (1964-1967) | Augusto Lucena (1964-1969) |
| 1965 | | | |
| 1966 | | | |
| 1967 | Costa e Silva (1967-1969) | Nilo Coelho (1967-1971) | Geraldo Magalhães (1969-1971) |
| 1968 | | | |
| 1969 | | | |
| 1970 | Garrastazu Médici (1969-1974) | Eraldo Gueiros (1971-1975) | Augusto Lucena (1971-1975) |
| 1971 | | | |
| 1972 | | | |
| 1973 | | | |
| 1974 | | | |
| 1975 | Ernesto Geisel (1974-1979) | Moura Cavalcanti (1975-1979) | Antônio Farias (1975-1979) |
| 1976 | | | |
| 1977 | | | |
| 1978 | | | |
| 1979 | João Figueiredo (1979-1985) | Marco Maciel (1979-1982) | Gustavo Krause (1979-1982) |
| 1980 | | | |
| 1981 | | José Ramos (1982-1983) | Jorge Cavalcanti (1982-1983) |
| 1982 | | | |
| 1983 | | | |
| 1984 | Roberto Magalhães (1983-1986) | Joaquim Francisco (1983-1985) | |
| 1985 | | | |
| 1986 | | | Jarbas Vasconcelos (1986-1988) |
| 1987 | Gustavo Krause (1986-1987) | | |
| | José Sarney (1985-1990) | Miguel Arraes (1987-1990) | |
| | | | |

| APÊNDICE II - GENERAIS QUE COMANDARAM O IV EXÉRCITO (ATUAL CMNE) ENTRE 1961 E 1987 | |
|---|-------------------------|
| General | Período |
| Artur da Costa e Silva | 17/08/1961 a 28/09/1962 |
| Humberto de Alencar Castelo Branco | 28/09/1962 a 31/08/1963 |
| J. Justino Alves Bastos | 04/09/1963 a 10/06/1964 |
| Olympio Mourão Filho | 04/08/1964 a 24/09/1964 |
| A. de Lyra Tavares | 10/10/1964 a 27/10/1965 |
| Fco. D. Ferreira Portugal | 27/10/1965 a 23/08/1966 |
| Raphael de Souza Aguiar | 23/08/1966 a 28/05/1968 |
| Alfredo Souto Malan | 28/05/1968 a 23/09/1969 |
| Arthur D. Candal Fonseca | 23/09/1969 a 05/01/1971 |
| João Bina Machado | 05/01/1971 a 10/09/1971 |
| Vicente de P. Dale Coutinho | 10/09/1971 a 08/06/1972 |
| Walter Menezes Paes | 08/06/1972 a 17/05/1974 |
| Fritz de Azevedo Manso | 17/05/1974 a 17/06/1974 |
| Moacyr Barcellos Potyguara | 13/09/1974 a 03/08/1976 |
| Argus Lima | 10/09/1976 a 10/04/1979 |
| Florimar Campello | 14/05/1979 a 31/08/1981 |
| Ênio Gouvêa dos Santos | 31/08/1981 a 01/09/1982 |
| Heitor Furtado Arnizaut de Mattos | 01/09/1982 a 09/09/1983 |
| Jorge Sá Freire de Pinho | 09/09/1983 a 20/03/1985 |
| Fernando G. de Cerqueira Lima | 24/04/1985 a 05/01/1987 |

| APÊNDICE III - PRESIDENTES DA APL | |
|--|-------------------------|
| Presidente | Período |
| Luiz Delgado (1906-1974) | 26/01/1964 a 26/01/1970 |
| Marcos Vilaça (1939) | 26/01/1970 a 26/01/1972 |
| Mauro Mota (1911-1984) | 26/01/1972 a 22/04/1982 |
| Waldemir Miranda (1903-2009) | 26/04/1982 a 26/01/1992 |

| APÊNDICE IV - PRESIDENTE DO IAHP | |
|---|----------------|
| Presidente | Período |
| José Antônio Gonsalves de Mello Neto | 1964 - 2000 |

| APÊNDICE V - PRESIDENTE DO CEC | |
|---------------------------------------|----------------|
| Presidente | Período |
| Gilberto Freyre | 1967 - 1987 |

| APÊNDICE VI - DIRIGENTES DA FUNDARPE | |
|---|------------------------|
| Dirigente | Cargo |
| Júlio Vicente Alves de Araújo (1973-1975) | Presidente do Conselho |
| José Jorge de V. Lima (1975-1979) | Presidente do Conselho |
| Francisco A. Bandeira de Melo (1979-1983) | Presidente do Conselho |
| Francisco A. Bandeira de Melo (1983-1987) | Presidente do Conselho |
| Reforma estatutária em 1978 | |
| Rubens Gondim Lóssio (1978-1981) | Diretor presidente |
| Ulysses Pernambucano de Melo Neto (1981) | Diretor presidente |
| Gilberto Marques Paulo (1981-1983) | Diretor presidente |
| Roberto José Marques Pereira (1983-1987) | Diretor presidente |
| Jaci Bezerra (1987) | Diretor presidente |
| Jaci Bezerra (1987-1988) | Diretor presidente |

APÊNDICE VII - ALGUNS NÚCLEOS DE PARENTESCOS E AMIZADES

